

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**AS MULHERES JORNALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: O PROCESSO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA CARREIRA**

PAULA MELANI ROCHA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

SÃO CARLOS
2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**AS MULHERES JORNALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: O PROCESSO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA CARREIRA**

PAULA MELANI ROCHA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

SÃO CARLOS
2004

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

R672mj

Rocha, Paula Melani.

As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo profissionalização e feminização da carreira / Paula Melani Rocha. -- São Carlos : UFSCar, 2004. 238 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Sociologia do trabalho. 2. Jornalismo. 3. Sociologia das emoções. 4. Reprodução simbólica. I. Título.

CDD: 306.36 (20^a)

Orientadora
Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora ***Maria da Glória Bonelli***, minha gratidão pela sua contribuição precisa nas orientações e pelo seu profissionalismo.

À minha mãe ***Semiramis*** pelas incansáveis leituras, conselhos preciosos e por seu espírito amigo que sempre pude contar nos estudos e na vida.

Ao meu pai ***Gutemberg*** por nunca ter negado cuidar do meu filho nos meus momentos de ausência e pelo apoio fundamental na minha formação. Aos meus pais pelo amor incondicional, o meu eterno agradecimento por tudo.

Ao meu marido ***Rubens*** pela contribuição profissional e pelo apoio afetivo, sempre.

Ao meu filho ***Lucas*** pela compreensão nestes anos de estudo, muitas vezes sem saber ao certo o que estava acontecendo e pela sua existência.

À minha grande amiga ***Valéria*** pelas infindáveis discussões durante o desenvolvimento desta pesquisa. E à ***Nilda*** pelo suporte na minha tripla jornada de trabalho.

Aos amigos e colegas de profissão professores ***João Ragazzi*** e ***Marcos de Assis*** pelas conversas tranquilizadoras e por sempre suprirem minha ausência no serviço, quando precisei.

Aos colegas de trabalho das Faculdades COC e em especial ao diretor-presidente **Chaim Zaher**, à atenção da vice-presidente **Adriana Zaher**, do diretor acadêmico professor **Farid Mauad**, do diretor administrativo **Durval Antunes** e do coordenador acadêmico professor **Romualdo Gama** por apoiarem esta pesquisa. À **Luciana** pelo carinho em me ensinar a manusear as ferramentas da computação, à **Paula Zuliani** pelo dedicado trabalho de revisão de português e à professora **Rosângela Nogueira** pelas traduções dos trechos em inglês.

À professora **Maria Moraes** por ter me oferecido a oportunidade de cursar a disciplina que ministrou sobre gênero na Universidade Federal de São Carlos.

À **Ana** e à **Claire**, secretárias do departamento de pós-graduação de Ciências Sociais da UFSCar, pela admirável disposição em ajudar os alunos do programa.

À **Capes** - pelo apoio financeiro, através de uma bolsa de doutorado quando necessitei.

A todos os **familiares, amigos e colegas de trabalho** que não foram mencionados nominalmente para não tornar esta lista mais extensa, a vocês, peço compreensão.

*Dedico esse trabalho ao meu querido
companheiro Rubens pela terna
cumplicidade e afeto e ao meu amado
filho Lucas por sua meiguice e pelo
amor incondicional.*

RESUMO

Na pesquisa **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira** analisamos a participação feminina no jornalismo profissional, no estado de São Paulo, no período de 1986 a 2001. Comparamos o perfil da profissional da capital com a profissional do interior, residente em Ribeirão Preto. Na análise teórica sobre a dominação masculina, contrapomos Bourdieu e Giddens com a sociologia do gênero em Hochschild e outras autoras, comparando a concepção expressa por cada um dos três autores. Com relação à profissionalização, tomamos como referencial Freidson. Na metodologia trabalhamos com dados quantitativos obtidos através do Sindicato e da Federação dos Jornalistas, bem como, do Ministério da Educação, realizando um estudo descritivo exploratório sobre o aumento das mulheres com a profissionalização. Classificamos a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho em uma tipologia composta por três tipos: carreiras que seguem o modelo feminino; carreiras que seguem o modelo masculino; novos campos de atuação no mercado de trabalho. O processo de profissionalização do jornalismo, marcado pelo surgimento dos cursos superiores, associações e sindicatos, exigência da obrigatoriedade do diploma, inovação tecnológica e a demanda do próprio mercado por um profissional mais qualificado, com mais titulação possibilitou um crescimento de mulheres nessa carreira, pois o cargo passou, em geral, a ser atribuído ao profissional mais bem preparado, independente do gênero, estabelecendo, assim, uma competição mais equiparada aos cargos nas redações. Essa mudança permitiu às mulheres ingressarem nesta carreira, desde que investissem na sua formação. Entretanto, o processo de profissionalização do jornalismo ainda não está consolidado. A briga pela obrigatoriedade do diploma está correndo no âmbito da justiça, o jornalismo não tem autonomia enquanto profissão e principalmente não tem o domínio da *expertise*. É uma profissão vulnerável à lógica do mercado capitalista, exige extensas jornadas de trabalho, plantões em feriados e finais de semana e possui uma alta competitividade entre os pares profissionais independente do gênero. Nas relações entre os gêneros e as chefias constatamos que há diferença entre o mercado da capital, São Paulo e o do interior, Ribeirão Preto, bem como no perfil da profissional. O interior ainda é mais tradicional que a capital e tem um maior preconceito em relação à profissional mulher.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	8
2.1. Procedimentos metodológicos	8
2.2. Dados quantitativos sobre o mercado de trabalho no Estado de São Paulo entre 1986 a 2001	13
3. VISÕES POLARES NA SOCIOLOGIA SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE: BOURDIEU E GIDDENS	23
4. MULHER: UMA QUESTÃO DE GÊNERO	53
4.1. Hochschild e a administração das emoções como alternativa à polaridade de Bourdieu e Giddens sobre as relações de gênero na contemporaneidade	53
4.2. Gênero como categoria de análise	66
4.3. O ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro	80
4.4. A trajetória marcada pela desigualdade e o processo profissionalização do jornalismo no Estado de São Paulo	91
5. PROFISSÃO E FEMINIZAÇÃO	104
5.1. Discussão sobre profissão e sua relação com a feminização da carreira	104
5.2. O processo de feminização no jornalismo	110
6. MULHERES JORNALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	121
6.1. Dados por tipologias e pares profissionais	121
6.2. Perfil dos entrevistados	125
6.3. Relações com a carreira	132
6.4. Trabalho, família e filhos	156

6.5. Mercado de trabalho: capital e interior	177
6.6. Relações com a chefia e pares profissionais: interior versus capital	186
7.RELAÇÕES ENTRE AS JORNALISTAS E SEUS ENTREVISTADOS	206
8.AS JORNALISTAS VISTAS SOB O OLHAR DOS PARES PROFISSIONAIS	209
9. CONCLUSÃO	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228
ANEXOS	232

1. APRESENTAÇÃO

A participação feminina vem crescendo no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE, referentes à pesquisa nacional por amostra de domicílios realizada em 2001, das 83.243.239 pessoas economicamente ativas no país, 48.390.475 são homens e 34.852.764 são mulheres. Em dados percentuais, os homens correspondem a aproximadamente 58% e as mulheres a 42%. Segundo COHEN (2002), nas últimas duas décadas, 20 milhões de mulheres entraram na população economicamente ativa. No campo científico, também, vem aumentando o número de pesquisas sobre gênero e profissão. A sociologia das profissões busca entender as características deste movimento de feminização das profissões, se engloba todos os setores do mercado de trabalho ou se ocorre apenas em campos específicos; quais as motivações que determinam a escolha profissional da mulher; o perfil do mercado de trabalho e as relações com os pares profissionais; se o processo de feminização é diferente de acordo com a carreira e a profissão. Além dessas questões existem muitas outras que podem ser levantadas, dependendo da formação e do olhar do pesquisador.

Esta pesquisa aborda a mulher no jornalismo no Estado de São Paulo no período de 1986 a 2001, mais especificamente, o perfil das profissionais da capital e de uma cidade do interior do estado, Ribeirão Preto. O núcleo empírico da investigação é composto de 17 mulheres jornalistas e dois jornalistas do sexo masculino. Esses dois últimos são entrevistados com o intuito de mostrar um outro olhar sobre as profissionais mulheres. Entre as 17 jornalistas, oito são de Ribeirão Preto e nove da capital, São Paulo. São mulheres brancas, com e sem filhos, casadas e solteiras, pertencentes ao estrato social médio e de gerações distintas, entre 23 e 54 anos. A escolha das profissionais foi

feita de acordo com a divisão do mercado de trabalho em cinco grandes áreas, estabelecidas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo: jornais impressos, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio e de televisão e setores extra-redação (assessorias de imprensa, universidades entre outros).

Analisamos as diferentes visões de mundo sobre as seguintes questões: mercado de trabalho feminino no jornalismo; relações com os pares profissionais e com a chefia; a opção pelo mercado de trabalho na capital ou no interior; as condições que estabeleceram para administrar o trabalho, as responsabilidades no lar e com a família e relações na vida privada. Traçamos o perfil das empresas onde trabalham para contextualizar a profissional entrevistada. Outro aspecto abordado foi a comparação entre a profissional do interior do estado de São Paulo e a que trabalha na capital.

A discussão teórica contrasta as análises de Bourdieu e Giddens sobre relações de gênero com o olhar de Hochschild e de outras autoras que constroem o gênero como categoria. Bourdieu, na perspectiva da representação simbólica enfatiza a discussão sobre dominação masculina. O autor mostra que, apesar das mudanças emergentes na sociedade ocidental contemporânea e das conquistas femininas no campo profissional, econômico, político e social, ainda prevalece a dominação masculina. Giddens, com a perspectiva da estruturação, defende que está ocorrendo uma mudança nas relações entre os gêneros e a mulher vem conquistando um espaço maior na sociedade. Hochschild mostra que a convivência dessas duas culturas dá uma flexibilidade à mulher para definir a situação e agir segundo esse agrupamento nos espaços público e privado, combinando essas influências e atribuindo sentido às suas experiências. Na busca do entendimento das motivações dessas profissionais nas suas

trajetórias no mercado de trabalho e nas suas relações profissionais e familiares, realizamos uma análise comparativa entre os modelos teóricos desses três autores. Procuramos confrontar as argumentações de Bourdieu, Giddens e Hochschild, identificá-las nos dados empíricos pesquisados e verificar se há ou não a predominância de alguma dessas argumentações nos depoimentos dos profissionais entrevistados. Para isso, criamos uma tipologia que classifica as mulheres entrevistadas em três linhas de atuação diferentes dentro da carreira: as que seguem a visão dominante sobre as áreas femininas; as que seguem a visão dominante sobre as especializações masculinas; e aquelas que ingressaram em um novo campo pouco explorado no jornalismo até final da década de 80, como por exemplo: jornalismo ambiental, científico, organizações não governamentais e empresas de consultoria.

O objetivo desta pesquisa é analisar as motivações da mulher na carreira do jornalismo, sua trajetória profissional e como as jornalistas estabelecem relações profissionais e familiares. Qual o perfil da profissional de acordo com o veículo onde trabalha? Quais os critérios que influenciam o ingresso na área de atuação e o veículo? Como conciliam a jornada de trabalho com a vida pessoal?

A definição da jornada de trabalho, de acordo com Decreto-Lei 910 de 30 de novembro de 1938, é de cinco horas, tanto de dia como de noite, e mais duas horas contratuais, com uma folga semanal. (RIBEIRO, 1998). Mas na prática, dependendo do campo de atuação, a duração da jornada oscila entre sete horas e meia (sendo meia hora de refeição) a doze horas diárias. Veículos como jornais diários e revistas semanais com cobertura nacional exigem mais do profissional. Agências de notícias e assessorias de imprensa, em geral, conseguem manter a jornada dentro do limite legal. Nas emissoras de

rádio e televisão, a jornada de trabalho depende da função do profissional e do porte da empresa de comunicação, mas em média segue as sete horas e meia, com uma folga semanal. Outra diferença diz respeito ao porte da cidade. Normalmente, o trabalho na capital é mais exaustivo, por ser um centro populacional, econômico e político. São Paulo está mais suscetível a notícias factuais (como acidentes, enchentes, visitas de pessoas famosas, congressos nacionais e internacionais) e coberturas nacionais como repercussões de informações políticas e econômicas, exigindo uma maior maleabilidade do profissional. As diferentes características entre a maior cidade da América do Sul e uma cidade do interior, no caso Ribeirão Preto, com 505 mil habitantes¹, refletem nas atividades diárias do profissional.

A carreira de jornalismo registrou um aumento na participação feminina após a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Tomamos como referencial a definição de profissão dada por FREIDSON (1998) na qual, a profissionalização e sua especialização estão interligadas ao processo histórico, às mudanças políticas, sociais e econômicas. É uma transformação decorrente da mobilidade coletiva. A história das profissões tem seu marco no industrialismo capitalista do século XIX, quando aumentou a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a disputa levou à criação de associações e instituições próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. Para o autor, são estes fatores que elevaram o status de algumas ocupações para a esfera da profissão.

1. Dado do censo do IBGE de 2000.

Como mostramos na dissertação de mestrado (ROCHA, 1997), no jornalismo brasileiro, a profissionalização intensificou-se na década de 70. Nos anos 80, chegaram os computadores nas redações, especializando ainda mais o quadro de funcionários e oferecendo novas opções visuais aos jornais. Surgiu também a obrigatoriedade do diploma, garantindo uma reserva de mercado para a profissão. Como o "boom" da participação feminina nos cursos superiores coincidiu com a expansão da profissionalização do jornalismo, isso favoreceu o ingresso de mulheres na profissão, possibilitando uma competição mais equilibrada entre os gêneros pelo mercado de trabalho.

Dados levantados pelo Ministério do Trabalho revelaram que em 1986 as mulheres jornalistas representavam 36% do quadro de profissionais do país. Em 1996, a proporção era de quatro profissionais do sexo feminino para cada grupo de 10 profissionais.

Nesta pesquisa, procuramos mostrar a trajetória da feminização no jornalismo no período de 1986 a 2001, focando o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e nos cursos de graduação em jornalismo. O recente processo de profissionalização do jornalismo favoreceu a feminização da carreira, justamente por não ser uma profissão consolidada. No entanto, dentro da carreira, ainda há diferenças entre os gêneros com relação ao piso salarial, à jornada de trabalho, às funções e aos veículos de comunicação.

Nosso propósito é entender como a mulher vem conquistando seu espaço na carreira de jornalismo: se ela é reconhecida pelas suas características enquanto profissional; se as empresas de comunicação tratam seus profissionais orientando-se

pelos estereótipos de gênero; e se as mulheres estão atuando em áreas específicas, na medida em que permitem o seu ingresso.

A pesquisa foi estruturada em oito partes: **A construção do objeto de pesquisa**, discorre sobre os procedimentos metodológicos adotados na exploração do trabalho de campo, focando desde a escolha do espaço geográfico (capital e interior) até o núcleo empírico da investigação. Este capítulo traz também os dados quantitativos sobre o mercado de trabalho no Estado de São Paulo no período determinado desta pesquisa. No capítulo **Visões polares na sociologia sobre as relações de gênero na contemporaneidade: Bourdieu e Giddens**, discutimos como os dois autores analisam o impacto da modernização nas relações de gênero. **Mulher: uma questão de gênero** aborda a discussão de gênero sob o olhar da sociologia do gênero. Incluímos a discussão da autora Hochschild, pela sua proximidade teórica com as autoras feministas. Esse capítulo mostra, também, de uma maneira geral, como caracterizou-se o ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro e na carreira de jornalismo, especificamente, no estado de São Paulo. Enfoca a história do jornalismo no estado de São Paulo, no período de 1930 a 1997 e o processo de profissionalização da carreira.

O capítulo **Profissão e feminização** define o conceito de profissões segundo teóricos da sociologia das profissões, ressaltando Freidson, e discute a relação entre o processo de profissionalização do jornalismo com o ingresso de mulheres nessa carreira. **Mulheres jornalistas no estado de São Paulo** traz a análise do campo empírico - dividido em três tipologias diferentes traçadas de acordo com o mercado profissional - juntamente com o referencial teórico adotado nesta pesquisa que contrasta Bourdieu, Giddens e Hochschild. **Relações entre as jornalistas e seus entrevistados** analisa a

relação entre as jornalistas mulheres e os seus entrevistados. **As jornalistas vistas sob o olhar dos pares profissionais** mostra como as jornalistas mulheres são vistas pelos pares profissionais masculinos, verificando se há ou não discriminação entre os gêneros. Na **Conclusão** procuramos amarrar o objetivo da pesquisa - analisar as motivações da mulher na carreira de jornalismo, sua trajetória profissional, como as jornalistas estabelecem relações profissionais e familiares e comparar a profissional da capital com a que trabalha no interior do estado - com a argumentação teórica nos campos da sociologia das profissões, sociologia do gênero e com as visões dos autores Bourdieu, Hochschild e Giddens.

2. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

2.1. Procedimentos metodológicos

A primeira fase dos procedimentos metodológicos é a exploração do trabalho de campo, que envolve o espaço da pesquisa, a escolha do grupo, o estabelecimento dos critérios de amostragem e das estratégias de entrada em campo.

O estado de São Paulo foi o espaço geográfico escolhido para estudo em função do desenvolvimento econômico, industrial, cultural e, em especial, em comunicação e serviços. Segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a maior concentração de jornalistas (incluindo homens e mulheres) é nesse estado, correspondendo a 28,48% (7.692) do país. Em segundo lugar está o estado do Rio de Janeiro com 3.334 profissionais (12,34%) e Minas Gerais ocupa o terceiro lugar, com 2.476 jornalistas (9,17%). Em nenhuma unidade da federação a mulher é maioria no mercado. Em números absolutos, o Estado de São Paulo está na dianteira, com 2.587 jornalistas mulheres, seguido pelos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com 1.166 e 735 mulheres respectivamente.

Comparar a capital com o interior foi uma opção metodológica, visando a obter informações de duas realidades que, por hipótese, retratam condições profissionais diferentes para a mulher. Delimitado o espaço geográfico, passamos à exploração do campo através de uma pesquisa nos documentos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. A análise nos revelou que o mercado de trabalho está subdividido em cinco grandes áreas: jornais impressos, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio e de televisão e setores extra-redação (assessorias de imprensa, universidades entre outros). A proporcionalidade de mulheres no mercado de

trabalho jornalístico é a seguinte: em emissoras de rádio e televisão elas representam 44,72%; em revistas 53,40% e extra-redação 50,35%, portanto encontram-se em maior número; agências de notícia 48,05%; e em jornais correspondem a 40,73% da mão-de-obra empregada. A escolha das jornalistas que foram entrevistadas nesta pesquisa teve como referencial a segmentação do mercado nestas cinco áreas definidas pelo Sindicato.

Ribeirão Preto-SP abriga uma diversidade de veículos de comunicação: possui o caderno regional do jornal Folha de São Paulo, correspondentes do jornal O Estado de S.Paulo e da agência Estado, sete emissoras de televisão (EPTV Ribeirão - afiliada da Rede Globo; TV Local; TV Clube - que transmite o sinal da TV Bandeirantes; SBT; Record; e duas TVs educativas - TV THATHI e TV UNAERP), quatro jornais locais, três revistas, quatro emissoras de rádio frequência AM que transmitem programas jornalísticos, além de assessorias de imprensa e correspondentes de outras agências de notícia. É uma cidade que ocupa papel de destaque na economia agro industrial do estado. Possui seis universidades e faculdades, sendo uma pública estadual e cinco particulares. Nessas, quatro possuem cursos de Comunicação Social, sendo três específicos em jornalismo. Contudo, ainda é um município relativamente com perfil de interior, diferente de Campinas e São José dos Campos, talvez devido à sua localização, distante aproximadamente 320 quilômetros da capital. Assim, constituiu um campo ilustrativo para uma análise comparativa, conforme foi proposto neste estudo.

As fontes documentais de pesquisa foram o Ministério do Trabalho, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Levantamos dados sobre o mercado de trabalho, no período de 1986 a 2001, referentes ao número de profissionais sindicalizados; crescimento do

número de profissionais atuantes; distribuição salarial por região e por gênero nos cinco setores (jornais, revistas, emissoras de televisão e de rádio, agências e setores extra-redação). Utilizamos fontes secundárias para os anos anteriores. Realizamos um estudo descritivo exploratório, para identificarmos, em uma série histórica, o aumento de mulheres na profissão de jornalismo e sua entrada no mercado de trabalho.

As fontes primárias são as entrevistas com 17 mulheres jornalistas e dois jornalistas do sexo masculino. A seleção das entrevistadas mulheres partiu da divisão do mercado de trabalho estabelecida pelo sindicato em cinco setores e incluímos também jornalistas que optaram por outra carreira. Após termos delimitado os campos de atuação, buscamos entrevistadas que residem em Ribeirão Preto e na capital, para compor com a discussão proposta neste estudo. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo indicou alguns nomes da capital e as próprias entrevistadas indicaram colegas da profissão. Parte das entrevistadas de Ribeirão Preto trabalharam junto com a autora desta pesquisa, que também é jornalista. Outras delas, fomos buscar nos próprios veículos para os quais elas trabalham. Quanto aos dois entrevistados homens, a escolha iniciou em Ribeirão Preto. A emissora de televisão afiliada à TV Globo, possui a maior redação da cidade, tanto em estrutura, quanto em pessoal, por isso, optamos por um profissional homem que atuasse lá. Precisávamos de um jornalista homem em uma posição semelhante em uma tv em São Paulo, com o objetivo de realizarmos uma análise comparativa. Tivemos acesso ao entrevistado através de uma indicação de um colega da profissão.

Entre as 17 jornalistas, oito são de Ribeirão Preto e nove da capital do estado de São Paulo. Para orientar o trabalho de campo apoiamos-nos em BECKER

(1993), que enfatiza o valor da história narrada por cada entrevistado, considerando as divergências sobre o mesmo objeto, permitindo montá-lo sob todas as suas faces, de acordo com o referencial de quem o define. As razões dos comportamentos de todos os entrevistados foram entendidas a partir da definição de cada um deles, considerando também o contexto em que estão inseridos. Analisamos as diferentes opiniões sobre as seguintes questões: mercado de trabalho feminino no jornalismo; relações com os pares profissionais e com a chefia; a opção pelo mercado de trabalho na capital ou no interior; as condições que estabeleceram para administrar o trabalho e as obrigações do lar (família e filhos); e relações privadas. Para atender a esse modelo, ouvimos profissionais com filhos e sem filhos, pertencentes a diferentes gerações; casadas, separadas e solteiras; moradoras da capital e do interior. Traçamos o perfil da empresa onde trabalham para contextualizar a profissional entrevistada. Estes contrastes nos possibilitaram a construção do nosso objeto de análise.

Os dois jornalistas homens - um da capital e outro do interior - foram entrevistados com o propósito de ilustrar, a partir do ponto de vista masculino, a relação das jornalistas mulheres com seus pares profissionais do sexo oposto.

As entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho dos entrevistados ou em suas casas, de acordo com suas escolhas, determinadas por limitações de tempo e disponibilidade. Todas elas foram gravadas e transcritas. Utilizamos duas técnicas: história de vida pessoal e profissional e entrevista aberta. Seguimos dois roteiros diferentes: um aplicado às profissionais jornalistas residentes na capital e no interior e um aos pares profissionais. As entrevistas duraram, em média, uma hora.

Agrupamos as jornalistas mulheres em uma tipologia formada por três tipos, de acordo com as semelhanças na atuação das entrevistadas no campo de trabalho: o primeiro tipo refere-se às profissionais que reproduzem o modelo da cultura feminina; o segundo àquelas que atuam em áreas tidas como masculinas; o terceiro àquelas que ingressaram em um novo campo do jornalismo.

A argumentação teórica fundamenta-se na discussão dos autores Bourdieu, Giddens e Hochschild. Bourdieu na perspectiva da representação simbólica discute a idéia de que as mulheres reproduzem o modelo da sociedade ocidental e que esse modelo segue a ordem da dominação masculina. Para Giddens, a mulher é sujeito das transformações de mentalidade da sociedade moderna na esfera privada, ela não mais reproduz um modelo imposto, ela está realizando mudanças. Hochschild identifica um *mix* cultural, com a convivência de modelos tradicionais e modernos na cultura contemporânea. A existência dessa pluralidade permite às mulheres comporem códigos de gêneros diversos nos ambientes público e privado de acordo com a forma como definem e enquadram a situação em que se encontram².

Levando em conta as exigências formais sobre pesquisas que envolvem seres humanos, obtivemos o consentimento dos participantes após esclarecermos os objetivos e métodos da pesquisa e nos comprometemos em manter em sigilo suas identidades. Os nomes das entrevistadas e dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios. Para as entrevistadas que se encaixaram no modelo feminino, estabelecemos nomes que iniciam com a letra "f". Para as que se enquadram no modelo masculino, utilizamos nomes com a inicial "m" e denominamos as entrevistadas que

² A atribuição de sentido que as pessoas fazem na definição de uma situação, enquadrando as interações que vivenciam são conceituadas no interacionismo simbólico. Ver GOFFMAN (1974) e STRAUSS (1999).

ingressaram em um novo campo de jornalismo com a letra inicial "n". A análise de todos os dados, à luz do referencial teórico, constitui a discussão dos resultados, procurando atingir os objetivos deste trabalho.

2.2. Dados quantitativos sobre o mercado de trabalho no Estado de São Paulo entre 1986 a 2001.

Este capítulo resume os dados quantitativos sobre postos de trabalho, vagas no mercado, salários no Estado de São Paulo, sempre comparando a distribuição entre os gêneros, no período de 1986 a 2001. O objetivo é apresentar um mapa geral do mercado de trabalho de jornalistas, comparando os postos femininos com masculinos, para fundamentar a seleção de sujeitos entrevistados nesta pesquisa. As fontes utilizadas foram: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; Federação Nacional dos Jornalistas; Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES. Foram feitas buscas por via eletrônica informatizada *on-line*, por correspondência e contatos por telefone.

Nas décadas de 80 e 90, o setor da comunicação passou por um processo de reestruturação produtiva e administrativa. Embora isso tenha provocado demissões, os dados revelam que o efetivo de jornalistas em atividade permaneceu estável, chegando a crescer gradativamente em locais determinados. Outra mudança foi o aumento de mulheres nesse mercado de trabalho.

Em 1981, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo promoveu um seminário sobre informatização nas empresas de comunicação. A

preocupação dos expositores era com o possível desemprego decorrente da substituição de profissionais pelas máquinas. O tempo mostrou que a substituição total dos profissionais pela máquina não aconteceu. Empresas jornalísticas não trabalham apenas com notícias geradas por agências; elas precisam do jornalista para buscar a notícia, checar informações, selecionar os assuntos e redigir o texto. E as agências também necessitam do jornalista em suas redações. Aconteceram, sim, mudanças nas redações. De acordo com o Sindicato, alguns cargos como revisor, copidesque, pauteiro, secretário-gráfico, pestapista, diagramador e ilustrador foram desaparecendo. Essas funções passaram a ser acumuladas pelos jornalistas ou desempenhadas por computadores. O profissional nessa nova fase passou a fazer o trabalho do antigo repórter de rua, do redator, do revisor, do editor, do diagramador e do pestapista, com ritmo de trabalho acentuado e jornada prolongada. Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, em 1993, nesse estado, foram admitidos 8.755 jornalistas e ocorreram 8.528 demissões, resultando em um saldo positivo de 227 novos postos. No ano seguinte, 8.563 foram admitidos e 7.883 demitidos. O saldo positivo cresceu para 680 postos. Em 1995, as admissões passaram para 10.230 postos e as demissões subiram para 9.212. Assim, durante estes três anos, o número de admissões atingiu 27.548 postos e houve 25.623 desligamentos, tendo um saldo positivo de 1.925 admissões. Os avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de novos veículos de comunicação como o jornalismo *on-line*, a TV na *internet* e a TV digital, ampliando o campo de atuação do jornalismo.

Em 2000, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e a Federação Nacional dos Jornalistas realizaram uma pesquisa junto ao Ministério

do Trabalho e constataram que o contingente de jornalistas com carteira assinada no país era de 27.012 profissionais. Com relação ao gênero, a pesquisa mostrou que a mulher era maioria na função de Secretário de Redação, 149 mulheres contra 123 homens. Nas funções de Locutor em Geral e Locutor Esportivo, os homens correspondiam a um número seis vezes maior que as mulheres.

O trabalho apresentado pelo assessor técnico do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Nelson Sato, na "Primeira Conferência Latino-Americana de Mulheres Jornalistas"³, mostra o crescimento de mulheres nas redações do Brasil no período de 1986 a 2001. Em 1986, as mulheres detinham 6.176 postos de trabalho e em 2001 ocupavam 9.568 empregos, um crescimento de 35,42%. Os profissionais do sexo masculino somavam, em 1986, 11.214 postos de trabalho. Em 2001 atingiram 11.780, um crescimento de 4,80%. Em números absolutos, foram criados 566 empregos para homens jornalistas e 3389 para as mulheres. Durante quatro anos consecutivos, de 1990 a 1993, os jornalistas homens perderam 1.888 postos de trabalhos resultando em uma redução de 15,53% vagas para homens. As mulheres tiveram o maior enxugamento em 1992, quando foram cortados 741 postos de trabalho, uma redução de 10,06%.

SATO (2001) mostra que foi a mídia impressa - jornais, revistas - e as agências de notícias que mais empregaram mulheres jornalistas, destacando as revistas e agências de notícias. Os jornais impressos são mais tradicionais. Comparando 1986 com 1999, o crescimento de empregos formais foi de 139,23%, saltando de 1.593 para 3.811 postos de trabalho. Os homens tiveram uma elevação de 58,24%, de 3.647 em 1986 aumentou para 5.771 em 1999. No mercado de rádio e televisão, o número de mulheres

³ O evento foi promovido pela Federação Internacional dos Jornalistas -FIJ; Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, e Sindicato dos Jornalistas do Brasil, nos dias 3 a 6 de maio de 2001.

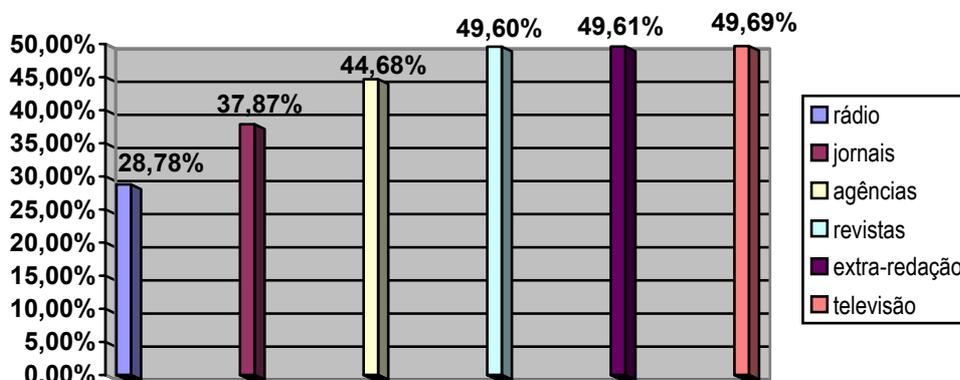
aumentou 97,02%, de 838 em 1986, foi para 1.651 em 1999, sendo o carro chefe as emissoras de televisão. Os jornalistas homens tiveram um aumento de 23,48%, de 1.780 em 1986 para 2.198 em 1999.

Nos setores extra redação (exceto jornais, revistas, agências, rádio e televisão), o mercado feminino encolheu 13,72% entre 1986 com 3.745 postos de empregos e 1999, 3.231 empregos. A redução dos postos, para homens, foi de 43,29%; diminuiu de 5.787, em 1986, para 3.282, em 1999.

Embora tenha crescido o número de mulheres no mercado de trabalho nas décadas de 80 e 90, a participação feminina ainda é menor que a masculina. Em 1986, as mulheres correspondiam a 35,24% do mercado nacional com 6.176 postos. Em 2001, elas passaram a representar 44,82% do mercado com 9.568 postos do total de 21.348 profissionais empregados no país.

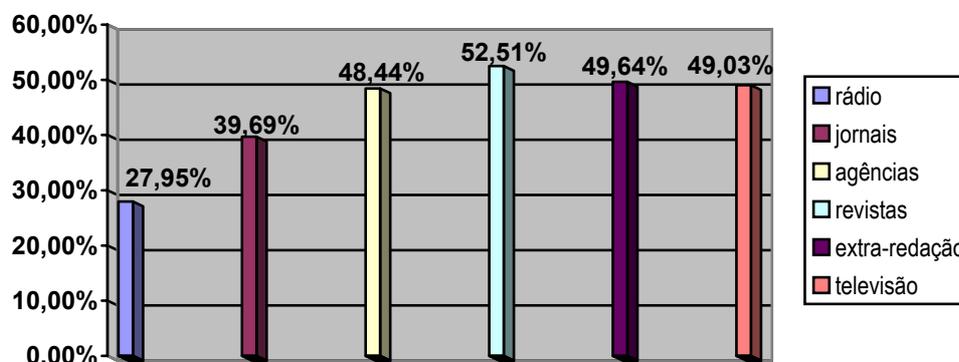
Segundo estatísticas do Ministério do Trabalho, em 1999, as mulheres não eram maioria em nenhum dos setores da imprensa. Em jornais elas correspondiam a 37,87%, com 2.988 postos do total de 7.890. Em agências eram 44,68% com 147 postos do total de 329. As emissoras de rádio constituem o setor mais conservador: As mulheres totalizavam 28,78% do total de 1.251 profissionais. A televisão empregava 49,69% jornalistas, 1.291 dos 2.598 funcionários. Em revistas, as mulheres somavam 49,60%, 679 postos do contingente nacional de 1.363; e nos setores extra-redação (assessorias de imprensa e universidades) elas atingiam 49,61%, com 3.231 de 6.513 empregos no Brasil.

Figura 1. Distribuição percentual de Jornalistas mulheres em postos de trabalho, segundo setores da imprensa. Brasil, 1999.



Em 2001, a participação feminina aumentou e no mercado das revistas o número de jornalistas mulheres superou o de homens: elas representavam 52,51% da mão-de-obra empregada no país. Em jornais teve um aumento de quase 2%, totalizando 39,69% jornalistas. As agências de notícias passaram a empregar 48,44%. Nas emissoras de rádio, o setor mais conservador, e nas emissoras de televisão, o quadro de jornalistas mulheres sofreu uma queda, no primeiro caiu para 27,95% e no segundo caiu para 49,03%. O setor extra-redação cresceu 0,03%, totalizando 49,64%. É importante reconhecer que são dados do mercado formal de trabalho. Não inclui o mercado informal, como estágios, subemprego, bolsas e funcionários não registrados em carteira de trabalho.

Figura 2. Distribuição percentual de jornalistas mulheres em postos de trabalhos, segundo setores da imprensa. Brasil, 2001.



Com relação à média salarial, dados do Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário SPES, de 1999, revelam que o salário médio dos jornalistas masculinos, na maioria dos estados, é maior do que os jornalistas femininos (Tabela1). No início de 2000, a mulher jornalista ganhava US\$ 1.072, em média, e os homens ganhavam US\$ 1.129, ou seja, as mulheres recebiam 5,09% a menos do que os homens. Mas a diferença salarial, em grande parte dos estados, é pequena entre os gêneros e muda de acordo com o setor: jornal, revista, emissoras de rádio e televisão, extra-redação e agências de notícias. Como o salário varia de acordo com o cargo, acréscimos por cargo de chefia e outros benefícios podem mascarar a realidade. Isto é, a média pode tender para cima, levada por um ou dois cargos, enquanto a maioria permanece com salários baixos. (Tabelas 2 e 3)

A maior remuneração é feita pelas agências de notícias. O estado de São Paulo, que paga mais em média, paga 28,15 salários mínimos para homens contra 23,06 salários para mulheres (Tabela 4). Em contrapartida, as emissoras de rádio possuem o menor piso salarial. Em São Paulo, por exemplo, é de 5,18 salários para os profissionais

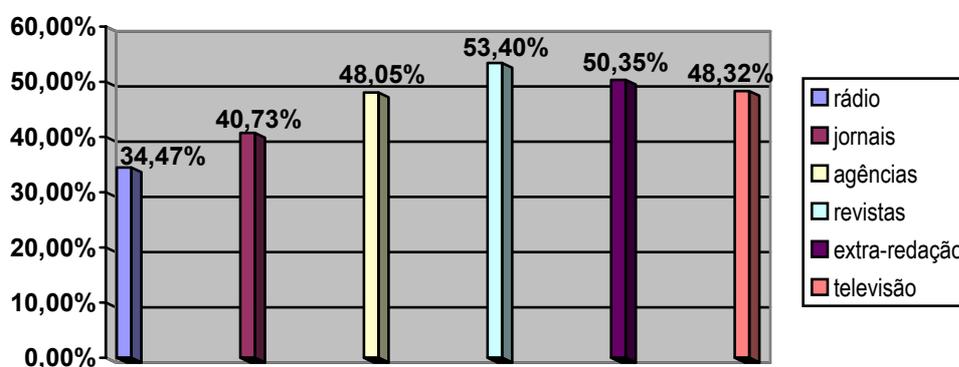
masculinos e 4,66 para os femininos (Tabela 5) e há ainda o agravante de grande parte das profissionais do sexo feminino possuírem curso superior, contrastando com a maioria dos jornalistas homens que trabalham no rádio e tem apenas formação até o segundo grau.

Ao comparar o salário médio dos jornalistas, por setor do mercado de trabalho, no estado de São Paulo, campo de estudo desta investigação, constatamos que o setor que tem a melhor remuneração são as agências de notícias - 38,15 salários mínimos para o sexo masculino e 23,96 para o feminino; em segundo lugar estão os jornais - 18,90 salários para os homens e 16,40 para mulheres - (Tabela 6). Em terceiro lugar estão as emissoras de televisão, com 16,40 salários para os homens e 13,00 para as mulheres. Em quarto lugar estão as revistas, 14,71 salários para o sexo masculino e 12,61 para o sexo feminino (Tabela 7). Em quinto, estão os setores extra-redações - assessorias, centros universitários - com 7,09 salários para os homens e 5,70 para as mulheres. Em último lugar estão as emissoras de rádio com 5,18 salários para o sexo masculino e 4,66 para o feminino. No estado de São Paulo, em nenhum setor a média feminina é maior que a masculina. O piso salarial é determinado pela negociação entre dois sindicatos: o patronal e o dos trabalhadores. No estado de São Paulo, cada setor possui um sindicato patronal, mas o dos trabalhadores é um só que representa todas as categorias.

Quando a distribuição por setor é feita no Estado de São Paulo, os dados do Sindicato dos Jornalistas mostram que no total são 7.472 profissionais, desses 46,95% corresponde à mão-de-obra feminina. Nas revistas, a mulher é maioria, as jornalistas representam 53,40% do mercado. Nas agências de notícias, as jornalistas mulheres

representam 48,05%. Nos jornais, as jornalistas são minoria, correspondem a 40,73%. Nas emissoras de rádio e televisão, as profissionais mulheres ocupam respectivamente 34,47% e 48,32% do mercado. E nos setores extra-redação, as mulheres são 50,35%, sendo maioria por uma pequena vantagem.

Figura 3. Distribuição percentual de jornalistas mulheres em postos de trabalhos, segundo setores da imprensa. Estado de São Paulo, 2001.



O Sindicato ressalta que o número de mulheres com curso de graduação atuando no mercado é maior que o de homens: 53,91% dos jornalistas homens têm curso superior e o índice de jornalistas mulheres é de 73,16%. A mulher com curso superior recebe, em geral, o equivalente a um homem com segundo grau.

Os cursos de graduação em Comunicação constituem uma área de conhecimento que congrega jornalistas, publicitários, relações públicas e demais profissionais que trabalham com divulgação. Ao analisarmos os dados do Ministério da Educação, percebemos que vem crescendo o contingente de alunos. Uma pesquisa realizada em 1998 pela Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), do Ministério da Educação (MEC), revela que existia no Brasil 125 cursos de Comunicação

Social. Inscreveram-se, para o vestibular de 1998, 107.825 candidatos em todo o país. Desses, 68.213 eram do sexo feminino e 39.612 do sexo masculino. Ingressaram na faculdade 14.969 mulheres e 10.015 homens.

Dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do Ministério da Educação mostram o crescimento populacional separado por gênero nos cursos de Comunicação Social no período de 1948 a 1987. Notamos um aumento da participação feminina. Em 1948, 354 alunos se matricularam no curso de comunicação, 17% correspondiam ao sexo feminino. Na primeira turma que se formou em 1950, dos 133 formandos apenas 24% correspondiam ao sexo feminino. Já em 1987, quando se formaram 5.175 alunos, 60% correspondia ao sexo feminino (BONELLI, 1993).

Ao analisar os dados quantitativos, respeitando a sua série histórica e localização por setor, percebemos uma tendência da feminização da profissão, principalmente a partir da década de 80, com o aumento de mulheres ingressando na profissão, favorecidas por terem concluído cursos de graduação. Foi também neste período que intensificou o processo de profissionalização da carreira de jornalismo, processo este que até hoje ainda não se consolidou, tanto que em 2001 um promotor, instruído pelo jornal Folha de São Paulo, entrou com um pedido de liminar suspendendo a obrigatoriedade do diploma no jornalismo. Uma juíza substituta concedeu o pedido de liminar; o Sindicato dos Jornalistas recorreu e o processo continua no âmbito da justiça. Esta liminar ainda está em vigor.

Há diversificação na participação feminina em diferentes setores do jornalismo: impresso, eletrônico, rádio, televisão, revistas e extra-redações. Há uma grande variação de média salarial nestes setores, a qual provavelmente reflete relações

de poder e tradição entre as empresas de comunicação. No mercado de trabalho formal há uma tendência ao aumento de postos de trabalho nas duas últimas décadas. Os estados da região sudeste e o Distrito Federal concentram maior contingente, pois reúnem maior população e maior produtividade em bens e serviços.

Há uma tendência a aumentar o número de mulheres jornalistas no mercado de trabalho. Essa tendência, chamada feminização das profissões, observa-se em outras áreas profissionais - odontologia e medicina, por exemplo. Contudo, há diferenças específicas que merecem análises mais detalhadas. Entre os aspectos a serem investigados estão os fatores que levaram as entrevistadas abordadas nessa pesquisa a trabalharem em determinados setores da comunicação: se elas definem a situação como uma opção profissional ou como características do mercado de trabalho. Outro aspecto a ser esclarecido é a vida média, das profissionais entrevistadas, no jornalismo.

Quanto ao salário, há uma amplitude de variação muito grande entre regiões do país. Esta variação corresponde às diferenças de desenvolvimento econômico entre as regiões. Embora a média, em salários mínimos, das mulheres jornalistas seja inferior à média dos homens, observamos uma tendência a equiparação dessas médias.

3. VISÕES POLARES NA SOCIOLOGIA SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE: BOURDIEU E GIDDENS

A discussão teórica desta pesquisa aborda as análises de gênero na sociedade contemporânea apresentadas por BOURDIEU (1989, 1999, 2001) e GIDDENS (1991, 1993). Bourdieu, na perspectiva da representação simbólica, focaliza a dominação masculina presente na sociedade, alimentada pelos agentes sociais, de forma cíclica, transpondo as mudanças. Ele mostra que ocorreram mudanças na sociedade ocidental, mas elas não causaram ruptura no campo da representação social, predominando a dominação masculina nas relações entre os gêneros. Giddens, por outro lado, analisa as mudanças sociais, de mentalidade e de comportamento realizadas pelos agentes na sociedade moderna, como consequência da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais afetando as ações individuais e coletivas.

Nas últimas décadas do século XX, Bourdieu e Giddens dão contribuições relevantes ao estudo das questões centrais da teoria social, que contrapõem a criatividade individual com a “instituição” da sociedade e seus padrões de funcionamento, por fazerem uso da linguagem do “subjetivismo” e do “objetivismo” (DOMINGUES, 2001).

BOURDIEU (1989) trabalha com a perspectiva do poder simbólico. Para compreender sua argumentação sobre a dominação masculina é necessário entender sua discussão sobre representação social e o conceito de *habitus*. O autor define os símbolos como instrumentos de integração social, os quais tornam possível o consenso do sentido do mundo social e, dessa forma, contribuem para a reprodução da ordem social. Os símbolos são estruturados e têm o poder de serem estruturantes. O poder simbólico está presente em todas as sociedades e situações sociais, ele é invisível e só pode ser

exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele, mesmo não querendo. Em uma mesma sociedade, diferentes grupos interagem no mesmo espaço e esta dinâmica da distinção social não se resume a um conflito simbólico pela imposição de uma dada representação da sociedade. Ao contrário, há uma continuidade na produção incessante de novos gostos socialmente diferenciados e no abandono das práticas culturais apropriadas pelas camadas subalternas. O movimento de continuidade do sistema só existe porque as partes mantêm o jogo, na luta que as estruturas constitutivas do campo produzem, reproduzindo as estruturas e hierarquias dele. As representações sociais mudam de acordo com o grupo e suas características como etnia, posição social e formação. Na discussão dos gêneros, tanto o homem quanto a mulher, independente da classe social, reproduzem a dominação masculina, seja de forma inconsciente ou consciente.

Bourdieu sofreu uma intensa influência do estruturalismo de Lévi-Strauss, dando origem a sua discussão sobre a noção de *habitus* (estrutura estruturada e estruturante). Tanto no mundo social como nos sistemas simbólicos (como linguagem e mito) há estruturas objetivas, as quais independem da consciência e vontade dos agentes e que são capazes de orientar e coagir suas práticas e representações. Há também uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação, constitutivos do que o autor chama de "*habitus* e estruturas sociais".

A função primordial do conceito de *habitus* é lembrar que as ações possuem, prioritariamente, por princípio, o senso prático e não cálculo racional, ou que o passado continua presente e ativo nas disposições por ele produzidas, ou ainda que os agentes sociais possuem, com muito mais frequência, disposições mais sistemáticas do

que se poderia imaginar (BOURDIEU, 2001). A ciência social se depara nestas duas esferas que aparentemente são opostas: a do subjetivismo, referente às propriedades como sentimento de pertença e representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para esta realidade das divisões; e a do objetivismo que são propriedades como ascendência, território, língua, religião e atividade econômica. Para compreender a representação simbólica, o pesquisador tem que trabalhar com as duas esferas: a do subjetivismo e a do objetivismo. Isto porque as relações de forças objetivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações. Para Bourdieu, essa relação não é antagônica, mesmo na percepção do cientista social.

O autor faz uma crítica ao objetivismo do estruturalismo, por reduzir todo um sistema de relações às práticas dentro das quais o sistema se realiza e se manifesta, como as intenções dos sujeitos e a consciência que eles podem tomar de suas obrigações e de sua lógica. Desconsidera o subjetivismo dos agentes, analisando apenas o sentido objetivo das práticas.

É necessário romper com o objetivismo metódico, com a postura de converter em totalidades as relações objetivas e a necessidade de se construir uma teoria prática. Entender todo o processo que envolve a execução de uma prática requer uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade. O que Bourdieu chama de *habitus* é produzido pelas estruturas que constituem um meio particular e podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado. O *habitus* é um sistema de disposições, um princípio gerador e estruturador de práticas e representações que podem ser objetivamente reguladas e

regulares, sem ser produto de obediência a regras. O *habitus* não segue regras. Ele está no princípio de encadeamento das ações sem ter a intenção consciente de se atingir um fim determinado ou uma intenção estratégica.

Os agentes não calculam conscientemente suas aspirações para uma avaliação exata das suas chances de sucesso. As práticas podem estar objetivamente ajustadas aos aspectos objetivos sem que os agentes calculem as chances de sucesso. O conflito de gerações, por exemplo, se estabelece não pela diferença de idade e sim de *habitus* que são produtos de diferentes condições de existência, as quais impõem diferentes visões do impossível, do possível, do provável ou do certo, tornando para alguns, práticas naturais e para outros impensáveis. Para entender isso, é necessário abandonar todas as teorias que analisam a prática como uma reação mecânica redutível ao funcionamento de esquemas pré-estabelecidos. O autor menciona as teorias mecanicistas que priorizaram o objetivismo bem como as que priorizaram o subjetivismo. Para ele, a prática é produto da relação dialética entre uma situação e o *habitus*. Para entendê-la é necessário considerar a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* e as condições do exercício desse *habitus*, ou seja, a conjuntura que caracteriza essa estrutura. Nesse sentido, Bourdieu contempla a historicidade da prática.

A identidade das condições de existência tende a produzir a homogeneidade dos *habitus*; cada grupo ou classe se identifica com um sistema de disposições semelhantes. A harmonização dos *habitus* de grupo possibilita a afinação objetiva das práticas na falta de uma interação direta. O *habitus* representa essa lei depositada em cada agente durante sua educação e práticas, estabelecendo um código comum. Cada agente acaba sendo um produtor e reproduzidor, mesmo que ele não saiba. O *habitus* permite que as

práticas fluam de forma sensata, razoável e objetivamente orquestrada, sem a intenção de um agente singular.

O *habitus* produz práticas tanto individuais quanto coletivas, fazendo história, em conformidade com os esquemas engendrados pela própria história. A continuidade e a regularidade que o objetivismo concede ao mundo social sem explicá-lo é o sistema de disposições passadas que sobrevive ao atual e tende a se perpetuar no futuro. O *habitus* atualiza-se nas práticas estruturadas segundo seus princípios, estabelecendo a continuidade da lei das necessidades externas frente às pressões imediatas da conjuntura. A história do indivíduo é a especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe; ele pode ter marcas particulares, mas se remete ao estilo comum de seu grupo, movido tanto pela conformidade como também, pela diferença que constitui todo o modo. A classe social deve ser analisada como *habitus* de classe, como um sistema de disposições comuns a todos os agentes da mesma estrutura. As diversidades individuais entre os agentes de um mesmo grupo são uma diversidade na homogeneidade, característica das condições sociais as quais produzem o *habitus*. Assim, o *habitus* adquirido por um indivíduo na família está na estruturação das experiências escolares, bem como o *habitus* transformado pela ação escolar está no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores, traçando um caminho de reestruturação em reestruturação.

O *habitus* muda de uma cultura para outra. As pessoas o incorporam e o reproduzem “naturalmente”, tornando essa repetitividade natural. Em uma mesma sociedade pode existir vários *habitus*, pois grupos sociais distintos possuem *habitus* diferentes. Seu processo de interiorização está relacionado a todo o processo de

formação do indivíduo, inicia com a imitação dos pais, depois educação da escola, meio profissional, enfim ele é reforçado durante a vida.

Na questão do gênero, BOURDIEU (1999) argumenta que a dominação masculina atua tanto sobre o homem como sobre a mulher. Ela também está inserida no *habitus* e na estrutura social, fazendo parte do contexto cultural e social. Há mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes. Nesse sentido, ele aborda a idéia de que aquilo que na história aparece como eterno nada mais é do que produto de um trabalho de eternização que compete a instituições como família, igreja, escola, esporte e jornalismo, que reinserem na história a relação entre os sexos, questionada pelas visões naturalista e essencialista. A dominação masculina está inserida nos modos de pensamento e nas formas de classificação com as quais construímos o mundo, que são também produtos da dominação, estabelecendo assim, um círculo.

BOURDIEU (1999) fundamenta a sua análise na estrutura da sociedade Cabília, localizada na Argélia, de camponeses das montanhas, que mantém uma tradição cultural mediterrânea. A partir do estudo desta sociedade, o autor aborda as estruturas cognitivas, a relação com a sexualidade, os esquemas de pensamentos e a dominação da ordem masculina. Toma isso como universal e atemporal, expandindo para todas as sociedades ocidentais, no que se refere à dominação masculina. Aqui aparece a ambigüidade de Bourdieu ao trabalhar com a universalidade e a história. Conceitos universais se contrapõem às análises concretas dos determinantes das condições materiais de existência e das relações entre os seres humanos que explicam os fatos e fenômenos, como exigem as análises históricas (DOMINGUES, 2001).

A unidade doméstica é um dos lugares em que a manifestação masculina atua de maneira mais indiscutível e exerce o princípio de perpetuação das relações de forças materiais e simbólicas, as quais extrapolam para outras instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações políticas, declaradas ou não, oficiais ou oficiosas. A divisão sexual está inserida num sistema de oposições homólogas, invertendo a relação causa e efeito e caracterizando o sistema mítico-ritual.

"O sistema mítico-ritual desempenha aqui um papel equivalente ao que incumbe ao campo jurídico nas sociedades diferenciadas: na medida em que os princípios de visão e divisão que ele propõem estão objetivamente ajustados às divisões pré-existentes, ele consagra a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial.

A divisão entre os sexos parece estar na 'ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistema de esquemas de percepção, de pensamento e de ação." (BOURDIEU, 1999, p.17)

A diferença biológica entre os sexos passa a ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente no que se refere à divisão social do trabalho e às próprias relações sociais. Na própria relação sexual prevalece a dominação masculina, unindo o caráter sexual com o social, na medida em que o ato sexual está dividido entre o masculino ativo, e o feminino passivo e a partir desse princípio organiza o desejo masculino de posse, como dominação erotizada e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou ainda, como reconhecimento erotizado da dominação (BOURDIEU, 1999). O mesmo vale para a divisão das tarefas: as mulheres são excluídas das tarefas mais nobres, ficando

com as tarefas menos qualificadas. Enquanto o discurso mítico é mais ingênuo, os ritos de instituição aplicam de forma mais insidiosa e eficaz simbolicamente.

"Elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada: é a elas que cabe a tarefa longa, ingrata e minuciosa de catar, no chão mesmo, as azeitonas ou as achas de madeira, que os homens, armados com a vara ou com o machado, deitaram por terra. São elas que, encarregadas das preocupações vulgares da gestão cotidiana da economia doméstica, parecem comprazer-se com as mesquinhas do cálculo, das contas e dos ganhos que o homem de honra deve ignorar." (BOURDIEU, 1999,p.41-42)

Para Bourdieu, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social está envolvida pela objetividade do senso comum, sobre o sentido das práticas. E é aplicada pelas mulheres a toda a realidade e às relações de poder automaticamente. As estruturas de dominação são resultantes de um trabalho incessante e histórico de reprodução, com a contribuição de agentes específicos e instituições: famílias, igreja, escola, estado. O sistema de dominação passa a ser visto como algo natural. A violência simbólica se processa através de um ato de conhecimento e desconhecimento prático, que funciona por meio da cumplicidade de tendência para sua perpetuação ou para a sua transformação.

Na esfera do trabalho, a divisão sexual está inscrita na divisão das atividades produtivas, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação e em particular de todas as trocas de honra, de palavras, de dons, de mulheres, de desafios e de mortes. A eles, toda a ordem social e o funcionamento do mercado de bens simbólicos e às mulheres resta o estado de objetos de troca, como orientar e organizar a troca, sobretudo matrimonial (BOURDIEU, 1999).

O homem é cobrado pela sua virilidade que é entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social e também inclui o exercício da violência. Quanto à mulher, tem que preservar sua virgindade e fidelidade. A noção de virilidade torna-se relacional, é construída diante de outros homens, para os homens e contra a feminilidade; é uma espécie de medo feminino, construída dentro de si mesmo. As disposições ditas "femininas", impostas pela família e por toda a ordem social, reforçam a dicotomia sexual fundamental, tanto nos cargos que exigem submissão e necessidade de segurança quanto em seus ocupantes (BOURDIEU, 1999).

O trabalho de reprodução é garantido por três instâncias principais: a família, a igreja e a escola, que têm em comum agirem sobre as estruturas inconscientes. À família cabe o papel na reprodução da dominação e da visão masculina. É nela que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima desta divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. A igreja, por sua vez, reproduz uma visão pessimista da mulher e da feminilidade, prega uma moral familiarista, dominada pelos valores patriarcais e pelo dogma da "natural" inferioridade da mulher. Age sobre as estruturas históricas do inconsciente por meio da simbólica dos textos sagrados, da liturgia, do espaço e do tempo religioso. O Estado transmite os pressupostos da representação patriarcal, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, entre as diferentes escolas, faculdades, disciplinas, especialidades, enfim, entre as maneiras de ser e de ver, de se ver, de representarem tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo.

BOURDIEU (1999) mostra alguns sinais de mudança, fundamentados principalmente no fato de que a dominação masculina não se impõe mais como algo

indiscutível. Uma das razões é o trabalho crítico que o movimento feminista vem realizando em determinadas áreas do espaço social, causando transformações sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas como o aumento de mulheres no ensino secundário e superior, no trabalho assalariado e na esfera pública, bem como o distanciamento das tarefas domésticas e das funções de reprodução, o adiamento da idade do casamento e da procriação, a abreviação do tempo de afastamento durante a maternidade, a elevação do número de divórcios e a queda no percentual de casamento. As mudanças mais importantes estão relacionadas à instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares. BOURDIEU (1999) enfoca que o movimento feminista se estabelece na esfera política e contribui na transferência de questões privadas para a discussão política. O autor ressalta, entretanto, que essas lutas pertencem à lógica mais tradicional da política, embora sejam ações negativas, elas estão ligadas às estruturas dos inconscientes masculinos e femininos, contribuindo para a perpetuação das relações sociais de dominação entre os sexos.

O *habitus* e o direito tendem a perpetuar o modelo dominante da estrutura familiar e o da sexualidade legítima, heterossexual, orientada para a reprodução. A socialização e a transmissão dos princípios de divisão tradicional são organizadas de acordo com o modelo dominante. Contudo, o surgimento de tipos de famílias compostas, o acesso público a novos modelos de sexualidade, entre outros fatores, contribui para aumentar as possibilidades em matéria de sexualidade, bem como o aumento do número de mulheres que trabalham, afetam a divisão das tarefas domésticas e os modelos

tradicionais masculinos e femininos acarretando conseqüências na aquisição de posições diferenciadas dentro da família.

Um termômetro disto, para o autor, é o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior, relacionado com as transformações das estruturas produtivas, modificando a posição das mulheres na estrutura do trabalho. Aumentou o número de mulheres em posições intelectuais e administrativas e nas atividades de venda de serviços simbólicos como: jornalismo, cinema, televisão, rádio, decoração e relações públicas. Houve um aumento também nas profissões mais próximas da definição tradicional de atividades femininas: ensino, assistência social e paramédicas. Mas elas continuam sendo excluídas dos cargos de autoridade e de responsabilidade, principalmente na economia, finanças e na política.

"...as moças estão menos representadas nos departamentos mais cotados, mantendo-se sua representação inferior nos Departamentos de Ciências, ao passo que cresce no Departamento de Letras. Nos liceus profissionais elas permanecem, igualmente, direcionadas sobretudo para as especializações tradicionalmente consideradas 'femininas' e pouco qualificadas (como as de empregadas da coletividade ou do comércio, secretariado e profissões da área de saúde), ficando certas especialidades (mecânica, elétrica, eletrônica) praticamente reservadas aos rapazes ." (BOURDIEU, 1999, p.109)

BOURDIEU (1999) mostra que está tendo uma mudança, mas que a estrutura das distâncias se mantém. As posições que se feminizam estão ou desvalorizadas ou são declinantes. A remuneração feminina é menor e com o mesmo diploma que um homem, elas obtêm cargos menos elevados. Independente da posição que a mulher ocupa no espaço social, elas têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um "coeficiente simbólico negativo", como uma característica por pertencer a um grupo social

estigmatizado, afetando negativamente tudo que elas são e fazem. Por outro lado, elas continuam separadas umas das outras por diferenças econômicas e culturais, estabelecendo distintas maneiras objetivas e subjetivas de sentirem e vivenciarem a dominação masculina. As próprias mudanças da condição feminina obedecem à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens dominam o espaço público e a área de poder, principalmente econômico, referente à produção e as mulheres dominam o espaço privado, doméstico, referente à reprodução, onde se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos e suas extensões como serviços sociais (hospitalares) e educativos, e a área de produção simbólica como jornalismo, artes literária e artística. O autor acredita que as antigas estruturas da divisão sexual determinam a direção e a forma das mudanças atuando de acordo com três princípios sobre as mulheres e o próprio ambiente: o primeiro princípio diz que as funções que convêm às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas (ensinos, cuidados e serviços); o segundo diz que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens; o terceiro atribui ao homem o monopólio de manutenção do maquinário e objetos técnicos. As mulheres transferem o papel de gestão do capital simbólico que ocupam na família, para dentro das empresas, coordenando atividades de apresentação, de representação, recepção (aeromoça, recepcionista, anfitriã etc) e a gestão de rituais burocráticos (semelhantes aos rituais domésticos) contribuindo para a manutenção e o aumento do capital social de relações e do capital simbólico da empresa. Quanto às mulheres que conquistaram cargos de chefia e posições de destaque dentro do mercado de trabalho, BOURDIEU (1999) mostra que elas, em grande parte, pagaram um preço por esse sucesso profissional, com um menor sucesso na ordem doméstica (casamento tardio, divórcio, celibato, dificuldade com os

filhos) e na economia dos bens simbólicos. Para Bourdieu a tradição ainda persiste na modernidade.

Giddens mostra que ocorreu uma ruptura da tradição na modernidade e que sua característica marcante é a reflexividade tanto no nível institucional quanto individual; acentua a reflexividade individual e social e a aceleração do tempo histórico⁴. Analisa a sociedade moderna, mais especificamente as conseqüências da modernidade como a globalização, as mudanças da sexualidade nessa cultura e como elas afetaram a vida privada. O autor define modernidade como:

"... estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência." (GIDDENS, 1991, p.11)

Os modos de vida produzidos durante a modernidade desvencilharam todos os tipos tradicionais de ordem social, tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade. No plano extensional, as mudanças serviram para estabelecer formas de interconexão social envolvendo todo o globo; e em termos intencionais, as mudanças alteraram as características mais íntimas e pessoais da existência cotidiana. Ele distingue três aspectos que identificam as discontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais. O primeiro refere-se ao ritmo acelerado de mudança da era da modernidade, separando o tempo do espaço; o segundo é o alvo da mudança, ao colocar diferentes áreas do globo em interconexão; a transformação social atinge toda a superfície da Terra; o terceiro aspecto refere-se à natureza intrínseca das instituições modernas, que não existiam na ordem tradicional, como por exemplo, o

sistema político do estado-nação ou a dependência de fontes de energia inanimadas (GIDDENS 1991).

GIDDENS (1991) argumenta que a sociedade moderna possui mais riscos e é mais perigosa que as pré-modernas. Ele classifica os riscos característicos da globalização, entre eles o risco de uma guerra nuclear que ameaça a extinção da humanidade; ou o risco referente à expansão da quantidade de eventos que afetam pelo menos grande parte das pessoas do planeta, como mudanças na divisão global do trabalho; ou ainda o risco que é fruto do meio ambiente criado, ou da natureza socializada; e os riscos ambientais institucionalizados derivados do mercado financeiro. Outra especificidade da sociedade moderna é o referencial das relações de confiança. Enquanto nas sociedades pré-modernas a confiança se estabelece localizada no sistema de parentesco, no âmbito da comunidade, na religião e na tradição, na sociedade moderna ela ocorre em sistemas abstratos desencaixados, como relações pessoais de amizade, relações através de extensões indefinidas de tempo-espaço e em pensamentos orientados para o futuro como uma forma de conectar passado e presente. A relação de confiança é a condição do distanciamento tempo-espaço e das grandes áreas de segurança na vida cotidiana que as instituições modernas oferecem diferente do mundo tradicional.

Para GIDDENS (1991), a globalização é uma das principais conseqüências da sociedade moderna. Ela é a difusão das instituições ocidentais no mundo, destruindo as outras culturas. A globalização é um processo de desenvolvimento

⁴Giddens recusa o evolucionismo e o materialismo histórico, enfatizando a diferenciação social, a crescente adaptação das sociedades ao meio e o desenvolvimento individual e social (DOMINGUES, 2001). Giddens opõe-se à teoria da história que atribui importância aos episódios cruciais no curso das mudanças sociais; prefere ressaltar as soluções de continuidade e não as continuidades da história.

desigual que introduz novas formas de interdependência mundial, anulando os "outros".
Passa a envolver todas as sociedades: ocidentais e orientais.

Giddens teoriza a história utilizando-se de conceitos de estruturação, enfatizando a ação social, as subjetividades coletivas e as conseqüências não intencionais que dela se desdobram em episódios que modificam o curso da vida social (DOMINGUES, 2001).

"Devemos ser cuidadosos com o modo de entender a historicidade. Ela pode ser definida como o uso do passado para ajudar a moldar o presente, mas não depende de um respeito pelo passado. Pelo contrário, historicidade significa o conhecimento sobre o passado como um meio de romper com ele - ou, ao menos, manter apenas o que pode ser justificado de uma maneira proba." (GIDDENS, 1991, pág.56)

O futuro é considerado aberto na modernidade e é mais importante que o passado. Por um lado, nas culturas tradicionais o passado e os símbolos são valorizados porque perpetuam a experiência de gerações. A tradição integra a monitoração da ação com a organização do tempo-espacial da comunidade. O passado, o presente e o futuro são estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição é reinventada a cada nova geração, conforme essa assume sua herança cultural dos precedentes. Além de a tradição resistir à mudança, ela também pertence a um contexto em que a mudança pode ter alguma forma significativa. Nas civilizações pré-modernas, a reflexividade está limitada à reinterpretação e esclarecimento da tradição. Por outro lado, com o advento da modernidade, a reflexividade é introduzida na própria base da reprodução do sistema, o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. A vida cotidiana não tem nenhuma conexão com o passado, não se cultua uma prática por ela ser tradicional. A

tradição pode ser justificada quando apoiada na reflexividade das interações dos agentes sociais.

"A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Temos que elucidar a natureza deste fenômeno. Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas."
(GIDDENS, 1991, pág. 45)

O autor caracteriza a sociedade moderna como dinâmica e isto se deve a três fontes interligadas: a primeira refere-se à separação entre tempo e espaço; a segunda diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos de desencalxe, o qual retira a atividade social de contextos localizados e reorganiza as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais; e a terceira é a apropriação reflexiva do conhecimento. Esse torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da rigidez tradicional. Quanto às instituições dominantes da sociedade moderna, GIDDENS (1991) enfoca o industrialismo, como uma ramificação do sistema capitalista. Sua característica principal é o uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel das máquinas no processo de produção. O industrialismo pressupõe a organização social regularizada, coordenando a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matéria-prima e bens.

"O industrialismo se torna o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade. Na maior parte das culturas pré-modernas, mesmo nas grandes civilizações, os seres humanos se viam em continuidade com a natureza. Suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da natureza - a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais. A indústria moderna, modelada pela aliança da ciência com

a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneira inimaginável às gerações anteriores. Nos setores industrializados do globo - e, crescentemente, por toda parte - os seres humanos vivem num ambiente criado, um ambiente de ação que, é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas, mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos." (GIDDENS, 1991, pág. 66)

Para o autor há uma conexão entre as tendências globalizantes da modernidade e a transformação da intimidade na vida cotidiana, relacionando essa mudança com as relações de confiança pessoal e as circunstâncias de construção do eu como projeto reflexivo. O controle declinante do Ocidente sobre o resto do mundo é resultado de sua disseminação global, afetando o evolucionismo, a teleologia histórica, o reconhecimento da reflexividade meticulosa, constitutiva e, por fim, a própria posição privilegiada do Ocidente. (GIDDENS, 1991)

"...a transformação da intimidade envolve o seguinte:

- 1. Uma relação intrínseca entre as **tendências globalizantes** da modernidade e **eventos localizados** na vida cotidiana - uma conexão dialética, complicada entre o 'extensional' e o 'intencional'.*
- 2. A construção do eu como um **projeto reflexivo**, uma parte elementar da reflexividade da modernidade; um indivíduo deve achar sua identidade entre as estratégias e opções fornecidas pelos sistemas abstratos.*
- 3. Um impulso para a auto-realização, fundamentado na **confiança básica**, que em contextos personalizados só pode ser estabelecida por uma 'abertura' do eu para o outro.*
- 4. A formação de laços pessoais e eróticos como 'relacionamentos', orientados pela **mutualidade de auto-revelação**.*
- 5. Uma **preocupação com a auto-satisfação**, que não é apenas uma defesa narcisista contra um mundo externo ameaçador, sobre os quais os indivíduos têm pouco controle, mas também em parte uma **apropriação positiva** de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem a vida cotidiana." (GIDDENS, 1991, pág. 126)*

O movimento feminista, bem como todos os movimentos sociais, participam da reflexividade da modernidade. Ao buscar assegurar os direitos de igualdade política e econômica, os movimentos feministas questionam os elementos constitutivos das relações entre os gêneros. Discute o que é sexo e as características básicas da identidade pessoal. As questões levantadas pelo feminismo estão interligadas ao tema do eu como um projeto reflexivo. Seus objetivos são complexos e transcendem as dimensões institucionais da modernidade. Como todos os movimentos sociais, em geral, são formas de despertar consciências, influenciar a opinião pública e possibilitar mudanças na formação de um mundo mais seguro e humano.

Ao analisar as transformações da intimidade na cultura moderna, GIDDENS (1993) enfoca que as mulheres exerceram papel fundamental nesse processo, viabilizando a possibilidade de uma democratização da esfera pessoal. Em sua análise do comportamento feminino mostra as transformações que sofreu desde o século XVIII até o momento atual. As mudanças na vida privada ganharam espaço na vida pública, alterando as relações entre os gêneros.

GIDDENS (1993) faz uma releitura do trabalho de Rubin⁵, mostrando que a mudança da sexualidade acompanha as mudanças da sociedade. A sexualidade é uma elaboração social que opera dentro da esfera do poder, não se limita a estímulos biológicos que encontram ou não liberação direta. A noção de matrimônio mudou no século XIX, deixando de ser motivada apenas por interesses econômicos, passando para a ordem social com ideais românticos. O romance foi a primeira forma de literatura a

⁵ Refere-se à história sexual de mil pessoas heterossexuais nos Estados Unidos, entre 18 e 48 anos de idade. Nesse estudo, a autora constatou mudanças nas relações entre homens e mulheres nas últimas décadas, mas mesmo com as mudanças no comportamento dos entrevistados mais jovens, os discursos ainda revelaram desigualdade entre os gêneros. Embora as mulheres tenham buscado mais experiências nas relações, nas últimas duas décadas, os homens afirmaram preferir para companheira as mulheres menos "vivas". (RUBIN, 1990)

alcançar as massas. Os ideais do amor romântico libertaram o vínculo conjugal de laços de parentescos mais amplos. Maridos e esposas eram vistos como colaboradores de um empreendimento emocional conjunto, tendo maior relevância que as obrigações com os filhos.

No século XX, mudou-se a noção de sexualidade com a reprodução autônoma e a elaboração de tecnologias reprodutivas. A reprodução passou a se tornar possível com a ausência da atividade sexual, o que para o autor significa uma libertação final para a sexualidade, deixando de ser apenas reprodução e passando a ser uma qualidade dos indivíduos e de suas relações mútuas. A revolução sexual das últimas duas décadas criou a sexualidade plástica, principalmente a autonomia sexual feminina e o florescimento da homossexualidade. O prazer sexual feminino estava, antes, em diversas culturas, atrelado ao medo de gestações repetidas, aos índices altos de mortalidade infantil e materna. O surgimento da AIDS reintroduziu a conexão entre a sexualidade e a morte, porém a AIDS não faz distinção entre os sexos (GIDDENS 1993).

Em uma retrospectiva histórica, busca nas pesquisas antropológicas a definição de amor. Cita o estudo de Malinowski sobre os habitantes da Ilha Trobriand, no qual o autor mostra que a paixão para os nativos provoca a mesma reação que nos europeus: atormenta a mente e o corpo, leva a um impasse, a um escândalo ou tragédia, e raramente ilumina a vida e traz alegria. No Egito a paixão também era retratada assim. O amor apaixonado é um fenômeno universal encarado como ruim para a ordem e o dever social e normalmente ele é a base necessária ou suficiente para o casamento. Na Europa pré-moderna, os casamentos eram concretizados em interesses econômicos,

relações de poder e não em atrações sexuais. O amor paixão se realizava nas relações extra conjugais.

A partir do final do século XVIII, surge o amor romântico, que coincidiu com a emergência da narrativa da novela. Ele introduziu a idéia de uma narrativa individualizada, inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal, sem ligação particular com os processos sociais mais amplos.

O amor apaixonado gera uma quebra na rotina e no dever, é visto como libertador, colocando à parte as instituições existentes. Os ideais do amor romântico, por sua vez, estão nos laços emergentes entre a liberdade e a auto realização. Ele rompe com a sexualidade e vê na outra pessoa qualidades que a tornam um ser "especial". O homem passa a assumir um papel importante também na família, torna-se mais emotivo e sua relevância deixa de ser apenas aplicada ao local de trabalho. O centro da família deixa de ser a autoridade patriarcal e passa para a afeição maternal. Para o homem, o amor romântico era o amor respeitável e a sexualidade era praticada com a prostituta ou amante. Durante o período vitoriano, as guerras, as práticas de esportes e outras atividades de lazer enfraqueceram as amizades masculinas, os sentimentos de camaradagem masculina foram deslocados para essas atividades desviando o envolvimento mútuo que os camaradas mantinham um pelo outro. Por outro lado, a amizade entre as mulheres se fortaleceu na condição de igualdade pessoal e social. Elas confessavam as decepções do casamento.

Enquanto a literatura romântica era idealizada, as histórias românticas refletiam a incapacidade de se chegar a um acordo com a auto-identidade frustrada na vida social real. O amor romântico proporciona uma trajetória de vida prolongada, um

futuro previsto e maleável. Cria-se uma história compartilhada, separando o relacionamento conjugal de outros aspectos da organização familiar.

GIDDENS (1993), ao analisar a pesquisa de Thompson⁶, constata que atualmente as adolescentes americanas têm problema em exercer a liberdade sexual já conquistada, porque as atitudes masculinas ainda carregam valores tradicionais. Os discursos mostram que elas têm consciência que um trabalho remunerado e a formação profissional serão a base de sua autonomia futura. Por outro lado, revelam também o desejo de um relacionamento ideal, romântico.

Outra mudança do comportamento feminino é a saída do lar paterno. GIDDENS (1993) cita os estudos de Emily Hancock, realizados no final da década de 1980, sobre a história de vida de 20 mulheres americanas, de classes sociais diferentes, entre 30 e 75 anos de idade. A autora constatou que as gerações anteriores abandonavam o lar paterno no momento do casamento. Para a última geração, sair de casa significava viver sua própria vida, contudo as entrevistadas identificaram sua inserção no mundo externo com o estabelecimento de uma ligação. É o que foi denominado de “discurso do nós”. O homem sozinho, por sua vez, não enxerga esta ligação e usa o discurso do "eu". A maioria das mulheres entrevistadas busca libertar-se das vidas de suas mães, definidas como “domesticidade confinada”, porém sem perder a feminilidade. Elas traçaram alterações na auto-identidade à medida que se depararam e foram confrontadas com mudanças na natureza do casamento, da família e do trabalho.

⁶ A autora entrevistou cento e cinquenta adolescentes americanos de classes e origens étnicas diferentes. As adolescentes falaram mais sobre o amor e os discursos se assemelharam à narrativa dos romancistas. Relacionaram o sexo com o amor romântico, na medida em que buscavam o amor romântico, praticavam atividade sexual. Enquanto para os garotos a atividade sexual era vista como um troféu, uma conquista, para as mulheres era interpretada como uma entrega, uma doação. As garotas preferem retardar a entrega sexual e os garotos buscam forçar a iniciação sexual. (THOMPSON, 1989)

"O paradoxo é que o casamento é utilizado como um meio para se alcançar uma certa autonomia...A separação entre o casamento e sua raízes tradicionais nos 'fatores' externos impôs-se muito mais intensamente sobre as mulheres do que sobre os homens, que poderiam encontrar no casamento e na família antes de tudo um refúgio do individualismo econômico." (GIDDENS, 1993, pág. 67-68)

Gerações que viveram a separação dos pais ajudaram a preparar o caminho para uma reestruturação da vida íntima de gerações futuras. Os adolescentes de hoje não falam tanto em casamento porque participam de uma reorganização pela qual passa o casamento e outras formas de vínculo pessoal. Nos discursos, usam o termo relacionamento. GIDDENS (1993) define relacionamento como um vínculo emocional próximo e contínuo com a outra pessoa. Usa o termo relacionamento puro para explicar uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo esforço dos envolvidos em mantê-la e que só continua enquanto as partes acreditam que extraem dela satisfações suficientes para mantê-la. No relacionamento puro, relacionam o amor à sexualidade, ele é parte de uma reestruturação genérica da intimidade e não se restringe ao casamento heterossexual. Nesse processo de mudança, a mulher esta a frente do homem. Grande parte dos homens separa o amor romântico das regras de sedução. Mas há ainda, em menor número, homens que acreditam no amor romântico, tratando a mulher de forma diferenciada e não como uma igual. São homens que dependem de uma mulher em particular ou várias, em seqüência. Essa característica é um regresso a épocas anteriores, embora nesse caso, o homem não seja um participante da exploração emergente da intimidade. As transformações do casamento e da vida pessoal afastaram o homem do desenvolvimento do domínio da intimidade (GIDDENS, 1993).

"As ligações entre o amor romântico e a intimidade foram suprimidas, e o apaixonar-se permaneceu intimamente vinculado à idéia de acesso: acesso a mulheres cuja virtude ou reputação era protegida até que pelo menos uma união fosse santificada pelo casamento. Os homens tenderam a ser 'especialistas em amor' apenas com respeito às técnicas de sedução ou de conquista". (GIDDENS 1993. pág. 70).

Atualmente, o amor romântico se fragmenta sob a pressão da emancipação e da autonomia sexual feminina. O amor confluyente é um amor ativo; ao contrário do amor romântico não tem a idéia de único e para sempre. Um dos seus efeitos é a sociedade, com aumento de casais separados e divorciados. Tanto o homem quanto a mulher não buscam a pessoa especial e sim o relacionamento especial. A união pelo amor confluyente pressupõe igualdade entre os gêneros na doação e no recebimento emocional, aproximando-se mais do protótipo do relacionamento puro. Ele se desenvolve à medida em que desenvolve a intimidade. O amor romântico é um amor sexual que liberta a arte erótica. O amor confluyente transforma a realização do prazer sexual recíproco em um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento. Ele traz a arte erótica para dentro do relacionamento. Antes, esta arte era cultivada por prostitutas e concubinas. O amor confluyente se desenvolve em uma sociedade onde quase todos têm a oportunidade de serem sexualmente realizados. Presume o desaparecimento entre mulheres respeitáveis e as marginalizadas da vida social. Ele não é necessariamente monogâmico, depende dos parceiros, o que o torna puro é a aceitação, por parte dos parceiros, da transparência da relação. Não é exclusivo das relações heterossexuais. Está relacionado com a auto-identidade e a autonomia pessoal.

As mulheres também desejam o sexo como componente básico de suas vidas e relacionamentos. Elas também podem sofrer do vício pelo sexo, não sendo uma "doença" exclusiva do homem. Ele define vício, de acordo com a medicina, como uma

patologia física, um estado do organismo. É medido pelo controle do indivíduo sobre sua vida, pelas conseqüências do hábito e pelas dificuldades do indivíduo em abandonar o vício. O comportamento compulsivo está associado à sensação de perda de controle sobre o eu. O vício se caracteriza quando o indivíduo não consegue realizar ações e desencadeia uma crise de ansiedade. Os vícios são compulsivos. A obra retrata que a sociedade atual e a sedução perderam parte dos seus significados, pois a mulher se tornou mais disponível sexualmente, assumiu uma certa igualdade em relação ao homem. Os garanhões perderam o sentido de ser. A integridade que o sedutor buscava romper, ou manter sob o seu poder, deixou de existir. Hoje, a integridade é peça fundamental do relacionamento puro, ela tornou-se um atributo ético que cada parceiro presume no outro. Em épocas anteriores, ser sedutor significava desafiar a mulher e todo um sistema de regulamentação sexual. Seduzir significava desafiar a ordem masculina de proteção e controle sexual (GIDDENS, 1993).

GIDDENS (1993) relaciona a transformação da intimidade com o sexo e o gênero, mas envolve também uma transição na ética da vida pessoal como um todo. Ele compara a transformação da intimidade à relação de parentesco, ao considerar a relação feminina como naturalmente outorgada, com uma série de direitos e deveres criados por laços biológicos e de casamento. Enquanto muitos acreditam que estas relações foram se destruindo com o desenvolvimento das instituições modernas, isolando a família nuclear, o autor acredita que esta visão é errada. Para ele, na sociedade da separação e do divórcio, a família nuclear gera novos laços de parentescos associados, por exemplo, as famílias recombinadas. Houve uma modificação na natureza dos laços à medida que os casais estão sujeitos a uma negociação maior que a anterior. A confiança, que nas sociedades

pré-modernas era a base das relações de parentesco, passou a ser negociada e o compromisso tornou-se uma questão tão problemática quanto nos relacionamentos sexuais. Para o autor, a tendência é aumentar os problemas e a compulsividade da sexualidade masculina à medida que dissolvem as seguintes formas sociais: domínio dos homens na esfera pública; padrão duplo; associada divisão das mulheres em puras (casáveis) e impuras (prostitutas, meretrizes, concubinas, sedutoras); compreensão da diferença sexual proporcionada por Deus, pela natureza ou pela biologia; transformação das mulheres em problemas, sendo obtusas ou irracionais em seus desejos e ações; divisão sexual do trabalho.

Considerando o aspecto da instituição, quanto mais prossegue a transformação da intimidade, mais a transição edípica tende a se vincular à aproximação: capacidade dos pais e dos filhos de interagirem, considerando os direitos e emoções do outro.

Uma das características da sociedade moderna é a relação mãe e filho. Ela é influenciada pelo que o autor chama de invenção da maternidade e reflete em outras mudanças que diferenciam as instituições modernas das pré-modernas. O domínio da mãe influencia psicologicamente ambos os sexos e, atualmente, está na origem de aspectos importantes da diferença entre os gêneros. No aspecto psicológico, as dificuldades do homem em relação à intimidade devem-se a uma visão da mulher que remete à mãe e uma narrativa emocional prescrita do eu. As mulheres, por sua vez, têm dificuldade nas relações com o poder do homem. Na busca pela igualdade, elas podem colidir psicologicamente com a busca por uma figura masculina emocionalmente remota e autoritária.

GIDDENS (1993) argumenta que o sentido inicial de auto-identidade, com potencial para a intimidade, é desenvolvido pela identificação com uma figura feminina universalmente importante. Para alcançar a independência, o filho tem que em algum momento libertar-se da influência da mãe e desligar-se do seu amor. O desvio está no caminho da masculinidade e não da feminilidade. A insegurança, o sentimento de perda atinge as origens da auto-identidade masculina.

"Partindo-se deste ponto de vista, para ambos os sexos, o falo, essa representação imaginária do pênis, deriva o seu significado da fantasia da dominação feminina. Simboliza a separação, mas também a revolta e a liberdade. Na fase anterior à transição edípica, o poder fálico provém mais da separação das esferas de autoridade da mãe e do pai, do que da simples superioridade masculina em si. O falo representa a liberdade da esmagadora dependência da mãe, assim como a capacidade de se afastar do seu amor e da sua atenção; é um símbolo-chave na busca inicial da criança por uma auto-identidade independente." (GIDDENS, 1993, p.130)

Por um lado, o homem não quer perder o poder. A divisão sexual do trabalho ainda está intacta, em casa e no trabalho. Entretanto, na medida em que o poder do homem está baseado na cumplicidade feminina e nos préstimos econômicos e emocionais que a mulher proporciona, ele está ameaçado.

As mulheres conquistaram, recentemente, liberdades notáveis comparadas com décadas passadas. A transformação organizacional e pessoal está inserida no desenvolvimento das sociedades modernas. As mulheres ficaram encarregadas de administrar a transformação da intimidade que a modernidade colocou em andamento. A reivindicação do prazer sexual feminino transformou-se em um elemento básico da reconstituição da intimidade. Para os homens, a atividade sexual tornou-se compulsiva, isolando-se dessas mudanças mais subterrâneas. A sexualidade é

importante por ser um ponto de conexão entre dois processos: o seqüestro da experiência e a transformação da intimidade. O seqüestro da experiência separa os indivíduos de alguns dos importantes pontos de referência moral, que ordenaram a vida social nas culturas pré-modernas, nas quais as relações com a natureza e com a sucessão de gerações eram coordenadas pelas formas tradicionais da prática e por códigos éticos de inspiração religiosa (GIDDENS, 1993).

A emancipação sexual pode ser o meio para se conseguir uma reorganização emocional mais abrangente da vida social. Seria uma democratização radical da vida pessoal, incluindo também relações de amizade entre pais e filhos e outros parentes (GIDDENS, 1993).

A busca pela democracia, no domínio público, foi de início um projeto masculino. As mulheres conseguiram participar através da sua própria luta. Já a democratização na vida pessoal é um processo menos visível e a mulher desempenhou o papel principal. Os benefícios de ambas as conquistas, contemplaram a todos.

O autor define democracia como um interesse de assegurar relações livres e iguais entre os indivíduos, buscando promover os seguintes resultados:

1. a criação de circunstâncias em que as pessoas possam desenvolver suas potencialidades e expressar suas diversas qualidades;
2. a proteção do uso arbitrário da autoridade política e do poder de coerção;
3. o envolvimento dos indivíduos na determinação das condições de sua associação;
4. a expansão da oportunidade econômica para o desenvolvimento dos recursos disponíveis.

Com o desenvolvimento da sociedade moderna, a emoção torna-se, em grande parte das vezes, uma questão de política de vida. No campo da sexualidade, a emoção, como um meio de comunicação e também de compromisso e de cooperação com os outros, é importante. Proporciona a possibilidade de revitalização do erótico, não como uma habilidade das impuras, mas como uma qualidade genérica da sexualidade nas relações sociais formadas pela mutualidade. O erotismo é o cultivo de sentimento expresso pelo corpo, em um contexto comunicativo. Assim, o erótico é o oposto do "controle" da emoção. Antes, a sexualidade e a reprodução estruturavam uma à outra. A reprodução era vista como um fenômeno biológico; organizava o parentesco, era organizada por ele e conectava a vida do indivíduo à sucessão de gerações. A sexualidade era um meio de transcendência. A vida individual era parte de uma ordem simbólica mais abrangente. Atualmente, a sexualidade conduz a um eco de transcendência cercado de desilusão.

"Uma civilização sexualmente viciada é aquela em que a morte ficou despojada de significado; a essa altura, a política de vida implica uma renovação de espiritualidade. Deste ponto de vista, a sexualidade não é a antítese de uma civilização dedicada ao crescimento econômico e ao controle técnico, mas a incorporação do seu fracasso." (GIDDENS 1993. p.221)

Os atores são dinâmicos podendo alterar seu comportamento e produzir uma mudança social. A concepção de "estruturação" é vista como um processo contínuo. Giddens atribui relevância ao sujeito individual, enquanto Bourdieu trabalha com a noção do coletivo como agente da história. Giddens aborda a idéia de que a consciência está dividida em "prática" e "discursiva", na "prática" os atores são hábeis na vida social sem necessariamente terem um conhecimento conceitual das regras que regem seu processo

interativo, assemelhando-se à teoria do *habitus* de Bourdieu. Na sua noção de "conseqüências não intencionais da ação", Giddens mostra que a ação dos atores decorre conhecendo ou não os resultados produzidos. Eles têm consciência das ações mas não necessariamente controlam os seus resultados. A "consciência discursiva" passa a praticar o conhecimento reflexivo aplicado às condições de reprodução do sistema, alterando as circunstâncias às quais ele originariamente se referia. O autor entende estrutura como algo condicionante da ação dos atores e ao mesmo tempo, como capacitador de sua ação. Ela é composta de regras e recursos que definem parâmetros para a ação, fornecendo-lhes instrumentos para agir. A estrutura é vista por Giddens como algo real, cristalizada em traços sociais da memória incorporados nas instituições e na mente dos sujeitos. Tem um caráter virtual, existindo fora do tempo e do espaço, presente na constituição dos sistemas sociais. Vê os sistemas sociais como um processo interativo que constitui totalidades estruturadas, proporcionando a junção da ação com a estrutura.

Comparando os dois autores, Bourdieu mostra a dominação masculina ainda predominante na sociedade moderna, inserida no *habitus* dos agentes sociais, os quais a reproduzem em um movimento contínuo. O velho e novo convivem no *habitus*. Homens e mulheres reproduzem as relações de dominação na intimidade.

Embora ele mostre algumas conquistas femininas na esfera do trabalho, escolaridade e na vida privada, essas conquistas não diminuíram a distância entre os gêneros. Elas ocorrem dentro de uma área permissível, sem causar grandes mudanças, mantendo as relações de poder. Aumentou o número de mulheres com escolaridade, com curso superior, trabalhando fora do "lar" e a quantidade de divórcios. No entanto, grande parte das mulheres que trabalham ocupam cargos subalternos aos homens, ou ocupam

cargos em novas carreiras não protegidas, ou ganham um salário menor, ou ainda estão em "profissões" relacionadas às características femininas (assistencialismo, enfermidades, educação) ou mesmo áreas que reproduzem o poder simbólico como: artes, espetáculos e jornalismo. As posições de poder político e econômico ainda são ocupadas em sua maioria por homens. Giddens, ao contrário, defende a idéia de que a sociedade contemporânea está passando por mudanças sociais, de comportamento e de mentalidade, sendo que no espaço privado, em particular, as transformações são provocadas pelas mulheres e, atualmente, elas vêm conquistando o espaço público. Aspectos modernos da sexualidade - métodos contraceptivos, relações homossexuais e liberação sexual da mulher - refletem no modo de vida, alterando os valores sociais mesmo que de forma inconsciente. As transformações do espaço privado ganharam o espaço público.

O diferencial entre os dois autores é que, enquanto Bourdieu mostra que apesar de todas alterações ocorridas na sociedade contemporânea, o campo da dominação masculina continua, Giddens enfoca que estão ocorrendo mudanças sociais, de mentalidade e de comportamento na sociedade e que a mulher vem conquistando seu espaço enquanto agente da história.

4. MULHER: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

4.1. Hochschild e a administração das emoções como alternativa à polaridade de Bourdieu e Giddens sobre as relações de gênero na contemporaneidade

As visões polares do impacto da modernidade nas relações de gênero, apresentadas nas concepções de Bourdieu e Giddens, precisam ser medidas pela forma como o gênero foi construído como categoria de análise. Esse aspecto torna-se essencial para a compreensão de nosso objeto de pesquisa. Nossos sujeitos de pesquisa são mulheres jornalistas, brancas que pertencem ao estrato social médio, de gerações diferentes, residentes na capital e no interior do estado de São Paulo. Profissão e gênero são categorias de análises essenciais para a compreensão desse objeto de estudo.

Dentro da proposta de ver o gênero como categoria e o sujeito como um ser múltiplo, a autora americana HOCHSCHILD (1997, 2003) estuda as relações entre os gêneros na sociedade capitalista do século XX, mais especificamente as relações entre emoção, gênero, família, capitalismo e globalização, e mostra que há um *mix* de códigos culturais presentes na sociedade.

HOCHSCHILD (1997, 2003) enfoca as mudanças no modo de vida americano nos últimos dois séculos. Antes as comunidades eram menores, grande parte das pessoas vivia na zona rural e com o passar dos anos ocorreu o êxodo rural, o desenvolvimento das cidades e aumentou o número de mulheres classe média trabalhando fora de casa. Essas transformações alteraram as relações tanto no ambiente público como no privado, cresceu o número de divórcios e de instituições para cuidarem das crianças enquanto os pais trabalham fora de casa. Alterou também as relações entre

os gêneros, evidenciando conflitos na tentativa dos gêneros de encontrar cada um o seu lugar na nova realidade.

O modelo proposto pela autora para entender a "revolução" no gênero, ocasionada pela migração do campo para a cidade, envolve quatro aspectos: o primeiro refere-se à cultura, o segundo à emoção, o terceiro à família e ao trabalho e o quarto são as mudanças no cuidar da criança. Sua discussão é contextualizada no sistema capitalista americano, todos esses itens citados acima estão inter-relacionados e um interfere na atuação do outro. Para Hochschild, este modelo pode ser aplicado em todas as localidades que adotaram o modo de produção capitalista.

A autora discute essas mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e na vida familiar, sob uma nova ótica, propondo a necessidade de uma sociologia para entender o sentimento, a qual ela denomina de Sociologia das Emoções. Ela estabelece uma ligação entre a estrutura social e a emoção. HOCHSCHILD (1997, 2003) faz uma crítica aos problemas de autenticidade e desavenças decorrentes do modo de produção capitalista da sociedade contemporânea e mostra os dilemas que envolvem os indivíduos em administrar suas emoções nas esferas pública e privada e as perdas de sua autenticidade como fruto da relação conflituosa entre as experiências emocionais, as regras de sentimento e a ideologia. A sociedade mudou, mas persistem na cultura os dois modelos de relações de gênero diagnosticadas por Bourdieu e por Giddens, que não são excludentes. Não existe uma cultura de gênero única, aplicável aos dois ambientes, mas diferentes códigos culturais atuantes na sociedade, com a convivência de modelos tradicionais (referente ao século XIX) e modernos (frutos das transformações ocasionadas pela inserção da mulher no trabalho) e a existência dessa pluralidade permite à mulher

compor códigos de gêneros diversos para si, combinando essas duas culturas dependendo da situação.

Os códigos que atuam sobre os gêneros são diferentes e eles reafirmam o modelo patriarcal das relações. A autora faz uma analogia entre a superioridade do homem sobre a mulher e a dos pais sobre os filhos. O modelo feminino reafirma a força protetora masculina.

A proposta de HOCHSCHILD (2003) fundamenta-se em Ann Swidler, na discussão sobre uma mistura dos códigos de gêneros (femininos e masculinos) existentes na cultura, o tradicional (hierárquico) e o moderno (igualitário). O primeiro refere-se ao código que prevaleceu no século XVIII e persiste até o momento atual, refere-se à dependência econômica da mulher em relação ao homem e ao tratamento desse como um ser superior. Ele prescreve regras assimétricas entre os gêneros e atribui mais poder ao homem que à mulher. O segundo faz uma ligação entre o movimento das mulheres de trabalhar fora e a cultura ideal do movimento feminista. Ele estende à mulher muitas regras sociais da cultura do trabalho masculino. Hoje, o vestuário feminino, estilo, preocupação com o corpo, postura, vocabulário, expressões de sentimento e de administração das emoções mesclam esses diferentes códigos. As mulheres constroem sua identidade de acordo com as combinações e equilíbrio que elas estabelecem entre esses dois códigos. A mulher, por exemplo, pode ser passiva em casa e atuante no trabalho ou vice-versa dependendo da forma como ela define a situação, seja no emprego ou no lar; na vida privada ou pública. O princípio é a combinação desses dois códigos de acordo com o enquadramento que fazem da situação seja no trabalho ou em casa. Em um mesmo ambiente, a mulher pode mesclar os dois códigos, dependendo do trabalho das

emoções. Experimentar como esses códigos são sentidos pelas mulheres é que vai levar ao processo de encaixar ou não o código com o self essencial. Essa diferenciação ideológica é feita tomando como base regras para administrar os sentimentos. Para a autora, a ideologia se conecta aos sentimentos e essa conexão é feita pelas regras de sentimento e pelas regras de enquadramento. Essas últimas são descritas como atribuição de definição ou significado às situações (HOCHSCHILD, 2003).

" In daily life, the individual actor mixes one look with another, one interaction style or emotional ideal with another. Half-wittingly, she blends parts of the two codes, or alternates between them depending on the situation at hand.." (HOCHSCHILD, 2003, pág. 48)⁷

As sociedades capitalistas modernas revelam que o processo envolvendo os sentimentos reais e ideais leva a uma perda de autenticidade. Por um lado, a modernidade valoriza a busca do sentimento verdadeiro (*self*) mas, por outro, esse sentimento tem que ser administrado, adequado aos comandos. O trabalho emocional é a forma consciente utilizada pelo ser humano para suprir a distância entre o seu sentimento real e o ideal. HOCHSCHILD (2003) propõe relacionar os sentimentos individuais com os contextos sociais, passando a incorporar características externas e não se limitando apenas à esfera individual.

Para HOCHSCHILD (2003), há três imagens atuando sobre o *self* (própria pessoa): a primeira é a da consciência, refere-se ao código de si próprio. É quando o indivíduo conscientemente quer alguma coisa e calcula os méritos e significados para adquiri-la; a segunda é a da inconsciência que guia os indivíduos por motivações

⁷ "Na vida diária, o ator individual mistura um olhar com o outro, um estilo de interação ou ideal emocional com outro. Espirituosa, ela mescla parte dos dois códigos ou se alterna entre eles dependendo da situação."

inconscientes e leva-o a pensar ou fazer coisas ditadas por "entendidos" e não por si mesmo; e a terceira é a capacidade de percepção e sentimento que é a expectativa do indivíduo de sentir e o que ele quer sentir. O campo da sociologia das emoções busca entender a relação entre a estrutura social e a emoção, partindo da aproximação dessas três imagens.

Entende-se como trabalho das emoções o processo pelo qual as pessoas têm como referência um padrão de sentimento ideal construído na interação social. Mesmo quando as pessoas não o sentem, elas procuram adaptar suas emoções a esse padrão de sentimento ideal. O trabalho das emoções se destaca sempre no lado mais frágil das relações. Ele cabe principalmente à mulher para lidar com a dupla jornada e o custo emocional que esse trabalho das emoções representa tanto na negação do problema quanto nas separações conjugais que causam, tornam-se uma terceira jornada de trabalho na vida cotidiana. As mulheres administram suas emoções, os seus custos e benefícios nos ambientes público e privado.

A autora aproxima dois modelos diferentes para estruturar sua discussão sobre o trabalho das emoções. O primeiro corresponde ao interacionismo simbólico, destacando o autor Erving Goffman que discute como as pessoas expõem seus sentimentos, focando o que os indivíduos sentem ou não conscientemente. Ele faz um estudo sobre a relação entre situações sociais imediatas e macroestrutura, mostrando que há um poder das forças sociais atuando sobre os indivíduos. O segundo modelo é o da psicanálise de Freud que trata do sentimento inconsciente. Ele estuda o sentimento individual como um dos pontos de "afeto inapropriado" porque nem sempre está de acordo com os sentimentos coletivos (regras sociais). O indivíduo que não se adapta às regras

coletivas, ditas como naturais, não é considerado psicologicamente sadio. HOCHSCHILD (2003) retira de Goffman a interação dos atores, mas o critica por não ter dado uma psique a eles e nem ter explicado de onde vinham os sentimentos que eles demonstravam nas representações. Da análise de Freud, ela extrai a psique, mas discorda da concepção dele sobre o *self* sendo emocional e inconsciente. Para ela, o *self* é "sentiente", capaz de sentir e consciente de ser assim, contrastando também com a visão de Goffman sobre o *self* consciente e cognitivo.

A proposta de HOCHSCHILD (2003) é alternar alguns pontos dessas duas análises para melhor entender as seguintes relações: entre o sentimento consciente e as regras de sentimentos conscientes; entre as regras de sentimento e o trabalho da emoção; e entre as regras de sentimento e a estrutura social. O ser humano cria mecanismos para trabalhar os sentimentos, preocupado em manter-se dentro de um padrão normal que permite a convivência social.

O trabalho da emoção possui três estratégias, as quais o indivíduo utiliza simultaneamente ou separadamente, para controlar suas emoções. São elas: o cognitivo (mudar imagens e idéias ou mudar os sentimentos associados a elas); o corpóreo (mudanças somáticas ou outros sintomas psíquicos de emoção); expressivo (tentar mudar os gestos expressivos internos ao sentimento).

Para a autora, há dois códigos polares de conduta, uma para o homem e outro para a mulher. De um lado, as mulheres assimilaram as antigas regras masculinas rapidamente, do outro, os homens têm mudado devagar em relação aos códigos femininos. Criou-se uma realidade onde as mulheres estão no trabalho, os homens estão

fora de casa e as crianças e os velhos providenciam seus próprios cuidados ou estão entregues aos cuidados comerciais.

HOCHSCHILD (2003) identifica quatro modelos de cuidados com a família derivados das combinações dos dois códigos: o tradicional; o pós-moderno; o moderno frio; e o moderno caloroso. No primeiro a mãe tem um trabalho remunerado, mas deixa de investir totalmente na profissão por ser ainda a principal responsável pelas obrigações da casa e do cuidar dos filhos. Refere-se à mulher que tem tripla jornada. O segundo modelo corresponde à situação da mãe que investe totalmente na profissão e não participa das atividades dos filhos, esses ficam desassistidos, seja sozinhos em casa ou em instituições. O problema desse modelo é que os pais se sentem culpados por não estarem tão presentes e atuantes na educação dos filhos. O terceiro modelo refere-se aos pais que trabalham fora e buscam instituições especializadas (impessoais) para cuidarem do filho, no período de até 12 horas diárias. Diferente do modelo anterior, nesse não há um sentimento de culpa por parte dos pais. O quarto e último modelo é considerado como ideal pela autora, pois os pais não abandonam totalmente as crianças, deixando-as em instituições de período integral as quais tem uma preocupação com o cuidar das crianças envolvendo os pais. Os pais compartilham as responsabilidades. O cuidar do filho é tão importante quanto o trabalho.

HOCHSCHILD (2003) faz uma analogia entre a obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*⁸, e o feminismo como movimento social que leva o espírito comercial para a vida íntima. A transformação da mulher dona de casa em profissional criou necessidades acentuadas pelo modo de produção capitalista como o

⁸ A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Editora Pioneira, 15ª Edição, 2000, São Paulo.

enfraquecimento da família, o declínio da igreja e a perda da comunidade local e tradicional. As preocupações com o corpo, cabelo, face e com o amor também passaram a ser exploradas pela cultura comercial, estabelecendo um novo mercado. São investimentos para obter uma melhor aparência, acreditando que com isso a mulher passa a ser mais agradável, "querida" pelo marido e conseqüentemente mais feliz. O espírito do capitalismo é transferido para o âmbito da vida íntima através do espírito comercial. Surgem novas oportunidades de relações motivadas pela lógica da mercadoria, causando a despersonalização das relações. É a troca do serviço por dinheiro. Há ofertas no mercado de serviços como: acompanhantes para viagens, ou para ir em jantares ou eventos de negócios, massagistas, enfim dependendo da necessidade e do serviço paga-se um valor pré-determinado, transformando as relações em negócios sem envolvimento pessoal ou emocional. O capitalismo está competindo no mundo das empresas e também com a família e, em especial, com o papel de mãe e esposa. O capitalismo possibilita o surgimento de mercados que acabam substituindo o papel e a estrutura da família e o simbolismo da mãe: a socialização da criança e a estabilização da personalidade do adulto.

"The ascetic self-discipline that the early capitalist applied to his bank account the twenty-first-century woman applies to 'having it all'...The commercial spirit of intimate life is made up of images that prepare the way for a paradigm so distrust. These are images of 'me' and 'you' and 'us' that are psychologically defended and shallow. It is also made up of a way of relating to others associated with the paradigm, a spirit of instrumental detachment that fits the emptied slots where a deeper 'me', 'you', and 'us' might be." (HOCHSCHILD, 2003, pág. 25)⁹

⁹ "A auto-disciplina ascética que os primeiros capitalistas aplicaram em sua conta bancária, a mulher do século XXI aplicou para "Ter tudo" [carreira, família, amor...]. O espírito comercial da vida íntima é construído por imagens que preparam o caminho para um paradigma tão desconfiável. Estas são as imagens de mim, de você e de nós que são psicologicamente defendidas e superficiais. Ela também é construída de modo a relatar aos outros associados com o paradigma, um espírito de distanciamento instrumental que se encaixa nos vazios (nas ranhuras) onde o meu, o seu e o nosso interior deveria estar."

HOCHSCHILD (2003) mostra que tanto a Escola de Frankfurt como autores mais recentes (Juliet Schor e Robert Kuttner) criticam este consumismo das relações no lar e a transformação das relações pessoais em mercadológicas. É a administração das emoções decorrentes da sociedade moderna. Esses autores têm ciência de que a família não está separada da cultura capitalista mas ressaltam que se deve atribuir valores diferentes ao mercado e ao lar, estabelecendo uma fronteira conveniente e real entre o ambiente público e o privado, com consciência e sentindo a ambivalência que existe entre esses dois ambientes, preservando assim, a família.

Outras conseqüências da vida na sociedade atual americana, apontadas por HOCHSCHILD (2003) são: o crescimento no número de divórcios e de mães solteiras. A União, por sua vez, reduziu os auxílios para o bem estar de pais com filhos dependentes passando a responsabilidade para os estados, que também reduziram os investimentos em recreações públicas, programas de parques e livrarias destinados a ajudar as famílias no cuidar das crianças, abrindo um vácuo nas políticas de auxílio, por parte do governo. As instituições oficiais não acompanharam as mudanças da sociedade contemporânea, deixando de oferecer apoio e estrutura à nova realidade das famílias modernas. Grande parte da responsabilidade em administrar essa nova realidade é das famílias, que devem reorganizar as relações na vida privada, incluindo o cuidar dos filhos.

Para HOCHSCHILD (2003), assim como o camponês teve que se adaptar à sociedade urbanizada e à cidade, a mulher tem que se adaptar à nova realidade social que inclui o trabalho e a casa, ela tem que se adaptar ao mundo industrial sem perder a cultura doméstica, cabe a ela manobrá-los. O gênero feminino lida com as ambigüidades e contradições de um mundo moderno regido por velhas regras.

HOCHSCHILD (1997) analisa a vida privada e pública de funcionários de uma firma americana que adota a política "family friendly". A autora entrevistou 130 funcionários da empresa Amerco¹⁰, todos com filhos, sendo pais casados e solteiros. Os informantes ocupavam diferentes postos: diretores, gerentes, funcionários de escritório e trabalhadores de chão da fábrica. Nesse estudo, a autora detém-se sobre o trabalho das emoções junto ao self em torno da dupla e tripla jornadas, e as conseqüências não intencionais da administração da vida íntima, na relação com filhos, cônjuge e no emprego.

O ambiente doméstico ainda é, em sua grande maioria, de responsabilidade feminina e um dos problemas apontados por HOCHSCHILD (1997) é a dificuldade dos pais em se dedicarem aos filhos e mesmo à família, em decorrência das extensas jornadas de trabalho exigidas pela sociedade contemporânea e da saída da mulher do lar para também trabalhar fora. Uma das opções para os pais são as creches, mas os estudos mostraram que o ideal é que a criança fique na creche de 6 a 7 horas diárias; nove horas diárias é considerado muito tempo. Por outro lado, deixá-las sozinhas em casa não é recomendável. Segundo a autora, estudos mostram que as crianças que ficam sozinhas em casa costumam usar álcool e drogas. As extensas jornadas de trabalho realizadas pelos pais, por sua vez, consomem grande parte do tempo, não deixando espaço para usufruir do lazer e das relações familiares, prejudicando as relações entre os companheiros.

⁶Esta empresa está entre as dez mais bem avaliadas, nos EUA, em termos de políticas para funcionários com filhos. Ela oferece cuidados com a família, além de creche e atividades recreativas para as crianças até o final da tarde, a fábrica permitia a adoção de tempo parcial, jornada partilhada com outro empregado, afastamentos não-remunerados, licença maternidade e paternidade, entre outros benefícios.

No sistema capitalista, na era da globalização, as empresas utilizam-se de três estratégias conjuntas para se manterem em competição: investem em treinamentos dos funcionários; deixam de dar tanta ênfase a profissionais mais experientes que exigem uma remuneração maior; e criam uma cultura envolvendo os empregados e motivando-os a se dedicarem ao trabalho. No local de trabalho, tenta-se criar a idéia de ser um ambiente agradável, eliminando a burocracia e diminuindo a hierarquia. A cultura da globalização e a competição por parte das empresas acabam colocando o funcionário em uma situação contraditória entre a realidade e o modelo ideal. Eles acabam trabalhando mais horas e executam mais tarefas e têm pouca segurança no emprego. Como não exigem uma pessoa qualificada, o treinamento realizado pela empresa é contínuo e oferecido aos novos funcionários contratados.

Nos depoimentos concedidos à HOCHSCHILD (1997) os empregados afirmaram que gostariam de se dedicar mais tempo à família e aos amigos. O modelo ideal empregado pelas empresas prega investimento no funcionário e recursos para envolvê-lo ativamente na atuação da empresa. Mas o clima envolvente adotado pelas empresas acaba sugando mais horas e dedicação do seu pessoal. A empresa ideal é aquela que se preocupa com a qualidade de vida e oferece oportunidades dos pais trabalharem em casa, dedicando assim mais tempo à família. No entanto, as pesquisas mostram que os funcionários desfrutam muito pouco do benefício. Eles acabam trabalhando mais, não porque necessitam aumentar a renda, mas sim, por medo de perder o emprego.

A mãe americana, que trabalha fora, tem na sua maioria a casa não como o lugar de descanso, pois quando retornam ao lar ainda tem que fazer o trabalho

doméstico, que não é reconhecido financeiramente e muito menos socialmente, como status ou prestígio. Nas entrevistas feitas por HOCHSCHILD (1997), as mulheres informaram que se sentem mais realizadas na empresa, pois o trabalho é remunerado e reconhecido socialmente, não se limita apenas a uma obrigação, como é vista a jornada da casa. Os pais entrevistados, por sua vez, falaram que sentem falta de tempo para descansar, mas comparados às mães, ainda conseguem reservar um tempo para o seu lazer, o que muitas vezes incomoda as suas esposas. Por outro lado, estudos recentes mostram que as mulheres que se dedicam apenas ao trabalho de casa são mais estressadas que as mulheres que tem uma atividade fora do lar. Essas últimas têm uma saúde mental e psicológica melhor do que as que não trabalham fora.

"In sum, then, women who work outside the home have better physical and mental health than those who do not, and not simply because healthier women go to work.." (HOCHSCHILD, 1997, 41)¹¹

A sociedade capitalista busca, na comunhão dos laços e das culturas corporativas, construir uma nova versão do capitalismo implantando a idéia de que o trabalho dos pais ajuda nas relações em casa estabelecendo um novo modelo de família. As empresas acabam exercendo mais poder sobre as famílias do que o contrário. Cabe às famílias se reorganizarem para conseguirem conciliar o trabalho com a vida privada e essa última sempre sai perdendo nessa divisão. O trabalho exige cada vez mais dos pais e desenvolve um sentimento de culpa por não estarem se dedicando aos filhos. Os pais tem que realizar o trabalho emocional para administrar essas duas realidades opostas. As crianças, por sua vez, resistem a esse ritmo de vida familiar de terem que se ajustar aos

¹¹ "Resumindo, então, as mulheres que trabalham fora têm uma saúde física e mental melhor que as que não trabalham fora, e não simplesmente porque mulheres mais saudáveis vão para o trabalho."

horários dos pais. Elas contestam com birra quando querem dormir e precisam acordar cedo para cumprir o horário da mãe, não comem no horário estipulado e querem brincar fora da hora determinada pelos pais. Essa situação também incomoda e angustia a mãe.

HOCHSCHILD (1997) mostra três estratégias apontadas pelos pais para amenizar este conflito: reduzir o tempo que acham que a família realmente precisa deles, como por exemplo, as crianças de 6 a 13 anos costumam ficar sozinhas depois da escola; comprar bens e serviços que economizam o tempo das mães; imaginar que se houvesse tempo, os pais atenderiam às necessidades dos filhos. Há pais que adotam uma dessas estratégias e há aqueles que utilizam as três.

Para HOCHSCHILD (1997), a sociedade contemporânea está passando por transformações decorrentes do modo de produção capitalista e da globalização e entre as conseqüências dessas mudanças estão a saída da mulher do lar para trabalhar fora, o aumento das jornadas de trabalho dos funcionários, independente do gênero, o aumento de divórcios, um crescimento de mães solteiras e uma preocupação com o cuidar dos filhos. No espaço público, a autora sugere que a mulher conquistou o mercado de trabalho e estabelece relações semelhantes ao homem, no entanto, no espaço privado ainda recai mais obrigações sobre a mulher, ficando ainda em situação de desvantagem em relação ao homem. Não há uma distribuição igualitária de direitos e deveres. Há uma "masculinização das mulheres", sendo que as mulheres entraram mais depressa no mundo dos homens. Esses, por sua vez, ingressam mais devagar no mundo feminino. Resultado é o descuido com o "cuidar".

HOCHSCHILD (1997, 2003) aborda o surgimento de um novo código de conduta à mulher, semelhante ao da cultura do trabalho masculino, porém, não deixou de

existir o código de conduta tradicional referente ao século XVIII que privilegia a dominação masculina. A mulher moderna dispõe desses dois códigos e os combina de acordo com a forma como ela define e enquadra a situação. Através dessa tipologia, incluindo os dois códigos de gênero, Hochschild mostra que o tradicional e o novo coexistem na sociedade contemporânea, diferenciando assim, da concepção de *habitus* construída por Bourdieu.

Enquanto para Giddens, a modernidade trouxe transformações e conquistas na vida privada, as quais extrapolaram para a vida pública, causando uma ruptura entre o presente e a tradição, para Hochschild o movimento ocorreu de forma contrária, ou seja, o ritmo do trabalho impôs-se sobre a vida familiar e a intimidade. Embora sua posição seja mais próxima da concepção de Bourdieu ao identificar a coexistência da tradição e do novo nas relações entre os gêneros, ela se diferencia na visão sobre o *habitus*, através da construção da tipologia dos códigos de gênero.

4.2. Gênero como categoria de análise

A sociedade brasileira está sob o domínio do patriarcado e para entender quem são essas mulheres jornalistas, porque optaram por essa carreira ou como se estabelecem suas relações profissionais e pessoais temos que entender o que é ser mulher e, mais especificamente, quem são essas mulheres que compõem nosso campo empírico. Os estudos sobre gênero, produzidos a partir da obra pioneira de Simone de Beauvoir e amplamente difundidos no final do século XX, trouxeram importante contribuição para a compreensão das relações privadas e sociais entre sexos, de tal forma que toda investigação nessa área, requer uma abordagem à luz desse referencial teórico.

Nosso objetivo, neste tópico, é apresentar as principais autoras que teorizaram sobre gênero e suas contribuições para a compreensão da mulher como profissional, no caso, para análise das jornalistas.

Diferentes autores, de nacionalidades e áreas científicas diversas¹², dedicaram-se a buscar o entendimento da origem da dominação masculina na história da humanidade. BEAUVOIR (1980)¹³ rompe com paradigmas, ao criticar os métodos científicos utilizados para explicar a dominação masculina, até então apoiada em mitos sociais. Ela mostra que há uma junção de fatores culturais, sociais e históricos atuando e reproduzindo a dominação masculina.

Em um primeiro momento, a autora rompe com o determinismo biológico. Faz uma análise da anatomia de algumas espécies e concorda que há diferenças entre o homem e a mulher, sendo essa última mais frágil fisicamente. A hierarquia de poder, contudo, não pode ser explicada por uma diferença fisiológica. Em um segundo momento, ela critica a psicanálise enquanto ciência psico-fisiológica e seu método para defender a tese da superioridade masculina, manipulando fórmulas que erroneamente atribuem um peso maior ao cérebro masculino e atribuem uma relação entre peso da massa cefálica e desenvolvimento da inteligência. Mostra que a interpretação psíquica não pode ser aplicada às fórmulas químicas que definem os hormônios machos e fêmeos e critica, também, a análise freudiana e adleriana de buscar na virilidade a explicação da origem da dominação.

¹² As autoras feministas são de nacionalidades diferentes como francesas, inglesas, americanas, brasileiras entre outras que procuram respostas em áreas diversas como filosofia, psicanálise, antropologia, sociologia, medicina enfim em diferentes campos da ciência.

¹³ A primeira versão do livro de Simone de Beauvoir foi publicada em 1949.

"...rejeitamos categoricamente a idéia de um paralelismo psico-fisiológico; é uma doutrina cujos fundamentos foram de há muito e definitivamente solapados. Se a assinalo é porque, embora fisiológica e cientificamente destruída, ela ainda preocupa muitos espíritos. Viu-se que ainda persistem em algumas sobrevivências mais antigas. Recusamos também todo o sistema de referências que subentende a existência de uma hierarquia natural de valores, de uma hierarquia evolutiva, por exemplo; é ocioso indagar se o corpo feminino é ou não mais infantil que o do homem, se se aproxima mais ou menos dos dois primatas superiores etc. Todas essas dissertações que misturam um vago naturalismo a uma ética ou a uma estética mais vagas, são puro devaneio. É somente dentro de uma perspectiva humana que se podem comparar o macho e a fêmea dentro da espécie humana." (BEAUVOIR, 1980, p.54)

Em um terceiro momento, BEAUVOIR (1980) mostra que o poder masculino não advém do contexto econômico e, principalmente, não é fruto do capitalismo. O materialismo histórico também não responde à questão sobre a origem da submissão feminina. Ao contrário, o capitalismo se apropria dessa submissão e a explora. A autora parte da obra *A origem da família*, de Engels, e a critica por não ter sugerido nenhuma interpretação para a submissão da mulher com a passagem do regime comunitário para a propriedade privada. A autora é mais enfática na crítica ao dizer que o materialismo histórico toma fatos como certos e verdadeiros sem a preocupação de explicá-los. Por outro lado, a opressão da mulher não pode estar arraigada à propriedade privada, pois a história mostra que regimes socialistas também exploram a relação de gênero.

Para BEAUVOIR (1980), a explicação está em toda sua perspectiva de existência, nos valores adquiridos durante a história e em toda sua situação total. A frase consagrada da autora, que no futuro foi revista e criticada pelas autoras feministas, ilustra a tese de Beauvoir: *"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher"*. (BEAUVOIR, 1980, pág.9, vol.2)

"O fato que determina a condição atual da mulher é a sobrevivência obstinada, na civilização nova que se vai esboçando, das tradições mais antigas. É o que não percebem os observadores apressados que estimam ser a mulher inferior às possibilidades que lhe são oferecidas, ou que só vêem nessas possibilidades tentações perigosas...Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que as dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva. " (BEAUVOIR, 1980, p.175)

Simone de Beauvoir é criticada exatamente na forma fixa empregada pelo verbo "tornar-se", como se fosse a passagem do estado biológico para o estado social, em um curso linear e temporal. Para Butler, o gênero não tem uma origem definível, ele é uma atividade criadora ocorrendo continuamente. Não se refere a um produto de relações culturais e psíquicas passadas, mas é uma forma contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras em que a pessoa situa um estilo de viver através dessas normas, reproduzindo-as. (SAFFIOTI 1992).

"A formulação de Beauvoir é ambígua na medida em que não deixa claro se o gênero precisa estar, de alguma maneira, vinculado ao sexo ou se a necessidade dessa ligação constitui uma manifestação cultural. Apoiando-se no conceito de situação, formulado por Beauvoir, pode-se dizer que tanto o gênero quanto o sexo são inteiramente culturais, já que o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo de uma mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, insuficiente para defini-la como uma mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais." (SAFFIOTI, 1992)

Apesar da crítica à Simone de Beauvoir, as autoras e os autores feministas reconhecem o seu grande mérito na contribuição das discussões sobre gênero e dominação masculina.

A autora americana SCOTT (1990) definiu gênero como uma relação de poder, propondo às pesquisadoras feministas tratarem-no como uma categoria de análise, semelhante à raça e a classe social e considerar esses três eixos quando se discute as desigualdades de poder, sem atribuir valores de prioridades a qualquer um dos três, e incluir na análise o discurso dos oprimidos bem como o sentido e a natureza de sua opressão. A categoria classe social envolve conceitos consagrados pela teoria marxista. Quando é invocada, pode se apresentar em dois campos diferentes: a favor ou contra a teoria marxista, ou seja, defendendo a idéia da causalidade econômica ou contra essa determinação. Cada uma das três categorias necessita de um modelo teórico. O estudo do gênero envolve um sistema de relações não determinadas apenas pelo sexo e pela sexualidade. A grande dificuldade das formulações teóricas é contemplar a universalidade e a especificidade histórica em contextos em transformação.

As historiadoras e os historiadores feministas, em geral, desenvolveram três posições teóricas:

1. Empenham-se em explicar a origem do patriarcado¹⁴;
2. Seguem a teoria marxista e buscam um compromisso com as críticas feministas;
3. Dividem-se entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspiram-se em diversas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.¹⁵

SCOTT (1990) chama a atenção das pesquisadoras e pesquisadores feministas para considerar as relações sociais e institucionais no estudo do gênero e descreve sua definição de gênero como algo mais amplo, dividido em duas partes e em diversas subpartes. A primeira parte conta com quatro subpartes. São elas:

*"o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um único sentido. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica em quatro elementos: primeiro, **os símbolos** culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas...Em segundo lugar, os **conceitos normativos** que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino...*

*...O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez, é descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero. Este tipo de análise deve incluir uma **noção de política** bem como uma referência **às instituições e à organização social** - este é o terceiro aspecto das relações de gênero...*

*...O quarto aspecto do gênero é a **identidade subjetiva**. Concordo com a antropóloga Gayle Rubin de que a psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução do gênero, uma descrição da 'transformação da sexualidade biológica dos indivíduos à medida de sua aculturação'. Mas a pretensão universal da psicanálise me deixa cética. Mesmo se a teoria lacaniana pode ser útil para a reflexão sobre a construção da identidade sexuada, as (os) historiadoras (es) têm necessidade de trabalhar de maneira mais histórica." (SCOTT, 1990, pág.14, 15)*

¹⁴ A primeira forma de patriarcado data do estado arcaico, há 2.500 anos. A unidade básica de sua organização é a família patriarcal que expressa suas normas e valores. Ele é uma criação histórica, elaborada por homens e mulheres e influenciou as definições do gênero e a formação do estado (LERNER, 1990).

¹⁵ As teorias do patriarcado encontraram explicações para a subordinação da mulher na necessidade masculina de dominar a mulher. Alguns teóricos utilizavam a reprodução como a chave da teoria do patriarcado. As feministas marxistas seguem uma abordagem histórica e a busca em encontrar uma explicação material para a subordinação feminina prejudicou o desenvolvimento de novas formulações de análises. Surge a possibilidade de um duplo sistema interativo, composto pelo patriarcado e pelo capitalismo. No entanto, as controvérsias levantadas foram: a subordinação de mulheres é anterior ao capitalismo; ela continuou existindo no sistema socialista; e os sistemas econômicos não determinam diretamente as relações de gênero. A discussão sobre gênero segundo o olhar da teoria psicanalítica muda de acordo com a escola, americana e francesa. Ambas se interessam pelo processo da identidade do sujeito. Iniciam pelas etapas do desenvolvimento da criança buscando encontrar indicações sobre a formação da identidade do gênero. Scott critica a interpretação que limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica. Para a autora, o gênero também está relacionado com os sistemas sociais, econômicos, políticos e de poder.

Para a autora, nenhum desses elementos pode operar sem os outros, pois embora não atuem sempre simultaneamente, eles estão relacionados. Para entender a definição de gênero, deve-se analisar as relações entre estes quatro aspectos. Na segunda parte de sua definição sobre gênero, SCOTT (1990) menciona o poder.

"...o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado." (SCOTT, 1990, pág.16)

SCOTT (1990) mostra que o gênero é o primeiro campo, contudo, não é o único, no qual o poder é articulado. Ele é um meio para compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana em diferentes sociedades. O gênero é uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade. As relações aparentemente naturais entre masculino e feminino espelham estruturas hierárquicas fundamentadas sobre o gênero, o mesmo é válido para as relações políticas, empregatícias e matrimoniais. Para a autora, o poder está explícito em diversas instâncias e implícito em outras. O poder circula em uma sociedade, mesmo de forma desigual.

Entre as pesquisadoras brasileiras, destaca-se Saffioti que, em 1967, em pleno período da ditadura militar brasileira, escreveu sua livre docência sobre a subordinação da mulher. O termo usado na época era mulher e não gênero. Suas contribuições na área continuaram, sendo pioneira a inserir a questão da mulher no debate acadêmico. Em posição semelhante a Scott, SAFFIOTI (1979) mostra que o sexo é um fator de estratificação social e uma categoria de análise, como classe social e etnia. São categorias fixas, sendo que cada uma delas necessita de modelos teóricos diferentes

para serem compreendidas. Para se entender a construção do gênero, deve-se considerar o processo de modelagem-conquista dos seres humanos, envolvendo as classes sociais e a trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre homens e mulheres.

SAFFIOTI (1979) critica a ciência, mais especificamente, a psicanálise e a antropologia na discussão sobre a subordinação feminina, por fornecerem à mística feminina, conteúdos de fragilidade da mulher e a reclusão da mulher à esfera privada. Semelhante à Simone de Beauvoir, Saffioti critica a visão de Freud sobre o conhecimento das origens humanas e a subordinação feminina, por limitar-se à virilidade e pela universalização da sua argumentação.

"A falta de pênis, causa do complexo de castração e da inveja do membro viril, assume importância fundamental na teoria freudiana e é responsável por todo seu desenvolvimento ulterior no que tange à caracterização da mulher. Encarada como uma amputação, como um defeito básico, a ausência do pênis determinará, para Freud, as emoções, as atitudes, os interesses e os desejos femininos. Enfim, a constituição anatômica é o determinante essencial do comportamento manifesto e não-manifesto do elemento feminino e se expressa na incapacidade de formar um superego 'apto a alcançar a robustez e a independência que lhe conferem seu valor cultural'". (SAFFIOTI, 1979, p.292)

As explicações teóricas que universalizam a questão do gênero, desconsideram as características contextuais, históricas e as relações sociais fundamentais no processo de modelagem-conquistas que participam da construção do gênero. Na leitura antropológica, SAFIOTTI (1979) baseia-se em Margareth Mead que estudou várias sociedades focando a ótica da cultura e buscando, no sistema de estratificação, as explicações para a desigualdade entre os sexos. Fundamentado no material etnográfico levantado, Margareth Mead atribuiu, em determinados momentos de sua obra, o argumento da determinação anatômica para a fragilidade feminina e em outros

momentos, atribui ao condicionamento social dos traços de personalidade. Essa contradição da antropóloga foi um dos aspectos criticados por SAFFIOTI (1979).

Mead também utilizou alguns conceitos freudianos para explicar as desigualdades entre os sexos nas sociedades primitivas e na sociedade norte-americana, deixando lacunas que só podem ser compreendidas com um olhar sobre a complexidade de cada sociedade e período histórico (SAFFIOTI, 1979).

SAFFIOTI (1979) utiliza a distinção entre os conceitos de classe social e estratificação social para analisar a obra de Mead. A estratificação social, presente na superestrutura ideológica da sociedade, é composta por estratos, integrados por indivíduos que se sobrepõem. As estratificações não dividem a sociedade, ao contrário, elas consolidam a estrutura sócio-econômica. As classes sociais, presentes na infraestrutura econômica da sociedade, são agregados humanos que possuem posições estruturais antagônicas no sistema de produção de bens e serviços, dividindo a sociedade entre os que produzem e os que se apropriam da mais valia.

"Na verdade, Margareth Mead não chegou a vislumbrar as contradições fundamentais de sua sociedade. Apesar de proclamar a arbitrariedade da divisão social das tarefas entre os dois sexos, sua visão permaneceu no nível fenomênico da vida social." (SAFFIOTI, 1979, p. 348)

Os pesquisadores devem desvendar as determinações essenciais do sistema social, considerando o processo de recomposição da totalidade histórica, as conexões entre as relações de produção, bem como a estratificação social, para compreender as relações de gênero em uma sociedade específica. Para SAFFIOTI (1979), a análise só se torna completa se o pesquisador considerar todos esses aspectos sobre a dominação masculina em uma sociedade específica, sem universalizar.

No Brasil, SAFFIOTI (1991) estudou o trabalho doméstico realizado pela mulher na cidade de Araraquara. Fez um estudo empírico e criou o conceito de trabalho para a dona de casa, contradizendo a definição marxista que conceitua trabalho produtivo somente quando produz mais valia na produção de bens. Mostra que Marx não se preocupou em estudar a exploração da mulher na sociedade capitalista, seu trabalho doméstico, não remunerado que, em sua concepção, contribui para a produção da mais valia.

A antropóloga americana RUBIN¹⁶ (1992) também critica a teoria marxista por não ter se preocupado em analisar as relações de gênero, a exploração da mulher no modo de produção capitalista e por mostrar que a mulher não deve atuar na esfera pública nas fábricas, pois coloca em risco a integridade da família. Semelhante a Saffioti, Rubin também atribui mais valia ao trabalho doméstico que não é remunerado, porque ele também participa da reprodução da força de trabalho do operário. A autora elogia a metodologia adotada por Engels na obra *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* por utilizar as ciências econômica e política para entender o contexto da dominação masculina.

"Engels abordou o problema da análise do 'aspecto secundário da vida material' pelo exame da teoria dos sistemas de parentesco. Sistemas de parentesco são e fazem muitas coisas, mas eles são feitos de, e reproduzem, formas concretas de sexualidade socialmente organizadas. Os sistemas de parentesco são formas empíricas observáveis de sistemas de sexo/gênero." (RUBIN, 1992)

¹⁶ Gayle Rubin é uma antropóloga americana que também se preocupou em encontrar uma explicação para a subordinação feminina. Semelhante às outras autoras citadas neste capítulo, ela busca repostas nas teorias sociológicas, antropológicas e psicanalíticas. Rubin foi uma das pioneiras na utilização do termo gênero.

A crítica de RUBIN (1992) deve-se ao fato da domesticação feminina ser anterior à sociedade privada, não fruto do capitalismo. O capitalismo se apropriou da exploração incorporando-a à mais valia, mas não a criou. A autora analisa o estudo da subordinação pelo olhar da antropologia, mais especificamente na discussão do parentesco como marco da interação social. Lévi-Strauss, na obra *As estruturas elementares do parentesco*, retrata a origem e a natureza da sociedade humana, na qual coloca o parentesco como fruto da imposição da organização cultural sobre os fatos da procriação biológica. Os sujeitos da sociedade são homens e mulheres e o sistema de parentesco é traçado sobre a circulação de mulheres entre os homens, construindo uma teoria implícita da opressão sexual (RUBIN 1992). O poder da troca é atribuído ao homem, as mulheres são apenas oferendas dadas em casamentos, tomadas nas batalhas, trocadas por favores, mandadas em pagamento de impostos, trocadas, compradas e vendidas, sempre como semi-objetos sexuados. A autora critica o conceito de "circulação de mulheres" discutido por Lévi-Strauss, por tratar o tabu do incesto e os resultados de sua aplicação como origem da cultura, ou seja, a opressão feminina é um pré-requisito da cultura, impossibilitando qualquer modelo de sociedade em que não exista essa opressão. RUBIN (1992) mostra que, embora o antropólogo tenha feito um trabalho empírico, na construção de seus conceitos, ele generalizou ao desconsiderar culturas em que não ocorrem as opressões femininas, bem como práticas homossexuais.

"Antropologia e descrições de sistemas de parentesco não explicam o mecanismo pelo qual crianças são educadas nas convenções de sexo e gênero." (RUBIN, 1992)

A autora estabelece uma ligação entre a análise antropológica de Lévi Strauss sobre o sistema de parentesco e a psicanalítica de Freud sobre a sexualidade. RUBIN (1992) critica a discussão de Freud por mostrar que a feminidade é uma consequência das diferenças anatômicas entre os sexos, tendendo para o determinismo biológico. Reduz o processo de domesticação da mulher à cultura fálica. A psicanálise analisa a transformação da sexualidade dos indivíduos como uma culturalização do sistema de parentesco. Entre as contribuições da análise freudiana, a autora destaca a racionalização da subordinação feminina. A proposta apontada pela autora é de elaborar um estudo cruzando os sistemas de casamento com os processos políticos e a fundação dos estados. Para tanto, deve-se construir uma análise histórica que leve em consideração a origem da família, da propriedade privada e do Estado e suas interdependências com a sexualidade, economia e política e, ainda, considerar o significado específico de cada sociedade.

LAURETIS (1994) faz um diálogo com os autores Althusser e Foucault focalizando os conceitos de poder, micro poderes, tecnologia sexual e ideologia e suas relações com o estudo de gênero. Rompe com o conceito de diferenças sexuais sob uma visão binária, colocando de um lado o homem e do outro a mulher. A autora mostra que há diferentes tipos de mulheres e homens de acordo com as especificidades de uma determinada sociedade e cultura. O conceito de gênero deve envolver um sujeito múltiplo constituído pela diferença sexual, pelos códigos lingüísticos e representações culturais, engendrado nas relações sexuais bem como nas de raça e classe. Formado por contradições, mas não dividido.

O sistema sexo-gênero é uma construção social, pertence a um sistema de representação que atribui significado de valor, prestígio, identidade, status dentro da hierarquia social e posição de parentesco a indivíduos dentro da sociedade. Os símbolos e representações estão em construção no seio da família, mas também em outras instituições, no trabalho, na igreja, na escola e em sua formação específica. Quando alguém se representa ou é representado como masculino ou feminino, subentende-se todos esses atributos sociais.

"A construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação." (LAURETIS, 1994)

LAURETIS (1994) estabelece uma relação entre o conceito de gênero e a concepção de ideologia discutida por Althusser, sendo o primeiro uma instância da ideologia. Nesse sentido, considera-se todas as instituições da sociedade (política, educação, leis, justiça, família, igreja) atuando nas representações do gênero. As mulheres também devem ser vistas como seres históricos, como sujeitos de relações reais, motivadas pela contradição cultural de mulheres que se situam dentro e fora do gênero, simultaneamente dentro e fora da representação. O sujeito é formado pela representação do gênero (dentro do seu referencial androcêntrico) e o que essa representação torna irrepresentável. São dois espaços diferentes que formam o movimento, o espaço discursivo, representado pelos discursos hegemônicos e o *space-off*, que são os espaços sociais e discursivos que existem nas margens dos discursos hegemônicos, nas contrapráticas e nas novas formas de comunidade. Esses dois espaços coexistem juntos e em contradição.

LAURETIS (1994) retoma a obra *História da sexualidade* de Foucault¹⁷ e seu conceito de "tecnologia sexual". A autora ressalta a interferência das autoridades religiosas, legais e científicas ditando proibições e regulamentações dos comportamentos sexuais, produzindo as relações sociais.

"...o conceito de uma 'tecnologia sexual', que ele define como 'um conjunto de técnicas para maximizar a vida', criadas e desenvolvidas pela burguesia a partir do final do século XVIII para assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia. Tais técnicas envolviam a elaboração de discursos (classificação, mensuração, avaliação etc.) sobre quatro 'figuras' ou objetos privilegiados do conhecimento: a sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação e a psiquiatrização do comportamento sexual anômalo como perversão. Esses discursos, implementados pela pedagogia, medicina, demografia e economia, se ancoraram ou se apoiaram nas instituições do Estado e se consolidaram especialmente na família: serviram para disseminar e 'implantar', empregando o sugestivo termo de Foucault, aquelas figuras e modos de conhecimento em cada indivíduo, família e instituição." (LAURETIS 1994, p. 221)

O poder não se concentra apenas no Estado, ele se distribui por todas as instituições interligadas e móveis que atuam separadas, mantendo a estrutura da sociedade e democratizam o poder. Esse atua em pequenos focos e não se limita a apenas dois extremos, os que exercem o poder e os que são dominados. Um mesmo sujeito pode exercer poder em determinada situação e ser oprimido em outra. Faz parte da idéia das contradições presentes na cultura. Há uma correlação de forças atuando com características assimétricas.

Os estudos sobre gênero analisaram as teorias desenvolvidas nos séculos XIX e XX, principalmente pelos autores clássicos da psicanálise, antropologia e sociologia, sob o olhar do patriarcado. Ressaltam que não houve uma preocupação em

¹⁷ Nesta obra, composta por dois volumes, Foucault mostra como se deu a sexualidade no decorrer da história.

estudar em especial a relação de gênero. O marco foi com a autora Simone de Beauvoir. As pesquisadoras e os pesquisadores feministas dialogam com as teorias clássicas, apontam suas contribuições, suas críticas e elaboram considerações no estudo do gênero. O gênero não é determinado apenas por um conceito universal, ele passa a ser visto como uma categoria de análise, ele está presente nas relações de poder, nas instituições e muda de acordo com a sociedade, cultura e período histórico. A mulher passa a ser vista como um sujeito múltiplo.

A profissão coloca as mulheres em determinado espaço social em relação não somente ao sexo oposto, mas na hierarquia estratificada, ou em determinada classe em oposição a outra. As mulheres não podem ser tomadas de forma genérica. A jornalista está inserida em uma sociedade concreta, em uma carreira relativamente jovem, ainda em processo de profissionalização. Entretanto, antes de nos determos na construção teórica da profissão como outra categoria de análise central desta tese, vamos resgatar o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho e no jornalismo, no Brasil.

4.3. O ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro

O processo de feminização no jornalismo não foi um movimento isolado, ao contrário, ele está inserido no contexto nacional de transformação e introdução da mulher classe média no mercado de trabalho, um processo que se iniciou, no Brasil, no século passado. É consequência das transformações econômicas e políticas do país. Ele caracterizou toda mudança social de valores e costumes.

BESSE (1999) mostra que o ingresso da mulher classe média no mercado de trabalho começou na década de 1910 e foi motivado principalmente pelos seguintes

fatores econômicos e sociais: a classe média urbana estava esmagada pelas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia rapidamente; a passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e com isso o declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres; a procura por funcionárias no setor de serviços; a adoção pelas próprias mulheres do valor burguês do trabalho, promovendo um desejo de auto-suficiência econômica e realização profissional. O emprego das mulheres era justificado sobre bases econômicas e de utilidade social. Mulheres solteiras, viúvas, filhas de famílias numerosas, ou mulheres casadas que suplementavam a renda de seus maridos trabalhavam para garantir o bem estar pessoal e familiar e também aumentavam a riqueza nacional, promovendo o progresso econômico. O emprego feminino foi antes de tudo importante para a economia nacional, com a rápida expansão do setor de serviços. Os empregadores descobriram que as mulheres pediam salários mais baixos do que o dos homens e estavam qualificadas (pela própria condição feminina) para preencher postos de professoras, enfermeiras, assistentes sociais, balconistas, caixas de banco, telefonistas, recepcionistas e secretárias.

Devido às necessidades que o país enfrentava na esfera econômica, principalmente, no setor de prestação de serviços, mudou-se o referencial dos valores do trabalho feminino: a mulher que ficava em casa, passou a ser vista como "parasita". No entanto, o trabalho feminino era mal remunerado. A participação feminina na força de trabalho definia-se como extensão e complemento de seus papéis domésticos. O processo de feminização profissional em setores como comércio, magistério, enfermagem e nas ocupações de secretária, auxiliar de escritório, telefonista e contadora teve início

entre 1910 e 1940. Criaram a função de assistente social, para as mulheres, e no final da década de 30, surgiram algumas mulheres que ingressaram na carreira política. A mulher ainda enfrentava obstáculos nas carreiras que exigiam curso superior como medicina, direito, engenharia, ciência (pesquisa) e administração de alto nível. A profissionalização excluía as mulheres.

Escritoras, poetisas, jornalistas, artistas e musicistas eram postos aceitos socialmente para a mulher, por estarem ligadas às artes. Eram mais fáceis de serem ocupados, porque tinham horário flexível, o trabalho podia ser executado em casa e por essas atividades serem vistas como uma atualização do papel tradicional das mulheres, de recitar poesia, cantar e tocar piano em reuniões sociais particulares. A remuneração não era regular e para os homens estas ocupações não eram ameaçadoras, ao contrário, eram delicadas e sensíveis, preservando a autêntica natureza da mulher. (BESSE, 1999)

Na prática, a inclusão de mulheres de classe média na força de trabalho mais beneficiou a economia do país do que as próprias mulheres. Somente um pequeno grupo conseguiu satisfação e independência com o trabalho assalariado, enquanto a economia rapidamente ganhou uma grande reserva de mão-de-obra facilmente explorável. As ocupações exercidas por mulheres exigiam qualificações mínimas e não se permitia exercício algum de autoridade. Os interesses e as necessidades da família ainda estavam em primeiro lugar para a grande maioria das mulheres, embora trabalhassem. O direito do trabalho era visto como um dever a ser cumprido em benefício da sua família e não de si própria (BESSE 1999).

Embora a introdução da mulher classe média no mercado de trabalho tenha sido impulsionada por fatores externos, relacionados à economia do país, essa

mudança alterou as relações sociais, costumes e mentalidade do século passado. Depois da Primeira Guerra Mundial, as mulheres aparecem na imprensa vestidas com modelos estrangeiros, mais modernos. Refletiam as mudanças nos papéis femininos e expectativas que surgiam com a expansão da economia urbano-industrial. Anunciantes usavam o corpo feminino para vender produtos em revistas. Passaram a definir novos deveres de esposas, mães e donas-de-casa. As exigências aumentavam. Médicos, educadores e psiquiatras direcionavam suas carreiras implementando padrões modernos de educação e saúde feminina. Juristas procuravam defender a honra sexual das mulheres e civilizar o amor passionai, que em grande parte, resultava em crimes sangrentos (BESSE, 1999). A imprensa sensacionalista explorava o comportamento das moças "modernas" e de mulheres "degeneradas" no país. Através de reivindicações dos sindicatos, o Ministério do Trabalho definiu e regulamentou o emprego adequado para as mulheres. Outros órgãos do governo passaram a atuar na prevenção contra a dissolução e a perversão da família. Feministas lutavam pelo voto feminino. Por outro lado, intelectuais urbanos mais conservadores buscavam a revitalização do catolicismo para deter teorias científicas modernas dos movimentos democráticos e da moda moderna que vigorava principalmente na Europa. Eles tinham a adesão de militantes antifeministas.

Depois da crise mundial de 1929, a oligarquia cafeeira do Brasil perdeu o poder político para os setores médios urbanos, intelectuais, nacionalistas e jovens oficiais militares que haviam sido marginalizados durante a República Velha. O cenário político sofria transformações. A República Velha que representava as oligarquias do café e os coronéis de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foi derrotada com a Revolução de 30, iniciando o Estado Getulista, de 1930 a 1945 (FAUSTO, 2001). O líder populista

desta nova coalizão foi Getúlio Vargas que assumiu o poder em 1930, através de um golpe militar. O Governo de Getúlio foi apoiado pelos tenentes e pela Igreja Católica. Esta levou a massa a apoiar o Governo, que em troca, criou em abril de 1931, um decreto permitindo o ensino religioso nas escolas. O Governo Provisório se caracterizou como centralizador. Em novembro de 1930, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional, assumindo os poderes executivos e legislativos, estaduais e municipais. O novo governo incentivou o desenvolvimento econômico e instaurou reformas sociais e políticas, mobilizando as classes operárias urbanas ascendentes como base efetiva de apoio político pessoal. A centralização política de Vargas fez com que o Estado controlasse as relações interpessoais privadas, reiterando que a família era a base da sociedade e da organização política. Entre os aspectos que mais preocupavam o Estado intervencionista estavam: a baixa taxa de nupcialidade dentro da classe operária urbana; o recrutamento de mulheres e crianças para a força de trabalho industrial; a alta taxa de mortalidade infantil.

FAUSTO (2001) mostra que na área da educação, o Estado passou a organizá-la de cima para baixo, sem envolver mobilização da sociedade, mas considerou todos os aspectos do universo cultural. Ela era influenciada por valores conservadores da igreja católica. Implantou o ensino secundário e passou a exigir a frequência obrigatória e o diploma de nível secundário para o ingresso no terceiro grau. No plano do ensino superior, o Estado buscou condições para o surgimento de universidades dedicadas ao ensino e à pesquisa. Lentamente foram acontecendo mudanças ocasionadas pela transformação gradual de uma sociedade rural para urbana, atuando em todas as esferas da sociedade e repercutindo no modo de vida do povo brasileiro. Foi um processo lento,

começou no início do século XX e se acentuou com Getúlio Vargas. Por outro lado, os integrantes deste movimento temiam o discurso de emancipação da mulher fomentado na elite urbana e na classe média ascendente. Temiam o enfraquecimento do modelo da família burguesa e patriarcal, o colapso do amor, da autoridade e da responsabilidade. Tudo isto colocava em risco o poder da cabeça masculina do casal, que era considerado pelos homens e por muitas mulheres, como fundamental para a ordem social. Jornais e revistas ridicularizavam nas caricaturas a masculinização das mulheres e a feminização dos homens (BESSE, 1999).

A autora compara a rebelião da classe operária com a rebelião ou insubordinação da mulher. Na época, os dois movimentos eram considerados ameaçadores à sociedade em geral. A rebelião da classe operária ameaçava as relações de propriedade e a das mulheres urbanas de todas as classes sociais ameaçava as relações de poder no interior da família. A manutenção da hierarquia social implicava na manutenção de oposições binárias entre sexos e entre classes. Tentar anular uma destas oposições significava colocar em risco todo o sistema de poder (BESSE, 1999).

O governo de Vargas, ao promover o desenvolvimento econômico e manter a estabilidade social, precisava conciliar a demanda da mão-de-obra feminina pelos empregadores, a demanda de igualdade pelas mulheres e a necessidade social de utilizar as mulheres e a família nas tarefas de reprodução social. Para isso, formulou políticas públicas para definir o sistema de gêneros: prescreveu currículos educacionais, oportunidades de emprego, papéis públicos, responsabilidades familiares, comportamento sexual e traços de caráter adequados a homens e a mulheres. A questão do gênero assumiu um caráter político na época. Os órgãos estatais se apoiavam no discurso

moderno da classe ascendente de profissionais liberais para impor padrões novos e mais funcionais de relações familiares. Os maridos não podiam mais se comportar como déspotas. O casamento moderno deveria se erguer sobre base científica, na qual a reciprocidade e a compreensão mútua gerassem relações mais felizes e estáveis, mantendo a hierarquia. O Estado reafirmava, através das escolas, serviços médicos, organismos de assistência social, tribunais, legislação e incentivo à igreja, a importância do casamento e da família nuclear como instituições biologicamente naturais e socialmente necessárias para todas as classes sociais. O Estado assegurava a subordinação dos interesses individuais da mulher aos interesses coletivos. A intervenção do Estado nas questões do gênero negava às mulheres o controle da definição dos seus próprios problemas e do estabelecimento de um plano de ação, oferecendo uma legitimação "científica" dessa negativa. O sistema do gênero era produto do conflito social e político e tornou-se um dos pilares sobre o qual se reergueu e legitimou a nova organização do Estado (BESSE, 1999).

Para BESSE (1999), esta parte da história das mulheres e da política influenciou a interação entre homens e mulheres na família, no sistema educacional, no mercado de trabalho, nas profissões, no Estado e na cultura, estabelecendo um novo sistema de gênero compatível com a era moderna do país. Essa modernização atingiu as mulheres de diferentes classes, de modos diversos e contraditórios. As mulheres das classes média e alta tinham novas oportunidades de educação superior e de emprego remunerado, o que já não acontecia às mulheres de classes inferiores. As pertencentes às famílias de elite ingressavam nas profissões tornando-se médicas, advogadas, escritoras, artistas, cientistas e engenheiras. As de classe média assumiam cargos bons em

escritórios que iam sendo criados pela expansão do setor. No entanto, não perdiam a feminilidade nem colocavam em risco a estabilidade do lar.

O emprego da classe operária, por sua vez, que era natural e necessário no século XIX, passou a ser encarado como um risco à estabilidade familiar e à ordem social e política. As mulheres eram segregadas nas indústrias, ocupavam cargos mal remunerados e menos qualificados. Além do trabalho fabril, o serviço doméstico era uma fonte de emprego para as mulheres pobres, possibilitando que a mulher da classe média exercesse atividade fora do lar. As empregadas domésticas não tinham proteção legal e eram mal remuneradas e as mulheres operárias perdiam sua autonomia frente às dificuldades que encontravam na competição com homens de sua classe no mercado de trabalho. O Ministério do Trabalho reforçou esta discriminação ao traçar uma legislação que restringia o emprego feminino a turnos "adequados". O sindicato também era regido por homens que pregavam estereótipos de fragilidade às mulheres, evitando turnos brutais. A mulher proletária foi, assim, afastada do movimento operário.

Em 1932, o voto feminino foi aprovado, através da pressão de um pequeno grupo de mulheres, emergindo conflitos políticos na esfera do gênero. O voto era restrito às mulheres alfabetizadas com mais de vinte e um anos. As mulheres proletárias continuaram sendo discriminadas do poder político. As mulheres da elite se aliaram à igreja, aos industriais, aos órgãos de assistência social, aos médicos e educadores para resolver o "problema social", fortalecendo ainda mais a discriminação das operárias, legitimando a dominação masculina. O golpe de 1937 fechou os canais de discussão e de mobilização política (BESSE, 1999).

A modernização do sistema do gênero trouxe um progresso ambíguo. As mulheres conquistaram os direitos de cidadania plena, mas as tradições políticas e autoritárias as impediam de exercê-los. A educação só serviu para reproduzir o papel considerado "natural" à mulher, como gerente da vida doméstica e como socializadora da geração futura. Este quadro sofreu uma alteração com a entrada maciça das mulheres de classe média no mercado de trabalho e o acesso a pílulas contraceptivas (BESSE, 1999).

Para entender como isso se sucedeu, é necessário considerar as características do contexto nacional no início do século passado, as quais impulsionaram a introdução da mulher classe média no mercado de trabalho, características essas típicas do cenário brasileiro. No entanto, não podemos desconsiderar o contexto global. A Revolução Industrial influenciou todo o modo de produção no final do século XVIII e nos séculos XIX e XX, transformando a economia fundamentalmente agrária para urbana. As guerras mundiais aceleraram a necessidade de trabalho feminino. No Brasil, esse processo teve início no século XX, alterando as relações de produção, políticas, sociais e de gênero.

O processo de feminização do mercado de trabalho brasileiro foi consequência das transformações históricas. No início do século XX, o país vivia uma realidade econômica que exigiu a introdução de uma nova mão-de-obra no mercado de trabalho. Os crescimentos da indústria-urbana e de novos serviços, somados ao declínio da economia cafeeira, criaram a necessidade de novas forças de trabalho, menos qualificadas e com baixa remuneração, exigindo novas políticas de trabalho. Por isso, o incentivo e até a criação de atividades femininas como assistência social e auxiliar de escritório. As mulheres passaram a exercer ocupações menos qualificadas e os homens

foram recolocados em ocupações mais complexas. O processo de feminização profissional, a princípio, não foi uma conquista das mulheres, mas consequência de uma transformação do país envolvendo todas as esferas política, econômica e social.

Para entender esta mudança, é necessário considerar todo o contexto e não abordar a participação feminina como uma bandeira da luta da mulher. O Estado e setores econômicos emergentes influenciaram essa nova realidade de interesse nacional. As mulheres atuaram na emancipação feminina, lutaram pelos seus direitos e exigiram igualdade. Mas todas essas conquistas foram incentivadas pela política centralizadora do Estado e por interesses econômicos nacionais. Tanto que, apesar de todas as transformações, a família e a hierarquia do lar foram preservadas.

A introdução da mulher do estrato social médio no mercado de trabalho diversificou o mercado de consumo e o campo de trabalho. A mulher passou a ser vista como uma nova clientela para médicos e advogados. Emergiam outras áreas a serem exploradas, até então esquecidas pela sociedade.

O crescimento da economia urbano-industrial, o aumento da população nas cidades, o surgimento de um novo mercado de consumo, as mudanças no sistema de ensino (permitindo o acesso a populações subalternas estudarem em escolas públicas), o desenvolvimento no campo das artes - incluindo cinema, música e literatura - a participação da igreja na sociedade e o ingresso da mulher como mão-de-obra na indústria, ocasionaram uma transformação na mentalidade da sociedade. Cada grupo ou classe se adaptou de forma diferente a essas mudanças, de acordo com a sua realidade.

As relações matrimoniais das mulheres pertencentes aos estratos sociais alto e médio mudaram. O acesso à educação e à profissionalização alterou a mentalidade

feminina exigindo maior igualdade no lar, sem desrespeitar a hierarquia. Conseguiram o direito do voto às mulheres com mais de vinte e um anos e alfabetizadas. Tornou-se possível o ingresso em faculdades e a graduação em profissões até então restritas aos homens. As mulheres da classe proletária, por sua vez, foram mais prejudicadas. Passaram a exercer cargos até então ocupados por homens, mas o salário era menor. Não podiam trabalhar em turnos que colocassem em risco a harmonia do lar. Perderam em participação nas organizações sindicais.

As mudanças no contexto geral não causaram nenhuma ruptura na sociedade, porque todas as conquistas foram controladas pelo Estado centralizador e pelos que detinham o poder econômico. Eles justificavam suas interferências com o argumento de defenderem a harmonia social. Isto significava a continuidade da dominação masculina. No contexto global, adaptaram as relações sociais ao desenvolvimento histórico.

A estrutura continuou a mesma uma vez que a emancipação feminina serviu para dar continuidade a ela. As mulheres letradas passaram a reproduzir a ordem masculina que sempre vigorou e a ajudar a controlar a massa de mulheres proletárias a se conformarem com a situação de discriminação. Continuaram discriminando as mulheres das classes baixas, negando seu acesso à política e à independência econômica. As mulheres que participaram do processo de transformação haviam sido criadas segundo os valores vigentes da época. Estes eram reproduzidos nas escolas, faculdades, lares, locais de trabalho, enfim elas não tinham como escapar. Os valores faziam parte da formação das mulheres e dos homens, portanto se mantiveram apesar das mudanças. A igreja católica também exerceu uma participação ativa, na reprodução desses valores, com o

aval do Estado, através das escolas, missas e orientações nos próprios lares. Mesmo as inovações foram feitas dentro dos limites que garantiam e preservavam a continuidade da ordem.

As jornalistas analisadas nesta pesquisa são fruto deste período histórico. São mulheres que sofreram direta e/ou indiretamente interferências dos processos histórico, político, econômico, social e cultural. Mulheres que nasceram na década de 50, 60, 70 e 80. Carregam portanto, a transformação e a reprodução dos valores de dominação/subordinação presente nos grupos sociais a que pertenceram. Com a subjetividade formada por múltiplas gerações: pais, avós, bisavós, amigos, companheiros, filhos, sobrinhos e filhos de amigos ou de outros parentes. São mulheres solteiras, casadas e divorciadas, uma delas inclusive casou-se duas vezes. Personagens ricas em histórias, ricas em contarem suas histórias, espelhando a multiplicidade do sujeito. Multiplicidades essas que procuramos timidamente apontar sob os olhares das categorias profissões e gênero. Não temos a pretensão de encontrar respostas, mas sim, compreender a existência de um sujeito múltiplo e oferecer mais uma contribuição para os estudos que primam pela inclusão dessa multiplicidade.

4.4.A trajetória marcada pela desigualdade e o processo de profissionalização do jornalismo no estado de São Paulo

O ingresso de mulheres no jornalismo também começou no século passado, mas um pouco depois da crise econômica de 1930. RIBEIRO (1998) documentou a história da imprensa paulista, no período de 1937 a 1997, e a fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, nos anos 60. Um dos

aspectos citados na obra é a participação da mulher na carreira de jornalismo. Em 1937 era praticamente inexistente mulheres atuando no jornalismo:

"Uma das situações mais tenebrosas que havia na imprensa de São Paulo (e do Brasil), em 1937, era a discriminação contra a mulher. As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No "Estadão", à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço." (RIBEIRO 1998, pag.31)

Tentar retratar o período inicial é difícil, por não dispor de dados oficiais. Em 1953, segundo números do Sindicato, havia em São Paulo 1.500 jornalistas atuando. No entanto, os dados do Ministério do Trabalho estampam outra realidade: 5.028 jornalistas registrados. O autor cita a tese de mestrado de Marly Rodrigues Martins Seixas, onde ela explica que o registro dos jornalistas feitos pelo Ministério era concedido mediante falsos atestados de emprego. Entre os jornalistas atuantes na década de 30 destaca-se a primeira mulher repórter no país, Margarida Izar, conforme dados oficiais do Sindicato de São Paulo. Nos jornais tinham mulheres que escreviam crônicas e crônica social, mas a pioneira na reportagem foi Margarida Izar. (RIBEIRO, 1998)

"...antes de Margarida, mulher em redação trabalhava mais em culinária, suplemento feminino, sociais, os chamados assuntos de cama e mesa. Ela, não. Era repórter de geral, de pegar pauta de manhã e sair, com fotógrafo ou sem, para abrir caminho e conseguir manchete. Competente, responsável, meiga e suave, Margarida enfrentava qualquer assunto, buscava o furo, a exclusividade. Tinha também um forte sentimento de solidariedade e um gosto pela participação política, no lado do mais fraco, é claro." (RIBEIRO, 1998, pág.40)

Em 1937, os jornalistas não tinham jornada de trabalho definida, não havia pré-requisitos delimitando o ingresso na atividade, não tinham férias, previdência social e nem piso salarial. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi fundado no dia 15 de abril de 1937, em uma reunião à noite no Centro do Professorado Paulista. Participaram 52 jornalistas, entre eles Margarida Izar, a única mulher fundadora da entidade. Nesta reunião, definiram três critérios necessários para se associar ao sindicato:

- 1° ser maior de 14 anos;
- 2° ser assalariado de empresa jornalística;
- 3° exercer efetivamente a função de redator, revisor ou fotógrafo.

O estatuto, elaborado ainda em abril de 1937, dizia que as atividades do sindicato eram:

- 1° reunir os que exercem a profissão de jornalista como empregados;
- 2° promover a melhoria das condições de trabalho;
- 3° colaborar com o Estado na solução dos problemas referentes à profissão;
- 4° defender os associados entre os Poderes Públicos;
- 5° coordenar os direitos e deveres recíprocos entre empregados e patrões;
- 6° oferecer serviço jurídico e de beneficência.

Em 30 de novembro de 1938, com a assessoria dos sindicatos de jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro, o Governo Getúlio Vargas criou a primeira legislação sobre a profissão de jornalistas no Brasil. O Decreto-Lei 910 determinou que a jornada de trabalho seria de cinco horas, tanto de dia como de noite. Ela poderia ser contratualmente prolongada para sete horas, ocorrendo compensação financeira. O

decreto também dizia que o jornalista precisava ser brasileiro (nato ou naturalizado), maior, não podendo ter antecedente criminal, nem estar respondendo a processos na Justiça. O pedido dos sindicatos de exigir formação universitária para o exercício da profissão, protegendo o candidato e a categoria, não foi inserido no decreto.

A licença para a Escola Superior de Jornalismo saiu em setembro de 1939 e foi concedida pelo Conselho Nacional de Educação. Ela seria sediada no Rio de Janeiro, mas nunca chegou a funcionar. A primeira escola de jornalismo, instalada em 1947, foi a Fundação Casper Líbero. A faculdade de jornalismo Escola de Comunicação e Arte (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), foi criada em 1966, em São Paulo.

A partir de 1942, o Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo passou a representar também profissionais do interior, com sedes em Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto. Em São José do Rio Preto, uma mulher se destacou no jornalismo: Dinorath do Valle. Aos poucos, o número de mulheres foi aumentando. Outro nome de destaque é o da jornalista da Folha de S.Paulo Isa Leal. Ela participou da greve dos jornalistas de 1961, que durou cinco dias e terminou no dia 5 de dezembro. Essa greve consagrou o piso profissional, de dois salários mínimos na época, estabelecido pelo Tribunal Regional de São Paulo. As empresas recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho e perderam. Acordo publicado em Brasília, em 1964, dizia que era legítimo o TRT fixar um salário-piso profissional.

No dia 12 de junho de 1950, a Editora Abril lança seu primeiro exemplar da revista Pato Donald. Alguns dias depois, a editora contratou a primeira jornalista da empresa: Micheline Gaggio Frank de origem francesa¹⁸. Quando Micheline começou, só

1. Micheline era de origem francesa e segundo a portaria publicada pelo Sindicato, o jornalista teria que ser brasileiro nato ou naturalizado.

havia mais três funcionários na editora. Foi em Buenos Aires, onde ela trabalhava para a Editora Abril, que Micheline conheceu Victor Civita e ele a convidou para trabalhar no Brasil. Foi secretária de redação da revista Capricho. Depois dela, o grupo abriu as portas para Terezinha Monteiro, filha do jornalista Jerônimo Monteiro. Ele trabalhava na Folha e prestava assessoria para o Grupo Abril. Segundo dados do Sindicato, no final da década de 90, o grupo empregava mais de 500 mulheres. Era a maior empregadora de jornalistas mulheres do país, com um faturamento de 4 milhões de dólares por ano.

Depois de alguns lançamentos, na década de 60, o Grupo Abril criou a revista Cláudia, na época em que iniciava a revolução sexual e a afirmação da mulher. Essa revista tratava de assuntos praticamente inéditos na imprensa nacional, como menstruação, gravidez, relacionamentos homem/mulher. Foi neste período que surgiram os artigos assinados por Carmem da Silva. Micheline trabalhou durante três anos na revista Cláudia. Depois, passou pela revista Realidade, organizou o arquivo do Dedoc, participou dos lançamentos dos fascículos Bom Apetite e Mãos de Ouro. Ao todo, ela trabalhou para o grupo durante 40 anos.

Na cobertura esportiva, área de domínio masculino, a primeira mulher repórter de campo de futebol do Brasil foi Neuza Pinheiro Coelho, filha, irmã e mulher de jornalistas. Ela participou da greve de 1961, foi eleita a presidente da Comissão de Greve. Era Neuza quem levava as informações, sanduíches e sucos para os vários piquetes espalhados pela cidade de São Paulo. Um depoimento dela ilustra o preconceito da torcida de futebol em relação à mulher repórter:

"...Eu era repórter de campo, no campo mesmo, para dizer se a bola saiu ou não, se o jogador se machucou ou se estava só fingindo, se houve ou não escanteio. Além das entrevistas. Mas mesmo esse

serviço o povo estranhava. Era comum eu ouvir: 'ô gostosa, vai lavar roupa, lugar de mulher é na cozinha'. A sorte é que no time do Santos, havia dois jogadores, ambos líderes do time, que me deram força e ralhavam com a torcida: o Manga, goleiro, e Ivan, um lateral. Quando percebia que um grupinho começava a dizer gracinhas, o Manga chegava perto, dizendo: 'Que é isso? Deixem a moça trabalhar, ela é uma profissional'. Com o tempo a torcida acostumou." (RIBEIRO, 1998, pág. 122)

Neuza trabalhou nos Diários Associados com mais quatro mulheres: Cristina Pinheiro que escrevia sociais; Gracita de Miranda responsável por pautas de saúde e de associação de mulheres; Margarida Izar e Helle Alves que trabalhavam no caderno chamado geral. Neuza também foi para o caderno geral. Ela tinha matérias assinadas nos Diários Associados desde 1958. Para Neuza, o número de mulheres aumentou nas redações depois que a escola de jornalismo da Universidade de São Paulo passou a existir:

"Acho que a invasão de mulheres começou a partir de 1960 e principalmente depois que a ECA, fundada em 1966, começou a liberar fornadas de jovens jornalistas todo ano. Penso que as escolas de Jornalismo, o diploma e a regulamentação profissional, transformando o jornalismo em ocupação séria, é que abriram o mercado para as mulheres." (RIBEIRO, 1998, pág. 123)

Outro nome da história feminina do jornalismo foi Helle Alves. Ela ingressou na carreira em 1943, em um jornal interno da Rádio América. Em 1946, quando o Partido Comunista conseguiu legalidade, Helle entrou para a militância política e trabalhou na Assembléia Legislativa até 1959, quando retornou para o jornalismo. Ela foi trabalhar como repórter de geral nos Diários Associados. Fez uma série de reportagens sobre a prostituição em São Paulo, enfatizando os aspectos policial, econômico e social. Junto com Neuza Pinheiro, Helle disputou a vaga para participar da Operação Bolívia, que tinha como objetivo fazer a cobertura do julgamento de Régis Debret, em Camiri, um

evento internacional com a participação de mais de 200 jornalistas. Foi feito um sorteio no jornal e Helle ganhou. A equipe, enviada pelos Diários Associados, fez parada em Santa Cruz de La Sierra, cidade que ficava a aproximadamente 200 quilômetros de Valle Grande, local onde o grupo de Che Guevara estava sendo cercado. A equipe acabou indo cobrir a morte de alguns guerrilheiros, desviando o propósito da viagem. Ao chegar na cidade, Helle Alves recebeu a notícia de que Che Guevara estava morto e que estava vindo um helicóptero para buscá-lo. Ela presenciou a identificação do corpo junto com seu fotógrafo e cinegrafista. Também estavam presentes José Stachini, jornalista do Estado de S.Paulo, jornal diário brasileiro, e dois radialistas bolivianos. Depois chegou um fotógrafo americano da agência internacional de notícias UPI (United Press International) e os moradores de Valle Grande (RIBEIRO, 1998).

A primeira edição vespertina do Diário da Noite de 11 de outubro de 1967 esperava Helle Alves chegar com as fotos e a história da morte de Che Guevara. Os Diários venderam as imagens para agências de notícias e jornais do mundo inteiro. Segundo depoimento de Helle Alves, ao retornar para redação sofreu discriminação por parte dos colegas da profissão:

"- A mulher estava começando no jornalismo. Mas, naquela época, ainda não dava para aceitar que a mulher fosse repórter especial, dedicada a grandes reportagens, como acontecia com os homens nessa condição. E isso ainda levaria um bom tempo para ocorrer."
(RIBEIRO, 1998, pág.127)

No dia 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar foi aprovado o Decreto-Lei 972, com alterações posteriores (Decreto 65.923 e Decreto 83.284), que regulamenta a profissão de jornalista e consagra a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão.

No decorrer da década de 70, teve início o processo de ingresso de mulheres na carreira de jornalismo. De acordo com dados do Sindicato do Estado de São Paulo, em 1937, ano em que a entidade foi fundada, havia 303 jornalistas associados, as mulheres não chegavam a 0,5%. Nas décadas de 40, 50 e 60 as mulheres não passavam de 5% da categoria.

"Para mostrar o avanço da mulher no jornalismo, o número de colegas sindicalizadas é o mais conservador. O índice de matrículas na Casper Líbero mostra que as moças já são donas de mais de 70% das vagas. Em algumas redações, as mulheres já são maioria nos cargos normais e nos de chefia, como na Gazeta Mercantil (conforme publicado na Unidade) e no Globo Repórter." (RIBEIRO, 1998, pág. 147)

Em 1950, entre os formandos do curso de jornalismo da Fundação Casper Líbero não existia nenhuma mulher. Em 1995, elas já constituíam 70,4% da turma. (RIBEIRO, 1998)

A primeira presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo mulher foi Lu Fernandes, que permaneceu na gestão de 1981 a 1984. Ela tinha 27 anos, era casada e havia acabado de dar a luz quando assumiu o posto. Lu Fernandes era repórter de política do jornal Folha de S.Paulo. O presidente era Emir Macedo Nogueira, mas com menos de seis meses no cargo de presidente ele morreu. Lú Fernandes era a secretária-geral. O vice era Audálio Dantas que era político do PMDB e não podia se dedicar integralmente ao sindicato, passando a função para Lú Fernandes.

"...De 1981 a 1984, que foi o tempo da nossa gestão, pegamos a pior recessão do século, pode-se dizer. E isso estourou em nossa cabeça. Mas toda crise carrega consigo um potencial de criatividade e o Sindicato se abriu em duas frentes que hoje são de grande importância no mercado: a absorção de 'frilas' e a organização das assessorias de imprensa." (RIBEIRO, 1998, pág. 159)

Na gestão de Lú Fernandes, o Sindicato passou a aceitar como sócios jornalistas que não tivessem vínculos empregatícios em empresas jornalísticas.

No final da década de 80 e início da década de 90, aumentou o número de mulheres jornalistas em São Paulo. Segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho, o número de mulheres supera o de homens. Enquanto em 1939 apenas 2,8% dos jornalistas na capital eram mulheres, em 1950 esse número aumentou para 7%. Chegou a 10% em 1970, 40,2% em 1980 e atingiu a maioria em 1990. Em 1995, a mulheres já constituíam a maioria: 64,8% contra 35,2% de homens. No entanto, o número registrado pelo Ministério do Trabalho não corresponde ao número de profissionais atuando no mercado. (RIBEIRO, 1998)

Dados levantados pelo Dieese junto ao Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo em 1993, tirados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS -, mostram que os homens ocupavam a maioria dos cargos no estado, 59,38% contra 40,62% de postos ocupados por mulheres. No entanto, a pesquisa revelou que o salário médio da mulher era inferior ao do homem, no mesmo período. O salário médio¹⁹ do profissional masculino era 20,5 salários mínimos, o da profissional feminina correspondia a 18,5 salários mínimos. Quando a divisão foi feita por setor, no rádio e na televisão o salário da mulher era maior que o do homem: 23,37 salários mínimos para as mulheres contra 21,97 para os homens. Isto explica-se pelo fato de o número de mulheres portadoras de diplomas nos exercícios das profissões em emissoras de rádio e televisão ser superior ao número de profissionais do sexo masculino. Segundo dados nacionais levantados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, no setor de rádio

¹⁹ Entende-se por salário médio a soma dos salários dos profissionais dividido pelo número de profissionais, obtendo uma média salarial. Ela não diferencia portanto, os cargos. Postos de chefia recebem salário maior que repórteres e redatores, por exemplo.

63,70% das mulheres possuem curso superior contra 36,9% dos homens, no setor de televisão as mulheres têm o maior percentual de curso superior, corresponde a 79,78%, enquanto o dos homens é de 57,23%. No setor jornal e revista, a média masculina era maior: 23,24 salários mínimos contra 19,87. No setor extra redação, a média foi quase igual: 16,67 salários mínimos para os homens e 15,58 para as mulheres.

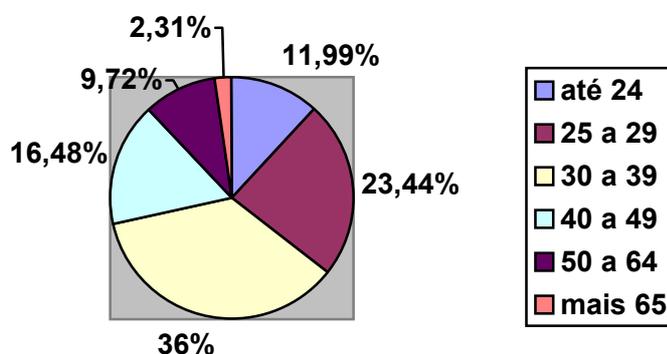
Em 1960 existiam sete faculdades de jornalismo no país, no início da década de 90 somavam mais de 100, 70 com o curso específico de jornalismo. A mesma pesquisa realizada pelo sindicato, revelou que há um número maior de mulheres escolarizadas comparado com o número de homens. Enquanto 66,62% dos jornalistas masculinos tinham o terceiro grau completo ou incompleto, o índice feminino era de 71% com curso superior completo e 13% incompleto (RIBEIRO, 1998).

Na capital do Estado de São Paulo, as empresas que mais empregavam mulheres no jornalismo eram: a Editora Globo, dos 155 jornalistas 51% são mulheres; e a Editora Abril, dos 927 funcionários, 50,27% são mulheres.

A pesquisa levantou também a idade dos profissionais: 36% se concentravam na faixa etária entre 30/39 anos; 23,44% entre 25/29 anos; 16,48% entre 40/49 anos; 11,99% até 24 anos; 9,72% entre 50/ 64 anos; 2,31% com mais de 65 anos²⁰ (RIBEIRO, 1998).

²⁰ Os números decimais foram aproximados, acarretando uma defasagem de 0,06%, na soma dos seis dados percentuais, ou seja, ao somá-los obtêm-se o índice percentual de 99,94% e não 100%.

Figura 4. Distribuição percentual da faixa etária dos profissionais jornalistas. Brasil, 1993.



Outro tópico abordado pela pesquisa foi a média salarial segundo a região do estado de São Paulo. Em ordem decrescente, a identificação levantada foi: capital em primeiro lugar, em segundo São José do Rio Preto, a região do ABC paulista, em terceiro, Santos em quarto, Campinas em quinto, São José dos Campos em sexto, Bauru em sétimo, Sorocaba em oitavo, Ribeirão Preto em nono e Piracicaba em décimo. Ao comparar os anos de 1986 e 1993, verificou-se que aumentou o número de jornalistas recebendo uma média salarial maior. Enquanto em 1986, 26,59% dos profissionais ganhavam entre 10 a 15 salários mínimos, em 1993 a concentração aumentou, 35,91% dos profissionais ganhavam mais de 20 salários mínimos. O piso salarial passou a ser de 10 salários mínimos. Quando o corte é feito apenas nas mulheres, a pesquisa também constatou um aumento da média salarial. Em 1986, apenas 12,36% delas ganhavam acima de 20 salários mínimos; em 1993 este número saltou para 34,04%.

O número de jornalistas dentro das redações (jornais grandes ou pequenos, jornais sindicais, empresas de rádio, TV e videotexto) aumentou de 1986 a

1993. Enquanto em 1986, 50% dos profissionais estavam nas redações e 50% fora (assessorias de Governo, empresas de assessorias e prestação de serviços editoriais), em 1993 a concentração de jornalistas nas redações passou para 60% e fora da redação para 40% (RIBEIRO, 1998).

Os dados mostram que a inserção da mulher trouxe alguns marcos para a história da imprensa paulista, entre eles: a introdução da revista feminina *Cláudia* em plena ditadura militar; a publicação dos artigos assinados de Carmem da Silva; a participação de uma jornalista mulher em uma reportagem especial sobre a morte do Che Guevara; uma profissional feminina assume o cargo de presidente do sindicato; cresce o número de mulheres ocupando cargos de chefia; aumenta a média salarial feminina; e o número de mulheres empregadas na capital ultrapassa o número de homens. Entre os aspectos negativos está o baixo índice de mulheres com mais de 40 anos exercendo a profissão. Segundo dados levantados pelo Dieese junto ao Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo em 1993, tirados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - o mercado feminino nesta faixa etária corresponde a 29% dos cargos registrados.

No campo empírico do nosso trabalho temos jornalistas que vivenciaram as redações na década de 60, bem como nas décadas de 70, 80, 90 e 2000. As profissionais que pertencem a gerações mais velhas encontraram mais dificuldades relacionadas ao gênero no mercado de trabalho, também ingressaram nas redações durante o período militar brasileiro, quando a imprensa estava sob censura. As profissionais que ingressaram nas redações na década de 80 e 90 participaram direta e/ou indiretamente do processo de abertura do mercado de trabalho para as jornalistas mulheres. Na década de 90, os computadores foram levados para as redações, surgiu o

jornalismo on-line e no início de 2000 a TV foi para a internet, abrindo assim novos postos de trabalho. Postos esses, mais acessíveis às profissionais mulheres, pois ainda não estavam ocupados pelos pares profissionais do sexo oposto. As diferenças cronológicas e o contexto da carreira de jornalismo repercutem nas trajetórias traçadas por essas profissionais, nas suas expectativas, facilidades e constrangimentos.

Para melhor compreender o sujeito de nossa pesquisa, a mulher jornalista no estado de São Paulo, no período de 1986 a 2001, pretendemos apreender o sentido e o significado dos depoimentos, à luz destas discussões, que compõem a categoria gênero, bem como as visões polares dos sociólogos Bourdieu e Giddens, principalmente comparando os modelos propostos por esses dois últimos autores com o modelo sugerido por Hochschild. Serão feitos esforços para evitar analisar os depoimentos psicanalizando-os, biologizando-os ou de forma funcionalista, tomando a norma como instituída. Se o papel da mulher e sua posição de subordinação não são predeterminados, mas historicamente construídos, é preciso compreender os depoimentos em sua especificidade.

5. PROFISSÃO E FEMINIZAÇÃO

5.1. Discussão sobre profissão e sua relação com a feminização da carreira

Nesta pesquisa relacionamos a profissionalização do jornalismo no Brasil com o ingresso e aumento de mulheres, simultaneamente. Partimos dos conceitos de FREIDSON (1996) para especificar as características das profissões dentro da estrutura das ocupações:

- 1) profissão é um tipo de trabalho pago, feito em tempo integral, que inclui o mercado informal;
- 2) profissão é de caráter especializado, de base teórica, com competência discricionária de julgamento sobre uma área do saber;
- 3) profissões são aquelas ocupações que controlam a divisão do trabalho, que é determinada pelas suas relações, que negociaram as delimitações e fronteiras jurisdicionais de cada uma, diferente do método baseado no livre mercado ou controlado por uma administração racional-legal externa à profissão;
- 4) na profissão, o controle do mercado de trabalho é ocupacional, feito através do credenciamento dos membros da profissão;
- 5) a profissão envolve a pessoa com conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber profissional, obtido fora do mercado de trabalho, nas instituições de ensino superior.

A profissionalização e sua especialização estão interligadas ao processo histórico, às mudanças políticas, sociais e econômicas. A história das profissões tem seu marco no industrialismo capitalista do século XIX, quando aumentou a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a

disputa levou à criação de associações e instituições próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. São esses fatores que elevaram o *status* de algumas ocupações para a esfera da profissão.

No jornalismo, o processo de profissionalização iniciou no século passado, nos anos 30, com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento, exigência do diploma para o exercício da profissão, divisão por editorias nas redações e inovações tecnológicas. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi criado em 1937. O primeiro curso superior de jornalismo é de 1947. Em 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar, foi aprovado o Decreto-Lei 972, com alterações posteriores (Decreto 65.923 e Decreto 83.284) que regulamentaram a profissão e consagraram a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. Em seguida, aumentou a remuneração salarial e foram criadas editorias, acarretando maior especialização do profissional por áreas, acrescido da exigência de um profissional com maior conhecimento de todo o conjunto de uma redação. Houve também mudanças tecnológicas, como a introdução dos computadores nas redações, o surgimento do jornalismo *on-line* e das televisões digitais e na *internet*. Todas estas transformações vêm alterando o perfil do profissional além de propiciarem a inserção de mulheres nas redações. Mas o processo de profissionalização não está sedimentado, quando se compara com carreiras como medicina e direito. A obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo está sob disputa legal no âmbito da justiça. Os registros profissionais obtidos por estudantes de jornalismo e pessoas que atuavam na área, durante essa querela, estão ameaçados. Esses registros são conhecidos como precários e estão sendo cassados pela FENAJ - Federação

Nacional dos Jornalistas - e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. O Sindicato estima que no estado foram solicitados 4 mil registros precários e no país mais de 6 mil registros.

Os estudos sobre profissões, na sociologia, datam de 1933 e os pioneiros foram os autores Carr-Saunders e Wilson, que realizaram um levantamento histórico dos grupos que poderiam ser considerados profissões, na Inglaterra. A princípio, o campo de estudo das profissões surgiu permeado por um conteúdo ideológico elitista, mas com os novos conhecimentos e as mudanças sociais da década de 60 do século passado, ele sofreu algumas alterações. A visão da relação entre profissional e cliente adquiriu novas interpretações e se introduziu a noção de formas de controle e poder. Na década de 70, Johnson passou a ver a questão não mais como o atendimento às necessidades sociais, mas a imposição dessas necessidades e os formatos dos serviços prestados. Larsons atribuiu a profissionalização e sua especialização como uma transformação decorrente da mobilidade coletiva. Freidson mostrou como a base e a força da medicina nos Estados Unidos se deve à sua capacidade de articular domínio e autonomia, em vez de confiança e coleguismo. O discurso da competência profissional vinculou-se à ideologia burguesa e enfatizou o lado egoísta das profissões, caracterizadas como grupos com interesses estratégicos disputando o domínio de áreas de conhecimento e de mercados (BONELLI, 2002).

A diferença entre as três concepções acima mencionadas está na quantidade de poder que os autores identificam nas profissões, no diagnóstico da situação que analisaram e nas perspectivas vislumbradas. Johnson associou profissão com uma capacidade de controle sobre o trabalho profissional, o que leva a diagnosticar o

enfraquecimento e o declínio das profissões que perderam estas características devido ao crescimento do controle corporativo e burocrático do Estado. Larsons identificou o poder e o domínio profissionais como um projeto coletivo de ascensão social que passou a dar regras e moldar a sociedade. Sua denúncia deste papel ideológico questiona a relevância das profissões como formas de organização social, juntando-se aos que duvidaram do prosseguimento do processo de profissionalização, apontando para a proletarização das profissões. Freidson se coloca em posição intermediária entre as abordagens que focalizam a fraqueza e o declínio das profissões e as que enfatizam o domínio que elas poderiam ter sobre toda a sociedade. Identifica pontos positivos nas profissões como um desafio ao poder administrativo e como uma forma de proteção contra a incompetência, mesmo que limitada. (BONELLI, 2002)

Até a década de 60, as profissões eram concebidas como comunidades homogêneas. Os enfoques introduzidos por estes três autores quebram esta integração concentrando-se na identificação dos tipos de relações e de conflitos existentes entre os grupos profissionais. Todas as visões, funcionalista, marxista ou fenomenológica sobre profissões têm como consenso tratá-las como uma organização. Identificam o fato de possuírem conhecimento formal, abstrato, de nível superior como base, tanto a vertente que enfatiza a confiança do cliente no profissional, quanto a que mostra como esse tipo de conhecimento é de elite, não democrático, monopolizador e concentrador de poder (BONELLI, 2002).

Outro aspecto abordado pelos autores é a estratificação dentro das profissões. Há um sistema informal de credenciamento, interno e competitivo, o qual utiliza critérios discriminatórios como gênero, raça, religião, etnia e cultura de classe. Todos eles

operam para estruturar o desenvolvimento das carreiras e criar um sistema de estratificação na profissão. As profissões são sistemas organizados pela divisão de autoridade sobre o conteúdo e a organização do trabalho profissional.

No jornalismo, o número de mulheres atuando no mercado ainda é em proporções menores que o de homens, embora venha aumentando. Como citamos no capítulo *Dados quantitativos sobre o mercado de trabalho, no Estado de São Paulo entre 1986 a 2001*, a única cidade que possui maior número de mulheres é a capital, São Paulo. Em contrapartida, o número de estudantes mulheres cursando jornalismo, nas faculdades brasileiras, é superior ao número de homens. Elas correspondem a quase 67% dos estudantes de graduação em jornalismo. Há também uma diferença de gêneros nos campos de atuação. As mulheres estão concentradas nos seguintes setores: revista, extra-redação, televisão e agências de notícias. Nos setores mais tradicionais, impresso e rádio, o número de profissionais mulheres é menor. Embora o jornalismo não possa ser considerado uma profissão consolidada, há estratificação dentro da carreira, inclusive no que diz respeito ao gênero, tanto em relação às áreas de atuação como no salário médio do profissional. No capítulo citado acima, mostramos que há uma defasagem entre o salário médio das mulheres e o dos homens. A mulher com curso superior recebe o equivalente ao profissional do sexo masculino que possui o segundo grau. Em 2000, a mulher jornalista no Brasil ganhava 5,09% a menos que o homem, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. O que mostra uma discriminação menor do que em profissões consolidadas.

Com relação ao poder das profissões, FREIDSON (1998) apoia-se na diferenciação de seus membros em praticantes, administradores e intelectuais. Os

praticantes são aqueles que têm algum poder sobre os clientes e controlam o trabalho que fazem. Os administradores condicionam quando e onde os praticantes podem exercer poder sobre os clientes. E os intelectuais, portadores da *expertise*, não exercem poder nos locais de trabalho profissional, sua atividade forma a base para as regras organizacionais dos administradores e para as decisões de trabalho dos praticantes. São eles que controlam a aquisição de diplomas. A *expertise* compreende o conhecimento especializado abstrato adquirido no curso de graduação.

No jornalismo, os cargos administrativos são ocupados, em sua maioria, por profissionais masculinos. A mulher jornalista ainda permanece mais tempo ocupando o mesmo cargo em comparação ao profissional do sexo masculino. Os postos de praticantes estão distribuídos entre jornalistas dos dois sexos. Na categorização do Sindicato, as academias se enquadram como setor extra redação, que engloba assessorias de imprensa e universidades. Nesse setor, as mulheres ocupam 49,61% dos postos²¹. Na opinião dos jornalistas e de grande parte das empresas de comunicação, o curso de graduação em jornalismo não tem a mesma importância que cursos de graduação consagrados como direito e medicina. Na valorização do profissional, pesa mais sua experiência profissional, especializações e outros complementos do que sua formação acadêmica em jornalismo. Por isso, no período de um ano de suspensão do diploma no exercício da profissão, mais de 6 mil pessoas no país, sem formação universitária em jornalismo, conseguiram o registro provisório para atuar no mercado de trabalho.

²¹ Segundo estatísticas divulgadas pelo Ministério do Trabalho referente ao ano de 1999.

5.2. O processo de feminização no jornalismo

A história do jornalismo é antiga e antes de Gutemberg descobrir a imprensa, o jornalismo já existia. A comunicação era feita via oral. Com o advento da imprensa, a comunicação coletiva passou a ser escrita. No início, durante o século XV, o conteúdo das notícias era basicamente sobre mortes em guerras e batalhas. No Brasil, durante grande parte do período do regime Monárquico, foi proibida a instalação de um jornal. As notícias brasileiras eram redigidas na Europa. O primeiro jornal nacional, Correio Braziliense surgiu em 1808, era impresso na Inglaterra, e era porta voz do governo Português no Brasil. No final do século XIX surgiram novos jornais nacionais. Todos eram governistas. Diferente do direito e da medicina, que tiveram os cursos de graduação instalados no Brasil a partir do período imperial¹, a primeira Faculdade de jornalismo foi criada em 1947, mais de cem anos depois.

Outro aspecto que afeta o *status* do jornalismo enquanto profissão, comparado com medicina e advocacia, segundo a definição de Freidson, refere-se à *expertise*². Como a obrigatoriedade do diploma no exercício da profissão é recente comparada às profissões tradicionais e ainda não está consolidada, muitos administradores de empresas de comunicação no país não possuem formação acadêmica em jornalismo. Eles obtiveram titulação em outras áreas, como por exemplo administração de empresas e ciências sociais, ou são considerados jornalistas pelo tempo de exercício. São profissionais que estão atuando no mercado num período anterior a 1979 e

¹ As primeiras faculdades de direito foram a de São Paulo e a de Olinda, criadas no final da década de 20, do século XIX. Em 1808, D. João VI assinou o documento que mandou criar a escola de Cirurgia da Bahia, no antigo Hospital Real Militar da Cidade do Salvador. E em 3 de outubro de 1832 ganhou o nome de Faculdade de Medicina.

²² *Expertise* refere-se às profissões que produzem seu próprio saber sem depender de outras ciências. O jornalismo depende muito de outras Humanidades.

conseguiram a licença junto aos Sindicatos e Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - por tempo de serviço.

As ocupações que eram consideradas profissões, na Inglaterra, eram medicina, direito e clero, porque a formação se dava em universidades na Europa, desde o período medieval. Após o industrialismo capitalista na Inglaterra, essa concepção passou a ser contestada. Ocupações recém-formadas ou recém-organizadas de classe média queriam o título de profissão.

FREIDSON (1998) associa o poder das profissões ao controle do profissional sobre o conteúdo, os termos, as condições e a meta do seu trabalho. Um exemplo é a medicina no século XIX, quando a profissão deixou de depender de apenas uma pequena clientela com recursos financeiros e passou a atender várias pessoas com capacidade de pagar os honorários do profissional, conquistando uma certa independência no exercício da profissão.

"O modo como o capital econômico está concentrado e organizado, portanto, não pode deixar de influenciar o poder que as profissões possuem como organizações corporativas e a autonomia que os profissionais individuais tem em seu local de trabalho. Não obstante isso, seu corpo especial de conhecimento e competência especializados desempenha também um papel no estabelecimento da posição de uma profissão na economia política.

Quando o corpo de conhecimento e competência de uma profissão é tal que pode caracteristicamente fornecer um serviço pessoal a clientes individuais, seus membros têm maior margem de ação para encontrar trabalho do que quando isso não acontece. Membros de profissões como medicina e advocacia têm a opção de praticá-las independentemente de organizações, ou de serem 'autônomos'. Mas outros profissionais, como engenheiros, professores, clérigos e cientistas, precisam trabalhar nas e para as organizações." (FREIDSON, pág. 76-77, 1998)

No jornalismo, esta independência é nova dentro da carreira. Corresponde ao setor classificado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo como extra-redação. São as assessorias de imprensa e de comunicação³. Este mercado começou a surgir no Brasil na década de 80 do século XX. É o profissional autônomo que presta serviço a uma ou várias empresas, de qualquer segmento, divulgando-as na mídia. Logo quando surgiram as assessorias, o profissional que trabalhava para esse setor era discriminado pelos próprios colegas da profissão que não viam no trabalho do assessor a função de um jornalista. Os assessores também eram mal remunerados. Durante duas décadas, as assessorias expandiram por todo o país, tornando-se um mercado rentável e fértil na área de jornalismo. Nos outros quatro setores - impresso; rádio e tv; agências de notícias; revistas - o jornalista depende de uma corporação ou instituição de comunicação, seja pública ou privada, para exercer a atividade.

No jornalismo, o reconhecimento do profissional não está associado ao domínio do conhecimento e à academia e, sim, na atuação desse profissional na mídia. Os mais famosos e conhecidos são aqueles que aparecem principalmente nos telejornais, por serem vistos e ouvidos por um público maior, pertencente a todos os estratos sociais e faixas etárias.

Todas essas características do mercado retratam o jornalismo como profissão não consolidada e, tampouco, possuindo o *status* profissional da medicina ou advocacia, o que faz com que o mercado, atualmente, seja mais procurado por uma maior número de profissionais do sexo feminino do que do sexo masculino. A procura das mulheres por cursos universitários é também um argumento para justificar a feminização

³ Na classificação extra-redação também está incluído o mercado universitário, jornalistas que atuam como professores.

da profissão. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), no vestibular de 1998 ingressaram 14.969 mulheres e 10.015 homens nos cursos de graduação em jornalismo no Brasil. As mulheres correspondem a quase 67% do mercado universitário nacional em jornalismo. A feminização da carreira vem aumentando, como mostramos no capítulo *Dados quantitativos sobre o mercado de trabalho no Estado de São Paulo entre 1986 a 2001*. Profissões mais tradicionais e com mais prestígio têm uma maior procura masculina e conseqüentemente colocam mais obstáculos para o público feminino.

MEDEIROS (2000) analisou a questão do gênero mostrando que a participação feminina na esfera pública vem aumentando, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, e vem ganhando visibilidade social. No entanto, a feminização ocorre em áreas permissíveis e ainda com desvantagens como jornada de trabalho, remuneração e área de atuação. O estudo mostra que aumentou o número de mulheres em profissões novas com baixa remuneração e menor prestígio social.

Na área da saúde, nas décadas de 70 e 80, a participação feminina cresceu de 40 para 60% do total da força de trabalho. Em 1987, segundo a Relação Anual de Informações Sociais -RAIS-, cerca de 65% dos empregos do pessoal de enfermagem detinham uma remuneração média de 3 salários mínimos (MEDEIROS, 2000). Enquanto na enfermagem as mulheres representavam 85% da força de trabalho, incluindo técnicos, auxiliares e atendentes na categoria médica, a participação feminina não chegava a 27% até 1986. A mulher ocupava funções e especialidades de menor prestígio, repercutindo em níveis mais baixos de remuneração. Em 1986, as mulheres médicas auferiram rendimentos 17% menores que seus colegas homens. No mesmo ano, as mulheres enfermeiras receberam salários 20% menores que os de seus colegas do sexo masculino.

Dos empregos com remunerações acima de 20 salários mínimos, 66% destinavam-se ao sexo masculino na ocupação de enfermagem. A autora defende a ação afirmativa para se conseguir uma igualdade de direitos e oportunidades entre gêneros e raças. Essa concepção surgiu nos EUA, sendo seguida por países da Europa, especificamente Itália e França, com iniciativas consistentes no âmbito empresarial. No Brasil, essa temática da ação afirmativa emergiu nos anos 90. A Constituição Federal de 1988 permitiu a introdução de medidas que caminham em sua defesa, ao aprovar a proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, nos termos da lei (MEDEIROS, 2000).

Há diversidades internas nas carreiras. No caso do jornalismo, nos setores mais tradicionais - impresso e rádio - onde predominam profissionais masculinos, o acesso da mulher é mais restrito. Nos jornais, as profissionais femininas correspondem a 39,69% da mão-de-obra empregada. E no rádio, elas totalizam 27,95% do total.²⁴ As mulheres entram mais facilmente em áreas novas do mercado, como televisão, jornalismo *on-line*, tv na *internet*, bem como em veículos que destinam-se principalmente ao público feminino como revistas femininas. As inovações tecnológicas incorporadas na carreira de jornalismo beneficiaram as mulheres, abrindo novas frentes de trabalho.

As mulheres não conseguem ingressar com facilidades em todas as áreas e sim nas que lhe são permitidas. A questão do gênero na medicina foi abordada por ROHDEN (2001), seguindo o paradigma da historicidade. A autora analisa a construção de uma determinada concepção de diferença entre os conceitos de sexo e gênero, que se produz no contexto das significativas transformações socioeconômicas do século XIX. A

²⁴ Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho relativos ao ano de 2001.

interferência de fenômenos históricos acaba alterando a relação entre homens e mulheres, como por exemplo a industrialização, a crescente urbanização, empreendimentos científicos e tecnológicos, a entrada efetiva da mulher no mercado de trabalho e movimentos reivindicatórios.

ROHDEN (2001) discute a diferença sexual, o contexto do seu surgimento, o desenvolvimento da medicina no século XIX e os dilemas colocados pela tentativa de emancipação da mulher. Inicia mostrando que o gênero era visto como atrelado ao sexo e as funções sociais eram vistas com o mesmo grau de determinismo das suas funções fisiológicas. Homens e mulheres eram distintos nas suas características físicas, morais e psicológicas. Em um segundo momento, utilizando dados estatísticos referente ao período, a autora aborda como o discurso da diferença deu origem à ginecologia. Foi o interesse da medicina pela mulher e, posteriormente, a porta de entrada da mulher na profissão médica. O próprio discurso médico oficial e normativo da época retrata a distinção entre os sexos.

A entrada da mulher na medicina, em praticamente todos os países do mundo, foi nas especialidades de: obstetrícia, pediatria e ginecologia. A ginecologia e a obstetrícia receberam apoio das feministas inglesas, que acreditavam ser uma forma de acabar com o abuso de alguns médicos ao tratarem as mulheres, além de proporcionar uma legitimidade científica à redefinição da identidade da mulher e até justificar sua inclusão na política. Apesar do machismo da época e das objeções, o número de mulheres na área médica foi aumentando. As mulheres que conseguiram estudar medicina passaram a questionar, com base na ciência, as teorias sobre a natureza

feminina usada até então pelos médicos. Cresceram os investimentos sobre a definição da diferença entre os sexos e no determinismo biológico que traçaria o destino da mulher.

No Brasil, o ingresso da mulher na medicina ocorreu posteriormente, no final do século XIX, e elas não se aliaram a nenhum movimento feminista e nem pretendiam estudar a diferença sexual e a natureza feminina. Ficaram restritas à atender crianças e mulheres, substituindo as antigas parteiras. (ROHDEN, 2001)

No direito também percebe-se uma limitação no ingresso de mulheres. PUGLIESI (1999) analisa os motivos da feminização da magistratura trabalhista no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região do Estado de São Paulo (sede em Campinas). A autora constatou uma maior participação feminina na área trabalhista no ano de 1998, comparada com a justiça comum e federal. Uma das explicações é que a participação feminina vem aumentando desde o início da década de 80, tanto na magistratura como nas atividades econômicas de mercado. A partir da década de 1970, ocorreram mudanças no sistema educacional e no mercado de trabalho, acarretando um aumento da participação feminina em atividades antes predominantemente masculinas e não só naquelas tradicionalmente reservadas a elas. O maior grau de escolaridade possibilitou à mulher disputar novos campos de trabalho com os homens. Ela deixou de ficar relegada aos postos menos privilegiados e aos tradicionais nichos femininos como a enfermagem, o magistério e o emprego doméstico. O que tem ocorrido é a expansão do trabalho feminino em profissões que exigem o diploma superior e que gozam de um maior prestígio, como o direito, medicina, arquitetura, engenharia, áreas até então masculinas.

PUGLIESI (1999), fundamentada em entrevistas e no levantamento histórico, constatou que dentre os outros ramos do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho

é o que apresenta o menor prestígio social. A Justiça do Trabalho, devido a sua origem administrativa, já nasceu excluída do Poder Judiciário. Só com a Constituição Federal de 1946 é que ela passou a fazer parte do Poder Judiciário. Quando a autora indagou os entrevistados sobre a justificativa do menor prestígio da Justiça do Trabalho, eles responderam que seria devido à sua origem administrativa, por ser uma área especializada, por dar-se pouco valor à disciplina do direito do trabalho nas faculdades e, devido também, à presença dos juízes classistas. Outro fator que contribui para o seu desprestígio é o fato da carreira ser limitada a três etapas: juiz substituto, juiz presidente de junta e juiz do tribunal, prejudicando a perspectiva de ascensão e ganho salarial. Ocorre maior participação feminina nesta carreira por ser mais tranqüila, mais segura e mais acessível.

A feminização na magistratura do trabalho significou, no entanto, uma "democratização do desprestígio" e um "processo de modernização social com padrão tradicional" pois o aumento da participação feminina continua concentrado em atividades profissionais associadas ao papel e à condição feminina. Mesmo ingressando em carreiras mais valorizadas e prestigiadas, como o direito, as mulheres ainda tendem a se concentrar nas posições menos cobiçadas, perpetuando a segregação por gênero. (PUGLIESI, 1999)

Ao propor o estudo das profissões, não se pode desconsiderar as diferenças existentes nos setores de exercício profissional. Há diferenças de planos de carreira dentro do espaço público e privado no que se refere à questão do gênero. No público, o ingresso de mulheres é maior quando a seleção é feita por concurso. No jornalismo, os postos de trabalho com ingresso permitido via concurso são minoria. O

maior mercado para esse profissional, no Brasil e mais especificamente no estado de São Paulo²⁵, é a empresa privada. Mesmo nas empresas públicas, emissoras de televisão estatais, federais e assessorias de governos, grande parte dos processos de seleção para os cargos obedecem ao regime de contratação da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT²⁶, e não por concursos públicos. O concurso permite uma maior democratização do acesso ao mercado de trabalho e uma menor discriminação no momento da contratação e nos planos de carreira. O número de mulheres portadoras de diploma em jornalismo é superior ao número de homens, como mostramos acima. No entanto, quando a comparação é feita no campo de trabalho, percebe-se que o número de profissionais do sexo masculino exercendo a profissão é superior aos do sexo feminino. Em 2001, as mulheres correspondiam a 44,82% dos postos de trabalho no país. As empresas privadas preferem contratar o profissional do sexo masculino. Outro dado interessante é que os cargos de chefia estão concentrados entre os profissionais do sexo masculino.²⁷

Mesmo nas instituições que admitem através de concursos públicos, existem diferenças entre os postos ocupados pelas mulheres e pelos homens, que desistem de concorrer aos cargos com menor prestígio dentro de sua profissão. Um estudo sobre as mulheres delegadas em Salvador, BAHIA (2002) mostra o crescimento feminino no cargo e como elas vêm quebrando a barreira da hierarquia organizacional. As delegadas, no final da década de 90, representam 47% da categoria. A autora se fundamenta na perspectiva da representação simbólica, na medida em que se propõe a analisar a atuação dessas mulheres no mercado de trabalho e a influência da vivência da esfera privada na atuação pública, no exercício do cargo de delegadas. Valores como

²⁵ O estado de São Paulo refere-se ao espaço geográfico o qual delimitamos esse trabalho de pesquisa.

²⁶ É um conjunto de normas que regulamentam as relações individuais e coletivas de trabalho. Foi criada em 1943.

solidariedade, socialização, comunicação, flexibilidade e compreensão, milenares da cultura feminina, acabam tendo um forte significado para essas profissionais. Na amostragem, a autora entrevistou delegadas, policiais, promotores e representantes de movimentos e entidades sociais.

O ingresso da mulher neste campo de trabalho deve-se a quatro fatores: os serviços prestados pelo Estado – saúde, educação – estão, geralmente, ligados à imagem da mulher no interior da família; os salários médios são inferiores em relação ao mercado, afastando a participação dos homens; a jornada de trabalho permite conciliar a dupla jornada da mulher - profissão e o trabalho doméstico; e o concurso público inibe a discriminação.

Os estudos citados acima sobre o crescimento da feminização nas profissões mostram que ela vem ocorrendo, porém com desvantagens nos seguintes aspectos: salarial, jornada de trabalho e área de atuação. A mulher só ingressou onde lhe foi permitido, nas profissões tradicionais como direito e medicina foi maior a participação feminina nas ocupações de menor prestígio e tradição. O crescimento maior ocorreu nas ocupações caracterizadas como femininas, tais como assistente social, enfermagem, pedagogia, sociologia e psicologia, todas elas tendo uma remuneração menor que as profissões liberais tradicionais. No jornalismo, o aumento da participação feminina deve-se primeiramente por não ser uma profissão consolidada de acordo com a definição conceitual de Freidson, ou seja, não tem o mesmo poder, autonomia, controle de mercado e produção de saber da medicina e do direito. A feminização ainda ocorre em maior número em áreas menos prestigiadas ou mais recentes, sendo menor nos setores

²⁷ Dado divulgado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

tradicionais como rádio e jornal impresso. A maioria dos cargos de chefia ainda são ocupados por homens. E, por fim, o número de mulheres que ingressam nas faculdades é bem superior ao de homens, mas o número de mulheres atuando no mercado não acompanha essa proporção.

6. Mulheres jornalistas no Estado de São Paulo

6.1. Dados por tipologias e pares profissionais

Quadro 1 - Tipo um: modelo feminino. Perfil dos entrevistados de acordo com idade, escolaridade dos pais, irmãos e cônjuge, estado civil, número de filhos, formação, último emprego da entrevistada, cidade de origem e onde reside em 2002

Nº	Nome	Idade (anos)	Escolaridade do entrevistado	Estado Civil	Formação do Conjugue/ Ocupação	No. de Filhos	Exerce a profissão de jornalismo	Último emprego ou trabalho	Cidade de origem	Cidade onde reside	Escolaridade dos pais/ Ocupação	Escolaridade dos irmãos
1	Fabiana	23	Jornalista pela UNESP de Bauru	Solteira	Não tem	Não tem	Sim	Assessora de Imprensa da Secretaria Municipal da Cultura	São Paulo/SP	Ribeirão Preto/SP	Pai: formado em psicologia em São Paulo; Empresário; Mãe formada em Letras em São Paulo; Professora e coordenadora pedagógica	Um irmão, formado em educação física pela UNAERP – Ribeirão Preto
2	Fátima	31	Jornalista: Casper Líbero e ciências sociais pela USP; doutoranda - FFLCH/USP	solteira	Não tem	Não tem	Não	Concluindo a tese de doutorado	São Paulo/SP	São Paulo/SP	Mãe: primeiro colegial. Não trabalha fora. Pai: secundário completo. Comerciante	Duas irmãs. Uma médica, mestre; outra formada em computação - pós-graduação lato sensu nos EUA
3	Fernanda	38	Formada em Moda pela Santa Marcelina, SP. Cursa mestrado na UNICAMP, Depto. Multimeios;	Separada	Formado em Letras, é jornalista	Duas	Sim	Repórter da TV Record	Campinas/SP	São Paulo/SP	Pai cursou até o primeiro colegial; Bancário; Mãe fez faculdade; Professora e secretária concursada;	Dois irmãos. Fizeram faculdade de Educação Física em Campinas;
4	Flávia	52	Formada em letras pela Faculdade Barão de Mauá em Ribeirão Preto	Separada	Ex-marido fez curso de técnico em comunicação no Rio de Janeiro	Três	Não	Coordenadora pedagógica da escola Santa Úrsula	Jardinópolis/SP	Ribeirão Preto/SP	Pai: primário completo; Retireiro. Mãe: estudo extra oficial em escolas de fazenda. Costurava e vendia doces.	Sete irmãos. Todos fizeram faculdades, só um não completou o curso
5	Fabiola	54	Enfermeira pela USP Ribeirão e jornalista pela Casper Líbero/SP	Separada. Foi casada duas vezes	1º.marido: Técnico de Microonda. Curso superior. 2º. Publicitário pela Anhembi Morumbi/SP	Dois	Sim	Editora responsável da Revista Expressão	Pradópolis/SP	Ribeirão Preto/SP	Pai: primário completo; Comerciante .Mãe: primário completo. Comerciante	Quatro irmãos. Todos com colegial completo. Um fez faculdade de contabilidade
6	Fúlvia	49	Jornalista pela UNAERP de Ribeirão Preto	Separada	Primário completo. É jornalista	Três	Sim	Editora da EPTV/ Ribeirão	Uberaba/MG	Ribeirão Preto/SP	Pai: Curso técnico de contabilidade; Bancário Mãe: formada em Pedagogia pela UNAERP de Ribeirão Preto; Professora	Um irmão formado em direito pela Faculdade de Uberaba, Minas Gerais

Quadro 2 - Tipo dois: modelo masculino. Perfil dos entrevistados de acordo com idade, escolaridade dos pais, irmãos e cônjuge, estado civil, número de filhos, formação, último emprego da entrevistada, cidade de origem e onde reside em 2002

Nº	Nome	Idade (anos)	Escolaridade do entrevistado	Estado civil	Formação do cônjuge/ Ocupação	Nº Filhos	Exerce a profissão de jornalismo	Último emprego ou trabalho	Cidade de origem	Cidade onde reside	Escolaridade dos pais/ Ocupação	Escolaridade dos irmãos
1	Márcia	26	Jornalista pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR	Solteira	Não tem	Não tem	Sim	Editora do site da EPTV Ribeirão	Sorocaba/SP	Ribeirão Preto/SP	Pai: primário completo. Comerciante. Mãe; pedagoga - Universidade de Sorocaba. Professora	Um irmão administrador de empresas, pela UNISO Sorocaba.
2	Maria	32	Jornalista pela Faculdade São Leopoldo no Rio Grande do Sul	Amigada	Jornalista pela UFRGS. Jornalista	Não tem	Sim	Repórter da EPTV Ribeirão	Bento Gonçalves/ RS	Ribeirão Preto/SP	Pai: administrador de empresas; Administrador de empresas Mãe: primário completo. Não trabalha fora	Uma irmã que está cursando nutrição no Rio Grande do Sul
3	Mariana	34	Formada em ciências sociais pela USP-SP e mestre em antropologia pela USP-SP	solteira	Não tem	Não tem	Sim	Editora da revista Exame da editora Abril	Recife/PE	São Paulo/SP	Pai: doutorado em Geologia pela USP. Professor universitário. Mãe filosofia na USP-SP (não cursou). Não trabalha fora	Dois irmãos. O irmão cursou mestrado em geologia pela USP-SP; Irmã: publicitária pela Anhembi Morumbi
4	Marina	40	Jornalista pela PUC em São Paulo	Casada	Arquiteto formado pela USP-SP . Arquiteto	Um	Sim	Editora da revista Exame, Editora Abril	São Paulo/SP	São Paulo/SP	Pai: colegial completo; funcionário do correio Mãe: formada em psicologia. funcionária do correio	Não tem
5	Meire	40	Jornalista pela UNAERP	Casada	Economista pela Moura Lacerda-RP. Vendedora	Dois	Sim	Assessora de imprensa RP/ USP	Porto Ferreira/SP	Ribeirão Preto/SP	Pai: primário completo. Administrador rural Mãe: primário completo. Não trabalha fora	Um irmão com colegial completo
6	Mirela	30	Jornalista pela PUC/SP e historiadora pela USP/SP	Separada	Não tem	Não tem	Sim	Editora Adjunta do caderno Ilustrada do jornal Folha de S.Paulo	São Paulo/SP	São Paulo/SP	Pai: Engenho Mecânica pelo ITA; Diretor de exportação Mãe: Ciências Sociais pela PUC. Professora	Um irmão - Administrador pela USP/SP

Quadro 3 - Tipo três: entrevistadas que ingressaram em um novo campo do jornalismo. Perfil dos entrevistados de acordo com idade, escolaridade dos pais, irmãos e cônjuge, estado civil, número de filhos, formação, último emprego da entrevistada, cidade de origem e onde reside em 2002

Nº	Nome	Idade (anos)	Escolaridade do entrevistado	Estado civil	Escolaridade do cônjuge/ Ocupação	Nº filhos	Exerce a profissão de jornalismo	Último emprego ou trabalho	Cidade de origem	Cidade onde reside	Escolaridade dos pais/ Ocupação	Escolaridade dos irmãos
1	Nádia	34	Jornalista pela UNAERP; mestre em História da Ciência pela PUC/SP	Separada e casada novamente	Primeiro jornalista em Ribeirão Preto; segundo cursou jornalismo em São Paulo e trabalha com publicidade	Não tem	Sim	Repórter especial do jornal Folha de S.Paulo	Ribeirão Preto/SP	São Paulo/SP	Pai: completou o primário. Sitiente Mãe: completou o primário. Não trabalha fora	Uma irmã, com pós-doc em biologia pela USP Ribeirão
2	Naiara	41	Jornalista pela UNAERP	separada	não	Duas	Sim	Tem uma assessoria de imprensa; Editora da TV Local	Ribeirão Preto/SP	Ribeirão Preto/SP	Pai: formado em artes plásticas pela Escola Superior de Artes Plásticas de Araraquara; Mãe: colegial completo. Não trabalha fora	Um irmão, formado em comunicação pela FAAP/SP
3	Nanda	45	Filósofa pela USP/SP. Mestre em Jornalismo pela ECA-USP/SP	Solteira	Não tem	Não tem	Sim	Diretora da ONG Instituto Patrícia Galvão de Comunicação e Mídia	São Paulo	São Paulo	Pai primário completo. Seguiu carreira militar; Mãe: primário incompleto. Doméstica e depois não trabalhou mais fora de casa	Quatro irmãos. Dois fizeram faculdade, a irmã fez Administração de Empresas; o irmão não concluiu Artes Plásticas. Outra irmã cursou auxiliar de enfermagem e a outra completou o colegial.
4	Neusa	44	Jornalista pela Casper Líbero. Mestre em Jornalismo pela ECA-USP/SP.	Solteira	Não tem	Não tem	Sim	Jornalista autônoma - ONGs.	São Paulo	São Paulo	Pai: ginásio completo. Comerciante Mãe: concluiu o supletivo. Comerciante e depois não trabalhou mais fora de casa	Tem três irmãos. Dois são formados, um em medicina e o outro em Física. O outro não concluiu Biomedicina.
5	Norma	38	Jornalista pela UNAERP	Solteira	não	Não tem	Sim	Editora do Repórter ECO	Icaraíma/Paraná	São Paulo/SP	Pai: terceira série primária; Era agricultor Mãe: primeira série primária. Agricultora	Quatro irmãos. Todos completaram o colegial

Quadro 4 - Pares profissionais. Perfil dos entrevistados de acordo com idade, escolaridade dos pais, irmãos e cônjuge, estado civil, número de filhos, formação, último emprego da entrevistada, cidade de origem e onde reside em 2002

Nº	Nome	Idade (anos)	Formação do entrevistado	Estado civil	Formação do conjuge/ Ocupação	No. Filhos	Exerce a profissão de jornalismo	Último trabalho ou emprego	Cidade de origem	Cidade onde reside	Formação dos pais/ Ocupação	Formação dos irmãos
1	Henrique	37	Formado em jornalismo pela PUC de Campinas	Casado	Formada em tradução e intérprete na Faculdade Ibero Americana, em São Paulo. Professora	Dois	Sim	Chefe de reportagem da EPTV - Ribeirão	Jaboticabal/SP	Jaboticabal/SP	Pai: primário completo. Comerciante Mãe: primário completo. Não trabalha fora de casa	Três irmãos. Uma irmã engenheira agrônoma pela UNESP Jaboticabal; Uma irmã engenharia florestal pela Universidade federal de Viçosa; Um irmão advogado pela UNAERP – Ribeirão Preto
2	Augusto	34	Jornalista pela PUC/SP. Ciências Sociais na USP/SP, (incompleto) Pós-graduação Lato Sensu em Mídia Digital pela PUC/SP.	Casado	Formada em Letras pela USP/SP. Coordenadora editorial	Um	Sim	Editor da TV Cultura. Tem micro empresa de Jornalismo digital para internet.	São Paulo	São Paulo	Pai: Direito e Letras pela USP/SP. Gerente de vendas Mãe: Saúde Pública pela USP/SP. Trabalhava no hospital	Cinco irmãos. Todos cursaram faculdades. Um médico; um matemático; uma odontóloga, uma assistente social; um engenheiro e economia.

6.2. Perfil dos entrevistados

Apresentamos o perfil dos entrevistados nos quadros 1, 2, 3 e 4, de acordo com as seguintes características: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, se exerce a profissão de jornalismo, último emprego ou trabalho, cidade de origem, cidade onde reside, formação do cônjuge, formação dos pais e dos irmãos. Dividimos o campo empírico em três tipos, apresentados nos Quadros 1, 2 e 3, são eles respectivamente: modelo feminino; modelo masculino; e profissionais que ingressaram em um novo campo do jornalismo até então pouco explorado. Adotamos como referencial da classificação dos tipos as características das profissionais no mercado de trabalho. Embora as entrevistadas tenham sido classificadas em três tipos, é válido ressaltar que cada tipo é formado por sujeitos múltiplos, com subjetividades diferentes, nos afastando de modelos rígidos. A tipologia reflete a complexidade das relações. Gênero e profissão são duas categorias relevantes na análise dos discursos das entrevistadas, eles fazem parte de suas trajetórias bem como de suas escolhas pessoais e profissionais.

Todas as entrevistadas são brancas, trabalham e pertencem ao estrato social médio. Entre as jornalistas entrevistadas, 8 são de Ribeirão Preto, dentre elas três trabalham em uma emissora de televisão, três em assessoria de imprensa, uma em revista e uma não seguiu a carreira de jornalismo. Foram entrevistadas 9 jornalistas da capital: duas trabalham em jornal impresso, duas em emissoras de televisão, duas em revistas, duas trabalham como jornalistas para ONGs e uma não seguiu a carreira de jornalismo.

O Quadro 4 apresenta dois jornalistas do sexo masculino, considerados nesta pesquisa os pares profissionais.

Entre as seis jornalistas do tipo um a idade variou entre 23 e 54 anos. Todas cursaram faculdades, sendo quatro formadas em jornalismo, uma em moda e a outra em letras. Uma está cursando pós-graduação, na Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e outra está terminando o doutorado em antropologia pela USP/SP. Quatro nasceram no interior e duas na capital, mas uma delas se mudou cedo com a família para Ribeirão Preto e, desde então, não saiu mais do interior. Apenas uma das seis entrevistadas atua no mercado de trabalho na cidade de São Paulo. A outra está concluindo a tese de doutorado e não exerce a profissão de jornalista na capital.

Quatro entrevistadas foram casadas, no momento estão separadas e têm filhos. Duas, as mais novas, são solteiras e disseram que o casamento faz parte dos seus planos.

Todas têm irmãos com curso superior, apenas um irmão da entrevistada Flávia não concluiu a graduação e três, dos quatro irmãos de Fabíola, concluíram o colegial. As duas irmãs de Fátima cursaram pós-graduação. As entrevistadas mais velhas estudaram em faculdades privadas, já as mais jovens estudaram em universidades públicas. Fabiana cursou jornalismo na Universidade Estadual de Bauru. Fátima cursou jornalismo na Casper Líbero e simultaneamente cursou ciências sociais na USP/SP. Fabíola primeiramente cursou enfermagem na USP Ribeirão e depois se formou em jornalismo em São Paulo, pela faculdade Casper Líbero.

A formação dos pais é diferenciada e atribuímos a diferença entre eles à origem social. Os pais da entrevistada mais nova cursaram faculdades particulares em

São Paulo. As mães das entrevistadas Fernanda e Fúlvia, embora sejam de gerações mais velhas, cursaram faculdades depois de casadas e já com filhos. Dois pais fizeram carreira em bancos. Um dos pais completou o primário, trabalhou como retireiro e posteriormente vendeu doces para a região de Ribeirão Preto. Sua esposa estudou em escolas de fazenda e cursou ensino extra oficial. A mãe de Fátima concluiu o primeiro colegial e o pai completou o secundário. Os pais de Fabíola completaram o primário. A fonte de renda dos pais de Fabíola e do pai de Fátima era o comércio. Exceto a mãe de Fátima, todas as outras mães das entrevistadas do quadro 1, trabalharam ou ainda trabalham para ajudar a renda da família. Há uma diferença de origem social entre as entrevistadas. Flávia e Fabíola vêm de uma classe mais baixa e com menos instrução. As outras quatro entrevistadas pertencem a uma classe social mais favorecida. No entanto, todas, exceto a mais nova, se encontram hoje no mesmo patamar social. Flávia que trocou o jornalismo pela licenciatura e hoje é coordenadora pedagógica de uma escola particular, conseguiu fazer uma mobilidade social atingindo um nível melhor de vida. Além disso, ela é a responsável pelo sustento dos três filhos e da casa.

As entrevistadas mais novas voltaram a morar com os pais. Fabiana de 23 anos voltou para Ribeirão ao terminar a faculdade, para ficar próxima da família. Fátima de 31 anos está terminando o doutorado e, nesse momento, voltou para a casa da mãe em São Paulo.

O quadro 1 possui a mesma amostragem que o quadro 2. Do total de 17 entrevistadas, seis se encaixaram nessa classificação. O quadro número 2, referente às mulheres que atuam com temas percebidos como masculinos, também possui seis entrevistadas. O quadro 3 possui a menor amostragem: cinco entrevistadas.

Ao analisarmos o quadro 2, verificamos que as seis entrevistadas cursaram faculdades. Cinco cursaram jornalismo. Três iniciaram dois cursos de graduação, mas apenas uma porta dois diplomas: Mirela cursou simultaneamente jornalismo na PUC São Paulo e história na USP. A entrevistada Mariana iniciou o curso de jornalismo, mas largou. É formada em ciências sociais pela USP São Paulo e mestre em antropologia também pela USP, de São Paulo. A entrevistada Marina iniciou o curso de economia na UNICAMP e parou no primeiro ano, formou-se em jornalismo pela PUC São Paulo.

Dois pais concluíram o primário: o pai da entrevistada Meire, já falecido, era administrador de fazenda e o pai de Márcia é comerciante. O pai de Marina, também já falecido, concluiu o colegial. Ele trabalhou no correio. Os pais de três entrevistadas cursaram faculdades, o da entrevistada Maria fez administração de empresas, o de Mariana cursou doutorado em geologia e foi professor da USP, agora é aposentado; o de Mirela é formado em engenharia mecânica pelo ITA e é diretor de exportação em uma empresa de alumínio. Das seis entrevistadas, a fonte de renda de um dos pais foi comércio e duas já perderam os pais. Os pais das entrevistadas mais velhas são de uma origem social menos favorecida e semelhante ao tipo1, as entrevistadas fizeram uma mobilidade social atingindo o mesmo patamar das demais entrevistadas. O interessante é notar que as entrevistadas originárias de nível sócio-econômico menos favorecido conseguiram uma ascensão social e as que vieram de uma origem social melhor, com a atuação da profissão, não passaram por nenhuma mobilidade social, nem crescente e nem decrescente.

A idade das entrevistadas varia de 26 a 40 anos. Enquanto no tipo 1 apenas duas entrevistadas estão entre 23 e 31 anos, as outras quatro possuem mais de 37 anos, sendo que três têm entre 49 e 54 anos, no tipo 2, quatro entrevistadas têm entre 26 e 34 anos e apenas duas têm 40 anos. O tipo dois tem uma maior concentração em gerações mais novas, comparado com o tipo um.

Duas mães das entrevistadas concluíram o primário. Três mães cursaram faculdades, sendo duas depois que já tinham os filhos e uma das mães passou no vestibular depois que já tinha os filhos, mas não cursou a faculdade. Das seis entrevistadas, três mães não trabalharam fora de casa depois de casadas. São as mães das entrevistadas Maria, Mariana e Meire.

Três entrevistadas são solteiras, sendo que Mirela já foi amigada e no momento está solteira, duas casadas, uma amigada. Todos os maridos e ex-maridos cursaram faculdades. Apenas a entrevistada Marina é filha única. Os irmãos de Meire concluíram o colegial. A irmã de Maria está concluindo a faculdade e o irmão de Márcia já concluiu o curso. O irmão de Mariana cursou pós-graduação. E a irmã de Mariana concluiu a graduação. O irmão de Mirela cursou faculdade de administração e trabalha com rede informatizada, internet. Duas entrevistadas têm filhos.

Três entrevistadas vivem atualmente em Ribeirão Preto: duas são do interior do estado de São Paulo e uma é do Rio Grande do Sul. Três entrevistadas vivem na capital, duas são naturais da capital, uma nasceu em Recife e quando criança a família mudou-se para São Paulo.

O quadro 3 é formado por cinco entrevistadas. A faixa etária oscila entre 34 a 45 anos. Diferente dos outros dois tipos anteriores, o tipo 3 não possui entrevistada pertencente à geração de 20 a 30 anos.

Os pais de Nádia concluíram o primário. O pai de Naiara cursou faculdade de artes plásticas e a mãe concluiu o colegial. Os pais de Nanda e Norma completaram o primário e as mães delas, por sua vez, não concluíram o primário. O pai de Neusa concluiu o ginásio e a mãe completou o supletivo. Nádia, Naiara e Neusa são de origem social mais favorecida e Nanda e Neusa conseguiram uma mobilidade social com o exercício da profissão. Semelhante aos tipos um e dois, hoje todas as entrevistadas se encontram praticamente no mesmo patamar social, por exercerem a mesma atividade profissional. Na amostragem desta pesquisa, ou as entrevistadas já pertenciam a uma origem social melhor ou conseguiram uma mobilidade comparada com a situação dos pais, mas a situação das entrevistadas, no geral, é estrato social médio.

Nádia e Naiara nasceram em Ribeirão Preto. Nanda e Neusa nasceram em São Paulo. Norma nasceu no interior do Paraná. Quatro são formadas em jornalismo e uma é formada em filosofia. Três entrevistadas cursaram pós-graduação: Nádia cursou mestrado em História da Ciência na PUC São Paulo; Nanda e Neusa cursaram mestrado em jornalismo na ECA/USP. A irmã de Nádia cursou pós doutorado em biologia na USP Ribeirão. O irmão de Naiara cursou faculdade e os quatro irmãos de Norma concluíram o colegial. Nanda tem quatro irmãos, dois cursaram faculdade, mas um não concluiu, uma irmã fez curso de auxiliar de enfermagem e a outra completou o colegial. O exercício da profissão em jornalismo possibilitou a Nanda atingir uma diferença social em relação aos

seus irmãos que optaram por outras carreiras e empregos. Neusa tem três irmãos, todos ingressaram na faculdade, um não terminou a graduação.

Nádia separou-se e casou-se novamente. Ela não tem filhos. Naiara, Nanda, Neusa e Norma são solteiras. Apenas Naiara tem duas filhas. Nádia trabalha no jornal Folha de S.Paulo na capital, Naiara tem uma assessoria em Ribeirão Preto e trabalha em mais dois empregos na mesma cidade. Nanda e Neusa trabalham em uma ONG em São Paulo. Norma trabalha em uma emissora de televisão, em São Paulo.

O Quadro 4 é formado pelos pares profissionais. Entre eles, um trabalha na capital São Paulo e o outro em Ribeirão Preto e as idades são respectivamente 37 e 34 anos.

Os dois entrevistados possuem cursos de graduação, sendo que Augusto cursou também especialização. Henrique e Augusto são formados em jornalismo, são casados e têm filhos. As respectivas esposas são formadas e trabalham.

Henrique reside no interior e Augusto na capital. Os dois trabalham em emissoras de televisão. Henrique é chefe de reportagem em uma emissora de Ribeirão Preto. Augusto é editor em uma emissora de televisão da capital e possui uma empresa de jornalismo digital.

Henrique nasceu no interior, em Jaboticabal, e Augusto nasceu na capital, em São Paulo. O pai de Augusto, cursou direito e letras e os pais de Henrique têm o primário completo. A mãe de Augusto cursou faculdade. Ela é formada em saúde pública.

O pai de Henrique é comerciante em Jaboticabal/SP. O pai de Augusto trabalhou como gerente de vendas de uma empresa de medicamentos. Quando separou-se da mãe de Augusto, o pai mudou-se para a Bahia e levou uma das filhas. A mãe de

Augusto trabalhou em um hospital de São Paulo na área de saúde pública. A mãe de Henrique não trabalhou fora. Os dois entrevistados têm irmãos e todos eles cursaram faculdades.

6.3. Relações com a carreira

- **Tipo um: modelo feminino**

O motivo que levou as entrevistadas a optarem por trabalhar com jornalismo é o gosto pela escrita e pela leitura. Contudo, apenas Fabiana, a entrevistada mais nova, definiu sua escolha profissional enquanto ainda cursava o ginásio. Fátima cursou ciências sociais em busca de uma formação mais sólida que a oferecida pelo curso de jornalismo. As outras quatro traçaram uma trajetória mais longa e o exercício do jornalismo, principalmente para as mais velhas, não foi a primeira escolha e sim uma opção viável frente às dificuldades da época. Fabíola primeiro cursou enfermagem e trabalhou durante anos como enfermeira. O jornalismo foi uma vocação tardia. Isto revela uma diferença entre as gerações, a mais nova tem 23 anos e as outras cinco estão na faixa de 31 a 54 anos. Flávia desistiu da profissão quando estava grávida do seu primeiro filho, desviou-se para a carreira de professora.

Fernanda iniciou o curso de direito, influenciada pelo pai. Quando já estava no quarto ano da faculdade e fazia estágio na afiliada da TV Record em Campinas, ela decidiu abandonar o curso. Levou uma fita para a afiliada da TV Globo em Campinas (Empresa Pioneira de Televisão - EPTV) e conseguiu uma vaga de repórter na mesma

empresa, só que na cidade de Ribeirão Preto. Depois de casada, com filhas e já morando em São Paulo, decidiu cursar modas na faculdade Santa Marcelina.

"Quem faz direito, o perfil de uma pessoa que vai fazer direito é muito próximo do perfil de uma pessoa que vai fazer jornalismo. Essa é a verdade. Você é formada no direito para se posicionar, para vender uma idéia, para vender gato por lebre, para resolver rapidinho uma questão, você constrói a condição de argumentar, você constrói a condição de comunicar, porque você aprende a escrever, mas você aprende a defender as suas idéias no verbo. Então, isso eu sempre tive. É por isso esse delírio do meu pai de achar que então a profissão era ser advogada. Porque no espectro dele de profissões possíveis para usar esse dom que eu tenho, porque o grande dom, você tem um, todo mundo tem um, o meu é o da comunicação. Eu me comunico muito bem, então naquele momento vai ser advogada, então esse viés de comunicar, de contar uma história bem contada, de seduzir pelo contar já estava em mim." (Fernanda)

Fernanda deixou o jornalismo quando seu pai ficou doente e sua primeira filha era muito pequena. Em seguida teve a segunda filha, alguns anos depois seu marido conseguiu uma bolsa no exterior e toda a família mudou-se para os EUA. Ao retornarem para São Paulo, após um ano, ela decidiu voltar a estudar. Para conciliar seus interesses com o cuidar das filhas, optou pelo curso de modas, pois tinha a faculdade perto da sua casa.

Flávia cursou letras em Ribeirão Preto e depois de formada foi trabalhar com jornalismo. Após dois anos atuando na profissão e então casada, ela foi convidada a dar aula em uma escola particular de Ribeirão Preto, acumulou os dois empregos. Quando engravidou teve que optar por um dos dois empregos. A falta de flexibilidade na jornada de trabalho no jornalismo e a falta de incentivo na carreira, por estar exercendo a profissão durante o período de ditadura militar, a levou a optar pelo ensino. Ela utiliza-se da memória para reorganizar o seu passado. A profissional jornalista tem todos os direitos

determinados pelas Constituições de 1967 e 1988 (aposentadoria aos 30 anos de serviço com salário integral; proibição de discriminação por gênero, inclusive a diferença salarial; proibição de trabalho insalubre; e garantia de estabilidade a gestantes) incluindo licença maternidade, auxílio creche. O problema é que a jornada dessa profissão inclui feriados e finais de semanas exigindo uma dedicação maior da profissional dentro da empresa e conseqüentemente, um período de ausência da mulher no lar. No entanto, estudos realizados pelo Sindicato dos Profissionais Jornalistas de Brasília constataram que 68% das jornalistas que trabalham no Distrito Federal têm uma jornada superior a sete horas diárias e a lei determina cinco horas. No lado masculino, o percentual é de 58% dos profissionais têm uma jornada superior a imposta pela lei. (SANT'ANNA, 2002)

"...Então aí eu casei quando estava trabalhando no jornal, com 27 anos e aí apareceu um trabalho para dar aula. Porque eu sempre fiquei muito dividida, o jornal atendia um lado meu, mas não atendia outro que era... eu não lia mais, eu não discutia mais literatura e aquelas coisas mais assim. Eu achava que eu estava insatisfeita com alguma coisa, parecia que intelectualmente ali não estava crescendo e tal. Aí eu arrumei um emprego de professora no Santa Úrsula para substituir uma professora. Mas eram umas aulinhas de manhã. Como eu não trabalhava de manhã, eu peguei as aulas do Santa Úrsula de manhã. Então eu dava aula de manhã no Santa Úrsula e nem eram todos os dias da semana e à tarde no jornal e durante um período eu fiquei assim. Trabalhando nos dois empregos. Quando eu fiquei grávida é que eu achei que não podia mais continuar com os dois empregos e eu tive que optar por um dos dois. E na escola também eles me oferecendo mais aulas sabe, querendo que eu ficasse com um maior número de aulas, aí eu acabei optando pela escola. Sabe, não foi por uma questão salarial. Porque eu fiquei durante muito tempo só trabalhando de manhã. Foi com a hipótese de você pensar que ia ter filha, que eu podia trabalhar de manhã e à tarde eu ficava com ela. O jornal esta possibilidade não me dava. O jornal é mais complicado, eu até conversei lá mas era à tarde que tinha interesse para eles. E era realmente até fechar...Eu acho que coincidiu com a coisa política, sabe de eu perceber algumas coisas que existem. Aquelas jogadas políticas que existem ali... saíram os jornalistas que eu gostava e foram para o outro jornal e foi uma época em que O Diário começou já a decair... Agora na escola eu acho que eu

consegui, eu acho que eu gosto muito de ensinar... eu usava o jornalismo para ensinar mesmo, porque eu queria fazer matéria informativa, aquelas coisas assim de denúncias... Eu acho que meu Dom, a minha vocação é de professora, é de educadora. Então no jornal eu usava o jornal meio como educadora. Eu lembro que eu fiz matérias sobre livros didáticos. Denunciava erros de livros didáticos, então no fundo tinha muita coisa em comum. E na escola, na época, eu não sei se é porque eu estava grávida, se foi o sentimento de mãe, que influenciou tudo isto eu achava que era uma coisa mais pura, mais inocente, que eu ia ensinar as crianças e ali o terreno estava mais fértil para aprender. Eu estava meio desiludida com o jornal. (Flávia)

Fátima optou pelo curso de jornalismo porque queria se especializar em política. Mas após concluir o curso de jornalismo, ela decidiu seguir a carreira de antropóloga. Semelhante a Flávia, Fátima também trocou o jornalismo pela academia, no entanto a primeira optou pela licenciatura e a segunda pela especialização em pós-graduação, primeiro com o mestrado e posteriormente com o doutorado.

"Eu pensei em fazer ciências sociais para completar o jornalismo. Sempre, eu quis trabalhar em jornalismo político e o meu sonho era de trabalhar na Folha de S.Paulo, na primeira página e fazer política brasileira, no máximo cidades. E eu achei que se eu tivesse uma formação em ciências sociais tudo seria mais fácil e eu seria muito mais qualificada." (Fátima)

Fúlvia primeiro optou por ciências sociais, contudo, quando freqüentou o curso teve suas expectativas frustradas pelo regime militar imposto. Sua segunda opção era a música, queria ser cantora de MPB, acreditava que a música poderia ser um instrumento para transformar a sociedade da época²⁸. Chegou a cantar em alguns bares de São Paulo, mas a família a reprimiu. Hoje vê que o jornalismo é sua vocação.

"Eu comecei fazendo ciências sociais na USP em São Paulo. Era um sonho. Estava em plena ditadura política e eu queria entender aquele país onde eu estava vivendo. E eu estava me organizando como pessoa, com dezessete anos... eu falei vou fazer ciências sociais para entender o mundo. Eu achava que ia entender o mundo. Só que eu cheguei na faculdade em 1971, em pleno Governo Médici e ciências sociais da USP tinha ido para um barracão, os professores estavam exilados, a maioria, tinham alguns poucos e esses poucos punham os pés nas mesas, olhavam pra gente e falavam. 'Vocês querem ser sociólogos?' e morriam de rir... Eu fui ficando meia desestruturada com aquilo e comecei a cantar. Porque a cultura da música na época era muito forte, uma peça de resistência, festival... era um movimento muito forte. Tinha um papel... era legal... E eu achei que cantando eu pudesse então resgatar... então eu falei vou ser cantora. Eu cantava em bar em São Paulo. Cantava com Mário Genari Filho, um cego. Foi ele quem revelou Celi Campelo. Ganhou Roquete Pinto, tocou com Mário Zan, compôs sucessos conhecidos... Até era um cara legal. Um cego muito bom músico. E aí deu aquele choque com a família, porque meu pai não queria que eu fosse cantora de jeito nenhum, aí eu fiquei desorientada um ano sem fazer nada. Eu fiquei dividida e parei com tudo. Então falei nem ciências sociais, nem música... voltei para Ribeirão Preto e por falta de opção fui fazer Jornalismo. Entrei em 1973, com 20 anos, cursei até 1975, três anos. O último ano eu fui fazer em 1980. Eu parei porque fui para São Paulo e porque tinha dificuldade com vida acadêmica. Me formei em agosto de 1981. E só tirei o diploma porque era uma exigência da EPTV... Na verdade era minha vocação." (Fúlvia)

Fúlvia fez carreira de jornalismo no interior do estado. Começou na capital e depois mudou-se para Ribeirão Preto. Trabalhou em impressos e ingressou na televisão quando ela foi implantada na cidade e até hoje trabalha na mesma emissora.

Fabíola iniciou no jornalismo escrevendo textos como *free lancer*. Era formada em enfermagem. Trabalhava como enfermeira da CPFL. Foi transferida de Ribeirão Preto para a capital. Trabalhava à tarde e cursava jornalismo de manhã. Ela foi cursar jornalismo porque exigia-se o diploma para o exercício da profissão, nessa época. Com o curso de jornalismo pediu transferência da enfermaria para a assessoria de

²⁸ Nas décadas de 60 e 70 destacaram-se grandes músicos que expressavam através da música a contestação contra o regime militar e os valores da época. Entre eles estão: Chico Buarque, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Elis Regina,

imprensa da CESP²⁹. Trabalhou oito anos como assessora, depois trabalhou no jornal O Estado de S.Paulo, na TV Cultura e continuou escrevendo como *free lancer* para revistas da capital. Também escreveu um livro sobre o período da ditadura em Ribeirão Preto. Atualmente, é a editora responsável de uma revista de Ribeirão Preto que aborda assuntos sobre variedades (desde economia passando pela política, mas principalmente sobre cultura, social e entretenimento).

"Enquanto eu trabalhava na enfermaria da CESP como enfermeira eu fazia faculdade de jornalismo na Cásper Libero de manhã. Depois eu pedi transferência para o departamento de comunicação da CESP...A assessoria era tranqüila, eu trabalhava só meio período. Durante este período eu fiz curso de marketing na ESPM também." (Fabiola)

Na trajetória profissional, as seis entrevistadas adequaram suas aptidões profissionais aproximando-se de áreas de trabalho mais afins. A vocação foi construída a posteriori. Fernanda, Flávia, Fúlvia e Fabíola ingressaram no jornalismo quando ainda não era obrigatório o diploma para o exercício da profissão, nessa época Fabíola já trabalhava como *free lancer*. Flávia, Fabíola e Fúlvia pertencem a uma geração mais velha que Fernanda e Fátima e Fabiana.

Fabiana trocou a rotina do jornal diário pelo trabalho de assessoria de imprensa na Secretaria Municipal da Cultura. Fernanda faz reportagens de comportamento, cultura e moda. Flávia é coordenadora pedagógica da escola, Fátima está concluindo o doutorado, Fabíola é editora responsável por uma revista em Ribeirão e Fúlvia é editora executiva na empresa onde trabalha há mais de 17 anos. Ela realiza

Nara Leão, Edu Lobo, Geraldo Vandré, Rita Lee, Gilberto Gil.

²⁹ A CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz é o nome do braço da CESP no interior, mas as duas pertencem à mesma organização, isso explica o fato de Fabíola ter viabilizado sua transferência de Ribeirão Preto para a capital.

edições de matérias especiais e documentários que exigem um texto mais trabalhado e composição de música e imagens.

Fabiana, ao trabalhar na Folha de S.Paulo, preferiu sair da reportagem e ser transferida para a coluna de jornalismo *on-line*, por ter uma jornada menor e com um horário definido. Quando trabalhou no caderno interior da Gazeta Mercantil, produziu matérias sobre agronegócios, mas logo enveredou para matérias sobre serviços. Para ela, atrelar a imagem do interior ao mundo do agronegócios é coisa do passado, assim, traçou um perfil de matérias voltadas mais para indústrias e assuntos da cidade. Com o fechamento do caderno regional do jornal Gazeta Mercantil, Fabiana foi trabalhar como assessora de imprensa da Secretaria Municipal de Cultura.

Fernanda faz reportagens mais voltadas para assuntos de comportamento e cultura, como exposições, peça de teatro em cartaz em São Paulo ou a apresentação de grupos de dança. Como exemplo, ao fazer uma matéria sobre a distribuição de remédios de Mal de Alzheimer na rede pública, ela conduz a matéria mostrando a dificuldade das famílias em lidar com as doenças modernas, sempre ressaltando o olhar feminino na cobertura do fato.

"O meu trabalho é diferencial. Ele (chefe do jornalismo do jornal da Rede de televisão Record, que é exibido diariamente no horário nobre) me contratou para ter uma cara. Ele quer um repórter que quando entre, as pessoas falem...ah, agora é diferente. Então as pessoas sabem que eu não conto a história igual. Que eu não leio igual. Que as minhas perguntas, eu faço questão de muita gente falando na matéria e eu faço questão que entre a conversa inteira, porque hoje eu defendo um jornalismo que tenha a condição que pare de achar que você telespectador só vai entender a imagem óbvia, o ângulo óbvio e o jeito de contar a história óbvia. E hoje cada vez mais as pessoas falam menos. Eu defendo a idéia de que voltem as pessoas falando. O entrevistado, o cara da rua, o presidente, o deputado, o outro, ele tem que poder falar e a gente tem que conseguir mostrar a humanidade desse jeito." (Fernanda)

Fernanda valoriza o caráter humano das notícias, o lado emocional, explora o depoimento dos entrevistados e suas histórias de vida se aproximando assim, do modelo feminino. Flávia dedicou-se à pedagogia e deixou o jornalismo movida pelo nascimento do primeiro filho. Fátima investiu na vida acadêmica, especializando-se em antropologia. Iniciou com a pesquisa de iniciação científica, em seguida dedicou-se ao mestrado e sua próxima etapa foi o doutorado. Iniciou em São Paulo, mudou-se para o Rio de Janeiro para realizar o trabalho de campo e, em seguida, foi morar em Portugal. Agora voltou para o Brasil para terminar a redação.

Fúlvia traçou sua trajetória profissional em Ribeirão Preto devido a família, marido e filhos. Ela é a responsável pela edição de matérias especiais, pelos documentários produzidos pela emissora na qual trabalha, exatamente por dominar essa conjugação do texto, música e imagem. As matérias especiais e os documentários geralmente são sobre histórias de vida, como a do pintor Cândido Portinari, ou assuntos culturais como a Rota das Andorinhas.

"Se eu não tivesse voltado de São Paulo, em 1976, eu teria me tornado um outro tipo de profissional. Eu teria feito carreira em São Paulo e teria uma carreira muito mais aberta, com mais oportunidade, porque Ribeirão é meio limitante. Mas eu optei pelo amor. Foi uma escolha minha e não me arrependo. Porque eu casei com jornalista, foi amor de redação e amor de redação é uma coisa muito forte. Inexplicavelmente forte. Era perfeito. Falávamos a mesma língua. Fiquei casada 17 anos. Eu nunca tive problema com o casamento. Agora o fato de eu ter saído de São Paulo e voltado para Ribeirão acho que limitou minhas asas, cortou minhas asas." (Fúlvia)

Flávia e Fúlvia vivenciaram a fase do *boom* do jornalismo. Surgiam facilidades para o crescimento e investimento profissional. A capital ainda era um mercado fértil e com espaço. Apesar dos constrangimentos da ditadura, em Ribeirão Preto

existiram dois grandes jornais impressos com proporções editoriais e estruturais semelhantes às redações da capital. Era uma época propícia para o enriquecimento do processo do jornalismo enquanto profissão. E foi. Por outro lado, o número de mulheres nas redações era pequeno, predominava a presença masculina. Fabíola foi se dedicar ao jornalismo depois que os filhos já eram adolescentes e ela estava separada do primeiro marido.

Flávia, Fabíola e Fúlvia adequaram suas trajetórias profissionais em função do casamento e dos filhos. Semelhantes a Fabiana e Fátima que incluem nos seus projetos de vida o casamento e a Fernanda que cessou as atividades de jornalista em grande parte de sua vida de casada e retornou ao exercício da profissão quando separou-se.

Fabiana é a mais nova das entrevistadas, está no início da carreira e possui também a menor experiência de vida. No seu depoimento, Fabiana informou que prioriza a vida pessoal à carreira. Fabiana busca, dentro da carreira de jornalismo, segundo seu depoimento, um serviço com menos horas de trabalho e respeitando os finais de semana e feriados. Trabalha como assessora de imprensa da Secretaria Municipal de Cultura, uma área considerada "mais feminina". Fernanda faz reportagens de comportamento, cultura, sempre, segundo ela, enfatizando seu olhar, e o lado emocional da notícia. Flávia e Fátima seguiram a carreira acadêmica, conforme relatado acima, para atuarem como educadora e pesquisadora. Flávia relaciona sua aptidão profissional com a afinidade de ser mãe. Fátima escreve artigos para o jornal Folha de S.Paulo sobre a sua área de especialização ou resenha de livros sobre antropologia. Fúlvia perde um cargo de chefia e se especializa em editar matérias especiais relacionadas à cultura, história e

comportamento. Fabíola troca o emprego de São Paulo para vir morar em Ribeirão Preto para cuidar da mãe doente e trabalha em uma revista sobre variedades. Entre os irmãos, ela é a única filha mulher e, pela tradição, é a filha mulher que tem que cuidar da mãe. Embora, o tipo 1, modelo feminino, que utilizamos para classificar o mercado de trabalho se aproxime da concepção de Bourdieu, sua análise da dominação masculina não supre a diversidade encontrada no trabalho de campo. As entrevistadas dessa tipologia seguiram carreiras dentro ou fora do jornalismo, destacando as áreas de cultura, comportamento, educação e música, todas ligadas à produção simbólica do universo das artes, mas as seis entrevistadas trabalham, são independentes financeiramente e das quatro que são separadas, três são as responsáveis pelo sustento da família. Elas adequaram o trabalho a suas vidas privadas. As entrevistadas mais velhas entre 49 e 54 anos conquistaram cargos de confiança. O tipo 1 aproxima-se do modelo que identifica a possibilidade de um *mix* cultural, fundamentado em dois códigos polares, o tradicional e o moderno, e que, dependendo da forma que a mulher define a situação, ela combina esses códigos, através do trabalho da emoção. O trabalho das emoções vai moldando o "dom" para as atividades femininas no mundo do trabalho, como revelam a capacidade de comunicar de Fernanda, a de ensinar de Flávia, a vocação para o jornalismo de Fúlvia e sua opção pelo amor. LAURETIS (1994) mostra que o poder atua em pequenos focos e não se limita apenas a dois extremos - o dominante e o oprimido. No caso das entrevistadas, embora são mulheres, ao atuarem na profissão em áreas designadas como femininas não significa que elas são dominadas, elas também exercem posições de mando. As entrevistadas mais velhas, por exemplo, desempenham cargos de chefia e exercem poder sobre os pares profissionais.

- **Tipo dois: modelo masculino**

O quadro dois é formado pelas jornalistas que atuam em campos percebidos como masculinos. As motivações que levaram as entrevistadas a optarem pelo curso de jornalismo são semelhantes: gosto pela leitura e facilidade em escrever e em se comunicar. Diferente das outras cinco entrevistadas, Márcia cursou jornalismo por achar que essa profissão é um instrumento de mudança das condições sociais.

Exceto Márcia e Meire, todas as outras cursaram duas faculdades mas apenas Mirela concluiu os dois cursos. A entrevistada que cursou ciências sociais disse que buscou uma formação mais sólida que a oferecida pelo curso de jornalismo.

"O jornalismo eu fui fazer porque eu gostava de comunicação... Só que eu vi que o curso de comunicação não ia me formar então eu fui para ciências sociais, porque eu queria ler os clássicos, eu tinha essa coisa de ter uma formação acadêmica, acho que um pouco de influência da família, do meu pai, tios, tenho primos no ITA...então eu tinha aquela coisa de ah eu tenho que estudar o Marx... então eu tinha essa coisa de me aprofundar de ter uma formação meio sólida. Aí eu vim para a ciências sociais, porque eu falei: tem que ser alguma coisa com o social." (Mariana)

O interessante é que Fátima, classificada no tipo 1, chegou a concluir o curso de jornalismo, exerceu a atividade enquanto estudava, fez estágio no jornal Folha de São Paulo e Diário Popular e após concluir o curso de ciências sociais, enveredou-se para a vida acadêmica. E Mariana, classificada no tipo 2, citada acima, não concluiu o curso de jornalismo, optou pelo de ciências sociais, mas ingressou no mercado de trabalho em jornalismo. Também cursou o mestrado em antropologia, mas sempre conciliando com a carreira de jornalismo. Mariana, que cursou pós-graduação, disse que optou por priorizar a carreira e abriu mão da vida pessoal.

"Eu trabalhava todos os dias das nove às seis da tarde, mas não trabalhava nos finais de semana. Isto foi em 1996. E com o salário melhor eu saí de casa...e fiz a tese em seis meses, escrevendo todos os dias. Não tinha feriado, não tinha namorado, não tinha nada. Eu me fechei, me tranquei, mas foi um dos anos mais felizes da minha vida." (Mariana)

A diferença do tipo dois é que todas as profissionais priorizaram a carreira e a qualificação profissional ou cursando especializações ou traçando uma trajetória de ascensão dentro da carreira. Márcia, a mais nova da amostragem, com 26 anos, fez um trabalho de iniciação científica na área de jornalismo *on-line* e mudou-se do Paraná para Ribeirão Preto, para trabalhar como editora do site da EPTV. Ela diz que pretende ficar pouco tempo na empresa porque almeja cursar uma pós-graduação e mudar para uma empresa mais especializada na área de redes de comunicação informatizadas como internet.

"Eu quero fazer um mestrado, penso em estudar no exterior. No momento eu penso em não ficar em Ribeirão. Porque a empresa seria melhor para mim que é o ramo da internet, quando estiver mais evoluída. Quando a gente puder sair para rua, fazer as reportagens e não ter que ficar tanto na redação, como acontece hoje. Se ela mudasse logo, seria mais prazeroso, mas se demorar muito, for ficar muito tempo assim, eu prefiro ir para outro lugar, mais avançado. Eu sempre fui atrás..." (Márcia)

Maria procurou qualificar-se profissionalmente exercendo a atividade, mudando para empresas mais conceituadas no ramo de telejornalismo e buscando novos desafios. Quando trabalhava em Caxias do Sul, foi considerada a melhor repórter da época na afiliada da TV Globo e ganhou um intercâmbio de aperfeiçoamento de reportagem na TV Globo do Rio de Janeiro. A proposta do seu chefe era transformá-la em

repórter de rede, no entanto, o curso a instigou e ela deixou o sul do país e mudou-se para a região sudeste.

"A tv de Caxias me enviou para um intercâmbio na Globo do Rio... e no Rio eu vi que não sabia nada. Não é que eu não sabia nada, mas que eu tinha muita coisa para ver e aprender, ainda. Ai eu entrei num desespero de querer ir embora daquela cidade. Mandeí fita para tudo quanto era lugar. E em outubro eu entrei em férias e um amigo que estava trabalhando aqui me chamou para passar as férias aqui...Ai quando eu cheguei em Ribeirão, vim conhecer a emissora, achei tudo tão estranho e sem a mínima intenção de vir trabalhar.. .Eu já tinha mandado uma fita para cá há um bom tempo...Um mês depois surgiu uma vaga de repórter aqui, ele (chefe) me ligou. Eu estava cansada daquilo lá, de família de ex namorado, do mundo tão pequeno que eu vivia, eu achava que tinha tanta coisa para aprender e que lá eu não ia conseguir, que eu vim." (Maria)

Mariana dedicou-se ao exercício de jornalismo e à tese de mestrado. Para conseguir essa conciliação, ela trocou o emprego de repórter diário do jornal Gazeta Mercantil pela Agência Estado e abriu mão de sua vida pessoal durante esse período.

"... eu usava as férias, era louca, hoje eu olhando prá trás eu me pergunto como é que eu fiz. Eu usava as férias para ir fazer trabalho de campo. Então eu fiquei uns três anos sem férias. Eu pegava todas as férias que tinha, ia fazer trabalho de campo, voltava... e aí teve a época de escrever. Ai eu falei não vai dar para ser repórter e escrever, porque o pique de São Paulo, na Gazeta Mercantil eu entrava às duas horas e saía umas sete ou oito da noite. Mas a coisa da cabeça, você não tem dedicação... Ai eu fui trabalhar no Estadão. E agência de notícias, o plantão é tudo em relação ao horário de trabalho. Tinha horário definido para entrar e sair. Ai eu consegui me organizar para trabalhar das nove às seis e escrever a tese à noite. Era puxado...mas não trabalhava nos finais de semana...Não tinha feriado, não tinha namorado..." (Mariana)

Marina prestou o exame de seleção para o curso da editora Abril, oferecido aos recém formados, passou e, em seguida, foi contratada. Está trabalhando na

empresa há 10 anos. Nesse período, fez carreira dentro da editora, teve promoções, foi transferida para os diferentes segmentos da empresa e até mudou-se com a família para Curitiba, quando foi convidada a ser a responsável da revista Veja do Paraná.

"Comecei na revista Veja fazendo reportagem, depois fui promovida para editora. Ai me ofereceram a oportunidade de ser a responsável pela redação do Paraná. Me mudei para Curitiba. Lá fiquei mais de dois anos. Era muito interessante. Eu chefiava a redação e viajava muito. Cobria todo o estado. Fazia todo tipo de reportagem. Lá eu tive meu filho. Foi mais fácil. A vida lá é mais fácil. Eu o amamentei até um ano. Isto porque eu estava lá. Tive seis meses de licença. Três referente à lei na época, mais as férias e como eu viajava muito não tinha hora extra, ela era descontada em folga. Ao todo somou 6 meses. Depois me convidaram para voltar para São Paulo. Trabalhei em várias revistas da editora: Veja, Exame, Guia do Estudante, Superinteressante, Viagem e Turismo, Meu Dinheiro. Ai a revista Meu Dinheiro fechou e fui transferida para a Exame. Estou na Exame desde maio deste ano. Na Meu Dinheiro eu era Editora Executiva. Na Exame é legal porque retomou o lado da economia. Agora sou editora da revista."(Marina)

Meire, quando terminou a faculdade de jornalismo em Ribeirão Preto já trabalhava na USP, era concursada como secretária. Ela sempre trabalhou, desde o período escolar, com o objetivo de poupar dinheiro para a faculdade e depois, já cursando jornalismo, trabalhou para bancar os estudos e sua moradia. Dentro da USP, ela fez carreira, especializando-se em computação. Quando introduziram os computadores, ela foi uma das primeiras a dominar o novo recurso. Após a implantação da assessoria de imprensa no Campus de Ribeirão, ela foi transferida para o novo setor e atualmente está montando a rádio do campus.

"Eu acabei crescendo na USP nesta área administrativa. Eu trabalhei durante onze anos na área da pós-graduação. Eu fui a primeira pessoa da USP a trabalhar com microcomputador. Eu sempre fui curiosa. Chegou um computador na pós graduação e ninguém sabia mexer, aí então eu falei vou desempacotar isto e vou saber como é que funciona. E comecei a trabalhar. Aí as coisas começaram a evoluir. Todo mundo começou a usar microcomputador. E como o serviço de todo mundo passava pelo micro eu comecei a conhecer o trabalho de todo mundo...E comecei a assessorar todas as unidades do campus apesar de estar ligada à medicina. Numa dessas a faculdade de odontologia sofreu uma reestruturação e eles precisavam de um chefe de seção para a pós-graduação e pediram indicação de uma pessoa que soubesse tudo do lado da medicina em pós-graduação. Me indicaram para assumir a chefia lá da odontologia...E aí realmente o sonho de trabalhar na área de jornalismo foi ficando cada vez mais distante. Porque o salário era muito bom, eu já tinha a minha filha nesta época. Minha filha já tinha seis anos e meu filho dois anos. Eu já estava com a vida familiar assim resolvida, o meu marido trabalhava, a gente já estava mais ou menos equilibrado então eu resolvi investir na minha carreira acadêmica. E eu trabalhei durante seis anos. Mas a carreira acadêmica trabalha com a política da escola e nisso eu quebrei a cara...com tudo aquilo que eu conhecia de administração, de política da universidade, de área acadêmica, de funcionamento eu pedi para trabalhar na área aqui da assessoria de imprensa que já existia. Se eu tenho uma formação de jornalismo, se eu fiz jornalismo porque eu gostava, porque era uma coisa que eu me sentia bem e tal, eu jamais poderia ter enveredado para uma área administrativa...Eu acabei quase que me especializando em área jurídica dentro da USP e isto me deixava muito mal, porque sempre foi uma coisa que eu não gostei... Então se você tem formação para uma coisa, não vai tentar fazer o trabalho do outro. Ou você vai fazer mal feito, ou você vai se matar para fazer bem feito, mas vai ficar frustrado... Na assessoria eu estou desde 1998." (Meire)

Embora Meire trabalhe com assessoria de imprensa, seu universo são pesquisas científicas, principalmente na área de medicina e biologia. Ela também é uma das responsáveis pelo jornal impresso e pela instalação da rádio do campus da USP de Ribeirão.

Mirela prestou o concurso de *trainee* da Folha, quando estava concluindo a graduação, foi selecionada e está há dez anos na empresa. Durante esse período, ela

foi promovida e foi correspondente internacional da Folha em Londres. Ela cobriu a Guerra de Kosovo.

"...fiz o teste para o trainee, passei, comecei a fazer estágio aqui e quando eu vi, eu estava totalmente envolvida pela profissão assim e gostando muito. O ano que eu fiz o trainee foi em 1993. Na seqüência eu comecei a trabalhar na Ilustrada e estou desde então. Eu trabalhei em outros cadernos mas por períodos muito pequenos. Eu passei seis meses no caderno Brasil e fui correspondente da Folha em Londres, durante seis meses... entrei como redatora no caderno Ilustrada. Fiquei quase três anos como redatora e depois eu virei... eu fui para pauta...Fiquei fazendo pauta por mais dois anos e pouco e aí eu passei para o fechamento como editora assistente já e aí veio Londres. Londres foi em 1999." (Mirela)

As entrevistadas do tipo 1 seguiram a lógica das profissões relacionadas ao modelo feminino, as entrevistadas do tipo 2, por sua vez, ingressaram no mercado em áreas tidas como universo masculino, dentro da profissão que escolheram. No entanto, na análise de campo nos deparamos com uma diversidade de atuação das jornalistas. A assessora de imprensa da universidade, por exemplo, divulga reportagens sobre pesquisas científicas, educação e cultura. Características essas do universo feminino. Além disso, ela é uma das editoras responsáveis pelo jornal impresso do campus e, atualmente, está montando a Rádio universitária. Setores esses, classificados como masculinos por empregarem mais homens que mulheres. Outro exemplo, é a jornalista que atualmente foi promovida a editora assistente do caderno de cultura. Antes, ela trabalhou no caderno de geral e foi correspondente da Guerra de Kosovo. Esses dois exemplos ilustram a teoria de um *mixing* cultural atuante na sociedade, baseado nos códigos tradicional e moderno, demonstram que em um mesmo campo, no caso o ambiente público, a mulher pode mesclar esses códigos de acordo com as necessidades.

A forma como elas fazem isso envolve a administração das emoções, atuando sobre o eu profundo ao por exemplo orientar-se pelas figuras masculinas da família, como faz Mariana dedicando-se integralmente à ascensão na carreira.

As jornalistas entrevistadas no tipo 2 pertencem a gerações mais novas, cinco estão na faixa etária de 30 a 40, e uma na faixa etária de 20 a 30. O tipo 2, carreiras que seguem o modelo masculino, embora possa lembrar a ruptura com a tradição proposta na visão de Giddens, aproxima-se do modelo proposto por Hochschild, por explicar melhor a diversidade encontrada na atuação dessas profissionais. São mulheres que disputam um mercado de trabalho semelhante aos profissionais homens, cumprindo extensas jornadas de trabalho e ocupando cargos que exigem uma maior dedicação do profissional. Elas conseguiram ocupar o espaço público combinando os dois códigos propostos pela autora, mas em vez da democratização do espaço privado avançar para o público, o que se verifica, principalmente, é a expansão da lógica do capitalismo e das empresas na vida da casa.

- **Tipo três: novo campo no jornalismo**

O quadro 3 retrata o tipo que ingressou em um novo campo do jornalismo, até então pouco explorado, e se destacou como profissional, tornando-se referência dentro da empresa na qual trabalha ou no mercado profissional. Dentre os 17, 5 sujeitos dessa pesquisa se encaixam nesta categoria.

A motivação que levou as entrevistadas do tipo três a optarem pela profissão de jornalismo é, também, a característica comum de gostar de comunicação e de redação. No entanto, cada uma tem sua especificidade que influenciou na escolha da

carreira. Nádia sofreu influência de um primo que é repórter na TV Globo. Naiara diz que foi influenciada pelo pai que é artista plástico e pelo irmão que seguiu a publicidade.

Nanda teve que ponderar a profissão devido a condição financeira de sua família. Ela diz que gostava de música, passou na faculdade estadual de música em Bauru, mas não teria como se manter, por isso cursou filosofia, que ela também gostava. A escolha por prestar filosofia foi influenciada pela professora do cursinho. Tornou-se jornalista de vocação tardia.

"Eu sempre gostei muito de ler. Eu gostava de música. Como eu tinha a letra muito bonita eu fui trabalhar em uma loja na 25 de março. Eu era faturista. Eu redigia nota fiscal. Aí eu paguei meu cursinho. Foi no cursinho que uma professora me falou. 'Por que você não vai estudar filosofia?' Ela me explicou o que era filosofia. Como eu pensava bastante e indagava muito, ela disse que eu tinha o perfil. Eu prestei música na UNESP e filosofia na USP. Passei nas duas. Mas cursar música era complicado. O curso era em Bauru, período integral e eu precisava trabalhar. Então eu fui fazer filosofia." (Nanda)

Durante a faculdade de filosofia ela escrevia para dois jornais políticos de esquerda. Depois de concluído o curso de graduação e já trabalhando em ONGs ela optou em cursar a pós-graduação em jornalismo na ECA-USP.

Neusa é de família japonesa. Segundo ela a família não interferiu na escolha profissional. Como gostava de escrever foi fazer jornalismo. Depois de formada, resolveu montar uma barraca de comida na praia.

"Na família japonesa a mulher é criada para se casar. Não importa a profissão que ela escolhe. Ela não sofre nenhuma pressão nesse sentido. Por isso até eles me apoiaram a ir viver na praia...Aí eu cansei e vi que não era aquela maravilha toda, ficar trabalhando de frente para o mar." (Neusa)

Norma diz que além do fato de gostar de escrever o que a levou a optar pela carreira de jornalismo é porque, indiretamente, ela envolve várias profissões.

"...eu gostava muito de comunicação, de falar, eu sempre falei relativamente muito. Eu gostava de escrever, mas porque na verdade assim, eu acho que eu fui para o jornalismo porque tinha um pouco de cada profissão que eu queria fazer. Eu sempre vi que no jornalismo eu poderia ter acesso a várias coisas, que se eu tivesse uma só profissão eu não teria. Então foi mais por aí que eu acho que eu escolhi jornalismo. Eu até pensei... em escolher direito, mas ainda bem que não porque eu teria sido uma coisa assim... eu até gostava de oceanografia, mas aonde eu ia fazer oceanografia? Eu sempre me dei bem com biológicas mas onde eu ia, então a própria condição de não ter possibilidade de estudar se não fosse à noite, porque eu tinha que pagar o meu próprio estudo, eu não podia vir para São Paulo estudar na USP, eu não tinha como bancar." (Norma)

A semelhança entre as cinco entrevistadas do tipo três é que todas ingressaram em novos campos do jornalismo e tiveram dificuldades iniciais de se fixar na carreira. Nádia especializou-se na área de saúde cursando pós-graduação em história da ciência, voltada para inseminação artificial. Naiara foi uma das pioneiras em assessoria de imprensa no interior, posteriormente montou uma produtora e produz um programa automobilístico. Nanda e Neusa trabalham em Organizações Não Governamentais Feministas - ONGs. Norma foi uma das idealizadoras do Repórter ECO, programa veiculado na TV Cultura e especializou-se na área de meio ambiente.

As profissionais do tipo três, atuam no campo profissional com características do modelo proposto por Hochschild de uma mistura entre os dois códigos, o tradicional e o moderno, segundo o olhar da discussão teórica abordada nessa pesquisa. Elas especializaram-se nas áreas direcionadas ao meio ambiente, inseminação artificial, automobilismo e feminismo. As motivações que as levaram a fazer jornalismo

estão próximas do modelo feminino, gosto pela escrita, pela música e pela cultura, no entanto, também foram motivadas pelos movimentos políticos, sociais e ambientais e arriscaram-se em áreas novas, até então pouco exploradas pelo mercado. Transformaram o exercício da profissão em um instrumento de luta dos ideais que acreditam, especializando-se em suas áreas de atuação. Elas conseguiram acumular capital cultural e social na militância ou em outras atividades e transferi-los como saber profissional para o campo do jornalismo. No *self*, esse processo realiza-se através do trabalho das emoções e da combinação dos códigos culturais, a partir da mudança na forma como essas mulheres definiam a situação e enquadravam as atividades que faziam.

Nádia trabalhava na sucursal do jornal Folha de S.Paulo em Ribeirão Preto, quando se separou do marido, ela mudou para São Paulo. Trabalhou durante um período na Assembléia Legislativa. Depois foi contratada pelo jornal Folha de S.Paulo, na capital. Escreveu um livro sobre inseminação artificial orientada por um médico especialista do assunto em Ribeirão Preto. Kursou o mestrado em História da Ciência, na PUC de São Paulo, analisando o pioneirismo em inseminação artificial, praticado por um abade italiano. É repórter especial do jornal, cobrindo a área de saúde e tem uma coluna no jornal *on-line* da mesma empresa. Segundo seu depoimento, o interesse em especializar-se surgiu após uma reportagem que ela fez, quando ainda trabalhava na sucursal de Ribeirão Preto, sobre gêmeos de proveta. A matéria saiu no caderno nacional e foi premiada. O médico especialista sobre esta técnica, em um centro de referência de Ribeirão Preto, a procurou para escrever um livro didático sobre o tema. Até então, só existiam livros da área médica. Ela aceitou a proposta. Foi o primeiro passo para sua qualificação. Dando continuidade, procurou uma especialização, já em São Paulo. Na

época não encontrou especialização em jornalismo científico nas universidades tradicionais e os cursos oferecidos não se encaixavam em sua linha de interesse. Quando abriu a pós-graduação em História da Ciência na PUC-SP, a entrevistada prestou e concluiu sua tese sobre inseminação artificial.

"...resolvi fazer o mestrado e queria fazer alguma coisa que tivesse a ver com essa minha paixão. Aí eu fui na PUC. Primeiro eu comecei assim, eu já tinha olhado na USP, na ECA e não conseguia me sentir atraída por nada relacionado ao jornalismo, que despertasse aquela paixão. Aí eu vi um programa de História da Ciência da PUC que há seis meses o MEC tinha aprovado, era a primeira turma que estava começando naquele ano em 99. Fiquei fascinada pelo programa. Aí já me escrevi, no final de 99. O livro foi em 99 e a inscrição do mestrado também foi em 99." (Nádia)

O motivo que levou Naiara a arriscar-se em um novo campo foi exatamente o fato de a assessoria de imprensa até então não ter sido explorada no interior e possuir um mercado em potencial. Naiara montou a segunda empresa do ramo na cidade, começou no final da década de 80, quando ela tinha 28 anos, e oficializou em 1996. No momento desta pesquisa, ela concentrava a empresa de assessoria, a produtora independente e o cargo de editora-chefe da TV Local.

"...No primeiro momento me chamaram para trabalhar com assessoria, foi experimental, depois fui me profissionalizando na área. Eu trabalhava como parceria dentro de agência de publicidade. Então eu fiquei trabalhando na EPTV e paralelamente eu fazia assessoria de imprensa....A minha primeira assessoria de imprensa foi para a Santa Casa de Ribeirão Preto. Aí depois começaram as feiras, Feira de Habitação, feira não sei do quê, eventos né, eu fazia muito para eventos na época. E depois de um tempo quando eu sai definitivamente de tv, eu fui primeiro coordenar a assessoria de imprensa do Palocci, da prefeitura. Eu fui coordenadora de comunicação da prefeitura em 94 e 95. Era cargo de confiança. Com o fim do governo eu fiquei sem emprego e resolvi montar meu negócio. A administração pública, foi uma grande escola, depois eu montei a Casa de Notícias, em 1996... é um negócio que você precisa

*ter vocação para fazer, porque não é todo jornalista que gosta de fazer jornalismo empresarial e...é tudo né, relações públicas... A gente fazia na época, mais ou menos, timidamente, o que se chama hoje de **cross** mídia. A agência ainda existe. Estamos dando um tempo porque as sócias precisaram de grana. Nós ganhamos muito dinheiro e não soubemos administrar o dinheiro que nós ganhamos. Nós tínhamos tudo, casa, secretária, linhas telefônicas tudo o que você possa imaginar...nós até hoje estamos acertando contas. Nós levamos um belo de um cano de um contador. A menina literalmente nos roubou, tem um processo na justiça, a secretária do contador ficou com toda a nossa grana...E hoje eu trabalho também na TV Local, da EPTV Ribeirão e sou a editora chefe de um programa que está indo ao ar em várias emissoras do estado de São Paulo, é um segmento que um grupo de empresários e empreendedores, ele chama TV Auto Motora, é à parte da tv. Eu não posso colocar a cara.. É um programão. A gente tem pautas inimagináveis. A gente viaja, vai fazer as montadoras de automóveis, vai fazer lançamento de carro na Bahia, sei lá mais aonde." (Naiara)*

Nanda e Neusa ingressaram em Organizações Não Governamentais por motivos semelhantes. A identificação com a ideologia do movimento feminista, a crença em conquistas via atuação política conciliando com a formação acadêmica na área de comunicação.

*"... Eu pensava e questionava muito. Por outro lado, meu pai é muito machista, militar, imagina. E na época que eu me engajei era plena ditadura. Então eu acho que foi uma busca de direitos...Minha mãe sempre fala que eu fiz o que ela queria ter feito, eu consegui ser independente. Eu participo em congressos no exterior, tenho muitas atividades...Já na faculdade eu comecei a participar de movimentos feministas. Fazíamos reuniões e eu escrevia para dois jornais de esquerda...Depois eu trabalhei produzindo vídeos e documentários para ONGs. Trabalhei na realização de vídeos educativos de 1982 à 1993...Trabalhei como assessora de imprensa de movimento sociais como da REDESAÚDE - rede nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Eu cheguei a ser coordenadora. É legal porque eu passava as pautas para os veículos de comunicação. Eu tentava vender as pautas. Agora estou fundando a ONG - Instituto Patrícia Galvão de Comunicação e Mídia - PAGU... O tema da minha tese foi **A experiência feminista com o vídeo**". (Nanda)*

Neusa, como já mencionamos acima, durante a faculdade se identificou com a ideologia dos movimentos feministas. Mas no início de sua trajetória profissional ela se afastou do jornalismo. Quando retornou da praia, não conseguiu emprego na área de jornalismo porque não tinha experiência. Foi trabalhar como tradutora e posteriormente como assessora da Bolsa de Valores. Coursou pós-graduação *lato sensu* na faculdade Casper Líbero. Se deparou novamente com o movimento feminista e com os colegas da profissão quando foi cursar mestrado na Escola de Comunicação e Arte da USP/SP.

*"...eu fiz uma pós-graduação lato sensu também na Casper, durante três anos. Aí eu me entusiasmei em voltar a estudar e fiz mestrado na ECA. O tema da minha tese foi: **A cobertura da AIDS em São Paulo**. Abordei como foi feita a cobertura e a divulgação de informações por parte da imprensa sobre o tratamento e a distribuição do coquetel. Por sinal a imprensa atuou muito bem na época... Quando eu fui fazer o mestrado na ECA, em 1995 eu fiquei mais próxima das ONGS e fui prestar serviços para elas, como a Rede Saúde..." (Neusa)*

Norma especializou-se em meio ambiente. Ela informou que sempre foi uma pessoa de iniciativas, desde a época de colégio. Quando era estudante, surgiu um concurso de redação e o prêmio era uma viagem ao Rio de Janeiro. Como ela não conhecia a praia, participou do concurso e ganhou. É de família simples, a mãe era analfabeta, ela disse que passou muita dificuldade na infância. Ela sempre trabalhou para conseguir bolsa de estudos, na faculdade de jornalismo era uma das editoras do jornal laboratorial, desempenhava funções de coordenação, procurando inovar nas atividades. Quando mudou-se de Ribeirão Preto para São Paulo, já trabalhando na TV Cultura, sendo uma das primeiras a se preocupar em divulgar questões relacionadas ao meio ambiente.

"...em 1991, antes da ECO 92, eu elaborei um projeto de uma TV Meio Ambiente. Então assim, tinha vinheta e tudo. Eu não apresentei o projeto para o meu chefe direto, porque eu sabia que ele ia engavetar ou ia se apropriar da minha idéia. Apresentei para o diretor. O projeto acabou sendo transformado em um programa, o Repórter Eco, que entrou no ar em 1992, próximo da ECO- 92. Antes disso eu fui fazer uma matéria sobre poluição do Rio Paraíba, aqui próximo de São Paulo. Junto no meu barco estava o deputado Fábio Feldman... Depois eu fui para Bonito, no Mato Grosso do Sul... Eu fui como produtora. Lá fizemos uma série de reportagens que foram divulgadas no Jornal da Cultura, antes da ECO-92. E lá um dos rapazes da equipe brincou com o repórter dizendo olha o nosso repórter Eco, daí o nome do programa. Embora a idéia tenha sido minha, eu sempre digo que é um trabalho em equipe. No repórter Eco eu trabalhei como diretora do programa, apresentadora, repórter e, produtora. Particpei de tudo. E depois o projeto voltou para a mão do meu chefe para por no ar e era ele quem assinava. Agora estou trabalhando no projeto da ECO mais 10. Dez anos depois da Eco 92. Vai ser na África. Além disso eu elaborei a discussão sobre meio ambiente do Castelo Ratimbum. Então lá tem uma contribuição minha. Tudo que é relacionado com meio ambiente, vinhetas, enfim coisas da programação, eu participo." (Norma)

Todas as entrevistadas do tipo três, conseguiram um reconhecimento e uma satisfação pessoal na área que atuam a partir dos recursos que acumularam em outros campos. A capacidade de fazer a ponte entre o mundo dos jornalistas e o das feministas, dos ecologistas, dos automobilistas, das cientistas transformou-se em recurso social e em saber especializado. Essas habilidades sociais alavancaram a inserção das entrevistadas nos novos segmentos de mercado do jornalismo, superando as barreiras e as dificuldades anteriores que enfrentaram para pertencer ao mundo dos jornalistas. Através do trabalho das emoções e da mudança na definição da situação, essas mulheres conseguiram transformar experiências percebidas como desvio, em consagração nas novas áreas surgidas no jornalismo.

6.4. Trabalho, família e filhos

- **Tipo um: modelo feminino**

As entrevistadas do quadro I, com mais experiência, são reconhecidas profissionalmente nas empresas em que trabalham. As três mais velhas, Flávia, Fúlvia e Fabíola ocupam cargos de confiança: coordenadora pedagógica, editora executiva e editora responsável pela revista. Dentre as seis entrevistadas, quatro são separadas. Fernanda ficou quase dez anos sem trabalhar e retornou ao mercado depois que separou-se do marido.

"...só que aconteceu é que chegou em setembro do ano passado (2001), a gente viveu uma crise e a gente começou a ver que o casamento estava acabando. E aí como fazer? A primeira coisa que eu pensei, bom eu preciso trabalhar porque o casamento vai acabar e tudo o que eu faço não me sustenta. Então eu preciso trabalhar, eu preciso de grana, agora eu não posso fazer aquilo que me dá só prazer, porque não dá mais. Aí eu estava um dia chorando, sentadinha no escritório do meu apartamento, lá em cima, eu olhei ali prá cima e vi a torre da Record e falei, ah é o primeiro lugar que eu vou. Porque é perto da minha casa, porque lá está o Boris e todas aquelas pessoas e aí eu pensei numa pessoa que eu gosto muito, que é uma menina que trabalhou comigo no SBT." (Fernanda)

De início, o discurso de Fernanda revela o tradicionalismo, reproduzindo a dominação masculina, de que o crescimento profissional do marido, deve-se também ao fato dela ter ficado como responsável por toda a administração do lar e que o sucesso dele a inibiu profissionalmente. No entanto, ela muda a forma de definir essa situação assumindo características modernas. Ela se separa do marido, com o fim do casamento volta a trabalhar e exige seus direitos. Quando Fernanda retornou ao exercício do jornalismo, conseguiu reconhecimento profissional, trabalhando como repórter em um

jornal de rede nacional em horário nobre. É válido ressaltar que as duas filhas também estavam mais velhas e conseqüentemente, mais independentes.

"Mas olhando hoje, eu deixei muito tempo de fazer avaliações super necessárias da minha condição profissional. A convivência com um profissional como o meu marido me amedrontou. Porque um processo que hoje eu vejo, mas na época se você falasse eu ia falar que você estava louca. Hoje eu vejo assim, eu acho assim, ele era tão bom e ele era cada vez tão melhor, nisso ele já estava indo para o Globo Rural, quer dizer já estava só melhorando, só melhorando e eu falava nossa, ele é muito bom, ele é muito bom, ele é muito bom e eu acho que eu fui sabe assim, só ele é bom, só ele é bom. .. eu não conseguia ver o quanto era bom o que eu fazia. ..Pô mas que burra, se eu não fosse boa eu não fazia as coisas que eu fiz. Que é de primeira, é de impacto... Como eu vinha de uma sucessão de experiências profissionais onde eu não tive a condição de amarrar e falar pessoalmente aconteceram tais e tais coisas, mas vamos ver o trabalho. Eu não tinha a condição, então eu falei nossa acho que não é bom, acho que isso eu não faço muito bem, acho que eu não vou dar certo nunca, então eu parei e falei vou estudar." (Fernanda)

Diferente das entrevistadas do tipo 3, na concepção de Fernanda, o trabalho é para quem é bom e ela não se sentia segura, enquanto casada, para atuar como jornalista, por isso optou pelo estudo. Ela incorpora a dominação masculina, mas apesar de todas as suas limitações, Fernanda volta ao trabalho e reconstrói algo diferente para sua vida.

Flávia separou-se quando trabalhava somente na escola, como já foi dito acima. Ela deixou o jornal quando engravidou pela primeira vez. Depois, quando a filha estava maior, ela teve a oportunidade de voltar para o jornalismo, mas optou pela escola. Ela acredita que se não tivesse casado, sua opção profissional poderia ter sido pelo jornalismo, mas no seu discurso percebemos que as motivações foram outras.

"Eu acho que realmente eu não tive coragem. Exigia menos coragem de mim em ser professora. Era uma coisa, eu acho que faltou mesmo coragem e ousadia para eu enfrentar uma profissão que não era tão comum à mulher. Eu acho que foi isso. Talvez até um pouco de comodismo mesmo pelo fato de ter casado, talvez se eu não tivesse casado teria trilhado outro caminho. E quando a EPTV chegou, cogitou-se a hipótese de eu ir trabalhar lá, mas eu tinha um pouco de medo, eu não gostava da minha imagem, achava que eu não era bonita suficiente para ir para o vídeo e eu tinha muita insegurança. Eu sempre fui muito tímida embora ninguém percebesse isto. Era tão disfarçado com a auto-suficiência então eu acho que foi por isso. Na sala de aula eu estava menos exposta. Eu acho que era mais fácil eu me expor perante os adolescentes do que para os adultos." (Flávia)

O discurso de Flávia é semelhante ao de Fernanda inicialmente, ela também incorpora o discurso da dominação masculina ao dizer que não se sentiu segura para atuar como jornalista. Flávia associa a beleza ao trabalho de repórter de televisão. No seu discurso, ela reproduz a linha editorial das empresas de comunicação de privilegiar mulheres brancas, novas e com padrão de beleza americana. A escritora americana WOLF (1992) discute o "mito da beleza". Ela mostra que na década de 80, a beleza representava uma busca de *status* das mulheres equivalente ao papel que o dinheiro representa para os homens. No jornalismo, a qualificação de beleza profissional ganhou vida própria com a contratação de apresentadoras de telejornais. O depoimento da apresentadora Christine Craft para Wolf informou que dos apresentadores de telejornais nos EUA, com mais de 40 anos, 97% são homens e os 3% restantes são mulheres. Na cultura da beleza, envelhecer é perder valor, uma mulher jovem do ponto de vista econômico, vale mais que uma trabalhadora séria por uma vida inteira.

Fúlvia diz ter consciência que sua vida profissional teria tomado outro rumo se não tivesse casado. Ela largou um bom emprego em São Paulo para casar-se e mudar-se para o interior. O marido morava em Ribeirão e a idéia dele se mudar para a

capital nem se cogitou na época. Mas ela assume a escolha como sendo sua e, mesmo no interior, traçou uma carreira de ascensão.

"O Sérgio me levou prá São Paulo e eu fui trabalhar na TV Guia..., na Abril. Mas apaixonadíssima por Ribeirão e pelo namorado...eu era solteira. Eu tinha 23 anos. Aí eu peguei um avião. O Sérgio me falou: está apaixonada vai casar então e não me enche mais o saco. Aí eu vim casar. Casei, fiquei por aqui. Voltei para o jornal Diário, fiz rádio, fiz meu primeiro filho. É uma outra história, uma aventura diferente e aí veio a televisão prá cá, em 1980. Aí eu entrei na EPTV e fiquei. Comecei como editora, depois de 5 anos fui promovida para chefe de reportagem. Fiquei doze anos e depois fui ser editora executiva. Meu marido não foi para São Paulo porque ele não arrumou emprego lá. É duro essa história. É duro trabalhar na mesma profissão por isso. Nem sempre as duas pessoas conseguem se encaixar da mesma maneira e tal. E o que nos uniu nos separou." (Fúlvia)

Fátima diz que abdicou da vida pessoal para dedicar-se à pós-graduação.

Mas agora, prestes a concluir o doutorado, ela disse que quer retornar sua vida pessoal.

"Agora eu não tenho namorado. Ninguém me suporta quando estou fazendo tese...eu dei muito valor a minha vida profissional, mas também, é uma coisa, não que eu quisesse muito isso...eu acabei me dedicando mais ao trabalho e essa vida de você morar cada hora em um lugar, é difícil de você levar um relacionamento, ou por você ou pela outra pessoa...Agora eu defendendo o meu doutorado eu quero me assentar, construir família e ter muitos filhos."(Fátima)

As duas entrevistadas mais velhas, Flávia e Fúlvia, iniciaram no jornalismo na década de 1970, quando ele ainda era uma profissão majoritariamente masculina, principalmente no interior e, na época, o predomínio masculino era mais evidente. Fernanda e Fabíola ingressaram uma década depois, mas a mulher ainda era minoria. A forma como definem a situação nesse contexto ressalta as inseguranças e abdições referentes ao mercado de trabalho, bem como o fato de

serem as responsáveis pela administração do lar. Fabíola ingressou oficialmente no jornalismo quando se mudou para São Paulo, contratou uma empregada doméstica e quando contava com uma estrutura montada trouxe os dois filhos. Eles já estavam em idade escolar e dividia o tempo entre a escola e a empregada. Quando eles ficavam doentes ela trazia a mãe de Ribeirão para olhá-los e, assim, ela não faltava do trabalho. Ela só voltou para o interior porque sua mãe ficou doente e precisava de alguém para cuidar dela.

"Quando eu me separei eu pedi transferência para a CPFL de São Paulo, que também é a CESP. Lá eu trabalhei durante um tempo. Primeiro eu fui sozinha, depois eu vim buscar os meus filhos que ficaram com a minha mãe. Lá em São Paulo, eu me casei de novo com um dono de Hotel." (Fabíola)

O tipo 1 começou a traçar mudanças, ingressou num mercado de trabalho, investiu na profissão e cresceu na carreira. Das seis entrevistadas, duas são solteiras e as quatro que casaram estão separadas. Essas últimas afirmaram que a responsabilidade pelo lar pertenciam a elas. Em seus depoimentos informaram que os maridos nunca as impediram de trabalhar, desde que cumprissem as obrigações da casa. Nesse campo, o auxílio deles restringiu-se, essencialmente, ao aspecto financeiro, pelo menos quando o referencial considerado era a rotina diária. As mulheres do tipo 1 continuam acumulando as tarefas do lar, agregando mais essa jornada, aproximando-se da discussão proposta por Hochschild sobre a terceira jornada de trabalho exercida pela mulher. Nas obrigações do espaço privado, as entrevistadas dessa tipologia contaram com a ajuda de empregadas domésticas ou de familiares, mesmo as duas entrevistadas mais novas que são solteiras, usufruem a estrutura da casa dos pais, possibilitando assim,

se dedicarem ao trabalho. Grande parte do avanço profissional das mulheres pertencentes ao estrato social médio deve-se ao trabalho das mulheres mais pobres que trabalham como empregadas domésticas, garantindo a ordem doméstica e permitindo a saída da mulher em melhores condições profissionais para o espaço público.

"Eu tenho colegas que foram para São Paulo, foram para o Rio de Janeiro e estão morando em flats com as despesas pagas pela empresa ou estão com o salário mais alto e tiveram outros benefícios concedidos pela empresa que compensaram a mudança. O que pesa para mim é isso. Se não compensar financeiramente a mudança eu não vejo razão para que eu saia de Ribeirão. Sendo que aqui eu tenho um bom salário considerando o padrão da área, né. Estou na casa dos meus pais, quer dizer não tenho esta preocupação. Eu pretendo morar sozinha, mas não sei quando". (Fabiana)

"Eu tenho hoje uma empregada, faz doze anos que trabalha aqui em casa...Eu sempre tive empregada. No começo quando eu trabalhava com a Lília, só tive péssimas empregadas. Não foram bacana com minha filha, eu sei disso...hoje eu jamais deixaria, mas naquele momento eu falava eu preciso deixar, eu preciso deixar com babá. Não ia para a escolinha. Eu tinha horário fixo. Então eu trabalhava à tarde e eu passava a manhã com ela, mas minha filha rapidamente foi para a escola, com dois anos ela foi para a escola. Ela ia um período para a escola e eu ia trabalhar. Agora nesses seis meses que eu voltei a trabalhar, eu cheguei à conclusão que eu precisava de um outro funcionário que é o irmão da minha empregada, que é alguém para dirigir para mim. Então assim é uma grana, custa prá caramba, porque é alguém que almoça e janta na tua casa, toma banho na tua casa. Ele me leva para o trabalho, porque isso é importante em São Paulo, eu avalio absolutamente fundamental você morar perto do teu trabalho. Eu trabalho a seis minutos de carro e seis reais e vinte centavos de taxi...Hoje eu tenho tranquilidade para deixá-las porque todo o tempo que eu fiquei com elas foi de uma puta qualidade. São crianças estruturadas, são crianças que tiveram a minha companhia com qualidade... Quando eu trabalho à noite elas ficam sozinhas porque a mais velha já é grande. A empregada não dorme mais. Mas elas ficam muito bem sozinhas...tem hora que eu falo vou chamar outra ajudante. Eu ligo e chamo ela para dormir aqui. Tenho a sorte de ter essa pessoa na minha vida. Que é uma pessoa que tem 22 anos e que cresceu, dos 16 aos 22 aqui, então descolamos faculdade para ela, ela ganhou bolsa...é uma pessoa que tem um feminino muito estruturado. E assim é uma figura que dá um trampo, toma ônibus, não tem dinheiro para comer. Sabe assim, então as meninas cresceram com essa coisa, olha que legal como ela dá um trampo, como as coisas são bacanas, como as coisas são

difíceis e é bacana quando dá certo, porque também olha quando não dá como é complicado". (Fernanda)

"Eu montei uma estrutura de empregada e tal. E naquela época as crianças também já eram maiores e estudavam. E na CESP o horário era tranqüilo. Quando a situação apertava eu trazia a minha mãe de Ribeirão. Em caso de doença, por exemplo." (Fabiola)

"Eu sempre contei foi com a minha empregada. Porque na verdade eu nunca fiz o trabalho de casa propriamente. Né o trabalho pesado duro, era com ela. Eu dividia a responsabilidade. Então de organizar tudo sempre fui eu. Nunca alguém fez um supermercado para mim. Hoje eu divido. Eu não faço hoje sozinha. É uma coisa que eu que conquistei. Meus filhos dividem comigo. Minha filha não, porque trabalha, então os dois sabem fazer. Mas com o marido nunca, nem isso, nem compra em açougue. Eu fiquei dez anos casada, me separei com 37 anos." (Flávia)

"Para fazer estágio em Campinas, eu fiquei de setembro a outubro fazendo estágio em Campinas, minha sogra veio, ficou em casa, fora a empregada que tinha um esquema. E minha mãe quando podia, dava uma força...Com o terceiro filho foi uma loucura. Eu precisei contratar uma enfermeira, que ficou como babá, porque eu tinha dois meninos e mais um, três, né. Aí já pesava muito. E eu não podia deixar de qualquer maneira. Eu gastava muito com estrutura, porque eu não gostava muito de deixar em hotelzinho. Eu achava que tinha que ficar em casa. E até dar a idade de ir para a escolinha...O mais velho, foi com três anos para a escolinha. O segundo já se recusou. Não gostava de ir para a escolinha. Ele entrava debaixo da cama, fazia birra, não ia. Então, tinha que ficar em casa. O Roberto foi com três, quatro anos, também. Então eles ficavam com babá e minha mãe. Eu mudei para a casa da minha mãe. Meu pai, pensou nisto. Ele falou: já que está nesta precariedade de estrutura, às vezes a empregada faltava eu ficava maluca, levava os filhos prá casa dele. Ele achou melhor comprar uma casa grande, que cabe todo mundo e coincidiu também com o plano cruzado, que o aluguel disparou e eu estava tendo dificuldade em arrumar uma casa boa para morar. Isto foi em 1986, o plano cruzado. Eu passei para chefe de redação nesta época, eu trabalhava o dia inteirinho, trabalhava feito uma maluca, direto. Saí daqui 11 horas da noite às vezes, eu não sei que tanto trabalho tinha, eu sei que eu trabalhava muito. Eu fazia o jornal praticamente sozinha aos sábados. Eu saía cedo e só voltava de noitão. Então eu precisava de uma estrutura mesmo. E aí meu pai comprou esta casa e falou vamos morar todos juntos." (Fúlvia)

Os companheiros não participaram das divisões das tarefas de casa e da criação dos filhos de forma igualitária. Eles ajudaram e principalmente não atrapalharam,

mas o funcionamento da estrutura ficou nas mãos das entrevistadas. As justificativas apresentadas foram: falta de dinheiro por parte do companheiro, falta de tempo devido ao trabalho ou atribuir isso à mulher mesmo, "já que ela quis ir trabalhar fora". Com a separação o sustento dos filhos foi majoritariamente bancado pelas mães. O ex-marido de Fernanda possui uma posição econômica melhor que os ex-maridos das outras entrevistadas.

"Agora nesses meses que eu estou trabalhando ele tem sido absolutamente bacana...Eu sempre segurei muito a onda dele profissionalmente. Porque se ele trabalha do jeito que ele trabalha..., com uma tranquilidade que ele sempre trabalhou e por conta disso o trabalho dele é muito bacana, é porque ele sempre teve a tranquilidade da casa aqui comigo. Porque eu sempre fiz muitas coisas, agora no mestrado eu tinha que ir para Campinas duas a três vezes por semana, mas eu sempre dei conta do babado, nunca ficou nada para trás. E vice versa. Eu sempre cuidei da casa. Eu sempre montei a estrutura da casa. E ele fala, que a casa é só a minha cara. Fazer o quê..." (Fernanda)

"Nunca ninguém me impediu. Mas nunca ninguém me facilitou nada. Então a casa sempre foi minha responsabilidade total. Sempre foi. Nunca houve ajuda para dividir porque você trabalha fora. Hoje este tipo de coisa que eu sinto, até nos meus irmãos mais novos, que eu sinto nos casais mais jovens de hoje, que é a divisão do trabalho, eu acho que esta é a real conquista da mulher. Não é ela conquistar um espaço fora. É ela dividir o espaço dentro. Na verdade isto comigo nunca ocorreu. Então, toda a educação dos meus filhos, toda a administração da casa, tudo foi minha única responsabilidade. Ele nunca impediu, até porque é muito conveniente. Você trabalha, você ajuda, você cuida de tudo e ainda põe dinheiro em casa..." (Flávia)

"Meu marido ajudava em muita coisa. Era um bom parceiro e ainda é até hoje. Neste ponto, se eu precisar de alguma coisa....ajuda financeira não, ajuda pessoal sim. Tem que ter uma estrutura e uma estrutura boa é dispendiosa. Tem que ter profissional bom, isto custa caro e é difícil de achar." (Fúlvia)

Flávia informa que seus irmãos mais novos dividem mais as obrigações do lar com suas respectivas esposas. A própria Flávia criou seus dois filhos homens

ajudando-a nas tarefas da casa, como por exemplo, fazer as compras de supermercado. As transformações da modernidade acarretaram mudanças também nas relações entre os gêneros, ocorreram alterações no comportamento masculino, como a própria Hochschild mostra, no entanto, foram mais amorosas do que as mudanças vividas pelas mulheres. A saída das mulheres da casa para trabalharem fora fez com que os homens das gerações mais jovens participem mais das obrigações da casa e dividam mais as responsabilidades do cuidar dos filhos comparado com as gerações mais velhas. No campo do cuidar dos filhos, as entrevistadas do tipo um aproximam-se do modelo tradicional discutido por HOCHSCHILD (2003). Elas estão trabalhando, mas dividem o tempo entre a carreira e o cuidar da casa e dos filhos, acumulando uma tripla jornada.

Fabiana e Fátima ainda não se casaram e não tem filhos, mas nos seus discursos elas disseram que pretendem se casar e ter filhos e não vêem no trabalho um empecilho para esta situação. Elas pertencem a essa geração mais nova que conta com uma maior participação do marido nas obrigações domésticas.

- **Tipo dois: modelo masculino**

Todas as entrevistadas do tipo 2 que possuem marido ou filhos, diferente do tipo 1, adequaram as obrigações familiares ao horário de trabalho e não o contrário. Marina mudou-se para Curitiba e o marido a acompanhou.

"...eu fui primeiro, aí logo em seguida ele foi. Ele terminou um projeto que estava em andamento e depois foi para lá. Na verdade ele não tinha muito o que deixar. O trabalho ele finalizou, ele não estava abrindo mão de grandes coisas. Não tinha nada. E lá logo ele conseguiu emprego." (Marina)

O exemplo de Marina mostra uma inversão do modelo tradicional vigente na sociedade, seu marido a acompanhou quando ela foi promovida dentro da empresa sendo transferida para outra cidade. Como mostra SCOTT (1990) para entender as relações de gênero é necessário acabar com a fixidez de uma representação binária do gênero e construir uma análise que inclua também noções de política, instituições e organização social bem como os símbolos, os conceitos normativos e a identidade de cada sujeito. No momento descrito acima sobre a história de Marina, pesou mais na escolha do casal a oportunidade de carreira da entrevistada e não permanecer na cidade onde eles moravam.

Meire inverteu os papéis com o marido. Por ele ser viajante e por sua jornada de trabalho ser integral e mais estável devido ao fato de ser concursada, criou uma estrutura para os filhos e para o funcionamento da casa, possibilitando sua ausência e sua dedicação no serviço. Nos finais de semana, segundo ela, é o marido quem limpa a casa, cozinha e proporciona o lazer com os filhos.

"Sempre tive um problema grave, porque meu marido sempre viajou. Ele sempre foi vendedor... e ele fazia a região. No período em que ele ficava em casa ele me ajudava muito e as crianças tem ele como assim um ideal de pessoa de ser humano, porque no final de semana ele pega os filhos e leva para pescar, para bater papo, senta na beira do rio para eles contarem como foi a semana, então a semana eu passava sozinha com as crianças. O período em que ele passava em casa ele ajudava muito... Era assim na sexta-feira ele chegava e a casa estava bagunçada ele fazia a faxina, ele sempre gostou de cozinhar. A empregada não vem no final de semana, é ele quem vai para a cozinha." (Meire)

As mulheres do tipo 2 administram as relações familiares de forma mais independente e objetiva que as entrevistadas do tipo 1, elas não reduziram a jornada de

trabalho priorizando o lado pessoal, ao contrário, adaptaram o segundo ao primeiro e, no caso das casadas ou com filhos, elas montaram uma estrutura que propiciasse sua dedicação à profissão. As entrevistadas revelam nos seus discursos um menor sentimento de culpa, justamente por trabalharem fora. Como mostra HOCHSCHILD (1997), a culpa por ficar em casa é muito maior hoje, as mulheres preferem um emprego ao invés das atividades do lar, essas causam mais estresse. Semelhante aos valores atribuídos aos homens, as entrevistadas do tipo 2 demonstram a necessidade de satisfazer o lado profissional e de garantir uma renda para propiciar uma melhor qualidade de vida.

"...quando eu estava no Sul eu morava com um namorado e tive que ir para outra cidade trabalhar. De princípio não atrapalhou tanto, eu fazia meu trabalho tranquilo, mas eu senti que assim contribuiu para afastar um pouco, é complicado. Ele entendia mas não gostava muito, ele se sentia muito sozinho. A gente começou a se ver muito independente um do outro. Não justificava mais ficar junto. Mas eu não me arrependo de ter ido trabalhar fora. A pessoa tem que saber compreender, mas é complicado." (Márcia)

"É uma opção pela profissão por enquanto, mas é também porque faltou a pessoa. Agora eu sei que tenho uma pessoa especial do meu lado e eu sei que eu quero ter um filho com ele. Mas eu não pretendo abrir mão da profissão em função do filho. Por enquanto tem sido em função da profissão. Minha jornada de trabalho depende, normalmente seria de sete horas, mas chega a ser doze horas. E não tem horário, às vezes estou de manhã, às vezes à tarde e às vezes à noite. Trabalho de fim de semana, feriado, e isto também é uma coisa que me preocupa na hora de ter um filho... Eu acho que se eu não tivesse morando hoje tão longe da minha família ou da família dele, talvez eu já tivesse tido filho. Já que eu encontrei a pessoa que eu considero ideal. Então é uma questão de tempo. (Maria)

Das seis entrevistadas do tipo 2, três são casadas, duas são solteiras e uma é separada. As solteiras são Márcia de 26 anos, a entrevistada mais nova dessa amostragem, e Mariana de 34 anos que se dedicou à pós-graduação. As duas entrevistadas casadas, com 40 anos cada, têm filhos: Marina que mora na capital tem um

filho e Meire que mora em Ribeirão Preto tem dois filhos. Maria de 32 anos é amigada e não tem filhos. Mirela de 30 anos amigou-se e separou-se.

"Quando voltamos para São Paulo eu tinha a minha mãe. Ela é nova e tem bastante disposição. E a forma dela educar concilia com as idéias do meu marido e minhas. Logo ele foi para a escolinha então ficava meio período na escola e a outra parte do tempo com a minha mãe. Sempre quando dava eu levava na escola ou meu marido. Nós revezávamos. Agora ele entra cedo e sai às 15 horas. Quando eu preciso ficar até de madrugada ou viajar ele fica com meu marido e se tem alguma emergência, tipo doença, em dias de fechamento eu sou a terceira opção. Primeiro minha mãe, depois o meu marido. Em dias normais eu sou a primeira opção. E tinha também empregadas que ajudavam nas tarefas de casa. Hoje tenho duas, uma que vai todo dia e uma diarista para limpar a casa... Eu acredito em qualidade de tempo e não quantidade. E quando estou com ele (filho), eu me dedico muito e nós aproveitamos muito." (Marina)

"E eu tive a minha filha consciente de que estava na hora, que eu podia ter um filho e ia conseguir sustentar...Quando nasceu minha filha, a USP dá para você uma flexibilidade, não de horário, eu tinha que trabalhar todos os dias 8 horas, mas eu podia assim, levar na escolinha com folga e voltar. Eu não podia deixá-la na creche da USP porque na época eu não trabalhava no Campus e não tinha carro para trazê-la...Ela foi para creche e não tinha nem três meses, porque naquela época a licença maternidade era de três meses e não de quatro... ela foi para escola e não tinha nem três meses e ficava as oito horas. Aí ela começou a ficar muito doente e eu comecei a perder muitos dias de serviços, precisei fazer banco de horas tinha que repor e tal, aí eu arrumei uma empregada, para morar em casa e olhar ela. Bom até eu acertar uma, acho que passaram umas dez... Mas o pouquinho que ficava junto com minha filha, tinha uma qualidade muito grande. Hoje ela vai fazer 16 anos, e ela é uma pessoa extremamente calma, ponderada, é uma pessoa sem crise de adolescência, até hoje eu não vi. Tudo muito bom... E o menino também teve uma vida mais tranqüila. Quando ele nasceu eu já tinha acertado uma empregada que ficou 12 anos em casa.. ela o criou. Assim como ela acabou de criar minha filha, ela assumiu a minha casa.. Ela veio para a minha casa com 16 anos, era uma menina. Eu recolhi mais uma filha...Esta mulher criou os meus filhos...meus filhos chamavam ela de mãe." (Meire)

Tanto Meire quanto Marina mostram em seus discursos que o importante não é a quantidade de tempo que dedicam aos filhos e sim a qualidade. HOCHSCHILD

(1997) analisa essa construção sobre a "qualidade da presença" nos exemplos das mulheres que trabalham na empresa americana Amerco. Para amenizar a angústia do pouco tempo dedicado à família devido às extensas jornadas de trabalho, os pais desfrutam de três estratégias que são utilizadas isoladamente ou simultaneamente, dependendo da situação e da necessidade de cada um. São elas: reduzir o tempo que a família necessita dos pais; comprar bens e serviços que economizem o tempo das mães; e imaginar que se houvesse mais tempo disponível, os pais atenderiam às necessidades dos filhos.

Mirela, com 30 anos, separou-se recentemente do companheiro, ficou casada durante cinco anos. Quando foi selecionada para ser correspondente internacional em Londres, o então companheiro a acompanhou, mesmo sem estar empregado lá.

"...ele foi comigo. Ele é jornalista também. Na época ele estava fazendo free lancer e foi bem conveniente para ele, porque free lancer você pode fazer em qualquer lugar. Eu conheci ele aqui na Folha, ele trabalhava comigo. Fui para Londres em 99, ele não só apoiou, como adorou a idéia, indo junto." (Mirela)

Semelhante à história de Marina, o companheiro de Mirela também a acompanhou quando ela foi convidada para ser correspondente do jornal em Londres. Nesse caso também sobressaiu, na escolha do casal, a oportunidade de estatus social da mulher, indo de encontro à discussão de SCOTT (1990) de que a relação de poder entre os gêneros não é fixa e sim de que o poder circula em uma sociedade, mesmo de forma desigual.

Ao mencionarem os companheiros ou maridos, os discursos das entrevistadas do tipo 2 revelam uma relação mais igualitária nas divisões das obrigações

do lar, mas quando o referencial é o filho, percebe-se que aqui também são as mulheres que têm o encargo de administrar a organização do cotidiano das crianças, escolas, educação, saúde, entre outros afazeres, para inclusive garantir o bom funcionamento, durante a sua ausência. Exceto Marina que reside em São Paulo. Ela afirma em seu discurso que a divisão na educação do filho também é igualitária entre ela e seu marido. Hoje o filho tem 14 anos, entra na escola de manhã e sai às três horas da tarde.

"Em Curitiba nós contratamos uma empregada e lá meu horário era mais tranquilo. Quando eu viajava meu marido ficava com o Lucas. Ele sempre dividiu tudo. Cumpre a parte dele dos 50% da responsabilidade." (Marina)

Meire, que também reside longe dos parentes e o marido é viajante, colocou a primeira filha com três meses na creche e depois contratou uma empregada doméstica que ficou com ela durante 12 anos. Quando teve o segundo filho, a estrutura já estava pronta e essa mesma funcionária o olhava. Essa empregada foi indicada por sua mãe e acabou-se agregando à família.

A amostragem de entrevistadas com filhos é menor que a amostragem de entrevistadas sem filhos no tipo 2, são duas com filhos e 4 sem. Antes as mulheres dedicavam uma maior quantidade de tempo à maternidade, tempo esse imposto pela cultura tradicional de que a mulher deveria ficar em casa cuidando dos filhos. As entrevistadas do tipo 2 acreditam que podem cuidar dos filhos mesmo trabalhando fora, sem afetar a qualidade da educação. Elas dividem e dividiram essa responsabilidade com empregadas domésticas contratadas para tal tarefa, com instituições credenciadas ou com as avós, sempre do lado materno, sem prejudicar suas jornadas de trabalhos, exceto em casos extremos, logo após a licença maternidade. É interessante constatar que em todos

os discursos das jornalistas do tipo 2, com filhos, repete a figura da avó materna no assunto maternidade. Elas contaram direta e indiretamente com o auxílio da avó materna no cuidado dos filhos. Tanto o tipo um como o tipo dois transferiram as responsabilidades do lar para empregadas domésticas e avós maternas.

HOCHSCHILD (2003) classificou quatro tipos de cuidados com os filhos na sociedade capitalista do século XX. São eles: o tradicional, pós-moderno, moderno frio e moderno caloroso. As entrevistadas do tipo 2 revelam nos seus discursos um menor sentimento de culpa por estarem trabalhando fora, aproximando-se do conceito moderno caloroso. Elas compartilham a responsabilidade do cuidar com instituições, parentes e amigos e procuram administrar melhor os momentos com a família e os filhos. Semelhante à cultura do estereótipo masculino, elas acreditam que é o lado profissional que equilibra o emocional, se o primeiro está bem resolvido o outro caminha sem grandes problemas.

As editoras de revistas, jornal e a assessora de imprensa ocupam bons cargos dentro das empresas onde trabalham e contaram com a ajuda dos maridos na divisão das tarefas domésticas. Maria não se casou oficialmente, ela convive com um companheiro, não tem filhos e é mais nova. Ela afirma que o companheiro não divide as obrigações da casa.

"A casa vive uma bagunça. E eu tento dividir esta responsabilidade com ele, mas é muito difícil. Estes homens não tem noção de que a gente não é obrigada a deixar a casa em ordem. Se eu deixar por conta dele, não se arruma a cama nunca, não se lava a louça nunca, a casa vive bagunçada, porque ele acha que não precisa. Às vezes ele cobra isso de mim. Porque eu cobro muito isso dele. Porque ele não precisa arrumar, mas apenas não bagunce, já está bom." (Maria)

As entrevistadas do tipo 2, pertencentes às gerações de 20 e 30 anos, não incorporam o discurso da dominação nas obrigações do lar. Maria de 32 anos não divide as obrigações da casa com seu companheiro, essa jornada ainda é de responsabilidade dela, embora ela não concorde com tal situação e seja motivo de conflito entre o casal. As outras três entrevistadas não têm a preocupação com a casa. Márcia, Mariana e Mirela moram sozinhas.

- **Tipo três: campo novo no jornalismo**

Das cinco entrevistadas apenas uma é casada, Nádia, e mesmo ela mostra que sempre priorizou a vida profissional e só encontra o marido à noite. Apenas Naiara tem filhos e, assim mesmo, a maternidade veio quando ela já estava estabilizada profissionalmente. Nesse aspecto elas definem a situação semelhante à análise de Giddens. Vem ocorrendo uma mudança no modo de vida das mulheres, iniciando na vida privada. E à análise de Hochschild que relaciona a revolução da mulher no século XX a todas as outras transformações que o modo de vida sofreu nesse período, como por exemplo a migração do campo para a cidade e o surgimento das indústrias. Embora as jornalistas do tipo 3 tenham, profissionalmente, arriscado em áreas relativas ao estereótipo feminino, segundo a descrição de Bourdieu, o tipo 3 também inovou no espaço público, se aproximando novamente do enquadramento realizado por Hochschild que contempla as análises de Bourdieu e Giddens. As jornalistas inovaram nas áreas que cada uma das entrevistadas tinha certa afinidade, ou por já ter desenvolvido um trabalho anterior, como é o caso de Nádia, ou por ter enxergado um campo fértil de mercado de trabalho, como foi o caso de Naiara, ou por identidades ideológicas como Nanda, Neusa e

Norma e essas, em especial, por acreditarem estar propiciando uma contribuição à sociedade.

"Eu me especializei em meio ambiente. Ganhei uma bolsa para os EUA para estudar o assunto em uma universidade com um grupo de jornalistas de vários países. Primeiro foi uma bolsa para um curso de inglês, depois para estudar na universidade. Tinha apartamento, carro, era muito legal. Lá eu conheci jornais conceituados como o Washington Post, participei de uma reunião de pauta da Times. Foi super interessante e até me emprestaram equipamento para eu fazer reportagens para a TV Cultura e enviar. Foi tudo muito fácil e proveitoso. Aí eu comecei a ser convidada para congressos internacionais sobre o tema. Já fui para Rússia, Europa e EUA. Agora vou para a África. Lá pretendo fazer uma série de reportagens, um especial. É um local dizimado pela AIDS, o número da população com o vírus é altíssimo. Vamos abordar vários aspectos de lá. Eu escolhi meio ambiente porque eu acho que nós fazemos parte de um planeta e no mínimo devemos deixar isto aqui como nós encontramos, para quem vem depois. Eles tem esse direito. As pessoas falam muito, mas fazem pouco na prática. Jogam papel pela janela do carro. Eu queria contribuir, fazer alguma coisa pelo todo. A imprensa diária para mim contribui muito pouco. Ela notícia morreram dez , coloca no ar, mas não muda nada. E daí. As pessoas não se chocam mais. E com o meio ambiente eu acredito que estou trazendo uma contribuição..." (Norma)

As entrevistadas do tipo 3, de forma semelhante às do tipo 2, priorizaram o trabalho, no entanto, segundo os depoimentos das primeiras, no trabalho das emoções que fizeram, julgam que abriram mão da vida pessoal, mas por uma opção "pessoal" e não "profissional". A qualificação profissional exigiu um investimento maior e uma maior dedicação. Para as entrevistadas do tipo 3 a satisfação profissional é um complemento da satisfação pessoal, há uma congruência entre essas duas esferas. Mesmo Naiara, que tem duas filhas, a primeira adotou quando tinha mais de 30 anos, estava estabilizada profissionalmente e morava com os pais, apresenta esta característica. Depois casou-se com o primeiro marido, que também adotou sua primeira filha. E a caçula, ela teve com

quase 40 anos, num primeiro momento morou com o segundo marido e depois seus pais foram morar com ela. Também contou com a ajuda de uma mensalista e uma babá.

Nádia afirmou que o primeiro casamento não deu certo em parte pela sua intensa jornada de trabalho. Quanto ao marido atual, ela disse que ele também reclama de seu trabalho. Mas ela até então nunca questionou, traçou sua trajetória de acordo com seus desejos profissionais e acrescenta que filho nunca foi uma necessidade, até o momento atual. Hoje, ela está repensando esta posição.

"Olha foi uma opção, porque assim eu nunca abri espaço para a maternidade na minha vida, é como se não fizesse falta, não tivesse necessidade e sempre esses projetos profissionais sempre gritaram mais alto dentro de mim. No meu primeiro casamento, a relação acabou degradingolando eu acho que nem foi por conta disso tudo, era uma relação...embora que tem uma certa participação esta falta de tempo em se dedicar na relação, é que você se torna mais impaciente. Pô se está tudo uma merda então já bota um ponto final e pronto. Você não vai ter muita paciência para...o meu primeiro marido é uma pessoa super complicada.. Mas chegou um momento em que eu falei não, eu não tenho nem paciência porque assim, eu tinha que parar com tudo e tomar conta dele. Ia ter que ser uma babá para os problemas psicológicos dele. Aí, logo quando eu me mudei para São Paulo, um ano depois e eu me casei de novo. Ele é publicitário. Ele entende dos meus horários, mas reclama bastante com essa falta de tempo e tal. E aí assim, de um ano prá cá eu tenho revisto muito esta história, desde quando eu voltei para o caderno Cotidiano, desde quando eu terminei o mestrado, eu estou abrindo um espaço para o feminino dentro de mim. Tanto que assim, eu nunca pensei em ter filhos. Agora eu estou pensando. Eu já parei com pílula, na expectativa. E estou cuidando da casa, coisa que eu nunca me preocupei, sabe, a casa sempre foi cuidada por empregada." (Nádia)

Nos discursos de Nanda e Neusa, o filho também foi substituído pelos planos profissionais. Ambas pensaram em ter, mas não como uma determinação para suas vidas. Neusa disse que o fato de trabalhar como *free lancer* nunca a deixou segura a ponto de assumir uma maternidade.

"Eu sou solteira e não tenho filhos. Já quis ter, mas na época eu não tinha um parceiro legal. Eu sempre estipulei uma idade limite para ter filhos, 35 anos, e até este período não deu certo. Depois optei por não ter. Por eu ser autônoma sempre foi complicado, porque às vezes eu fico sem receber. E quando você é sozinha dá para levar, mas quando você tem uma criança dependendo de você, tem que ter uma estrutura, não pode ficar assim solto." (Neusa)

Em um primeiro momento, Norma disse que hoje casamento e filhos fazem parte do seu plano e que pretende reduzir sua jornada de trabalho. Mas depois, no final da entrevista, quando foi indagada se tem algum plano profissional, ela referiu-se a um trabalho no exterior. Ao perguntar como isso conciliaria com o desejo de casar-se e ter filhos, Norma fez uma ressalva dizendo que o futuro companheiro poderia ser algum colega de trabalho e que dessa forma ela conciliaria a profissão com a vida afetiva.

"...Hoje sim, eu quero casar e ter filho. Eu sempre priorizei o trabalho. Eu já fui pedida em casamento. Na época eu namorava e praticamente morava com meu namorado. Namorava há quatro anos. Quando ele me pediu em casamento eu achei que não tinha nada a ver casar com ele. Eu sempre priorizei o trabalho. Mas agora eu quero me casar e ter filho. Mas com a pessoa que eu ame. Se fosse só pelo filho eu adotaria. Hoje 70% do meu tempo é trabalho. Agora eu quero transformar em 30%. Eu gosto da casa, de cozinhar...(riu) Ah quem sabe o meu futuro marido não vai trabalhar junto comigo?"

Todas as entrevistadas do tipo três possuem uma jornada de trabalho extensa, incluindo plantões nos finais de semana e, excluindo Naiara, as outras quatro participam também de congressos e encontros no exterior. Nádia informou que trabalha em média nove horas por dia e um fim de semana por mês. Só encontra o marido à noite. Naiara possui dois empregos, trabalha em média 11 horas por dia e dois finais de semana por mês. Nanda declarou que trabalha em média 10 horas por dia e fins de semana

quando necessário. Neusa, por ser autônoma, disse que extrapola os finais de semana e que não respeita dia, noite e nem feriados. Quando termina o serviço tira dois dias de descanso, o que não significa que tem que ser final de semana. Norma informou que depende do que está fazendo. No momento da entrevista, ela estava preparando a cobertura de um importante evento ecológico internacional. Trabalha em média 12 horas por dia. Em contrapartida, ela não trabalha nos finais de semana.

Exceto Naiara que tem filhas, todas as outras quatro entrevistadas contam apenas com diaristas que arrumam a casa e a roupa, uma ou duas vezes por semana. Naiara, semelhante às entrevistadas das duas tipologias mencionadas anteriormente, que também têm filhos, conta com uma empregada mensalista para ajudar na administração do lar e com a mãe. Os pais também moram com ela, seu pai está doente, sofreu um derrame, e ela ajuda a cuidar dele. Sua primeira filha foi adotada e seu primeiro marido divide as obrigações de cuidar da filha mais velha.

"Eu tenho uma rainha do lar. Uma empregada maravilhosa...Eu tenho uma história meio diferente, minha filha eu adotei sozinha no início. Não era casada nada. Eu adotei ela bebezinha, foi no primeiro dia de vida e eu já trabalhava. Eu tive 15 dias de licença maternidade. A empresa não me deu mais nenhum dia e eu tenho até uma mágoa, isto é uma mágoa que eu guardo assim...patenteada. Porque pela lei eu podia ter tirado, mas eu tinha que recorrer entrar na justiça, era uma coisa meio complicada. Ela ficava com minha mãe. Meus pais moram comigo hoje. Mas foi fácil, era uma época mais tranqüila, minha mãe era mais jovem, eu trabalhava menos, trabalhava apenas um período, o outro período eu ficava com minha filha... E depois com a segunda, foi uma gravidez assim um susto, eu não esperava, eu tive ela mais velha, aos 39 anos...Eu estava namorando, nós fomos morar juntos, chegamos até a casar e tal, mas acabou não dando certo e acabei ficando sozinha. Aí depois a gente desfez esta estrutura e eu voltei para a minha casa...A segunda nasceu e caiu na mão da babá. Ela nunca foi para a escolinha, ela está indo para a escolinha agora em agosto, ela vai começar à tarde, porque ela já não está curtindo mais...A mais velha estuda de manhã, ela já tem nove anos.. Ela tem um pai maravilhoso. Ele a pega em casa todos

os dias. É uma vida super organizada... E ele é super organizado também. Ele pega de manhã e leva para a escola...Eu saio da produtora 15 para meio dia, a pego na escola e levo ela para casa. A gente almoça... se, por exemplo, ela tiver alguma atividade na escola, ou piano eu a deixo, nem sempre ela tem, não é todo dia, aí venho para a tv. Aí depois o pai vai buscá-la e a deixa em casa. Agora se ela tem alguma atividade no final da tarde, ela tem coral e futebol, aí o pai leva e busca... A mais nova, a babá vai cedo para a minha casa, ela mora dois quarteirões de minha casa, que é bárbaro. Ela vai cedo para minha casa, dá uma arrumada na casa, passa uma roupa aí ela leva minha filha para a casa dela...Fica lá, almoça, dorme, passa a tarde, brinca com a netinha dela e depois dá o jantar para ela e ela vai para minha mãe prontinha." (Naiara)

Nádia tem uma diarista que faz a faxina do apartamento uma vez por semana. O marido a ajuda a manter o apartamento arrumado e a roupa limpa, mas sempre ela tem que pedir a ajuda dele. As tarefas não são divididas igualmente.

"...ele ajuda, mas no fim sempre acaba partindo da mulher algumas iniciativas assim. Ele ajuda quando eu fico assim, porra só eu que lavo essa louça, a máquina de lavar roupa não trabalha sozinha tal. Eu tenho que ficar lembrando o tempo todo. Não é um gesto espontâneo, ah eu vou lavar louça e vou botar a roupa na máquina. Ele tem um lance legal porque ele é uma pessoa super organizada e eu sou a desorganização em pessoa. Então eu vou ajuntando coisas e ele vai colocando as coisas no lugar, então ele tem esse lado positivo. Mas as tarefas mesmo, aquelas que a gente tem que fazer como lavar louça se não vai ajuntando na pia, essas acabam sobrando mesmo para mim." (Nádia)

As entrevistadas solteiras não demonstraram uma preocupação com as tarefas do lar. Todas elas contam com os serviços de diaristas na faxina e nos cuidados com a roupa, mas sempre como algo tranquilo e natural.

Na amostragem das tipologias percebemos um alto número de jornalistas separadas. SANT'ANNA (2002) mostra que o número de mulheres jornalistas descasadas é superior ao número de homens jornalistas descasados. Para ele, isto deve-se ao padrão de dupla jornada exigido das mulheres tendo que administrar as obrigações do lar com o

exercício da profissão. Segundo pesquisa realizada no início de 2002, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília, 68% das profissionais atuantes têm uma jornada de trabalho igual ou superior a 10 horas por dia, em um ou mais empregos. Outro dado apontado pela pesquisa é o de que 69% das jornalistas trabalham no período da tarde indo até à noite, ou iniciam sua jornada à noite. O Vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas Francisco Sant'Anna acredita que estes dados podem justificar o alto número de separações das profissionais. Esses números revelam outra dimensão do trabalho emocional que as mulheres desenvolvem, administrando os sentimentos para alcançar o ideal de si que desejam ser.

6.5. Mercado de trabalho: capital e interior

- **Tipo um: modelo feminino**

A escolha entre capital e interior deve-se ao perfil das entrevistadas e às suas afinidades. Fernanda optou por São Paulo. Segundo ela, porque o mercado de trabalho da capital é melhor e por ser uma cidade rica em produções culturais, pesquisas e política. Ela saiu do interior e foi para a capital no final da década de 80, quando a capital estava abrindo suas portas do jornalismo para a profissional feminina. Fernanda trabalhou quando chegou do interior em emissoras conceituadas: TV Cultura, SBT, além de cobrir campanha. Ela disse que não sentiu discriminação pelo fato de ser mulher. Depois se casou e ficou quase dez anos afastada do mercado de trabalho. Ela foi cursar Modas na faculdade Santa Marcelina e ingressou no mestrado da UNICAMP.

"Eu acho que profissionalmente é muito mais desafiador estar em São Paulo. No universo de coisas que você tem para contar, para fazer texto, quem trabalha em jornal, rádio, tv, para o jornalista é claro que a condição é muito melhor. Tanto que tem muita gente do interior. E as melhores pessoas que tem nas redações, isto é ponto pacífico, somos nós que viemos do interior. Isto é conversa que rola mesmo... eu acho que é uma vida corrida, mas infelizmente eu percebo que na verdade eu vou a Campinas, quando eu vou a Ribeirão que essa coisa do ritmo contaminou. Qualquer lugar é uma vida enlouquecida...Então assim, se é para estar enlouquecida eu fico enlouquecida como manda o figurino, agora é claro tem algumas estratégias que você vai percebendo. São Paulo você tem que ajeitar as coisas perto da sua casa. Porque cada bairro de São Paulo é uma cidade. Então eu moro não em São Paulo, eu moro em Perdizes, Pacaembu, Higienópolis e Barra Funda..." (Fernanda)

Fúlvia concorda com Fernanda quanto ao mercado de trabalho da capital, oportunidades de crescimento profissional e mesmo investimentos na formação desse profissional. Fúlvia também encontrou facilidades no mercado de trabalho da capital, ela foi para São Paulo juntamente com seu então chefe em Ribeirão Preto. Foi convidada para trabalhar em uma grande revista na capital. Como já mostramos acima, ela deixou a capital para se casar. Foi uma opção dela.

Fátima também vê São Paulo como uma cidade com mais opções culturais que o interior e não considera a capital como um empecilho para construir uma vida familiar.

".. eu trabalho das nove às cinco, seis da tarde, não tenho sábado nem domingo. Só paro para almoçar.... Eu acho que pode conciliar sim. Depende da pessoa. Se você é casada, divide um pouco, todo mundo divide as tarefas em casa.. Acho que é muito fácil conciliar. Eu acho que eu tenho um certo grau de exigência que até eu não sabia que eu tinha. Mas é porque eu não tenho outro emprego e se você ganha bolsa, eu ganhei bolsa todo o tempo e eles pedem para você ter dedicação exclusiva. Acabou a minha bolsa há um mês, mas eu recebi os quatro anos de bolsa...eles pagaram tudo para eu ir para Lisboa e para o Rio de Janeiro." (Fátima)

Fabiana optou pelo interior, em busca de uma vida mais tranqüila, com menos despesas e no futuro, diz que pretende casar-se. Só mudaria se estivesse já casada e se a oferta valesse a pena.

"Por enquanto eu pretendo ficar em Ribeirão. O problema é que para sair daqui eu vou ter que considerar que eu vou precisar me manter e montar uma casa, para poder morar na cidade em que eu for trabalhar e isto vai custar dinheiro. Então eu acho que o empecilho de sair de Ribeirão não é que eu tenha medo, tanto que com 17 anos eu sai sozinha para fazer faculdade. Mas eu acho que é uma questão financeira mesmo... Eu acho que sozinha é mais difícil. Se eu fosse mais velha, tivesse casada e tivesse com filho e tudo bem. Mas eu sair daqui sozinha..." (Fabiana)

Flávia não cogitou deixar a cidade e buscou uma profissão com uma jornada de trabalho mais maleável para educar os filhos, trocando o jornalismo para ser professora.

"...eu nunca trabalhei à tarde enquanto eu tive filho pequeno. Então eu só trabalhei de manhã, eu dava aula só de manhã. Então foi muito tranqüilo. Eu tenho três filhos, uma menina e dois meninos e a diferença entre eles é de três anos." (Flávia)

Fabíola só deixou a capital porque sua mãe adoeceu e por ela ser a única filha mulher, ela teve que vir cuidar da mãe. Fabíola tem quatro irmãos, todos homens, e nesse momento pesou o modelo tradicional feminino de atribuir a responsabilidade do cuidado da mãe doente à filha mulher. Ela mudou-se do interior para a capital quando os filhos estavam em idade escolar, casou-se pela segunda vez, cursou jornalismo e foi transferida para o cargo de assessora de imprensa na empresa em que ela já trabalhava como enfermeira. Depois, ela separou-se do segundo casamento.

Na análise do tipo 1, concluímos que na opção pelo mercado de trabalho, capital e interior, por as entrevistadas pertencerem a gerações mais velhas, em sua maioria, no momento de suas escolhas elas priorizaram a vida pessoal, a família e o cuidar dos filhos, predominando o código tradicional. Essas foram as regras de sentimento e de enquadramento que utilizaram para atribuir significado e definir a situação. Predomina o código tradicional, mas já combinado com o ingresso no trabalho profissional, típico do moderno. No campo profissional optaram por atividades ligadas à cultura feminina. Mesmo a jornalista que mudou-se para a capital, ela afastou-se da profissão durante dez anos para administrar a estrutura da casa e a educação das filhas, para que o marido pudesse crescer e qualificar-se profissionalmente, participando de cursos em outras cidades e países. Fernanda foi fazer faculdade de modas. Mas mesmo depois de separar-se, com as duas filhas, ela preferiu continuar morando na capital por considerar o mercado de trabalho melhor e voltou a exercer a profissão de jornalista. Ela enveredou para matérias de comportamento e cultura. Fabíola ao retornar para o interior para cuidar da mãe, foi trabalhar em uma revista sobre variedades com horário mais flexível. Também escreveu um livro sobre o período da ditadura, focando a vida de uma freira que foi torturada. Os filhos já estão casados e moram com suas respectivas famílias.

As maiores mudanças que as entrevistadas do tipo 1 realizaram foram no espaço privado. Duas delas, após a separação tornaram-se arrimo de família, Fabíola, embora tenha se separado há mais tempo e os filhos são hoje independentes, também é a mantenedora do lar, atualmente é a responsável pela sua mãe, e Fernanda buscou o trabalho para se tornar independente financeiramente e ter novas realizações. Todas voltaram-se para o trabalho e reconstruíram suas vidas de diferentes formas.

- **Tipo dois: modelo masculino**

Das seis entrevistadas do tipo 2, três moram em Ribeirão Preto e três moram na capital. As que trabalham em São Paulo consideram o mercado profissional melhor e, embora a média da jornada de trabalho seja de dez horas, elas não vêem isso como algo ruim ou como um empecilho para a vida pessoal. Ao contrário, os discursos mostram que elas administram o tempo. Marina confirma que a vida em São Paulo é mais corrida, mas para ela é o melhor mercado de trabalho.

"É mais corrida também. A experiência de Curitiba foi muito boa. Eu chefiava uma redação e a cidade era melhor. Ter meu filho lá foi muito bom. Mas o mercado é aqui. Fazer carreira em São Paulo é melhor...Aqui em São Paulo eu saio muito pouco. Mas eu sou daqui então para mim é mais fácil. Já estou acostumada." (Marina)

Mirela, solteira, consegue dividir o tempo entre redação, cursos de língua e natação. De todas é a que demonstra ter uma melhor distribuição do seu tempo diário.

"Eu moro relativamente perto do local de trabalho. Eu faço as coisas antes de vir para cá. Eu faço natação cedinho tipo 8 da manhã. Eu durmo muito pouco. Eu acho que se tivesse uma reclamação pessoal ligada à profissão é a de que eu durmo pouco...Eu não gostaria de sair de São Paulo. Só se fosse para morar fora de novo, para morar em outro país. Eu me dou bem aqui. Eu acho que a Folha tem um problema sério que é a localização. Para um local de trabalho onde as pessoas, a maior parte delas saem depois das dez da noite, eu acho que tem problemas de segurança assim sérios, muita gente já foi assaltada aqui, já teve gente que foi morta aqui no estacionamento, um rapaz... e tem dia que eu saio tarde, mas não é regra. É muito difícil estabelecer horário. Eu nunca consegui. Eu só sei que eu entro às 11 horas da manhã. A hora que eu saio eu nunca sei direito. Dependendo do dia eu trabalho mais de dez horas. Na quarta e na quinta-feira, por exemplo, são os dias que nós planejamos nossas edições que são maiores, a edição de sexta-feira e a de sábado eu saio bem tarde. Eu saio dez e meia. Eu já estou acostumada com isto. É péssimo você se acostumar com um negócio deste né, mas eu já estou acostumada." (Mirela)

Diferente das respostas citadas acima, para Mariana a jornada prolongada atrapalha sua vida pessoal. Isso exige dela a administração das emoções para ajustar-se consigo mesma, a um modelo que já assumiu para si. Mas ela acredita que isto é característica da empresa atual onde trabalha e não do mercado de São Paulo, mesmo porque ela redigiu a tese de mestrado trabalhando como jornalista na capital em dois veículos diferentes em períodos distintos.

"Eu sou solteira e tenho 34 anos. Quando eu entrei aqui eu estava namorando. E essa coisa de virar em dia de fechamento. Às vezes a gente vira a madrugada. A Abril é cultural no mercado pelo fato de virar a madrugada. Eu já sai daqui, de entrar às oito da manhã e sair às quatro e meia do dia seguinte. Então, você trabalha demais. É o estilo da casa...A Abril tem essa cultura da madrugada. O prédio do estacionamento, você vai sair às 4h30 da manhã, parece shopping center, está lotado. Então vida pessoal, depois que eu entrei na Abril, a minha vida pessoal foi para o espaço...". (Mariana)

As entrevistadas que estão em Ribeirão Preto apresentam motivos diversos. Márcia foi porque foi selecionada para trabalhar na área em que se especializou durante a faculdade, de jornalismo *on-line*, mas ela disse que pretende mudar-se para uma empresa específica desse setor. Maria também mudou-se do sul do país para o interior porque conseguiu um emprego melhor em Ribeirão Preto. Meire por ter feito carreira dentro da universidade, ingressando quando ainda estava na faculdade. Diferente do tipo 1, elas não optaram pelo interior visando uma vida mais tranqüila, a estadia em Ribeirão Preto acabou sendo ocasional e não proposital.

- **Tipo três: novo campo do jornalismo**

Todas as entrevistadas do tipo 3 concordam que o melhor mercado de trabalho é a capital na área de jornalismo, por isso quatro das cinco que formam a amostragem estão atuando em São Paulo, mas todas concordam que a vida na capital é estressante. Essa definição da situação exige muito trabalho emocional para dar conta de preencher o modelo ideal de si. O estresse evidencia a tripla jornada de trabalho, como a administração das emoções para alcançar o patamar esperado. Naiara, depois que se formou, morou muito tempo na capital, ela estabilizou-se no interior após optar pelas filhas e diz que hoje não troca o interior pela capital. Já recebeu propostas de trabalho, mas considera-se realizada profissionalmente. Ela comprou uma casa, um carro e é arrimo de família. Nádia pretende continuar na capital mas preocupa-se com uma qualidade melhor de vida, pensa em mudar-se para um condomínio na Grande São Paulo. Nanda diz que tenta concentrar todas as suas atividades próximas do local onde mora para tornar a vida menos estressante. Neusa sonha no futuro mudar-se para o interior. Norma acha que atualmente o bom mercado de trabalho não se restringe mais à capital devido a globalização e o recurso da *internet*. Naiara também acha que hoje o mercado de trabalho está igual independente de ser capital ou não.

"Eu acho o mercado lá melhor. Engraçado assim, as pessoas que eu conheço em Ribeirão e que já viveram em São Paulo, todo mundo fica impressionado como foi a minha adaptação rápida. Eu mudei e mudei de vida assim rapidamente, sem nostalgia do que ficou, da cidade. Hoje, depois de seis anos eu consigo sentir mais isso. Eu venho para cá, tenho vontade de ficar mais, da tranquilidade que ainda tem em Ribeirão em relação à São Paulo, mas não foi nada traumático, eu me adaptei super rápido, acho que o mercado de trabalho é em São Paulo mesmo, prá quem faz esta opção. É claro que em qualidade de vida você perde muito em relação ao interior, mas ainda...e eu não sei até quanto tempo. Hoje o meu objetivo de vida é ficar perto de São Paulo. É construir uma casa, num

condomínio e ter um esquema que me permita estar em São Paulo três vezes por semana e ficar mais em casa. Eu estou mudando e por isso que eu não consigo ver mais o jornalismo diário, aquela coisa de todo dia estar fazendo matéria como uma coisa legal prá mim, eu já estou em outro momento de vida assim... Então eu estou pensando em inclusive a dar aula e mudar um pouco o foco, continuar escrevendo, porque eu não vivo sem escrever, mas mudar um pouco o foco." (Nádia)

"Eu tenho trabalhado muito porque olha é uma coisa esquisita. Eu achei que eu fosse chegar aos 40 anos, assim eu comprei a minha casa.... Eu tenho a minha casa e o meu carro, minha família. Hoje eu não troco esta situação por namorado nenhum, nem por uma proposta. Eu tive uma proposta maravilhosa, porque eu fiz campanha para o PSDB em São Paulo, para o Mário Covas como repórter, eu trabalho com produtoras grandes em São Paulo GW e tudo mais. Então eu tive uma proposta para trabalhar com o pessoal do Duda Mendonça. Uma proposta super legal para ganhar 10 mil em São Paulo, mas era uma proposta que eu ia ter que batalhar muito...Eu não quero ir embora. O mercado lá hoje está igual aqui, tão ruim ou igual quanto. Não tá legal, minhas amigas que estão lá reclamam do salário, reclamam das condições, da dificuldade da distância. Eu tenho uma amiga que está lá na globo com filhos, meu deus eles ficam em creche desde quando nasceram. Sabe. Tenho duas amigas assim." (Naiara)

"...todas as minhas atividades são próximas da minha casa. Não tenho dificuldades. Só busco menos estresse." (Nanda)

"O que tem em São Paulo é falta de tempo para almoçar com amigos, visitar amigos, ir num teatro. Embora aqui você tem mais opções, por outro lado, você não tem tempo. Eu tenho o sonho de um dia ir morar no interior..." (Neusa)

"Eu acho que hoje não precisa vir para São Paulo para estar melhor no mercado. Antes sim, hoje não mais. As pessoas tem que parar com isso. Hoje aqui é só poder. Com a internet, com a globalização, não tem mais que estar aqui, dá para trabalhar em qualquer outro lugar. E o legal é que você pode contribuir, pode fazer algo para a sua localidade. Não importa o que. Eu penso em ir embora de São Paulo, ir para um lugar mais tranquilo."(Norma)

O tipo três, exceto a entrevistada que tem filhos e mora em Ribeirão Preto, as quatro entrevistadas que moram na capital disseram que pretendem mudar-se, mas revelam isso como um sonho e não algo próximo. Elas ainda estão envolvidas com o

mercado de trabalho de São Paulo. Todas mostraram entretidas com projetos profissionais que ainda as mantêm ligadas às atividades que estão desenvolvendo e almejando desenvolver. Nádia quer lecionar e escrever reportagens especiais. Nanda e Neusa estão criando agora a Organização Não Governamental PAGU de jornalistas mulheres e Norma está planejando um novo projeto na área de meio ambiente. O tipo 3 ingressou em novos campos da profissão. As entrevistadas abriram mão de constituir família e filhos. É bom ressaltar que nos discursos elas deixaram claro que isso foi uma opção. As realizações profissionais em campos que elas tinham afinidades pesaram mais que a opção de constituir um lar com marido e filhos. Naiara decidiu por essa escolha, já mais velha, acabou abdicando propostas de empregos e trabalhando em dois empregos para manter as obrigações da casa. Nádia está casada novamente e o marido atual cobra uma maior participação sua, frente a essa nova situação ela está pensando em estruturar uma vida mais tranqüila, usufruindo a sua especialização.

Elas inovaram no ambiente público, arriscaram em áreas novas na profissão e, para isso também, transformaram o ambiente privado, das cinco entrevistadas apenas uma tem filhos e, assim mesmo, o primeiro adotou quando tinha 30 anos. Naiara já possuía uma vivência profissional, contava com sua própria empresa de assessoria. Outra característica que predomina no tipo 3, é que das cinco entrevistadas apenas uma é casada. A vida pessoal delas foge do modelo tradicional feminino de casar e cuidar dos filhos, mas mesmo assim precisam lidar com uma jornada extra em termos de trabalho emocional estressante que se distancia do estilo de vida sonhado.

6.6. Relações com a chefia e pares profissionais: interior versus capital

- **Tipo um: modelo feminino**

Na análise das relações de trabalho com os pares profissionais e chefia, bem como no que se refere ao piso salarial, as entrevistadas do tipo 1 informaram que não sentiram discriminação pelo fato de serem mulheres. Mesmo as entrevistadas mais velhas que ingressaram na carreira de jornalismo em Ribeirão Preto, durante a década de 70, quando a redação era praticamente masculina, negaram algum tipo de preconceito. Nesse período, a cidade tinha dois jornais com a mesma estrutura de grandes jornais da capital: secretário de redação, chefe de reportagem, editor, chefe de arte, diagramador; o piso salarial era respeitado, pois profissionais conceituados da capital vieram para o interior, na época da ditadura, com a proposta de estruturarem bons jornais. Nos discursos das entrevistadas, no entanto, percebemos que as boas reportagens eram atribuídas aos repórteres mais experientes, que nessa fase eram os homens. E as mulheres trabalhavam com matérias culturais, comportamentos, cotidiano, temas menos polêmicos.

"Eu trabalhava só à tarde. De manhã era aquela coisa para diretoria que ficava fazendo pauta, aqueles repórteres mais importantes, mas eu lembro que eu entrava às duas horas da tarde. Eu acompanhava assim prefeitura, fazia esta região.. eu não fazia as matérias de peso em termos políticos... Eu fazia matérias mais simples. Eu fazia muita matéria de mulher, entrevistando mulher, eu lembro que na época mulher cobradora de ônibus, entrevistava, era uma grande novidade mulher entrando nesta área." (Flávia)

Fúlvia também ingressou no jornalismo neste período. Seus depoimentos são semelhantes: produzia matérias sobre cultura e entretenimento. Quando trabalhava

na televisão e ocupava o cargo abaixo do gerente de jornalismo, perdeu a promoção para um jornalista homem. Mas ela atribui isto à personalidade e não ao fato de ser mulher.

"Primeiro eles me olhavam assim: é a irmã do fulano. Porque meu irmão estava em São Paulo e fazia um certo sucesso lá na Globo e tal. Aí quando eu comecei a escrever e a fazer sucesso também, porque a gente fazia sucesso em jornal impresso, era engraçado, as matérias repercutiam. As pessoas te reconheciam na rua. Ah você é a fulana do Diário... eu sentia muito mais retorno do que trabalhando hoje na emissora de TV. Retorno pessoal na época, entende. Então aí eu me impus porque eu conquistei um espaço. Aí eu passei a editora. Repórter e editora. Eu editava todas as sessões de artes e espetáculos... Talvez num determinado momento da minha carreira tenha tido machismo, quando eu era chefe de redação da tv e um homem era chefe de reportagem. Foram escolher o gerente. Escolheram ele. Mas eu acho que escolheram certo porque ele era muito mais atirado. Se eu fosse outro tipo de mulher, talvez. Mas não tive assim, problema específico. Acho uma bobagem." (Fúlvia)

O código tradicional que ressalta a cultura da submissão feminina é incorporado nas visões de Flávia e Fúlvia. O enquadramento que fazem da situação que vivem no trabalho é de oportunidades semelhantes entre os gêneros. Em outro depoimento, constatamos que o preconceito pode ser, também, da profissional, que tem receio de trabalhar em jornais que divulgam matérias mais afins com o público masculino, ou quando exigem turnos de trabalho mais extensos e exaustivos.

"Eu não sei. Eu acho que na verdade há um receio das próprias mulheres em procurar a Gazeta por achar sei lá esse jornalismo... eu quando fui para lá eu pensei nossa eu não sei nem quando é a safra da cana, vou precisar aprender, de a a z. E a primeira matéria que eu sai foi para a cana de açúcar e foi engraçado porque o editor começou a falar e ele falava assim: depois eu te explico tudo. Primeiro só vai ouvindo o que eu quero que você faça. Tá? Aí ele acabou de me explicar e eu brinquei: a safra da cana começa e termina quando? Porque eu não tinha a menor noção. Então às vezes eu acho que é um preconceito das próprias mulheres... Já na Folha a rotatividade é muito grande. Uma das que eu trabalhei foi

transferida para o Vale do Paraíba e a outra foi mandada embora. Eu acho que às vezes afugenta. O esquema de trabalho da Folha afugenta mulher, ficar trabalhando até tarde e aí não pode sair à noite. Mas eu acho que teve coincidência do período em que eu estava lá. Já teve muita mulher que trabalhou aqui em Ribeirão e já trabalhou lá na Folha. Mas é engraçado porque de quando eu saí não tem mulher lá. Tem uma mulher que faz o caderno Acontece, que vai uma ou duas vezes por semana lá e só. Fixo, diariamente não tem ninguém. Eu acho que da Gazeta tem este receio da própria mulher de lidar com fazendeiro, agricultor, mas é mito, não tem mais esta cara." (Fabiana)

Fernanda também afirma que nunca foi discriminada, mas depois diz que quando trabalhava em Ribeirão Preto, o estilo do chefe de reportagem era agressivo com as profissionais mulheres. Levava em tom de brincadeira mas era ofensivo, segundo ela.

"Ele era assim só com as mulheres. E na verdade era um gênero, um tipo, mas que muitas vezes inadequado, enchia bem o saco. Claro que era uma brincadeira, mas naquele momento para aquele grupo ali, isto quando eu estava lá, porque teve gente antes de mim e passou uma mulherada depois, sei lá, como é que era isso, como é que funcionou. Mas essa chefia, foi a primeira mesmo chefia que eu tive horrível. Isso não é jeito de ser chefe... só que olhando hoje assim, bobagem, para um cara que sabia tanto, puta jornalista bacana, só penso assim, perdi uma chance por um jeito dele que me afastou, que eu achava muito escroto, puta cada brincadeira de mal gosto que ele fazia. Super machista. Eu não posso dizer que eu tenha sofrido em algum momento, nem do ponto de vista da chefia e do ponto de vista do entrevistado é engraçado." (Fernanda)

Fátima, que deixou o jornalismo como atividade principal para seguir a vida acadêmica e escreve artigos esporádicos para os jornais Folha de S.Paulo e O Estadão, diz que nunca se sentiu discriminada por nenhum deles. Ao contrário, ela identifica o jornalismo como uma profissão feminina. Fátima trabalhou, durante o período da faculdade, em um caderno dirigido para o público jovem de uma grande empresa de

comunicação impressa no país e escreve artigos para os cadernos de cultura, uma área relacionada à tradição feminina.

"...eu via pessoas muito boas trabalhando. No Folhateen eu me lembro que a editora era mulher, a editora assistente era mulher, a repórter era mulher, tinha um que era repórter e às vezes ia para um lugar às vezes para outro. Era ele quem ficava dançando ali. Mas eu acho que as mulheres tomaram um espaço significativo mesmo. São muito criativas, principalmente isto e no jornalismo é uma profissão que requer sensibilidade, sei lá e criatividade e as mulheres se dão muito bem nisso eu acho. Os homens são mais fechados e querem fazer aquela coisa certinha, claro a gente não pode rotular, mas eu acho que é uma profissão que elas se dão muito bem." (Marcela)

Fabiola afirma, em um primeiro momento, que nunca sentiu-se discriminada pelos pares profissionais devido ao fato de ser mulher. No entanto, ela assume que a mulher, de maneira geral, encontra mais dificuldades para trabalhar e mostrar sua competência na nossa sociedade. Só que isto não é suficiente para prejudicá-la profissionalmente. Depende mais da vontade da mulher de querer crescer na carreira. Em um segundo momento, Fabiola afirma que já ouviu seu antigo chefe reclamar da falta de profissional masculino na redação, mas ela atribui a discriminação àquela pessoa e não à empresa.

"Eu nunca senti discriminação. E eu também acho que esta coisa não depende muito só da gente. A gente tem consciência que existe uma certa discriminação, que a gente tem uma dificuldade maior do que os homens de conseguir aquilo que a gente precisa conseguir, então eu acho que a gente não deve ficar pensando muito nisso. Eu acho que a gente tem que fazer e pronto. Tem que conseguir, tem que tentar mudar isso. Eu acho que isto depende muito da postura da mulher frente ao trabalho a não...você não pode escolher determinadas coisas, eu acho que diante de uma situação, por exemplo num jornal você não vai escolher determinado tipo de matéria só porque você é mulher e ficar com medo de fazer outro tipo de matéria, eu acho que isto é muito relativo...Eu sempre fui à luta.

Eu sempre consegui as coisas que eu queria. Não é que eu consegui grandes coisas, eu consegui trabalhar que é o mínimo que a gente precisa. Eu nunca fiquei desempregada. Nunca fiquei mesmo... Não, na revista nunca senti. Quando eu trabalhava na televisão, eu já ouvi o gerente de jornalismo falar literalmente que faltava homem para fazer o jornal. Mas eu acho que é dele, que ele é machista... Pode ser da empresa." (Fabiola)

Das seis entrevistadas do tipo 1, duas (Fernanda e Fúlvia) afirmaram que preferem trabalhar com profissionais homens. Elas sentem-se mais seguras fisicamente e menos ameaçadas psicologicamente. Elas acreditam que o homem é mais leal e confiável que a própria mulher. Percebe-se a presença de duas situações conflitantes: a concorrência entre iguais e a "proteção" aos mais frágeis. A primeira está associada à lógica do capital e a segunda à lógica do patriarcado.

"Trabalhar com homem é muito melhor. Eu prefiro na rua sair com uma equipe, é muito bom sair com os meninos. Tem uma diferença por conta salarial você tem uma equipe técnica que tem um buraco que atrapalha muito, eu acho que as empresas tem que pensar melhor, eu acho que o jornal que eu trabalho tá revendo, que é você tentar ter profissionais mais qualificados. Porque o cinegrafista é um olhar e se ele tem um olhar quadrado, um olhar pequeno ele não vai conseguir passar. Mas tem lugares que eles me protegem, que eles tem uma noção masculina. A gente vai em lugares barra pesada e eles me dão um toque: esse aí não entrevista não. Agora as mulheres são muito invejosas. Repararam muito." (Fernanda)

"Eu nunca tive problemas em trabalhar nem com mulher nem com homem, sempre foi a mesma coisa. Eu particularmente prefiro trabalhar com homem. Eu tenho mais facilidade, pelo menos tinha na época. Hoje em dia já não muda. É igual. Mulher é muito feminina às vezes. Eu sou chorona também. Não sei e acho os homens mais leais um pouco que as mulheres." (Fúlvia)

Na análise dos discursos das entrevistadas do tipo 1 sobre o mercado de trabalho, piso salarial, relação com os pares profissionais e chefia, verificamos que já vivenciaram discriminação por serem mulheres, sempre quando trabalhavam em Ribeirão

Preto, embora elas tenham negado no primeiro momento. Fernanda revela em seu discurso que sentiu discriminação quando trabalhava em uma redação em Ribeirão Preto, ela não menciona qualquer tipo de discriminação em relação à chefia e pares profissionais das redações em São Paulo. As matérias que eram atribuídas às entrevistadas mais velhas quando trabalhavam em Ribeirão Preto eram, geralmente, comportamento, cultura ou cotidiano, temas ligados ao estereótipo feminino. Algumas jornalistas ao definirem a situação como de igualdade de oportunidades, colaboram com a reprodução da dominação masculina. Um dos depoimentos atribui à mulher a falta de iniciativa de ousar no mercado de trabalho e enfrentar as jornadas exaustivas do meio de comunicação impresso. Novamente, verificamos a reprodução da representação dominante na fala da entrevistada. As profissionais que ingressaram há mais tempo na carreira, por encontrarem nas redações predomínio dos homens, sentiam-se tratadas diferente, com mais "carinho", como mostramos nos trechos acima. Embora o tom tenha sido fraternal, revela uma diferenciação no tratamento pelo fato de serem mulheres. Fernanda sentiu mais agressividade, talvez por ter ingressado depois, durante a década de 80, quando as redações possuíam mais profissionais mulheres e maior competitividade entre os pares profissionais.

Em junho de 2001, a Federação Internacional dos Jornalistas - FIJ e a UNESCO realizaram, na Coreia do Sul, a I Conferência Mundial de Mulheres Jornalistas. Os anais deste evento demonstraram que a jornalista mulher sofre discriminações quanto ao conteúdo das reportagens. Temas mais complexos ou que causam mais impacto na opinião pública são atribuídos aos jornalistas do sexo masculino. Outro aspecto registrado foi a estética, principalmente quando o referencial é a televisão. Mulheres negras, gordas

ou tidas como feias encontram mais dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho como repórteres em emissoras de televisão. (SANT'ANNA, 2002)

O tipo um 1 disse que não sentiu diferença no piso salarial entre profissionais homens e mulheres. É estabelecido um padrão de acordo com a função que exerce independente do veículo: impresso, rádio, televisão, revista. A categoria editor, por exemplo, subdividida em: editor um, editor dois e editor três. Os mais novatos entram como um e no decorrer do tempo podem receber promoções. Flávia disse que, na empresa onde trabalha, mulheres ocupam cargos de chefia, ilustrando que não há preconceito. O interessante é que o número de mulheres ocupando cargos de chefia é bem menor que o de homens, nessa mesma empresa. Ela trabalha como coordenadora em uma escola particular de ensino fundamental, básico e médio. Na emissora de televisão em Ribeirão Preto, afiliada à Rede Globo, durante a pesquisa duas mulheres ocupavam cargos de chefia, posteriormente, ficou apenas uma; a outra foi substituída por um homem. Em contrapartida, quatro jornalistas homens ocupam cargos de chefia dentro da redação. O Consultor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Nélon Sato (SANT'ANNA, 2002) afirmou em uma palestra ministrada na I Conferência Latino-americana de Mulheres Jornalistas realizada em Brasília, em maio de 2001, que os homens ocupam o maior número de cargos de chefia, como diretores de redação e secretários de redação. Mas a diferença de remuneração entre homens e mulheres é só de 5%. Comparada com outras profissões como advogados e médicos, a carreira de jornalista é menos desigual na relação entre os gêneros.

- **Tipo dois: modelo masculino**

As respostas das entrevistadas sobre as relações com os pares profissionais e chefias mudam de acordo com a área de atuação de cada uma. Márcia, que trabalha como editora do site de uma empresa de televisão, acredita que as diferenças de relacionamento entre os pares profissionais não têm como referencial a questão do gênero e sim de afinidades. Maria, que trabalha como repórter de televisão na mesma emissora e cobre todas as áreas, disse que tem mais afinidade com a profissional mulher, por serem do mesmo gênero. A diferença é que, enquanto o trabalho da primeira não envolve uma equipe, ela reedita o material veiculado na tv e coloca no site, o desempenho do trabalho da segunda está relacionado com o trabalho de equipe. Ela trabalha com a pauta feita por um outro colega da redação, depende de um cinegrafista para fazer a reportagem e depois seu trabalho é editado por dois editores, o de texto e o de imagem.

"Eu acho normal, nunca senti nenhum tipo de preconceito dos colegas homens. Eu acho que as relações estão mais relacionadas com o tipo de pessoas e não de gênero. Porque tem algumas companheiras de trabalho que eu me relaciono bem e tal. Eu acho que depende mais da pessoa. Da formação da pessoa." (Márcia)

"Ah tem diferença. Eu acho que a mulher respeita mais a opinião da mulher. Você falar com um homem é a mesma coisa que falar com uma porta. A mulher presta atenção na opinião da outra mulher. (Maria)

Mariana, editora de uma revista econômica, não depende de um trabalho de equipe. Ela produz e redige a sua própria matéria. Ela trabalha em uma das melhores editoras do país, onde a competitividade entre os colegas de trabalho é maior. A entrevistada confirma a existência de dificuldades entre os pares profissionais e atribui

isso tanto ao homem quanto à mulher. Para ela, o que muda são as motivações que levam a essas relações delicadas. Segundo seu enquadramento o colega homem é movido pela competitividade e pela busca de provar que é o melhor profissional. Já a mulher estabelece o conflito no campo emocional e não na concorrência profissional.

"Olha eu não sinto isso aqui na Abril. Mas tem pessoas que são mais bem resolvidas em relação a isso. E da chefia eu não percebo. Mas assim, quando você tem uma idéia boa você vê o olho do outro brilhando e dizendo aí, eu queria ter tido essa idéia. Eu sinto uma inveja, sabe, isto eu sinto. E se a inveja vem do homem, um pouco é pelo fato de ser mulher. Mas é muito sutil. Por exemplo, um dia eu fui promovida e eu senti que o diretor ficou mal, porque ele falou puxa eu levei dez anos para conseguir esse cargo e você conseguiu em dois anos. Do tipo eu pai de família, homem, sabe super, consegui isso só após dez anos camelando e você menina, mulher.. Eu sou tida como uma profissional muito séria. O pessoal comenta que eu sou muito séria, meio brava, às vezes eu faço uma cara de brava, mas tem gente que gosta, eu tenho que fazer, é o perfil... quando eu fui promovida eu passei para o lugar de um homem pai de família, quinze funcionárias da redação pararam de conversar comigo. Os homens não. Eles vêem a coisa mais profissionalmente. A mulher toma partido. Uma chegou a me dizer que me odiava porque eu continuava bonita." (Mariana)

Marina trabalha na mesma revista da entrevistada anterior. Ela mostrou-se menos envolvida na redação e nas relações com os pares profissionais. Disse que nunca viveu momentos constrangedores com os pares profissionais pelo fato de ser mulher, mas afirmou também que prefere trabalhar com homem.

"...Eu prefiro estar no meio de homens...Porque eu sou mulher. Tudo eu prefiro fazer com homem. Prefiro tomar sorvete com um homem, ir ao cinema com um homem. Prefiro a companhia de um homem. Porque eu sou mulher. Mas me dou bem com as mulheres também. Não tenho problemas." (Marina)

Meire trabalha com assessoria de imprensa em Ribeirão Preto e contou que já sentiu discriminação dos pares profissionais de outras redações. Nesse caso, o preconceito não deve-se ao fato de ser mulher e sim assessora de imprensa, que na década de 80 e mesmo na de 90 alguns profissionais da área desqualificavam o colega que exercia tal função.

"...às vezes você encontra uns resquícios de machismo...numa entrevista que tem só homem e o pessoal fica meio constrangido de estar com você ali conversando, às vezes tem aqueles assuntos né mais machistas e tal. Então eles sentem um pouquinho, eu sinto o pessoal incomodado, mas nunca atrapalhou o serviço... Já senti discriminação em alguns lugares, mas no geral não. Foi um caso muito isolado, mas eu já passei por este problema sim. Ah mulher não tem memória. Foi logo no começo e me assustou um pouco. Mas o que eu mais gosto de fazer é este contato com a imprensa externa e com o público em geral." (Meire)

Mirela, editora assistente no caderno Ilustrada do jornal Folha de S.Paulo, disse que nunca sentiu discriminação dos pares profissionais mas que há uma competitividade no ambiente de trabalho. Na sua opinião, há uma diferença entre a atuação da mulher dentro da carreira de jornalismo e a do homem, cada um tem uma aptidão característica do gênero.

"Eu acho que há muita competitividade nesse meio. Acho que é um meio muito competitivo, acho que tem muitas pessoas que usam de estratégias não muito éticas assim para se dar bem na profissão. Mas eu não saberia te dizer, se eu acho que homem e mulher, eu nunca senti isso nem entre os pares de outros veículos. Em relação a homem e mulher eu nunca senti isto...no fechamento, na qualidade final eu prefiro ter uma mulher para cuidar de acabamento assim, eu acho que ela é mais cuidadosa. Enquanto o homem eu acho que às vezes, isto é assim uma generalização grotesca, mas eu acho que o homem tem mais a capacidade de ousar, de dar uma sugestão mais maluca. Mas no texto eu não vejo diferença. Eu tenho bons repórteres e tenho maus repórteres, mas não necessariamente porque são homens ou mulheres." (Mirela)

As entrevistadas do tipo dois que trabalham em veículos de comunicação que dependem do trabalho de equipe, como emissoras de televisão ou de rádio³⁰, ou estão empregadas em grandes empresas de comunicação em São Paulo, nas quais há uma maior competitividade, informaram que existe problemas com os pares profissionais sejam eles homens ou mulheres. Apenas Marina afirmou não ter encontrado problemas nessa esfera durante seus anos de profissão.

Quando indagadas sobre as relações com os chefes, todas as entrevistadas que atuam em redações no interior disseram que já se sentiram discriminadas.

"Eu acho que existe bastante diferença. Meu chefes diretos ficam lá em Campinas, de lá eu não sinto tanta diferença, mas aqui em Ribeirão eu sinto que o profissional homem é mais levado a sério, mesmo profissionalmente. Se vem uma idéia de um homem, principalmente a chefia, já olha com outros olhos. Se vem uma idéia de uma mulher eles já pensam, já falam aí, será que... Minhas idéias são pouco valorizadas...eu acho que a chefia confia mais nele (colega de trabalho), por ele ser uma pessoa da cidade, já do meio, não alguém que veio de fora como no meu caso." (Márcia)

"Olha vamos mandar o fulano porque com certeza ele não vai perder a matéria. A fulana eu não sei se vai ter ou não. Lá no Sul também é assim. A minha grande dúvida é porque lá no Sul a minha chefe direta era uma mulher. Para o chefão, a mulher tinha que ser bonitinha. Mas lá ele dava até mais valor que aqui. Eu acho engraçado isso porque o Rio Grande do Sul, apesar de ser um estado extremamente machista, eu enfrentei menos machismo que aqui. Porque lá se tu prova que sabe fazer ninguém vai questionar se tu tem um dia, dois de casa e se você é homem ou mulher. Sabe fazer. Aqui eles querem ver primeiro quanto tempo de casa tu tem, se você é homem ou se você é mulher. Eles acham, por exemplo que mulher não tem perfil para fazer qualquer tipo de matéria." (Maria)

³⁰ Em emissoras de televisão, por exemplo, a notícia nasce, em geral, no setor de rádio escuta, em seguida passa pela apuração e marcação da pauta pelo pauteiro. Depois o repórter e o cinegrafista vão a campo produzir a reportagem e ao retornarem à emissora, os editores de texto e de imagem vão editar o material que ainda passa pela avaliação do chefe

Meire, a assessora de imprensa de uma universidade, informou que não vivenciou esse tipo de problema, ela também não tem um chefe de jornalismo que fiscaliza o seu trabalho. Ela responde para o diretor do campus da universidade em Ribeirão Preto. Esse cargo é ocupado por professores que alternam os mandatos.

"Eu acho que uma das funções mais valorizadas na Universidade é esta a de jornalista...tem um respeito, assim profundo pelo trabalho que a gente faz. Tem crítica, tem, mas o pessoal respeita o trabalho que a gente faz. Isto é muito interessante... talvez porque tenha muitas docentes também mulheres, eu já ouvi pesquisadores de renome falarem que gostam muito mais de dar entrevista para mulher porque elas são mais perspicazes, elas tem mais sensibilidade na hora de escrever. Eu já ouvi isso. Agora eu não vejo diferença num texto de uma mulher ou de um homem, mas já ouvi isso de gente de peso do meio científico." (Meire)

Das três entrevistadas que trabalham em São Paulo, apenas Mariana informou que já sentiu-se discriminada por um chefe pelo fato de ser mulher, mas sempre em nível de competição e boicote, como existe entre homens e não pelo fato dela ser uma mulher.

"...no Estadão eu senti mas, mais em relação à minha competência também. Eu sentia que quando o meu chefe era homem e ele via uma mulher com cara de menina que tinha algumas idéias brilhantes, engavetava. Já engavetaram muito meu trabalho, no Estadão eu senti muito isso. Tanto que eu pedi demissão em todos os lugares...Eu fazia o trabalho, dava uma idéia, eu mostrava que eu conseguia fazer uma coisa mais rápida e o meu chefe se sentia super mal. Ele não levava adiante a idéia. Tanto que quando eu pedi demissão para o dono do Estadão, ele me pediu sugestões. E eu falei eu já dei há seis meses e ele falou: 'nunca chegou até mim'. Então eu senti que teve um boicote. Mas como eu já tinha resolvido aquela parada, eu fui embora mesmo." (Mariana)

As entrevistadas, em geral, não se sentem discriminadas pelo fato de serem mulheres, mas todas reclamam da alta competitividade profissional entre os colegas. O jornalismo é uma profissão que está vulnerável à lógica do mercado capitalista. Possui um ritmo de trabalho extremamente acelerado, sujeito ao controle de tempo da linha de produção e distribuição, além da urgência de chegar mais rápido ao consumidor. O que a carreira de jornalismo não oferece é uma maior segurança do trabalho, independente do gênero do profissional.

- **Tipo três: novo campo do jornalismo**

A visão do tipo três referente às relações com os pares profissionais e chefia é bem eclética. Todas falaram que há diferenças nas relações impostas pela chefia, de forma geral, mas o que mais chamou atenção foi a resposta das entrevistadas quando a chefia era exercida por uma mulher. Tanto Nádia quanto Norma disseram que a mulher acaba assumindo uma postura mais severa e até "desumana". Outra constatação é que os cargos de chefia são ocupados por homens, em sua maioria.

"Sobre a questão salarial, nós constatamos no dia-a-dia e também nas pesquisas de informações com as empresas, que não há diferença de salário entre homens e mulheres, pelo menos nas médias e grandes redações. Essas empresas têm plano de carreira, de cargos e salários e, portanto, todos os repórteres estão dentro de determinados níveis. Agora uma questão que coloco e que pode caracterizar uma certa discriminação: por que a mulher demora mais para ser promovida? No caso de São Paulo, os homens têm um salário maior do que as mulheres. Bem maior do que esta estatística que consta aqui no Brasil. Por que isso se as mulheres ganham praticamente o mesmo salário em exercício da mesma função e se os dois são qualificados da mesma forma? É porque os homens ocupam o maior número de cargos de chefia. Como você tem uma quantidade muito maior de homens ocupando os cargos de diretor, chefe de redação, secretário de redação, isso puxa o salário dos homens para cima." (SANT'ANNA, 2002)

Nádia disse que nunca sentiu diretamente uma discriminação por parte dos pares profissionais. Mas que já teve problemas com uma chefe mulher pela postura que ela assumia frente aos funcionários para exigir eficiência. Ela informou que a empresa onde trabalha grande parte dos cargos de chefia são ocupados por homens e que sua chefe acabava assumindo uma postura masculina e competitiva.

O discurso de Nádia revela a necessidade do chefe incorporar um estilo masculino para exercer o poder. É preciso masculinizar a função de comando para ser respeitado. A falta de poder, na forma como a mulher é vista, exige dela o uso de mais força para alcançar o mesmo resultado do homem para impor-se. Falta mais autoridade legítima, daí o uso excessivo do mando. O custo em termos de trabalho emocional para ela também é maior do que para o homens. Quando a mulher assume a chefia ela precisa incorporar o papel do homem, para ser respeitada pelos seus subalternos.

"Nunca. Já me fizeram esta pergunta outras vezes e eu não vivi isso. E entre os meus pares profissionais, pessoas que eu conheço a gente sente isto também, as meninas que eu conheço. O que eu sei que acontece, hoje por exemplo na Folha, a maioria dos editores é formada por homens, né. Eu não sei se isso no âmbito mais lá em cima, mais de hierarquia, tem alguma questão de gênero aí e tal... mesmo na minha época de repórter, de repórter de polícia que eu vivia no meio de homens e tal, era aquela coisa assim de fuçar, de entrar, eu nunca consegui sentir preconceitos. Eu nunca tive grandes problemas nem com homens nem com mulheres. Eu até falo que eu não tenho perfil para ser chefe, porque eu sou uma chefe muito boazinha. Eu acabo, eu fico puta com as relações de trabalho quando eu vejo que o esquema é ferrado e que a pessoa não tem tempo, então eu sempre acabo partindo em defesa da pessoa que está trabalhando comigo. E isso eu acabei várias vezes me indispondo com meus superiores. No período da Folha Ribeirão, eu tinha uma chefe em São Paulo e eu acho que foi a única vez assim que teve atrito. Porque eu não me conformava com as condições de trabalho que homens e mulheres viviam na redação de Ribeirão. E lá sim, ninguém queria saber. O jornal tinha que estar pronto no dia seguinte. E eu ficava indignada com a falta de sensibilidade dessa pessoa que estava em São Paulo, que era a chefia e que não queria

nem saber. Queria que o jornal estivesse pronto, naquelas condições que a gente sabia que existia....Algumas mulheres chefes que eu conheço na Folha parecem que têm que ser masculinas mesmo. A pessoa tem que ser mão de ferro para conseguir ser valorizada tal. É meio...isso eu estou tirando muito referência dessa pessoa que era a minha chefe em São Paulo, que aí eu via ela como o ser implacável, não importava se era homem ou mulher. Ela era uma pessoa difícil. E eu ficava, muitas vezes eu falo... ela sendo mulher, ela sabendo como é que é essa relação. Foi uma época que nós tínhamos bastante mulheres trabalhando aqui, repórteres mulheres e ninguém tinha vida. Isso me indignava o fato dela ser mulher, dela estar na chefia e ela não conseguir ver este lado de que as pessoas tinham direito a ter uma vida fora da Folha e ninguém conseguia ter." (Nádia)

Para Naiara, a experiência ajuda a enfrentar qualquer tipo de "preconceito" em relação ao gênero. Segundo ela, quando era mais nova não era respeitada profissionalmente e que isso ela conseguiu reverter com a experiência e a segurança propiciada pela vivência profissional. Na sua opinião, há sim uma diferença no tratamento entre os gêneros dentro das redações, principalmente nas cidades do interior do estado. Ela acredita que o homem jornalista desfruta de maiores privilégios quando comparado com a mulher. As melhores matérias são designadas aos profissionais homens. O interior é mais tradicional que a capital, ainda privilegia o profissional masculino.

"Eu acho discriminação uma palavra um pouco forte, mas eu acho que ainda tem um ranço sim...as redações hoje estão cheias de mulheres, né, tem muito mais mulher do que homem. Eu, por exemplo, por onde passei, o repórter para o nacional, aqui por exemplo, é um homem. O repórter de rede na maioria das vezes é um homem...nas praças maiores é tudo homem. A não ser em Brasília, Rio de Janeiro cidades que precisam de muita gente, mas as cidades de porte médio para grande é tudo homem." (Naiara)

Outro exemplo que Naiara cita é com relação ao mercado. Quando foi produzir o programa automobilístico o cliente solicitou uma apresentadora bonita e não

experiente. A figura da mulher no vídeo ainda está atrelada à aparência e não ao profissionalismo.

"...Eu faço um programa que vai para várias cidades no interior de São Paulo. Eu sou a editora chefe do programa. Quando eu entrei o pessoal me pediu uma mulher bonita para apresentar. Eles queriam que eu apresentasse e tal. Eu não sou uma mulher bonita, mas eu apresento bem. Mas eu falei olha eu não posso apresentar porque eu tenho outro contrato, mas eles disseram que na verdade eles precisavam de uma mulher bonita, porque homem gosta de carro...pensando assim no segmento que é de carro. Homem gosta de carro e mulher bonita. Não precisa ser inteligente. Foi o que eu ouvi e estava na minha mão a escolha de uma mulher para apresentar." (Naiara)

Nanda trabalhava com uma equipe de técnicos na produção de documentários e disse que sentiu discriminação dos pares profissionais. Quando ela produzia e dirigia vídeos para as Organizações Não Governamentais, os colegas homens desempenhavam funções técnicas, como cinegrafistas e editores de imagens, ela atuava como a chefe deles. Desde que trabalha na direção de uma ONG feminista, ela se encarrega de fazer contato com a imprensa, passar as pautas para os jornalistas das redações. Nesse contexto, em especial, ela diz que se depara com o "preconceito" dos profissionais jovens, quanto aos mais velhos, independente do gênero, respeitam mais as pautas e muitos dão valor à notícia, divulgando-a. Mas isso ela atribui à imagem que os pares profissionais de redações têm das assessorias de imprensa, principalmente, quando essa representa uma entidade feminista.

"...Quando eu trabalhava com vídeo, eu trabalhava muito com homens, cinegrafistas, editor de imagens e eu era praticamente a roteirista e diretora do vídeo. Eles me testavam o tempo todo. Porque eu falava, olha o barulho do avião não está vazando? Tem luz suficiente? Eles esperavam eu falar, ficavam olhando...era assim. Como assessora de imprensa, quando vou tentar vender uma matéria, o que eu sinto que só os jornalistas mais velhos e com uma

formação melhor aceitam mais as sugestões e enxergam as notícias. Os mais novos te tratam com muita frieza. Eu vejo que isso é uma característica de São Paulo. Colegas meu de Recife dizem que lá esta relação é mais tranqüila. E eu acredito que no interior também é menor." (Nanda)

Neusa que é autônoma informou que nunca sentiu preconceito dos pares profissionais, mesmo na época em que trabalhava na Bolsa de Valores de São Paulo, que é um local quase exclusivamente masculino.

"...Não. Nem na bolsa de valores. Acho que é porque eu trabalhei no departamento de marketing. Os profissionais da área de comunicação são mais abertos, se eu tivesse trabalhado em outro departamento talvez...e depois como autônoma meu serviço não envolve outras pessoas, é mais solitário. Às vezes eu contrato terceiros, mas não trabalham comigo." (Neusa)

Nanda diferente de todas as outras, disse que não vê discriminação entre gêneros na profissão de jornalismo, ela acha que a mulher traçou seu espaço no mercado de trabalho e que isso é irreversível. Ela acha que a mulher vem realizando conquistas na esfera pública, mas na esfera privada a mulher ainda continua "escrava" do lar. Para ela, esse papel o homem ainda não divide com a companheira.

"Eu acho o jornalismo uma profissão mais aberta, não vejo essa discriminação. Eu acho que nas profissões mais tradicionais sim. Para mim hoje a mulher conseguiu conquistas na esfera pública, mas em casa ela continua dominada. É ela quem tem que administrar a casa e os filhos. Tudo recai sobre ela, não há uma divisão igualitária ainda dentro do lar. Mas no campo profissional eu acho que isto é mais tranqüilo. A mulher está mais qualificada e veio para ficar." (Nanda)

A fala de Norma assemelha-se às de Nádia e Naiara. Ela também acha que os profissionais homens têm mais privilégios e estão ocupando grande parte dos cargos de chefias nas redações. Como mostramos no seu discurso acima, o seu projeto

de meio ambiente ela apresentou para o chefe da redação e não para o seu superior, temendo que esse engavetasse seu projeto. Quando o projeto foi aprovado e entrou no ar, ele acabou sendo assinado por seu superior e não por ela. Na área em que ela se especializou, meio ambiente, quando participou da elaboração da cobertura de um evento ecológico internacional, ela disse que todos participantes eram homens. Já com entrevistados, Norma relatou que nunca sofreu algum tipo de discriminação.

"Eu acho que a mulher ganha menos. Eu estou há dez anos na TV Cultura. Se eu fosse um homem eu já estaria em um cargo de chefia. Eu não gosto, não é o que eu gosto de fazer. Mas eu não sei negociar o meu salário. Eu sei negociar meus projetos, mas meu salário não. Meu próprio chefe me fala isso. Nunca senti discriminação por parte dos entrevistados. Mas agora eu fui na reunião da coordenação da ECO mais 10 e só tinha homens na banca. Por que?" (Norma)

Ela também concorda com Nádía sobre a postura de algumas mulheres com cargo de chefia que assumem uma postura masculina. Também semelhante a Nádía, Norma acha que a mulher para comandar não precisa assumir o papel de homem, pode fazê-lo mantendo as características femininas. Tanto ela quanto Nádía e Naiara também ocupam ou já ocuparam cargos de chefia e segundo seus depoimentos não assumiram esta postura denominada por elas como sendo "masculina".

"Eu não gosto de trabalhar com aquelas mulheres que sobem no salto para chefiar. Eu acho que não precisa disso e que cada um tem o seu espaço. Eu sou bem feminina. Sou chorona, mas sei pedir. Já fui Secretária de Redação e nunca tive problemas. Eu sei pedir para a pessoa fazer uma coisa com jeito. Nunca gritei. Eu sou boa para projetos e coordenar. Mas eu falo com jeito, eu peço. Agora eu prefiro trabalhar com homens. Tenho mais facilidade. Mas para o trabalho a mulher é mais dedicada, se aprofunda mais. Eu ajudo muito meus estagiários. Eu formo eles. Tem um lá que eu estou ajudando a ver um curso com bolsa no exterior." (Norma)

Quando indagadas se há ou não preferência de gênero entre os pares profissionais, Norma, como vimos acima, disse que prefere trabalhar com homens. Nádia, Nanda e Neusa informaram que não vêem diferença. Nádia acha que a profissão de jornalista é mais sofrida para a mulher devido a difícil conciliação entre a extensa jornada de trabalho e a manutenção das obrigações do lar. Naiara, diferente das outras quatro, prefere trabalhar com mulheres.

*"...a mulher que começa, repórter ali e tal, eu acho que continua sofrido. Continua assim, porque o esquema é assim, enquanto a coisa estiver rolando, o jornal não fechou, você tem que estar ali...mas isso não é só para a jornalista mulher, o homem também."
(Nádia)*

*"Ah com mulher. Porque eu acho que tem uma linguagem...Porque eu acho que a mulher está mais atendida. Está mais preocupada com o global, eu acho que a mulher está mais afinada com a linguagem do mundo moderno. Sabe, esta coisa de globalização. Esta coisa meio chata mas existe né. E eu acho que a mulher hoje enxerga mais um pouco o outro. Parece patacudas, mas é mais generosa mesmo, na visão de mundo mesmo. No olhar da notícia."
(Naiara)*

Embora as entrevistadas informaram nos seus discursos que conheceram chefes mulheres que exacerbaram de um estilo masculino de comandar para serem respeitadas, quando Nádia e Norma assumiram cargos de chefia elas não desfrutaram desse estereótipo masculino, ao contrário, mesmo no comando, continuaram adotando a posição feminina. Semelhante às entrevistadas do tipo dois, Nádia também concorda que a profissão de jornalismo exige muito do profissional, como já foi dito antes, isto deve-se à lógica do mercado capitalista e não à questão do gênero. Semelhante a Nádia, Nanda diz que o ambiente privado ainda é de responsabilidade da mulher, cabe a ela administrar as obrigações do lar e conciliar isso com as extensas jornadas de trabalho. As entrevistadas

do tipo 3 combinam os dois códigos culturais no ambiente público e privado, para adequá-los ao ideal emocional que têm de si e às interações que vivem. Elas trabalham as emoções e tentam administrá-las de acordo com as situações externas e suas implicações, conciliando sua atuação nos dois ambientes: público e privado.

A discriminação de gênero, no trabalho, não é o aspecto que mais angustia e exige administração das emoções estressantes. Os depoimentos revelam que as combinações dos códigos culturais disponíveis permitem que essas profissionais se realizem como mulheres com carreiras. Os aspectos mais conflitivos são o ritmo e a competitividade inerentes à atividade, marcados pela lógica da concorrência e da linha de produção capitalista, criando condições de trabalho que fazem com que as profissionais se sintam máquinas desumanizando homens e mulheres. Esse é o trabalho emocional mais desgastante.

A tensão com a chefia feminina revela o diferencial de poder entre os gêneros, exigindo das mulheres a imposição da força, por não dispor da mesma legitimidade social dos homens para comandar.

7. RELAÇÕES ENTRE AS JORNALISTAS E SEUS ENTREVISTADOS

Na análise das relações entre as jornalistas e seus entrevistados optamos por abolir com a discussão classificada por tipos, pois encontramos respostas semelhantes independente da tipologia. Apenas Fernanda e Fabiana disseram que já sentiram-se discriminadas pelos entrevistados, mas só no primeiro momento, e assim que começam as perguntas elas disseram que conseguem reverter a situação. Fernanda disse que se veste com roupas mais coloridas e informais e que isso pode explicar a reação dos entrevistados.

“Vou falar da minha experiência mais recente. Como eu já tenho um jeito que vai desde como eu estou vestida, então eu chego. Eu cheguei no Paulinho da força sindical para entrevistá-lo. A hora que ele olhou para mim, parecia que eu estava ouvindo ele falar assim, nossa coitadinha né. Então vai, o que você quer saber. E eu fui conversando, fui conversando. E logo eu entendi que era preconceito dele mesmo. Ai eu falei então, vamos gravar? A hora que começou a gravar eu dei uma ferrada nele, mas eu dei uma amarrada nele que ele me falou assim: Faz tempo que você trabalha? E eu não te conhecia. Onde você trabalhava antes? Porque ai ele sacou, nossa, eu avalei errado porque a menina não é uma tonta. Então às vezes eu sinto isso, pelo jeito, isso é muito eu, eu não sei das colegas, porque se você chega de blazer e tem uma postura que dá certo, faz uma pressão. Eu não chego na pressão, não faço nenhuma graça, não mudo o jeito, o tom, o ritmo, por causa de entrevistado nenhum. Assim, tem”. que ter educação, gentileza, respeitar um horário, ritmo, porque ele está sendo gentil de me atender, é assim que eu chego. Mas, fazer tipo, tipo inteligentíssimo, eu não faço.. Agora não acontece muito isso, porque eu já apareço bastante e eles já sabem quem eu sou, mas na verdade fica uma coisa de falar assim, ah mas é ela quem vem me entrevistar? Ai eu faço assim, é muito simples de resolver esse problema, você conversa, fica na boa e quando eu quero mesmo, quando eu fico muito irritada, eu faço uma conversa bem mansa porque eu já sei o que eu quero perguntar, eu já sei como pegar ele na curva, e na hora que eu começo a gravar ele sabe com quem ele está falando”. (Fernanda)

O discurso de Fernanda ilustra o poder que a mídia exerce sobre o entrevistado ³¹ e sobre o jornalista, independente do gênero ao qual pertence, o repórter assume o papel de interlocutor desse poder, colocando o primeiro numa posição vulnerável frente ao receptor da reportagem.

Fabiana, a mais jovem de toda amostragem, com apenas 23 anos, afirmou que brinca junto com o entrevistado, não atribui muito valor à primeira impressão, leva mais na descontração.

"Nunca tive problemas. Eles riam na hora em que eu chegava, porque combinava a pauta por telefone, né. Ah então vou chegar em tal hora porque vou sair de Ribeirão cedo e chegava uma mulher de menos de um metro e 60, com cara de criança, ah, mas é você? Novinha você né? Eu falava é pois é, mas nunca tive problemas não." (Fabiana)

O respeito por parte dos entrevistados deve-se em grande parte à credibilidade dos veículos para os quais as jornalistas trabalham (Gazeta Mercantil, TV Record), não limita-se à questão do gênero. A mesma insegurança poderia ser despertada no entrevistado se o jornalista fosse um homem, com aparência de 23 anos, ou vestido com roupas coloridas e informais.

Todas as entrevistadas dos tipos 2 e 3 disseram que nunca sentiram algum tipo de discriminação por parte dos entrevistados. Mesmo as jornalistas que são editoras da revista Exame, voltada para um público principalmente formado por executivos, falaram que nunca presenciaram algum tipo de constrangimento. Para Mariana, cabe à jornalista assumir uma postura que estabelece o profissionalismo.

³¹ BOURDIEU (1997) mostra que a mídia exerce poder sobre o público e também sobre os entrevistados aos expô-los frente à sociedade, divulgando suas opiniões sobre determinados assuntos.

*"... na revista Exame, o público é de executivos, é uma revista de economia e negócios, basicamente mercado e negócios. E o público todo é executivos. Então eu entrevisto homens o dia inteiro. Eu nunca tive nenhum problema, mas eu acho que é muito da postura. Eu vejo colegas que dão abertura, no meio da entrevista toca em assunto pessoal e aí abre, né. Então eu nunca. Minhas entrevistas são sempre pessoalmente e eu nunca tive nenhum problema com fonte."
(Mariana)*

Naiara acrescentou que o fato de ser mulher favorece no tratamento com atores externos à profissão.

"Nunca...no meu contato com clientes, eu sou uma pessoa que tem um bom vocabulário, tenho leitura, quer dizer um grau de informação que não é todo mundo que tem mesmo. E isto é muito sedutor, é um instrumento perigoso na mão de uma mulher. Né, na hora por exemplo de você fechar um contrato com um cliente. É uma coisa perigosa, você tem que saber o limite mesmo, porque com a inteligência você pode usar também de repente..."(Naiara)

A maioria das jornalistas define a situação de entrevista como não discriminadora. Além desse tipo de contato ser mais superficial, o entrevistado apresenta, através da mídia, uma imagem de si para o público. Isso já dá mais poder midiático ao jornalista nessa interação, principalmente quando o veículo de comunicação possui grande visibilidade. Os jornalistas, independente do gênero, trabalham na mídia, seja impressa ou eletrônica, e usufruem o poder que ela exerce, incorporando-o frente aos entrevistados. Se a discriminação de gênero já não foi um fator decisivo na relação com os pares, ela é insignificante na relação com os entrevistados.

8. AS JORNALISTAS VISTAS SOB O OLHAR DOS PARES PROFISSIONAIS

O perfil dos dois pares profissionais entrevistados nesta pesquisa é muito semelhante como mostramos no tópico que analisa as tabelas. Uma das diferenças entre eles é que Henrique é do interior e atua em Ribeirão Preto e Augusto é da capital e atua também lá. O primeiro morou em Campinas durante a faculdade e logo quando se casou. Mas quando nasceu o primeiro filho, ele e a mulher decidiram voltar para a cidade de origem, Jaboticabal, para propiciarem ao filho uma melhor qualidade de vida. Ele trocou um emprego onde recebia um salário melhor para morar próximo dos avós e em casa, deixando o apartamento de Campinas.

Outros pontos que distinguem os dois entrevistados são: Henrique não cursou pós graduação; e a sua jornada de trabalho na empresa onde trabalha é maior, em média dez horas por dia. A jornada de trabalho de Augusto na empresa é menor, em média 5 horas e depois ele trabalha na sua própria empresa. No total sua jornada chega a 12 horas diárias.

Os dois entrevistados disseram que não vêem diferença entre o jornalista homem ou mulher no trabalho diário do profissional, nas relações de chefia e nem no piso salarial. Ambos informaram que o piso muda de acordo com a função e a categoria estabelecida pela empresa e não está relacionado ao gênero. Para eles, o que distingue um bom profissional de um ruim é formação, tempo de serviço na empresa e experiência. Quanto à forma de lidar com o profissional, Henrique, que chefia aproximadamente 5 repórteres, 5 pauteiros, 2 produtores e pelo menos 2 estagiários, informou que há diferença no tratamento entre o profissional masculino e o feminino.

"...eu vejo. Às vezes o jeito que fala com mulher e com homem é diferente. Você nota assim, com algumas mulheres que eu sinto que são mais fortes eu falo igual como falo com homem, xingando, o jeito que eu falo mesmo. Agora com outras eu tenho um pouco mais de precaução em falar, assim porque eu sei que ela pode ficar ofendida. É a personalidade." (Henrique)

Augusto, que exerce o cargo de editor, não se lembra de nenhuma desavença entre ele e colegas de trabalho, independente do sexo do profissional e nem com chefes mulher ou homem. No entanto, ambos os entrevistados classificaram assuntos que as mulheres têm mais afinidade que o homem e vice-versa, fazendo um enquadramento do estereótipo feminino semelhante ao analisado por Bourdieu na dominação masculina.

"Não tem relação com gênero eu só acho meio estranho homem escrever sobre moda por exemplo. Porque moda ...normalmente a mulher presta mais atenção neste tipo de coisa, normalmente a mulher é mais vaidosa eu acho, por tanto ela presta mais atenção na roupa que ela veste e que os outros vestem também." (Henrique)

"Depende. Eu trabalho com freelas. Se for uma matéria sobre economia, um vídeo para um empresa, eu contrato um homem, por causa da linguagem. Se é sobre moda, eu prefiro uma mulher, que tem mais facilidade com o assunto. São os freelas que fazem o trabalho de edição do texto." (Augusto)

Os discursos dos dois jornalistas classificam assuntos apropriados às profissionais mulheres e temas apropriados aos profissionais do sexo masculino, indo ao encontro do que as entrevistadas classificadas nas tipologias disseram e do que mostrou a pesquisa de SANT'ANNA (2202) de que ainda há uma distribuição diferenciada entre os gêneros das temáticas das reportagens, atribuindo aos homens assuntos relacionados a política e economia e às mulheres temas referentes a cultura e educação. Um consenso de ambos é de que a cobertura sobre moda é mais adequada à profissional feminina e,

para Augusto, economia é mais característico ao profissional masculino. Henrique justifica seu discurso atribuindo à preocupação com a vaidade uma peculiaridade da mulher. Assim, relacionam as atividades ligadas a arte, educação e assistencialismo à mulher e atribuem os assuntos econômicos e políticos ao domínio masculino.

Os dois entrevistados são casados, as esposas trabalham, têm filhos e disseram que dividem as obrigações do lar com as mulheres. Os dois contam com o serviço de empregadas para olharem os filhos e cuidarem da casa. Henrique conta ainda com a ajuda das avós. O filho mais velho dele está na escola, cursa o primeiro ano do ensino fundamental. Recentemente, Henrique foi promovido de supervisor para chefe de reportagem e sua jornada de trabalho ficou mais extensa. E para complicar, ele reside em Jaboticabal e trabalha em Ribeirão Preto, uma distância de aproximadamente 50 quilômetros.

"A minha mulher dá aula em escola particular e do estado, de manhã e à tarde. Tem duas manhãs de folga durante a semana, ela pega poucas aulas. Agora está bastante complicado depois que eu passei para a chefia, porque eu saio às sete da manhã e volto às nove da noite. Eu moro em Jaboticabal. Então, eu chego e minha filha está dormindo e saio ela também está dormindo. Então este último mês está difícil, complicado. Eu só fico com eles praticamente de final de semana, de domingo, mas antes era legal. Antes eu chegava cedo, brincava. Eu e a minha mulher dividimos tudo, até o tanto de vezes de acordar à noite. Uma vez é a dela, a outra sou eu." (Henrique)

"... eu divido. Eu faço compras, vou ao supermercado, à feira. Eu sempre ajudo. Nós temos uma mensalista que mora em casa. Ela olha nosso filho, limpa, lava roupa e faz comida. Agora eu acho que vamos precisar de mais uma funcionária umas duas vezes por semana, porque ele está começando a andar e o cuidado é maior. Ainda não queremos colocar na escolinha. Minha mulher também trabalha, de manhã e à tarde. Ela trabalha em uma editora de livros. Ela chega em casa às seis horas da tarde. Nós acordamos cedo, tipo 6h30. Brincamos com nosso filho até a hora de ir trabalhar, tipo 8 horas. Almoçamos em casa e ficamos mais um tempo com ele. E depois eu chego à noite. Acho bem dividido. A jornada de trabalho dela é das 8h30 às 18h30." (Augusto)

As semelhanças entre os dois entrevistados refletem-se nas relações de trabalho e na forma como eles administram a profissão e as obrigações com o lar. O discurso dos dois definem essas situações de acordo com os estereótipos de gênero. Ambos são jovens, suas respectivas mulheres são profissionais atuantes, eles ajudam no lar se adequando às mudanças da sociedade. Henrique, por sua vez, deixou um bom emprego em Campinas para recomeçar no interior por causa da família. No entanto, hoje, mesmo estando no interior, o seu tempo com a família ficou limitado. Augusto atua em dois empregos também para proporcionar mais conforto financeiro à família, expectativa que lhe demanda trabalho emocional para fazer frente ao estereótipo masculino. Os dois trabalham em emissoras de televisão, um no interior e o outro na capital, embora os dois tenham dito que não há diferença no tratamento do profissional de acordo com o gênero, seja um chefe ou um colega de trabalho, os dois concordam que a mulher desenvolve melhor os temas relacionados ao estereótipo feminino e os homens, por sua vez, temas mais objetivos, como economia e política. Mesmo no lar, eles demonstraram que as tarefas não são divididas de forma igualitária. Eles têm dificuldades pelo tempo. A jornada de ambos é maior que as das respectivas mulheres. O investimento feito por eles na carreira é maior que o delas. A mulher de Henrique abriu mão de algumas aulas para poder ficar com os filhos, e a esposa de Augusto tem uma jornada de trabalho menor que a dele e tem os finais de semana de folga. Semelhantes às jornalistas mulheres da capital e de Ribeirão Preto, os dois pares profissionais também encontram dificuldades para conciliar a vida privada com a vida pública devido à extensa jornada de trabalho exigida pela profissão. Novamente, aparece no discurso dos profissionais a dificuldade do mercado da profissão de jornalismo por estar atrelada à lógica capitalista da

competitividade do mercado de trabalho, que obriga plantões nos finais de semana e feriados e jornadas com mais de 8 horas para garantir uma renda maior ao profissional.

Os homens também combinam códigos culturais de gênero, misturando o tradicional e o moderno. A diferença é que para eles, o valor positivo no ambiente público se transfere para o privado, ao mesmo tempo em que conseguem se proteger na casa do estresse gerado no trabalho. Assim, a carga da administração das emoções que precisam fazer é menor, inclusive porque encontram legitimidade social para o exercício da autoridade nas posições de comando. Eles combinam os códigos culturais partindo de uma posição de mais poder.

9. CONCLUSÃO

A pesquisa abordou a mulher no jornalismo no Estado de São Paulo, no período de 1986 a 2001. Comparamos o perfil das profissionais da capital e de uma cidade do interior do estado, Ribeirão Preto. Dezesete mulheres constituíram o núcleo empírico da investigação, sendo oito de Ribeirão Preto e nove da capital, e dois jornalistas do sexo masculino, classificados como pares profissionais. Todos os sujeitos analisados são brancos, pertencem em sua maioria ao estrato social médio, com e sem filhos, casados, solteiros e separados, pertencentes a 4 gerações distintas, entre 23 e 54 anos. A escolha dessas profissionais foi feita de acordo com a divisão do mercado estabelecida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em cinco categorias: jornais impressos, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio e televisão e setores extra-redação. Acrescentamos, também, jornalistas que optaram por outra carreira.

Classificamos o campo empírico em uma tipologia de acordo com as características do mercado de trabalho dividida em três tipos: as carreiras que seguem o modelo feminino; aquelas que seguem o modelo masculino; e novos campos de atuação no mercado de trabalho.

Na argumentação teórica sobre as relações de gênero e a dominação masculina, contrapomos três teóricos: as visões polares dos autores Bourdieu e Giddens e no campo da sociologia do gênero a autora Hochschild. Na discussão sobre profissionalização tomamos como referencial Freidson.

O objetivo deste trabalho foi analisar as motivações da mulher na carreira do jornalismo, sua trajetória profissional e como as jornalistas estabelecem suas relações

profissionais e familiares. Procuramos verificar se há diferença entre o perfil das profissionais de acordo com a área de trabalho e a cidade onde atuam.

O processo de profissionalização do jornalismo intensificou-se no século passado com o surgimento das escolas de nível superior, associações, sindicatos, leis regulamentando a profissão e o mercado de trabalho e inovações tecnológicas. Passou-se a exigir um profissional mais qualificado, com maior titulação facilitando uma disputa mais equiparada entre os gêneros. Aumentou gradualmente o ingresso de mulheres na carreira. Em 2001, as mulheres já representavam 44,82% dos jornalistas no território nacional. No mesmo ano, no estado de São Paulo, elas ocupavam 46,95% dos postos de trabalhos.³² Quando a divisão é feita por setores, percebe-se que há uma maior concentração de profissionais femininas em áreas menos tradicionais. No estado de São Paulo, espaço geográfico determinado nesta pesquisa, dados divulgados pelo Sindicato dos Jornalistas revelam que no setor de revistas, a mulher é maioria, corresponde a 53,40% do mercado. No setor extra-redação, as mulheres são 50,35%. Nas agências de notícias, elas representam 48,05%. Nas emissoras de televisão, as jornalistas são 48,32%. Nos setores mais conservadores, jornais impressos e emissoras de rádio, as jornalistas são minoria, correspondem respectivamente a 40,73% e 34,47%. A tendência é das mulheres ocuparem postos novos, que ainda não estão dominados pelo mercado masculino. As inovações tecnológicas, o advento da televisão, do setor extra-redação, jornalismo on-line, tv na internet e tv digital favorecem a demanda da mão-de-obra feminina.

Com relação à média salarial dos jornalistas no Brasil, em 2000, as mulheres recebiam 5,09% a menos que a os homens. Mas a diferença salarial, em grande

³² É válido lembrar que estes números correspondem aos dados oficiais, do Ministério do trabalho e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, ou seja, só envolve o universo relativo às carteiras de trabalho assinadas.

parte dos estados, é pequena entre os gêneros e muda de acordo com o setor e cargos de chefia. Outro dado agravante é que o percentual de mulheres com curso superior é muito maior que o de homens na carreira de jornalismo. Enquanto, no Brasil, 53,91% dos jornalistas homens têm curso de graduação, o percentual feminino é de 73,16%. Nas emissoras de televisão, onde as mulheres têm uma das maiores médias salariais, a proporção é de 79,78% de jornalistas com curso superior, contra 57,23% dos profissionais masculinos. No setor do rádio, a defasagem ainda é maior, somente 36,9% dos homens têm curso superior, enquanto 63,70% das mulheres possuem graduação. Portanto, as mulheres precisam estudar bem mais, para ganhar o mesmo que os homens.

O processo de profissionalização do jornalismo ainda não está sedimentado. Em 2001, uma juíza substituta aprovou uma liminar eliminando a exigência da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. A Federação Nacional dos Jornalistas juntamente com os sindicatos estaduais recorreram e, em julho de 2003, a liminar foi suspensa. No final desse mesmo ano, a liminar voltou a vigorar. A discussão foi para segunda instância e ainda ocorre no âmbito da justiça. A fragilidade do jornalismo enquanto profissão é porque não tem o domínio da *expertise*, o jornalismo está associado ao domínio das ciências humanas, não possui um conhecimento próprio. Os profissionais mais reconhecidos estão no mercado de trabalho, atuando em veículos mais conceituados e conseqüentemente os que possuem um maior público leitor, telespectador ou ouvinte, e não nas academias. O fato de não ser uma profissão consolidada facilita a feminização da carreira, pois oferece uma menor estabilidade ao profissional e um mercado extremamente competitivo, ligado à lógica do mercado capitalista. São as extensas jornadas de trabalho, plantões em feriados e finais de semana e altas oscilações salariais.

Um apresentador de um telejornal veiculado para todo o país, em horário nobre ³³ pode receber 50 mil reais e um editor de texto trabalhando para o mesmo noticiário recebe menos de um décimo desse valor. Por outro lado, o profissionalismo atua como um fator de proteção do mercado ao ingresso feminino nas posições mais valorizadas como ocorre na medicina e na advocacia.

Na análise do campo empírico, comparado o mercado e o perfil das profissionais da capital e do interior, mais especificamente de Ribeirão Preto, constatamos que das 17 entrevistadas, 6 se encaixaram no tipo um. Quatro estão na faixa etária acima de 37 anos e apenas duas pertencem a uma geração mais nova, com 31 e 23 anos. Refere-se àquelas profissionais que atuaram em áreas relacionadas ao modelo feminino. Quatro residem em Ribeirão Preto e apenas duas na capital. Três delas trabalham com reportagens de cultura e comportamento e uma é a editora responsável por uma revista de variedades sobre Ribeirão Preto, focando principalmente reportagens sobre cultura, cidade e entretenimento. Duas não exercem a atividade de jornalista, uma é coordenadora pedagógica de uma escola particular e a outra está terminando o doutorado em antropologia. A escolha da maioria das entrevistadas pelo interior foi em busca de uma vida pessoal e profissional mais tranqüila, embora todas concordem que a capital oferece mais oportunidades de trabalho. Das seis entrevistadas, quatro têm filhos e são separadas. As duas mais novas são solteiras. O tipo 1 priorizou a família à profissão. São mulheres que adequaram suas carreiras profissionais às suas escolhas pessoais, entre essas estão casamento e filhos. As seis entrevistadas do tipo 1 trabalham fora, são independentes financeiramente e duas das três separadas, que têm filhos ainda

³³ É considerado horário nobre quando atinge um maior número de telespectador, por exemplo os noticiários veiculados à noite, quando supõe-se que há um maior número de pessoas assistindo televisão.

dependentes, são as responsáveis pelo sustento da casa. A maioria das entrevistadas do tipo 1 pertence a gerações mais velhas, sendo uma das explicações da identificação do mercado de trabalho com áreas consideradas mais femininas. Por outro lado, elas mudaram suas vidas, todas têm emprego, as mais velhas desempenham cargos de chefia, são reconhecidas profissionalmente e independentes financeiramente. No ambiente público referente à profissão, as entrevistadas atuam em áreas consideradas femininas, no entanto, no ambiente privado, a casa, elas assumiram a postura masculina, combinando os dois códigos culturais propostos no modelo de Hochschild, o tradicional e o moderno, adequando-os ao modelo emocional que têm de si e às interações que vivem. As quatro entrevistadas que casaram e tiveram filhos priorizaram nos seus momentos de escolha entre profissão e vida pessoal, a segunda. Optaram por casar e ter filhos e seguirem os maridos. As duas entrevistadas solteiras, pertencentes a uma geração mais nova, informaram que pretendem-se casar, mas priorizaram a profissão. Quando as outras quatro entrevistadas eram solteiras, elas também trabalhavam e dedicavam-se à profissão. Essa passou para segundo plano, após casarem e constituírem famílias, quando elas se separaram o investimento profissional retornou. Três continuaram trabalhando quando se casaram, no entanto, Flávia trocou o jornalismo pela licenciatura para dedicar-se aos filhos, Fabíola atuava como enfermeira concursada e só foi cursar jornalismo e trabalhar na área, após a separação. E Fúlvia trocou a oportunidade de atuar no mercado de trabalho de São Paulo pelo de Ribeirão Preto, para se casar e viver com o marido no interior.

Nas relações de gênero com a chefia e pares profissionais as entrevistadas do tipo 1 informaram que não sofreram discriminação, no entanto, na

análise dos seus discursos encontramos depoimentos dizendo que recebiam dos chefes pautas direcionadas sobre cultura, comportamento, cotidiano e entretenimento. Assuntos políticos e econômicos eram atribuídos aos profissionais masculinos. Fabiana que trabalhou para o jornal Gazeta Mercantil, falou que preferia enveredar para temáticas de serviço ao invés de ressaltar a linha econômica da reportagem. As entrevistadas mais velhas, com mais de 40 anos, que ingressaram há mais tempo na carreira, encontraram um predomínio de homens nas redações e disseram que eram tratadas com mais "carinho" pelos pares profissionais. Essa incorporação no discurso da diferenciação no tratamento pelo fato de serem mulheres como algo fraternal reproduz a representação dominante na fala das entrevistadas. Fernanda ingressou na carreira alguns anos depois, no meio da década de 80, e diz que sentiu agressividade por parte dos pares profissionais, talvez por ter ingressado depois quando as redações possuíam mais profissionais mulheres e o mercado estava mais competitivo. Os chefes das redações no interior ainda discriminam as profissionais mulheres. Vivendo o dilema de verem-se entre a lógica do capital e a desumanização que ela representa, e a lógica patriarcal, exercida com menos tradicionalismo no ambiente do trabalho, as mulheres acabam por considerar a segunda opção menos pior, inclusive porque precisam lidar menos com os excessos de força do mando feminino, carente de legitimidade social.

O tipo 2 refere-se às áreas de atuação e postos de trabalho com características do modelo masculino. Das 17 entrevistadas, também 6 se encaixam nessa tipologia. Pertencem a uma faixa etária mais nova, comparada com o tipo 1, tem entre 26 e 40 anos, sendo que quatro entrevistadas têm menos de 35 anos e duas têm 40 anos. A diferença geracional entre os tipos 1 e 2 é central na explicação das mudanças entre as

mulheres. Duas entrevistadas são solteiras, duas são casadas, uma é amiga e outra separou-se e não tem filho. Apenas duas têm filhos, sendo que Marina reside em São Paulo e tem um filho. Meire mora em Ribeirão Preto e tem dois filhos. Todas atuam como jornalistas, apenas uma não se formou em jornalismo e sim em ciências sociais e é mestre em antropologia. Duas trabalham como editoras na revista Exame, com linha editorial sobre o setor empresarial, negócios e economia, destinada majoritariamente ao mercado masculino. Duas trabalham para a afiliada da TV Globo em Ribeirão Preto, como editora do site e como repórter. Uma é editora assistente do caderno Ilustrada do jornal Folha de S.Paulo, ela iniciou como repórter de geral, cobriu a guerra de Kosovo e foi promovida para editora assistente. Meire é assessora de imprensa da USP Ribeirão Preto e está montando a rádio USP no mesmo campus. A maioria das profissionais do tipo 2 cumpre jornada mais extensa, com plantões nos finais de semana e feriados. Diferente do tipo 1, elas cobrem assuntos gerais, desde economia passando por política e guerra até ciência e tecnologia. O tipo 2 também se aproxima do modelo proposto por Hochschild. A diferença em relação ao tipo 1, é que as entrevistadas do tipo 2 combinam os dois códigos de forma diferente das entrevistadas do primeiro tipo. As profissionais do tipo 2 priorizam a carreira profissional. Elas adequaram as relações pessoais, a organização da casa e o cuidar dos filhos às suas jornadas de trabalho. Dividem as obrigações com filhos, mães, maridos, empregadas e instituições. Ao contrário das entrevistadas do tipo 1, as do tipo 2 procuram enquadrar a situação com menor "sentimento de culpa" nos seus discursos por se dedicarem à profissão. Elas tratam esse assunto como uma escolha natural na modernidade, o que demandou muito trabalho emocional, sendo que uma parte desse é herança de gerações anteriores. No cuidar dos filhos, o tipo 1 apresenta mais afinidades

com o conceito tradicional e o tipo 2 tende para o moderno caloroso (HOCHSCHILD, 2003). Nos dois casos as mães trabalham fora, a diferença é que enquanto no primeiro, a mãe divide o seu tempo entre a carreira e as obrigações da casa e do cuidar do filho, no segundo, a mãe dedica-se tempo integral à profissão e tenta compartilhar e dividir as responsabilidades dos filhos com instituições e parentes. Ela não se sente culpada pela sua ausência. No primeiro modelo, no entanto, a mãe perde no investimento profissional por participar mais das obrigações da casa e do cuidar dos filhos, evitando se ausentar durante tempo integral. O tipo 1, composto por entrevistadas pertencentes a uma faixa etária mais velha que as entrevistadas do tipo 2, foi a primeira geração a realizar o trabalho emocional de administrar a carreira com os cuidados da casa e do filho, proporcionando mais facilidades para a segunda tipologia.

Das seis entrevistadas do tipo 2, três residem na capital e três em Ribeirão Preto. Márcia e Maria trabalhavam antes no sul do país, vieram para o interior em busca de melhores condições profissionais e estão abertas à mudança em favor da carreira. Meire que é concursada da USP abraça as inovações dentro do seu espaço de atuação, atualmente é a responsável pela montagem da rádio USP em Ribeirão Preto.

As entrevistadas do tipo 2 informaram que não sofreram discriminação por parte do chefe e dos pares profissionais. Para elas, pesa mais a afinidade com o tema e com os colegas de trabalho, independente do gênero. Apenas Maria e Márcia, ambas trabalham em Ribeirão Preto, revelaram que o atual chefe privilegia os homens para as melhores coberturas de reportagens. Semelhante ao tipo 1, os depoimentos mostram que no interior ainda há uma discriminação em relação à profissional mulher.

Cinco entrevistadas encaixam-se no tipo 3, refere-se às profissionais que ingressaram em um novo campo do jornalismo. Quatro delas são formadas em jornalismo e uma em filosofia. Três cursaram mestrado, sendo duas em jornalismo pela ECA/USP e uma em história da ciência pela PUC/SP. Das cinco apenas uma reside em Ribeirão Preto. É a Naiara que abriu uma empresa de assessoria e produção de programas jornalísticos, atualmente ela acumula dois cargos, é a coordenadora de um programa automobilístico e é a responsável pelo jornalismo da TV Local, um canal da TV a cabo que veicula apenas em Ribeirão Preto. Nádia especializou-se em jornalismo científico, Naiara em jornalismo ecológico e Nanda e Neusa trabalham em Organizações não Governamentais. Todas têm uma jornada de trabalho extensa com plantões em finais de semana e feriados.

Elas concentram-se numa faixa etária intermediária entre 34 e 45 anos. Diferente do tipo 1, não tem nenhuma entrevistada pertencente às gerações de 20 e de 50 anos. Apenas a profissional que atua em Ribeirão Preto tem filhos. Três são solteiras e uma casou-se pela segunda vez, mas não tem filhos. Naiara que tem filhos optou pela maternidade mais tarde, com 30 anos, e, semelhante às outras entrevistadas com filhos das outras duas tipologias, ela também conta com instituições, ajuda de empregada e da mãe para olhar as crianças. A única entrevistada casada, Nádia, informou que o marido ajuda pouco na organização da casa, mas ela não vê isto como uma obrigação natural da mulher, ao contrário é motivo de conflito entre o casal.

Hochschild mostra que as transformações do século passado, êxodo rural, surgimento das indústrias e das cidades, modificaram o modo de vida tanto do homem quanto da mulher. As mudanças do ambiente público foram transportadas para o

ambiente familiar. As mulheres saíram de casa para trabalhar fora, alterando as relações familiares. Para a autora, nessa sociedade capitalista contemporânea convivem na cultura códigos de gênero tradicionais e modernos. A mulher, através do trabalho das emoções, procura se adaptar nos espaços público e privado, de acordo com a atribuição de sentimento que dão através da definição da situação. Esse modelo também explica melhor a diversidade de gênero encontrada no tipo três, referente às entrevistadas que ingressaram em um novo campo do jornalismo. Elas inovaram na carreira como uma extensão das suas vidas pessoais, abriram mão da família. Apenas Naiara optou pela maternidade, mas ela reside no interior e a cidade menor oferece facilidades. Seus pais moram com ela e com as duas filhas.

Nas relações com os pares profissionais, elas informaram que já vivenciaram discriminação, principalmente quando ocupavam cargos de chefia. Quando indagadas das relações com os chefes elas negaram qualquer preconceito pelo fato de serem mulheres.

Todas as 17 entrevistadas, independente da tipologia, disseram que enfrentaram muito pouco preconceito dos entrevistados pelo fato de serem mulheres e deve-se à credibilidade dos veículos para os quais as entrevistadas trabalham. Isso surgiu quando a jornalista era muito nova ou se vestia de forma diferenciada. Todos os veículos abordados nessa pesquisa são conhecidos pelo público em geral. O poder midiático também envolve os jornalistas que trabalham nos veículos de comunicação, afastando a discriminação por parte do entrevistado em relação ao gênero. O preconceito recai sobre a empresa ou noticiário e não sobre o profissional. Quando indagadas se preferem trabalhar com profissionais homens ou mulheres também surgiram diferentes tipos de

respostas, independente da tipologia. As afinidades estão, em sua maioria, relacionadas ao tipo do trabalho e não ao gênero.

O interessante é que das oito entrevistadas que residem no interior, quatro se enquadram no tipo 1, três no tipo 2 e apenas uma no tipo 3. Das nove entrevistadas que residem na capital, apenas duas se enquadram no tipo 1, três se encaixam no tipo 2 e quatro se encaixam no tipo 3. O mercado da capital ainda é mais propício para profissionais qualificadas e dispostas a ingressarem em novos mercados. Enquanto o tipo 1 possui mais jornalistas do interior, o tipo 3 revela uma maior concentração de jornalistas que residem na capital. Isso deve-se às características do mercado de trabalho da capital e do interior, sendo esse último mais tradicional que o primeiro.

No que diz respeito às relações pessoais e familiares, das oito que residem no interior, quatro são separadas, duas solteiras e duas casadas. Cinco delas têm filhos. Das nove que residem na capital, quatro são solteiras, três separadas e duas casadas. Apenas duas entrevistadas têm filhos, uma é a Fernanda classificada no tipo 1 e a outra é a Marina pertencente ao tipo 2. O número de jornalistas solteiras e separadas é maior que o número das entrevistadas casadas. A análise do campo empírico revelou uma maior concentração de profissionais com filhos classificadas no tipo 1, do modelo feminino, e nos tipos 2 e 3 uma minoria tem filhos, sendo que nesse último tipo, apenas a jornalista que mora em Ribeirão Preto tem filhos. No interior, o número de entrevistadas com filhos é maior que na capital. Isso revela que ainda há uma dificuldade em conciliar trabalho, filhos e morar em São Paulo. A capital oferece um mercado mais fértil de opções de trabalho em jornalismo, por outro lado, afasta a possibilidade da maternidade.

Na classificação das tipologias, partimos das características do mercado de trabalho, estabelecendo três tipos: modelo feminino; modelo masculino; e áreas que inovaram. Ao realizarmos as análises do campo empírico nos deparamos com uma diversidade de modelos de gênero dentro das tipologias, atuando de formas diferentes nos ambientes público e privado. Essa diversidade nos afastou das análises sobre dominação masculina propostas por Bourdieu e por Giddens. O modelo proposto por Hochschild identifica um *mix* cultural com a convivência de modelos tradicionais e modernos na cultura contemporânea permitindo às mulheres comporem esses códigos de gênero diversos nos ambientes público e privado, adequando-os ao ideal emocional que têm de si e às interações que vivem. A visão da autora explica melhor os diferentes modelos de gêneros que encontramos na pesquisa, nos afastando de uma análise mecânica e reducionista.

Nas duas entrevistas com os pares profissionais masculinos, percebemos que tanto o jornalista que trabalha na capital quanto o que trabalha no interior diferenciam o profissional homem da profissional mulher, definindo a situação através dos modelos masculinos e femininos. Embora nas suas relações no espaço privado, eles tentam dividir com as respectivas esposas as obrigações da casa e o cuidar dos filhos - ambos são casados e têm filhos - no espaço público - mercado de trabalho - eles reproduzem o discurso da dominação masculina. Os dois demonstraram a representação da dominação masculina em seus discursos. Ambos disseram que a profissional mulher faz melhor as reportagens sobre cultura, moda e entretenimento. Assuntos como política e economia devem ser atribuídos aos profissionais homens. Eles também falaram sobre as extensas jornadas de trabalho exigidas pela profissão de jornalismo. Isso está relacionado à

competitividade dentro dessa profissão, justamente por ainda não ter finalizado o processo de profissionalização do jornalismo e por estar muito vulnerável à lógica do mercado capitalista, da apropriação do trabalho.

A análise dos depoimentos relatados nesta pesquisa mostrou que a discriminação contra o gênero feminino no mercado de trabalho do jornalismo ocorre mais visivelmente no interior, por ser mais tradicional. As profissionais da capital não se depararam declaradamente com esse problema, percebe-se um silêncio com relação à discriminação, silêncio esse que é quebrado no discurso do jornalista da capital (Augusto), ao dizer que na sua empresa prefere atribuir reportagens sobre moda à mulher e temas como economia direciona para o profissional homem. No entanto, a alta competitividade na profissão e as extensas jornadas de trabalho apareceram em todos os discursos, inclusive nos pares profissionais masculinos. O campo jornalístico está cada vez mais sujeito às exigências do mercado em atrair mais leitores e anunciantes para vender mais jornal, exigindo uma maior produtividade dos profissionais. Por outro lado, como o processo de profissionalização dessa carreira foi tardio, as garantias do profissionalismo estão menos sedimentadas. Hochschild mostra que isso é uma característica das empresas capitalistas modernas que propiciam um clima interno envolvendo o funcionário a trabalhar mais, não para aumentar o salário, mas sim por medo de perder o emprego. Não há uma autonomia do profissional e sim a impressão de que qualquer indivíduo, com baixa produção de conhecimento abstrato, pode ser treinado para exercer a atividade. Segundo a autora, as empresas não primam por um profissional já qualificado, elas preferem oferecer cursos internos para prepará-lo.

Na análise da amostragem sobre o cuidar dos filhos, não encontramos os quatro modelos propostos por HOCHSCHILD (2003): tradicional, pós-moderno, moderno caloroso e moderno frio. As entrevistadas com filhos pertencem ao estrato social médio e contam com a ajuda de empregas domésticas para cuidar dos filhos. O modelo moderno frio, referente às crianças que ficam desassistidas, é mais comum, no Brasil, nos estratos sociais baixos, pois os pais não têm recursos financeiros para custear uma empregada. As entrevistadas com filhos abordadas nessa pesquisa contam também com a ajuda das avós, o que as afastam da necessidade de deixar os filhos, durante tempo integral, em instituições ou mesmo desassistidos no ambiente privado.

As entrevistadas são sujeitos múltiplos, pertencem a gerações diferentes, sofreram influências diversificadas dos avós, pais, colegas, companheiros, filhos, sobrinhos, netos, e vivenciaram de forma diferenciada o contexto histórico. As das gerações de 40 e 50 sofreram maior influência da ditadura brasileira, dos movimentos sociais e feministas. As das gerações mais novas usufruíram maior liberdade de escolhas e opções pessoais e profissionais. Todas essas características fazem parte da formação de cada entrevistada e influenciam na maneira pela qual elas administram o trabalho das emoções, combinando os códigos culturais, para realizarem suas interações com os ambientes público e privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo editorial, 1999.

BAHIA, M.C. dos A . Mulheres no comando das organizações: um caso de polícia. Salvador, 2002. 166 p. Dissertação de mestrado. Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo, ed. Hucitec, 1993.

BESSE, S.K. Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.

BLUMER, H. The methodological position of symbolic interactionism. In: *Symbolic interactionism: perspective and method*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1969.

BONELLI, M. da G. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. *BIB*. Rio de Janeiro, N.36, p. 31-61, 1993.

_____. Profissionalismo e política no mundo do direito. São Carlos, Edufscar, 2002.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. O poder simbólico. Lisboa. Difel, 1989.

_____. Meditações pascalinas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____. Coisas Ditas. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

BRUSCHINI, C. Mulher e mundo do trabalho: um ponto de vista sociológico. Seminário Mulher, Desenvolvimento e Relações de Gênero, promovido pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social (CIAS), Rio de Janeiro, 28 a 30 de novembro de 1991.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo, Ática, 1997.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências sociais. São Paulo, Cortez Editora, 1998.

COHEN, D. Obstáculos para se chegar aos postos de chefia. In: SANTÁNNA, F. & NARDELLI, E. *Mulher e imprensa na América Latina*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, UNESCO, 2002, pág.35-44.

COHN, G. Max Weber - Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Editora Ática, 1991.

CORRÊA, M. O sexo da dominação. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo. n.54. p43-53, 1999.

CARREIRA, D. Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21. São Paulo, Cortez: Rede Mulher da Educação, 2001.

DOMINGUES, J.M. Teorias sociológicas no século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA-SANTOS, C. A. A enfermagem como profissão. São Paulo, Pioneira, 1973.

FREIDSON, E. Renascimento do profissionalismo. São Paulo, Edusp, 1998.

_____. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.31, ANPOCS, SP, junho 1996.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo, ed. UNESP, 1991.

_____. As transformações da intimidade. São Paulo, ed. UNESP, 1993.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: an Essay on The Organization of Experience*. Harmondsworth, England, Penguin Books, 1974.

HOCHSCHILD, A.R. *The Time Bind*. New York, Metropolitan Books, 1997.

_____. *The commercialization of Intimate life*. Los Angeles, Edit. University of California Press, 2003.

IANNI, O. *Dialética e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1995.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: *Tendências e Impasses - O feminismo como crítica da cultura*. Org. Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LERNER, G. *La creacion del patriarcado*. Ed. Crítica. Barcelona, 1990.

MACHADO, M.H. A participação da mulher na força de trabalho em saúde no Brasil - 1970-1980. Textos de apoio. Planejamento I. Recursos Humanos em Saúde. Rio de Janeiro, 1ª edição. p51-62, 1987.

MALINOWSKI, B. *The sexual life of Savages*, London, Routledge, 1929.

MEDEIROS, S. M. de. As novas formas de organização do trabalho na terceira revolução industrial e a força de trabalho em saúde: estudo em Natal/RN. Ribeirão Preto, 2000. (Tese de doutorado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto).

OLIVEIRA, M. de. O trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia, AB editora, 1997.

PETRARCA, F.R. Jornalismo e meio ambiente: trajetórias profissionais. In: BONELLI, M. da G.(org). *Teoria & Pesquisa*. São Carlos, n. 40/41, p107-136, 2002.

PUGLIESI, M.M. A feminização na magistratura trabalhista: um estudo sobre o aumento da participação feminina na carreira. São Carlos, UFSCAR, 1999. 105p.

RIBEIRO, J.H. Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais) câmeras e microfones. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2001.

ROCHA, P. A profissionalização em um jornal popular. In: BONELLI, M. da G. (org). *Teoria & Pesquisa*. São Carlos, n.28/29, p63-95, 1999.

RUBIN, G. A circulação de mulheres. Trad. Edith Piza para o curso sobre Relações de Gênero ministrado por Heleieth Saffioti na PUC-SP, 1992.

RUBIN, L. *Erotic Wars*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1990.

SAFFIOTI, H.I.B. A mulher na sociedade de classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.

_____ Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, M. A. M. (org) *Mulheres em seis tempos*. Araraquara, Gráfica da FCL/UNESP, 1991.

_____ Rearticulando gênero e classe social. In COSTA, A & BRUSCHINI, C . *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992

SANT'ANNA, F. & NARDELLI, E. Mulher e imprensa na América Latina. Brasília, Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, UNESCO, 2002.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In *Revista Educação e Realidade*. Uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 16, n.2. Jul/Dez 1990.

SEGNINI, L. R. P. Constantes recomeços: desemprego no setor bancário. In *Tempos e Lugares de Gênero*. 1a. Ed. São Paulo: editora 34/ Fundação Carlos Chagas, 2001, v.42, p.143-185.

STRAUSS, A. *Espelhos e Máscaras*. São Paulo, Edusp, 1999.

THOMPSON, S. Search for tomorrow: or feminism and the reconstruction of teen romance, in Carole S. Vance, *Pleasure and Danger*. Exploring Female Sexuality, London, Pandora, 1989.

WEBER, M. *A ética protestante e espírito do capitalismo*. São Paulo, Ed. Pioneira. 1987.

WOLF, N. *O mito da beleza - como as imagens da beleza são usadas contra a mulher*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

ANEXOS

Tabela 1 - Salário Médio dos Jornalistas no Brasil - Salário de 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
Distrito Federal	26,78	25,64	26,26
São Paulo	19,48	18,06	18,85
Rio de Janeiro	19,12	17,40	18,33
Pernambuco	13,74	13,07	13,42
Paraná	12,28	12,50	12,36
Minas Gerais	12,75	10,24	11,63
Espirito Santo	11,71	11,28	11,48
Mato Grosso	10,20	12,94	11,30
Bahia	10,54	9,52	10,09
Rio Grande do Sul	10,18	9,71	9,99
Goiás	9,46	9,98	9,70
Alagoas	9,99	8,23	9,43
Ceara	9,41	8,64	9,08
Santa Catarina	8,78	8,67	8,74
Para	8,46	7,85	8,24
Roraima	8,68	7,54	8,10
Rio Grande do Norte	8,05	7,76	7,93
Amazonas	8,69	6,97	7,71
Mato Grosso do Sul	7,49	7,89	7,64
Tocantins	7,77	6,81	7,34
Sergipe	7,93	6,32	7,25
Acre	6,06	7,10	6,48
Maranhão	6,05	5,65	5,91
Rondônia	5,79	5,97	5,86
Amapá	5,96	5,36	5,81
Paraíba	5,05	5,05	5,05
Piauí	4,26	4,11	4,21
Brasil	14,95	14,19	14,62

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES

Obs.: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,00

Tabela 2 - Salário Médio dos Jornalistas nos Setores Extra-Redações - Salário de 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
Distrito Federal	9,39	10,31	9,68
São Paulo	7,09	5,70	6,56
Amapá	6,40	6,41	6,41
Roraima	6,45	5,71	6,12
Rio de Janeiro	6,06	4,91	5,61
Amazonas	6,09	4,73	5,51
Rondônia	5,52	5,10	5,34
Rio Grande do Sul	5,59	4,44	5,11
Acre	5,23	4,26	4,75
Paraná	5,04	4,12	4,69
Santa Catarina	5,03	3,96	4,63
Espirito Santo	4,88	4,10	4,59
Mato Grosso	4,28	4,18	4,25
Para	4,44	3,92	4,24
Minas Gerais	4,42	3,82	4,19
Mato Grosso do Sul	4,29	3,91	4,15
Tocantins	4,46	3,54	4,05
Bahia	4,26	3,60	3,98
Sergipe	4,21	3,32	3,83
Goiás	4,11	3,34	3,80
Pernambuco	3,99	3,46	3,78
Maranhão	4,10	2,95	3,57
Ceara	3,90	3,07	3,51
Alagoas	3,62	3,20	3,46
Paraíba	3,88	2,95	3,46
Rio Grande do Norte	3,87	2,94	3,44
Piauí	3,86	2,94	3,42
Ignorado	2,12	2,42	2,19
Brasil	5,70	4,64	5,28

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES

Obs.: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,00

Tabela 3 - Salário Médio dos Jornalistas em Emissoras de Televisão - Salário de 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
Distrito Federal	17,31	22,35	18,75
Rio de Janeiro	17,81	19,02	18,16
São Paulo	16,40	13,00	15,25
Pernambuco	12,67	10,80	12,10
Rio Grande do Sul	11,54	10,67	11,28
Bahia	10,41	9,33	10,09
Espirito Santo	10,51	8,88	9,99
Paraná	10,81	7,74	9,92
Minas Gerais	10,10	8,60	9,58
Mato Grosso do Sul	8,17	8,60	8,29
Santa Catarina	8,75	6,61	8,05
Rio Grande do Norte	7,37	9,56	8,01
Goiás	8,22	7,43	8,00
Alagoas	7,79	7,00	7,57
Ceara	7,24	7,86	7,41
Amazonas	7,64	6,77	7,37
Paraíba	7,36	5,81	7,00
Mato Grosso	6,67	6,28	6,57
Roraima	6,20	5,97	6,14
Para	5,85	6,42	6,03
Amapá	6,23	4,60	5,75
Rondônia	5,16	4,06	4,87
Sergipe	4,78	4,05	4,53
Acre	4,82	3,56	4,50
Tocantins	4,67	3,65	4,39
Maranhão	3,50	3,80	3,59
Piauí	3,11	3,25	3,15
Brasil	13,07	11,83	12,69

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES

Obs.: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,00

Tabela 4 - Salário Médio dos Jornalistas em Agências de Notícias - Salário de 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
São Paulo	28,15	23,96	26,13
Distrito Federal	23,86	21,73	22,67
Rio de Janeiro	14,78	21,95	17,02
Paraná	9,91	9,84	9,88
Mato Grosso do Sul	5,66	-0-	5,66
Sergipe	4,11	4,21	4,14
Rio Grande do Sul	3,25	3,12	3,22
Minas Gerais	1,90	3,68	2,61
Paraíba	-0-	1,32	1,32
Brasil	19,91	20,64	20,23

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário – SPES

Obs.: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,00

Tabela 5 - Salário Médio dos Jornalistas em Emissoras de Rádio - Salário de 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
Distrito Federal	8,70	8,19	8,51
Rio de Janeiro	7,26	5,75	6,89
Pernambuco	6,67	6,63	6,66
São Paulo	5,18	4,66	5,02
Espirito Santo	5,02	4,56	4,87
Rio Grande do Sul	4,33	3,57	4,13
Para	3,50	3,92	3,60
Amazonas	3,82	2,26	3,51
Roraima	3,42	3,62	3,50
Bahia	3,42	3,46	3,43
Paraná	3,59	3,01	3,43
Rio Grande do Norte	3,72	2,62	3,41
Minas Gerais	3,43	3,36	3,41
Sergipe	3,65	2,54	3,38
Alagoas	3,78	2,17	3,37
Santa Catarina	3,43	2,94	3,30
Goiás	3,47	2,95	3,29
Maranhão	3,18	3,49	3,26
Ceara	2,86	3,11	2,92
Mato Grosso	2,87	2,06	2,62
Paraíba	2,63	2,29	2,54
Acre	2,04	3,26	2,29
Tocantins	2,28	2,14	2,25
Rondônia	2,26	1,75	2,12
Mato Grosso do Sul	1,77	1,75	1,76
Amapá	1,75	1,17	1,55
Piauí	1,30	1,13	1,25
Brasil	4,31	3,85	4,19

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES

Obs.: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,00

Tabela 6 - Salário Médio dos Jornalistas em Jornais - Salário de 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
Distrito Federal	35,74	32,18	34,37
Rio de Janeiro	19,31	18,60	19,03
São Paulo	18,90	16,40	17,97
Pernambuco	16,80	15,58	16,25
Minas Gerais	16,62	12,32	14,93
Paraná	14,82	14,38	14,68
Bahia	13,89	10,57	12,64
Amazonas	12,09	12,18	12,13
Espirito Santo	12,11	10,21	11,20
Alagoas	11,81	9,94	11,15
Goiás	10,60	9,83	10,29
Para	10,24	10,13	10,21
Ceara	10,00	9,86	9,95
Mato Grosso	10,35	8,24	9,62
Rio Grande do Sul	10,01	8,52	9,37
Santa Catarina	8,72	7,93	8,44
Rio Grande do Norte	7,78	5,84	7,28
Tocantins	7,51	6,63	7,13
Maranhão	7,40	6,39	7,01
Mato Grosso do Sul	6,48	7,11	6,65
Roraima	8,02	4,67	6,60
Sergipe	7,00	5,81	6,52
Amapá	5,67	-o-	5,67
Rondônia	5,52	4,54	5,23
Acre	4,91	4,70	4,86
Piauí	4,76	4,27	4,58
Paraíba	4,54	4,16	4,39
Brasil	15,63	13,94	14,99

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário – SPES

Obs.: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,00

Tabela 7 - Salário Médio dos Jornalistas em Revistas - Salário de 31/12/1999

(Em salários mínimos)

ESTADOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
Distrito Federal	16,15	11,28	13,97
São Paulo	14,71	12,61	13,82
Rio de Janeiro	10,90	9,85	10,49
Paraná	7,75	8,89	8,35
Ceara	8,50	6,95	7,65
Mato Grosso do Sul	5,51	7,54	7,03
Roraima	7,57	4,26	7,02
Pernambuco	5,73	8,73	7,00
Para	5,35	9,90	6,94
Espirito Santo	6,54	7,12	6,84
Rio Grande do Sul	7,02	5,99	6,46
Santa Catarina	7,85	4,42	6,04
Bahia	5,08	7,31	5,86
Minas Gerais	5,68	5,50	5,60
Goiás	4,89	6,98	5,41
Amazonas	2,44	4,04	3,51
Paraíba	3,31	2,20	3,23
Sergipe	3,39	2,59	3,19
Alagoas	2,63	-o-	2,63
Rio Grande do Norte	-o-	1,63	1,63
Maranhão	1,00	1,00	1,00
Piauí	1,00	-o-	1,00
Rondônia	1,00	-o-	1,00
Mato Grosso	0,92	0,20	0,72
Brasil	13,59	11,79	12,83

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES

Obs.: Salário mínimo em 31/12/99 = R\$ 136,0

